

1 INTRODUÇÃO

Começo pelo fim, essa frase, logo no início da introdução do livro de Francisco Foot Hardman - **Nem Pátria, Nem Patrão!**: Memória operária, cultura e literatura no Brasil –, que justificava os motivos da reorganização da terceira edição lançada em 2002, chamou-me a atenção.

Somente assim, e não de outra forma, eu poderia iniciar a descrição de toda a trajetória dessa pesquisa de doutorado, que se originou horas após a conclusão do Mestrado cuja dissertação intitula-se: *Serviço de Recreação Operária e a sociabilização do trabalhador sindicalizado no Brasil: 1943-1964*, apresentada em fevereiro de 2006, na faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas.

A caminho de Viracopos, com o objetivo de cuidar do embarque, para o Rio de Janeiro, de um dos entrevistados para minha pesquisa de mestrado, o Prof. Dr. Vinicius Ruas Ferreira da Silva, na época, com 80 anos de idade, ainda no carro, ele relatou-me a sua alegria por ter sido lembrado e convidado a compor, como “convidado especial”, a banca de defesa, mas disse que não podia deixar de fazer, naquele momento, alguns apontamentos e críticas que considerava imprescindíveis para o avanço da minha pesquisa.

De maneira franca, mas muito respeitosa – característica das pessoas de sua idade e conhecimento e comum no meio intelectual de um experiente professor com mais de trinta anos dedicados à docência e à pesquisa, na UFRJ – ele abriu a última página da minha dissertação e começou, atentamente, a fazer-me uma série de questionamentos.

Perguntou-me porque no título da dissertação anunciava-se o estudo do SRO no período de 1943-1964 enquanto a pesquisa detinha-se apenas ao aprofundamento histórico sobre o período de fundação, o Estado Novo, e não se fazendo o mesmo com os governos JK e Jango e porque, como em tantos outros estudos acadêmicos já existentes até hoje, os documentos elaborados por Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, fundador do SRO, apareceram caracterizando, de forma generalizada toda a trajetória do SRO, inclusive no período em que ele não mais esteve na direção dessa instituição?

Quis saber ainda, se eu achava possível, em tempos históricos distintos, as características, objetivos e as ações do Ministério do Trabalho, do operariado, dos sindicatos e, conseqüentemente, dos gestores do SRO serem as mesmas e, finalmente, quis saber por que

o relato dele, sobre a sua gestão de seis anos no SRO, sobre as atividades e programações sobre as relações do Serviço com diferentes instituições e com o operariado, e todas as outras evidências documentais fornecidas por ele, não apareceram integralmente na dissertação.

Portanto, a partir desses questionamentos e de um novo enfoque, se constitui, nesta tese, como objeto de pesquisa, o Serviço de Recreação Operária, o SRO, instituição criada no mesmo ano que a Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), em 1943, tendo como finalidade fomentar, programar e difundir atividades recreativas, esportivas, culturais e de escotismo ao operariado sindicalizado e à sua família.

1.1 Justificativa

Mesmo sessenta e seis anos após a sua criação, o Serviço de Recreação Operária, continua sendo objeto de investigação de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, entre as quais estão a Educação Física, a História, a Educação, o Direito e a Sociologia, todas preocupadas em conhecer mais amiúde as trajetórias percorridas pela recreação operária no Brasil.

De maneira geral, as pesquisas sobre o SRO, que se compõem de estudos, artigos, dissertações e teses, contribuíram para a compreensão dos primeiros dez anos dessa instituição e para o entendimento da recreação do operário na década de 1940, todos, de maneira direta ou indireta, abordam questões sobre o SRO, no entanto, deixaram na sombra ou sem respostas questões relativas às ações, motivações ou interesses políticos e culturais que levaram os governos da União, posteriores à chamada “Era Vargas”, a manterem o SRO, não analisando, em especial, as mudanças ocorridas nos anos finais da década de 1950, período em que o Serviço não mais era comandado por Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, e que demarca a entrada do Prof. Vinicius Ruas Ferreira da Silva na gestão dessa instituição.

Pode-se notar nesses estudos, como ponto comum, o entendimento sobre os objetivos do SRO, que aponta a preocupação do Estado com a ocupação “sadia” do tempo livre de trabalho e a vinculação dos interesses dessa instituição com o projeto de coerção e conformação do operariado brasileiro, que visava, durante o Governo Vargas, à ordem social e ao aumento da produção industrial. Essa constatação é perceptível em todas as pesquisas, porém, observa-se que, em geral, todas as conclusões são calcadas apenas nos estudos

elaborados pelo Dr. Arnaldo Lopes Sussekind ou em outras fontes com data anterior ao ano de 1954.

Assim sendo, devido à existência de evidências documentais inéditas que apontam outras características ao SRO e também e de personagens que protagonizaram os últimos seis anos de vida dessa instituição, surge a necessidade de trazer à luz discussões e ações, ainda não reveladas pelas pesquisas existentes e necessárias para a compreensão da história completa dessa instituição e da recreação operária no Brasil.

1.2 Delimitação do problema

Nesse estudo o problema de pesquisa resume-se, fundamentalmente, no argumento de que, *o Serviço de Recreação Operária, subverteu em seus anos finais, a lógica de coerção e conformação do operariado brasileiro, proposta por seus idealizadores, por ocasião de sua criação, no Estado Novo, e que, durante o período compreendido entre os anos de 1958 e 1964, os objetivos e ações dessa instituição estiveram pautados em um modelo de gestão que buscou a participação e a autonomia do operariado no processo de escolha, organização e desenvolvimento de suas atividades recreativas.*

1.3 Objetivos da pesquisa

Como objetivo geral pretendeu-se:

Levantar documentos sobre todo o ciclo vital do Serviço de Recreação Operária, ressaltando as informações inéditas referentes ao período de 1953 a 1964, objetivando confrontá-las com as fontes primárias oficiais da instituição produzidas entre os anos de 1943 e 1952, com os estudos acadêmicos existentes, para posteriormente, reconstruir a trajetória completa do SRO, além de apresentar as características comuns e as principais diferenças existentes na gestão dessa instituição nos diferentes períodos.

Em termos específicos, objetivou-se:

- a) Analisar documentos oficiais, referentes ao Serviço de Recreação Operária, elaborados nas décadas de 1940, 1950 e 1960, observando as peculiaridades do contexto histórico em que foram criados.
- b) Analisar o maior número possível de publicações acadêmicas que tiveram o Serviço de Recreação Operária como objeto de pesquisa, verificando as fontes utilizadas por cada uma.
- c) Levantar e analisar documentos escritos e orais referentes aos dez últimos anos do SRO.
- d) Observar os principais episódios da conjuntura política, econômica e social dos anos quarenta, cinquenta e início dos anos sessenta e suas possíveis interferências na trajetória e ações do Serviço de Recreação Operária.

1.4 Hipóteses

- a) Supõe-se que os objetivos da criação do SRO estiveram inicialmente relacionados à necessidade de cooptação do trabalhador pelos sindicatos tutelados pelo Estado.
- b) Supõe-se que os motivos que ocasionaram a extinção do SRO, em 1964, deveu-se as disputas internas, de caráter ideológico, e não a criação e avanço de outras instituições públicas, como o SESI e SESC, criadas para atuar no tempo livre de trabalho do operariado, conforme afirmam estudos existentes sobre a trajetória da instituição.
- c) Acredita-se que pode ter existido, na fase final desta instituição, um período de subversão das diretrizes estabelecidas pelo projeto original, devido à conjuntura econômica, política e social do Brasil que caracterizaram os governos dos presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart;

- d) Acredita-se que os estudos científicos existentes sobre o SRO generalizam suas análises e constatações, ao afirmarem que essa instituição teve como finalidade contribuir com o projeto de conformação do operariado brasileiro, proposto nos anos quarenta, durante o Estado Novo, pelo então Presidente Getúlio Vargas.

1.5 Procedimentos metodológicos

Para a escolha dos caminhos que levaram à resposta do problema de pesquisa, foi utilizado o método dedutivo, ou seja, entendeu-se por bem partir do geral para alcançar os pontos específicos. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa historiográfica, de natureza qualitativa que se apropriou de diferentes técnicas interpretativas, as quais foram utilizadas para a verificação dos dados, ainda inéditos, coletados em pesquisa de campo sobre o SRO, na temporalidade delimitada.

Assim, partiu-se de um lugar e de um tempo já determinados; de um objeto e de uma trajetória, anteriormente iniciada por outros estudos e agora complementados por novas informações que resultaram das análises retiradas de documentos orais e escritos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, recorreu-se, conforme ocorrera por ocasião da elaboração da dissertação de mestrado, aos conhecimentos do Prof. Dr. Vinicius Ruas Ferreira da Silva, o qual, para além do relato, colocou à disposição fontes primárias de seu arquivo particular, que corrobora com o *corpus* documental utilizado no desenvolvimento da tese, composto por documentos oficiais - fotografias, cartas, artigos de jornal e outras publicações das décadas de 1950 e 1960 - que balizaram muitas ações do Dr. Ruas durante o período em que esteve à frente do SRO.

A pesquisa contou, ainda, com excertos de uma entrevista realizada pela autora com o Dr. Sussekind, em 2005; com os depoimentos de outros três entrevistados, o Prof. Dr. Lamartine da Costa Pereira, ex-aluno dos cursos de recreação do SRO, o Sr. José Messias da Cunha, diretor de programação da rádio do SRO, e o Dr. Almino Álvares Monteiro Affonso, Deputado Federal e Ministro do Trabalho no governo João Goulart.

Para estudo desse *corpus* documental, empregou-se a história oral, para coleta de parte dos documentos orais, e a análise de conteúdo como um conjunto de procedimentos que

permitiram a formação de instrumentos destinados à organização e análise das mensagens contidas nos depoimentos, necessários, em geral, para a apreensão de detalhes de um determinado contexto ou de uma determinada instituição.

A análise dos depoimentos articulou-se com as informações dos documentos escritos, acordando com Bom Meih (1996), quando afirma que, em pesquisas científicas, a evocação de uma memória distante exige credibilidade documental, como garantia para a revisão de situações já estabelecidas, para o desenvolvimento de novas interpretações e até mesmo para a contestação de análises e resultados de estudos já existentes.

Desta forma, para o encaminhamento da presente tese, fez-se necessária a elaboração de um projeto para a etapa de campo. Optou-se, para a eficaz apreensão dos relatos, pela entrevista semi-estruturada, que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em documentos, estudos e hipóteses, o que permitiu a inclusão de novas questões à medida que as perguntas iniciais eram respondidas.

Para a apresentação de toda a documentação coletada sobre o SRO, nos capítulos 2, 3 e 4, adaptaram-se algumas técnicas da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2006), necessárias para que os diversos documentos do SRO passassem pela primeira etapa do processo, a da *pré-análise*, momento em que, visando responder ao problema central da tese, foi realizada a constituição do *corpus documental*¹, após a chamada “leitura flutuante” que estabeleceu objetivos e hipóteses para a seleção desses documentos e os indicadores necessários para a análise final dos mesmos.

Uma vez definido o corpus documental, iniciou-se, a segunda etapa correspondente à exploração do material, com o objetivo de iniciar a organização do trabalho através da identificação manual² de excertos com as mensagens centrais de cada documento, fazer a escolha dos referenciais teóricos que possibilitaram a análise das mensagens contidas no conteúdo manifesto de cada um dos documentos e definir as Unidades de Análise necessárias ao processo.

Segundo Franco (2008), as Unidades de Análise se subdividem em duas partes, sendo uma delas as *Unidades de Registro*, que são *palavras* ou *temas recorrentes*, escolhidos com a finalidade de viabilizar a identificação e seleção dos excertos em todos os documentos;

¹ Bardin (2006) define *Corpus* como o conjunto de documentos de diferentes naturezas coletados em pesquisa de campo, selecionados e organizados para o início do processo da Análise de Conteúdo.

² Segundo Bardin (2006) nesta etapa da Análise de Conteúdo é possível também utilizar programas de computadores para análise, qualitativas e quantitativas de conteúdos de pesquisas.

e outra, as *Unidades de Contexto*, elemento fundamental para a composição de um pano de fundo e para a seleção do referencial bibliográfico que dará significado a Unidade de Registro.

Pretendendo atender as necessidades específicas dessa investigação, foi criada, *a priori*, a Unidade de Registro baseada no *tema*, definido como: “Objetivos e características do Serviço de Recreação Operária durante sua trajetória vital” e as seguintes categorias analíticas: “noção de recreação e lazer”, “noção de cultura” e “noção de sociabilidade”.

Com o tema e com as categorias definidos procedeu-se à etapa final, *a análise dos resultados*, baseada nas inferências que surgiram dos excertos que compuseram o texto dos capítulos dessa tese, e no referencial teórico escolhido que possibilitou a análise e comparação das mensagens dos documentos nos diferentes períodos no capítulo final.

1.6 Considerações iniciais

O estudo do ciclo vital do SRO e da recreação operária no Brasil envolveu discussões relacionadas à história da Educação Física, ao mundo do trabalho, ao processo de industrialização, reestruturação e ação dos sindicatos no Brasil, ao movimento de educação popular e às mudanças sociais e políticas do país. Em conjunto com os documentos orais e escritos do SRO essas questões foram apresentadas e analisadas ao longo do texto, assim estruturado:

Inicialmente no Capítulo dois intitulado: **O governo do Presidente Getúlio Vargas: origens das discussões sobre o tempo de trabalho e sobre o descanso do operário industrial no Brasil**, apresenta-se a descrição detalhada e a análise das fontes primárias existentes sobre o SRO entre os anos de 1943 e 1953, (documentos oficiais desenvolvidos por Dr. Arnaldo Lopes Sussekind), reconstituindo a história dessa instituição a partir da perspectiva oficial, em conjunto com a compreensão de educação física, recreação e de legislação trabalhista, referente ao descanso do operário, existente nesse período. Em seguida, realiza-se um levantamento e análise dos estudos científicos existentes sobre o SRO, com a intenção de identificar nesses estudos as fontes primárias utilizadas, e as limitações de cada um.

No Capítulo três: **Recreação Operária: de Dutra de João Goulart**, observa-se o SRO, e, a partir de documentos oficiais inéditos e do depoimento do ex-ministro do trabalho Dr. Almino Álvares Monteiro Affonso, apresenta-se um estudo sobre importantes passagens da história política do país que envolveram os governos dos Presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, e ainda, referências sobre a participação das entidades sindicais, da intelectualidade, estudantes, operariado e movimentos populares que, de alguma forma, se relacionaram com SRO.

Já no Capítulo quatro, que dá nome à tese, **Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964**, apresenta-se, a partir da análise dos documentos oficiais e das narrativas de três entrevistados – professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, professor e ex-diretor do SRO; do professor Lamartine da Costa Pereira, ex-aluno do curso de especialização em recreação operária e o radialista e compositor José Messias da Cunha, diretor de programação da rádio do SRO – detalhes sobre o cotidiano dessa instituição em seus últimos dez anos. No quinto e último Capítulo: **Analisando as diferentes temporalidades**, a partir da síntese dos conteúdos dos documentos e da compreensão das categorias, procede-se à análise das mensagens latentes nos documentos orais e escritos dos diferentes períodos.

Nas **Considerações finais**, amarram-se as reflexões sobre os principais aspectos que envolveram a **história** do Serviço de Recreação Operária durante o seu ciclo vital, apontando-se, finalmente, as diferenças marcantes nessa trajetória.

2 O GOVERNO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS: AS PRIMEIRAS DISCUSSÕES SOBRE O TEMPO DE TRABALHO E SOBRE O DESCANSO DO OPERÁRIO INDUSTRIAL NO BRASIL

*Todo hábito entra na vida como brincadeira.
(BENJAMIM, 1984)*

Grande parte dos estudos sobre as décadas de 1930 e 1940, no Brasil, de maneira geral, refere-se a questões que envolveram a ascensão e queda do governo do Presidente Getúlio Vargas e as transformações sociais ocorridas naquele período, relacionadas às mudanças políticas e ao mundo do trabalho³.

Temas como expansão industrial, reorganização sindical, repressão operária e legislação trabalhista delimitaram as discussões que envolveram o período de transição de um Brasil, caracterizado pelo modo de produção agrária para outro, de produção industrial.

Nessa linha, os estudos no século XX, em meio a esses temas, centralizaram-se especialmente em três aspectos: a limitação da jornada de trabalho, a obrigatoriedade de descanso semanal e a instituição das férias anuais.

Gomes (1988) afirma que com a expansão da atividade industrial, a partir de 1930, o país confronta-se com questões jamais experimentadas em décadas anteriores, ocasião em que a economia nacional baseava-se ainda na produção agrícola. Para a autora, as novas relações de trabalho decorrem do declínio da atividade agro-exportadora no período de recessão, ocasionado pela crise de 1929 que desvalorizou a moeda brasileira, paralisou a importação de bens de consumo, gerando, conseqüentemente, a necessidade de investimentos internos no setor industrial, para a produção desses bens.

A implantação de novas medidas econômicas e do projeto nacionalista de formação de um novo Estado trouxe a necessidade de se criarem mecanismos capazes de

³Observando diferentes décadas, dentre muitos dos estudos que se dedicaram a esse tema destacamos, John Foster Dulles (1967) com, **Getúlio Vargas: Uma Biografia Política**; Hélio Silva (1970), em **Todos os Golpes se parecem**; Lourdes Sola (1984), com **O golpe de 1937 e o Estado Novo**; Edgar Carone (1986), com **A terceira República**, Boris Fausto (1986) em **A revolução de 30: historiografia e história**, Ângela de Castro Gomes (1988) com **A invenção do Trabalhismo (1988)**; Thomas Skidmore (1990), com **De Getúlio a Castelo**; Maria Helena Rolim Capelato (2001) em **Estado Novo: novas histórias**; e Luiz Carlos Bresser-Pereira (2003), com **Desenvolvimento e crise no Brasil; história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**.

gerar uma sociedade sadia, disciplinada, produtiva e adequada à nova ordem social que se estabelecia naquele momento.

Para a produção desse tempo de reformas, um tema ainda relacionado ao trabalho ganha notório destaque: os aspectos que envolviam a vida do operário em seu tempo de não-trabalho. Nesse sentido, observa-se que as horas de descanso e as condições físicas do operariado passam a ser investigadas por diversos setores incumbidos de concretizar a ideologia do autoritarismo do Estado Novo.

Nas discussões sobre o uso do tempo ocioso, considerado nesse período como algo criminoso e nocivo ao operariado brasileiro, temas como *corpo*, saudável e produtivo; *tempo*, de não trabalho; e *espaço*, utilizado para usufruir desse tempo de não trabalho se situam, de um lado dos estudos, como temas importantes a serem abordados como instrumentos para uma possível saída ao aumento da produção industrial, almejada pelos donos do capital privado; e, por outro lado, como via de legitimação da legislação trabalhista que tentava, por intermédio do Estado, cooptar para a nova estrutura corporativista, a grande massa de trabalhadores ainda influenciada pelo sindicalismo autônomo.

Gebara (1997) em **Considerações para uma história do lazer no Brasil**, afirma que em tempos anteriores e em diferentes culturas, o tempo era demarcado a partir da articulação entre os “sistemas físicos, sociais e biológicos”, No entanto, a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, o tempo passou a ser concebido de uma forma diferente, dependendo de controle e do ritmo imposto pelas máquinas e pela produção. (GEBARA, 1997, p.63)

O autor assevera que nesse contexto, visando atender às necessidades industriais, o tempo foi dividido. Uma parte dele, “o microtempo”, refere-se ao controle exercido pelo relógio nas sociedades, disciplinando as ações produtivas. E “o macrotempo” representado pelo calendário que possibilita a organização de “componentes da vida cotidiana” e o controle político do tempo social aos detentores do poder. (GEBARA, 1997, p.68)

No caso do Brasil, sobre a questão da ocupação do tempo de não trabalho percebe-se que, logo nas primeiras décadas do século vinte e como acontece até hoje⁴, dentre

⁴ Souza e Isayama (2006) no estudo Lazer e educação física: análise dos grupos de pesquisa em lazer cadastrados na plataforma LATTES do CNPQ, apontam que a educação física é a área de conhecimento com maior produção sobre lazer no país. Eles declaram que no ano de 2005 dos 81 grupos que pesquisavam o lazer de forma direta ou indireta, e estavam cadastrados na Plataforma Lattes, 36 eram da área de educação física.

diversas áreas de conhecimento, a Educação Física já tinha a liderança das pesquisas que envolviam o tema recreação e lazer, por isso passou a ser vista como uma área com particular condição para a efetivação dos objetivos do Estado e do Empresariado. Além disso já era possível perceber, nesse período, a ênfase dada no discurso médico ao tema trabalho.

Juntos, médicos e educadores físicos, arregimentados pelo Estado, a partir dos anos 1930, passam a atuar de forma intensiva e em diversos setores da vida do operário, na busca de seus novos objetivos.

O corpo passa a ser tema de muitos estudos, gerando inúmeras publicações. Rodrigues (2006) aponta alguns dos principais periódicos de circulação nacional, que se dedicaram ao estudo do corpo, da recreação e do bom uso do tempo livre de trabalho, através da “boa” recreação. Dentre essas publicações, ainda escudados por Rodrigues (2006), podemos destacar a Revista de Educação Física; a Revista Brasileira de Educação Física, publicada pelo exército brasileiro; a Revista Higiene e Saúde e a Revista Viver. Todos esses periódicos, publicados entre os anos de 1925 e 1940, propalavam a importância da construção de um homem saudável para a conformação da nação.

Em um dos diversos ensaios publicados na **Revista Educação Physica**, em 1938, sobre o tema corpo, intitulado *A Recreação: parte indispensável de uma educação integral*, o educador Fernando de Azevedo debate questões relacionadas a importantes aspectos da vida do homem. Duas questões merecem destaque no texto: *a atividade*, que compreendia o binômio trabalho e recreação; e a *inatividade*, que envolvia o repouso e o sono; ambas consideradas fundamentais para o desenvolvimento de uma vida plena e sadia. Nesse ensaio, o autor pondera sobre a necessidade de “dinamizar toda a personalidade” do homem num ritmo diário, de modo que a atividade e a inatividade se complementem, restaurando-o e harmonizando-o, sem sobrecarregá-lo sob um ou outro aspecto.

O autor justifica a moderação, afirmando que o excesso ou a falta do trabalho, do sono ou da recreação podem interferir no equilíbrio necessário ao cultivo da personalidade física dos que almejam uma formação completa. Destaca, ainda, o valor do exercício físico que se funda, não no desenvolvimento da força muscular e da performance atlética, mas “na conservação da saúde completa física e mental”. Sobre a recreação, sugere-se que também não deve existir o excesso em suas práticas, pois o repouso é uma oportunidade indispensável para “restaurar energias necessárias para um bom dia de trabalho”. (AZEVEDO, 1938, p. 68).

Nos artigos e documentos coletados para a pesquisa, sobre Educação Física e recreação, produzidos nas décadas de 1920, 1930 e 1940 e mesmo nos estudos elaborados pelo Dr. Arnaldo Sussekind, os termos *recreação e lazer* são tomados por sinônimos. Percebe-se, nesses documentos, que o uso da palavra *recreação* é mais recorrente do que a palavra *lazer* e que o termo *recreação* é compreendido como atividades desenvolvidas no tempo livre de trabalho do operário, com a finalidade de regenerar o trabalhador física e mentalmente.

Azevedo (1938) ressalta, ainda, a preocupação que se deve ter com a “correta utilização das atividades recreativas”, apresentando um estudo – proposto por um reconhecido médico norte americano, Dr. FINKLEY –, o qual aponta seis princípios básicos, ou “recomendações fundamentais” para a recreação do homem, a saber:

1. O repouso é uma oportunidade para restaurar as energias e fomentar a saúde física e mental.
2. É essencial para a felicidade (a recreação) quer se trabalhe ou se jogue.
3. A maioria das pessoas não sabem ainda apreciar o valor da atividade física.
4. Destina-se ao nosso próprio bem a previsão e os estudos necessários.
5. As ocupações do individuo durante seu descanso deveriam ser benéficas para a collectividade e agradáveis para elle.
6. A “Fantasia” é um dom precioso da raça humana, porque graças a ella aliviamos os encargos da vida, gozamos das coisas que não possuímos em realidade. Do mesmo modo, o repouso proporciona o próprio allivio das preocupações de nossa complicada civilização.
7. Nosso actual systema industrial, com a influência mortífera da machina automática, torna importantíssimo o emprego adequado do repouso, para a preservação da saúde physica e mental do sêr humano. (AZEVEDO, 1938, p. 70)⁵

Percebe-se, nestas orientações, a visão funcionalista e utilitarista de recreação, que define o que deve ser “benéfico” ao tempo de descanso em nome do operário, a apreensão de

⁵ Transcrição feita *ipses literis*.

objetivos e valores já alinhados ao ideário do novo regime implantado no Brasil. A imprensa⁶, neste período, ocupou-se da difusão do discurso da “saúde corporal e das mudanças disciplinadoras”, que poderiam ser promovidas pela Educação Física brasileira, que, subordinada aos saberes da medicina, trabalhava para a configuração do operário sadio.

Nesse sentido, Gomez (2002) afirma que tanto a Medicina como a Educação Física concentraram, em diferentes períodos da história, a capacidade de impor ao corpo “sanções estéticas e morais” com a finalidade de moldar e perpetuar uma determinada ordem social, de forma que as diferenças entre os sexos e as classes sociais passassem a ser naturalizadas, para que os lugares a serem ocupados por cada grupo social fosse naturalmente aceito e que condutas fossem definidas e assimiladas a partir da lógica dos comandantes desse processo.

Ainda segundo a autora, nas primeiras décadas do século XX, o corpo paramentou-se de valores que acabaram por determinar a formação individual e a organização social por meio de uma nova subjetividade que seja compatível ao modelo moderno de vida imposto e indispensável para a construção de sociedades industriais de orientação capitalista.

Nesse processo de construção de uma nova subjetividade do operariado, principalmente durante os anos trinta e quarenta, o corpo foi concebido como uma estrutura improdutiva, porém moldável e com capacidade de ser “melhorado” para o benefício do indivíduo, do coletivo e em prol do desenvolvimento econômico e social da nação, a qual anunciava um período de grandes avanços.

Isso pode ser percebido, de maneira mais evidente, ao se analisar o período compreendido nos meados dos anos 30, quando o crescimento industrial, nas principais capitais do país, gera a necessidade de incorporação do grande número de trabalhadores, vindos do campo para os grandes centros, em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho no mundo fabril. Esses migrantes, trabalhadores empobrecidos do campo, traziam consigo uma outra lógica de trabalho. Essa movimentação fez com que o Estado e o empresariado concebessem uma série de iniciativas para a adequação dessa população nos moldes estabelecidos pelo novo regime.

Nessa perspectiva, Sant`Anna (1994) em: **O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)** afirma que diversos setores da sociedade e, em especial, a

⁶ Almeida (1996) afirma que o Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939, veio solidificar a estrutura do Departamento Oficial de Publicidade criado em 1931, objetivava o gerenciamento dos meios de comunicação no Brasil, das produções artísticas e a propagação da ideologia “Varguista” por toda a nação.

administração pública passam a se interessar pelo estudo do tempo livre com a intenção de lhe dar um sentido de utilidade.

A autora afirma que os estudos e as intervenções nesse setor pretenderam responder aos problemas relacionados com a modernização e com a ampliação da atividade industrial nas capitais brasileiras que perceberam os perigos que poderiam surgir do uso inadequado desse tempo que se mostrava carente de regras e normatizações.

Sobre algumas dessas intervenções Marcassa (2002) em **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935)**, aponta que, a partir da década de 1930, instituições, voltadas a disciplinarização do tempo livre do operário e de sua família, foram criadas no Brasil. Como exemplo dessas iniciativas, a autora destaca os Clubes de Menores Operários, os Parques Infantis e o Serviço Municipal de Jogos e Recreio todos sediados no Município de São Paulo.

Segundo a autora essas instituições foram destinadas às crianças e adolescentes pobres que viviam nos centros urbanos e que nesses locais, além de programações recreativas, eram desenvolvidas atividades de formação profissional e pequenos ofícios, como forma de ocupar o tempo e afastar esse público do perigo da marginalidade.

No mesmo sentido, Decca (1987) em **A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 - 1934)**, afirma que a estrutura montada naquele período previa ao operário e à sua família a incorporação de uma nova conduta de vida para um melhor aproveitamento do trabalho e do tempo livre de trabalho, fatores diretamente relacionados à ampliação do parque industrial que se formava nesses centros e à promessa de ascensão social dessa classe. A autora considera que o Estado percebeu a falta de formação de mão de obra que suprisse a necessidade das empresas que se instalavam nas capitais e, ao mesmo tempo, pretendeu garantir a ordem pública nas capitais.

Corroborando com as autoras, Fausto (2000) explica que a expansão do parque industrial gerou um fenômeno demográfico e social, representado pelas migrações internas, decorrentes das mudanças significativas nas relações entre o Estado e massas trabalhadoras, devido a implementação das primeiras leis trabalhistas, restritas aos trabalhadores urbanos, meses após a revolução de 1930.

O autor afirma também que, da mesma forma que a indústria, a construção civil e a atividade industrial em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a depender dessa nova mão-de-obra, procedente do interior do estado de Minas Gerais e de

outros estados nordestinos, seduzidas pelo discurso de prosperidade difundido naquele período. Mas essa mão de obra que chega às cidades trás consigo suas tradições, hábitos de convivência, de trabalho e de lazer, que rapidamente passam a ser considerados incompatíveis com o mundo moderno que se pretendia construir.

A idéia era eliminar todos os obstáculos que pudessem inviabilizar o progresso e o desenvolvimento econômico da nação. Nesse sentido, Oliveira (2000) em seu estudo **Trabalho, não trabalho e contradições sociais**, ao discutir as relações entre lazer e trabalho, aponta a existência no Brasil do discurso de exaltação do trabalho disciplinado e o da valorização das “representações estereotipadas acerca da índole preguiçosa do brasileiro” tido como indolente, folgado. (OLIVEIRA, 2000, p. 49)

Segundo o autor os defensores desse discurso postulavam que o país só poderia se aproximar das nações desenvolvidas economicamente a partir da superação desse quadro o que dependia da incorporação de atitudes e hábitos adequados ao desenvolvimento que se esperava naquele momento.

Sobre a necessidade dessas mudanças, nota-se, no discurso do Estado, a partir de meados da década de 1930, a compreensão de que o operário brasileiro deveria incorporar novos hábitos e costumes para se adaptar ao tempo e ao espaço industrial e ser merecedor da legislação de proteção ao trabalho, apresentada, naquele momento, como uma “doação” do Estado ao trabalhador.

Na visão de Gomes (1988), os benefícios sociais eram apresentados não como uma conquista do trabalhador ou reparação do Estado, mas como um ato de generosidade que deveria envolver uma reciprocidade, compreendida, naquele momento, como pacto, assim “construiu-se uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como elemento integrado do pacto”. (GOMES, 1988, p. 195)

Buscava-se um padrão ideal de operariado, assim, para além da regulamentação das atividades exercidas no tempo de trabalho, o Estado passa a incidir no tempo livre e na regulação das atividades que pudessem ser desenvolvidas nesse tempo. Nesse sentido, a reciprocidade, a partir desse momento, torna-se sinônimo de disciplina e obediência.

O direito à preguiça, de Paul Lafargue (2003), publicado originalmente em 1880, já trazia ao debate a questão da obediência e disciplinarização das praticas culturais desenvolvidas no tempo livre de trabalho do operariado na Europa. Nesta obra o autor chama

a atenção para questões ainda atuais em nosso tempo, como a alienação no trabalho e a necessidade de emancipação plena da humanidade, defendendo que a luta do operariado pelo trabalho deveria passar primeiro pela luta do direito ao ócio. Ele compreendia que a “loucura” do trabalho, gerada pelo modo de produção capitalista, aliciava o operário brutalmente vitimado pelas “misérias individuais e sociais”. (LAFARGUE, 2003, p. 19)

O trabalho, no modelo proposto pelos capitalistas e aceito pelo Estado, segundo ele, degenerava intelectual e fisicamente o operário, que em troca de mínimas condições de sobrevivência, subordinava-se inconscientemente a essa condição servil. A respeito desse embrutecimento, Lafargue (2003) declara que:

[...] o proletariado, traíndo os seus instintos, esquecendo-se da sua missão histórica, deixou-se perverter pelo dogma do trabalho. Dura e terrível foi a sua punição: todas as misérias individuais e sociais nasceram da sua paixão pelo trabalho. (LAFARGUE, 2003, p. 23)

Denuncia, ainda, que sob o escudo da “benção do trabalho” as jornadas excessivas de 12 e até mesmo 14 horas de trabalho diário, eram empregadas nas indústrias entre homens, mulheres e crianças com a justificativa de desenraizar neles “a preguiça e curvar os sentimentos de orgulho e independência que esta gera”(LAFARGUE, 2003, p. 27).

Mais de cinquenta anos depois, o mesmo discurso de submissão descrito por Lafargue, na Europa, pode ser notado durante todo o processo de implantação do projeto de construção da nacionalidade brasileira e de organização das relações de trabalho pelo governo Vargas. Nesse período, no Brasil, houve um grande esforço, por parte do Estado e do empresariado, na direção de “regeneração moral”, em particular daqueles que se incorporariam às novas formas de produção.

Nesse sentido, Bercito (1991) afirma que coube à Educação Física o papel de legitimar os objetivos propostos pelo projeto estadonovista:

[...] imperativos de uma ordem pública e econômica que apontava para a consolidação do capitalismo industrial e que, sem dúvida, estava conduzindo a alterações no mundo do trabalho, quer do ponto de vista do desenvolvimento das atividades produtivas, quer com relação aos esquemas de dominação em funcionamento. (BERCITO, 1991, p. 139)

Para a autora, percebia-se claramente, naquele momento, a noção da distância que havia entre a proposta de modernização do Brasil, ainda marcado pela economia de natureza agrária, e o padrão “ideal” de operariado que poderia acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, já presente nos países europeus considerados modernos. Isso motivava os agentes do Estado a buscarem soluções para a mudança desse cenário.

No mesmo período, outros autores corroborando com a idéia de modernização da nação, através da melhoria do perfil do operariado e em favor do desenvolvimento industrial, publicam artigos valorizando e ressaltando os benefícios da Educação Física para o alcance dessa finalidade. Entre eles, podemos citar Volpe (1938), quando afirma que:

[...] “Sem dúvida alguma, a Educação Física, da qual os esportes constituem um dos ramos mais importantes, passou a constituir hoje, uma atividade de transcendência na vida dos povos; mais ainda, forma uma parte importante da educação geral”. (VOLPE, 1938, p. 14)

e Loyolla (1939), ao afirmar que:

[...] “A Educação Física é um poderoso elemento de eugenia e favorece os elementos susceptíveis de desenvolver e aperfeiçoar as qualidades físicas e morais do indivíduo, por um lado provocando a força, a resistência, a destreza, a saúde, o equilíbrio, a beleza das formas e a harmonia das proporções, por outro lado, proporcionando a audácia, o sangue frio, a tenacidade, a acuidade de iniciativa, a solidariedade e o espírito de disciplina, em suma a tempera de caráter, qualidades essas necessárias para o sucesso na vida, para o êxito em qualquer empreendimento” (LOYOLLA, 1939, p. 9)

Nota-se, nos dois autores, a valorização da Educação Física para a conformação do corpo e da personalidade do homem brasileiro e de um Estado forte, asseverada pelo discurso *eugênico* inspirado no Fascismo Italiano, no Nazismo Alemão e na organização corporativa de Estado, presente não só no Brasil, como em outros países europeus que se identificaram no decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940, a muitos elementos desta doutrina.

Sobre as regulações impingidas ao operariado, Gomez (2002) acrescenta que em determinadas situações, o corpo passa a ser uma via condutora de ideologia, absorvendo,

neste processo, interesses vigentes em um determinado período, favorecendo, assim, a disposição e a interpretação das tarefas e dos hábitos corporais que constituem a vida cotidiana, “revelando novos princípios ideológicos cuja condição se naturaliza através da produção e ordenamento de novas práticas e representações sociais” (GOMEZ, 2002, p. 34).

Para a aceitação e interiorização, pelo operariado, do novo perfil de corpo produtivo, forte e disciplinado, várias medidas foram tomadas com a intenção de viabilizar o projeto de construção de um padrão de saúde corporal que favorecesse toda a população operária e também à sua família.

Esse processo teve início imediatamente no primeiro ano do governo Vargas, em 1930, e solidificou-se com a emergência do Estado Novo. Segundo Lima (1981), durante esses anos, uma série de conferências, promovidas pela Associação Brasileira de Educação Física, instituição criada pelo novo regime, reuniram especialistas de todo o país preocupados com as estratégias de implantação do novo projeto.

Para Melo (2007), foram os militares que desenvolveram os esforços mais efetivos no sentido de sistematizar a formação do profissional desta área, com a fundação do Centro Militar de Educação Física, em 1922, localizado junto à Escola de Sargentos de Infantaria na Vila Militar, localizada no Rio de Janeiro, que ministrava cursos preparatórios de três meses para oficiais e sargentos. O mesmo autor afirma que o Centro Militar de Educação Física só começou a atuar efetivamente em 1929, com a realização de um curso provisório de formação, em convênio com a prefeitura do Distrito Federal. Um dos responsáveis por essa iniciativa foi Fernando de Azevedo, responsável, na ocasião, pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, um intelectual sempre compassivo à problemática da Educação Física brasileira.

Somente uma década depois, por meio do Decreto Lei 1212, de 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física, ligada à Universidade do Brasil, tendo o Major Inácio Freitas Rolim como seu primeiro diretor. Dentre as diversas conferências realizadas pela Associação Brasileira de Educação, ABE, no Palácio Tiradentes, na antiga Capital Federal, no ano de 1941, destaca-se a palestra do diretor da Escola Nacional Física, na época, o Major Inácio de Freitas Rolim:

[...] Desejamos falar-vos, hoje, da Educação Física nas classes trabalhadoras. Da expressiva significação deste tema pretende-se a sublimação do homem do Brasil, a quem almejamos forjar, pela inteligência

e pela energia em homem força, poder imanente de ousados e generosos impulsos, em sintonia perfeita com manifestações perseverantes da capacidade criadora. Focalizando este aspecto, assalta-me o espírito a frase escarnida de Buckle, na afirmação de que no Brasil tudo é grandioso, exceto o homem. Grifos do autor. (ROLIM, 1941, p. 173)

e acrescenta mais a frente que:

[...] A Educação Física, em suas múltiplas atividades, cooperará, de forma indiscutível, no desenvolvimento e na proteção à saúde e no equilíbrio orgânico, como também pelas funções que exerce na formação espiritual e nos hábitos sociais compatíveis com a imposição dos dias que passam. (ROLIM, 1941, p. 179)

Percebe-se no discurso do Major Rolim, o desejo de forjar o homem brasileiro, de forma a torná-lo inteligente e forte, mas, na ênfase da modelagem desse novo homem, nota-se que em momento algum existiu, por parte do conferencista, reflexões acerca dos direitos sociais e, em especial, das condições inadequadas de trabalho ou dos direitos trabalhistas. Outrossim, percebe-se a afirmação da preocupação em torno da “formação étnica e seus corolários: padronização, homogeneização e nacionalismo”. (ROLIM, 1941, p. 179)

Outro aspecto importante, divulgado no período e amplamente debatido nessas conferências, é a compreensão que se tinha da incapacidade do operário no que se referia à sua escolha e ao desenvolvimento das atividades recreativas, praticadas fora do tempo de trabalho e do espaço fabril. Para Marcassa (2002) naquele período, o ócio era um tempo gasto sem utilidade e um hábito degradante ao homem e não correspondente aos valores e normas almejadas pela “civilização moderna, vigorosa e ativa que deveria ser orientada para a busca da harmonia, da ordem” e, em especial, do progresso baseado na produção industrial (MARCASSA, 2002, p. 87).

Rodrigues (2006) considera que as longas jornadas de trabalho e a péssima remuneração ao operariado, naquele período, por si sós já era um fator que limitava o acesso às atividades “cultas” consideradas úteis, restringindo tais práticas de sociabilidade às atividades exercidas no ambiente doméstico ou àquelas que não necessitassem de recursos financeiros. Em um estudo sobre a vida e o cotidiano do operariado nas indústrias brasileiras, nas três primeiras décadas do século vinte, Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, registra algumas dessas práticas:

[...] os escassos momentos de divertimento restringiam-se ao desenvolvimento de atividades que não lhes trouxessem ônus financeiro, atividades físicas tais como, o futebol de rua e do final de semana organizado pelos “grêmios de fábricas e clubes de várzeas”; as atividades dançantes, musicais e de teatro amador, promovidas por lideranças das vilas operárias e pelas associações recreativas de bairro; os jogos de mesa nos botequins; a boccia; as reuniões e festas familiares e ainda as festividades religiosas. (DECCA, 1987, p. 42)

Questões sobre as atividades desenvolvidas no tempo livre de trabalho aparecem também de forma similar aos debates estabelecidos sobre a regeneração do corpo, em artigos de revistas e conferências sobre o tema e até mesmo nas conversas entre o empresariado.

[...] Criado o descanso para os trabalhadores, o que vão fazer eles durante esse tempo? O obreiro, não possui nem a cultura, nem a mentalidade, nem o gosto das classes ricas, só pode dele fazer mau uso; tem-se visto, neste momento, a introdução do dia de 8 horas e da semana inglesa.

São os cabarés, os campos de corrida e os lugares de prazer que tem prosperado. O mesmo fato se dá ainda na hora atual em que a falta de trabalho deixa tantos obreiros desocupados, que nem sabe o que fazer. Isto é pura verdade. Mas é justamente porque não se tem previsto, paralelamente, nada para se assegurar uma sã utilização do descanso assim provocado, rouba-se do obreiro, os cuidados que o preocupavam sobre o futuro lar, e que não foram orientados para ideal nenhum, fora sua tarefa habitual.

[...] A massa é desorientada e contrariada. Ela conserva o instinto do belo e os sentimentos elevados, mas perde a personalidade, porque é mal dirigida, e deixa-se excitar, em vez de se dirigir para o ideal!

[...] o obreiro e o empregado, encerrado em sua usina, seu escritório, ou sua loja, durante dias inteiros, que passa os seus momentos de descanso nas salas de espetáculo, dancings, cafés superlotados, para se divertir, não restabelece o equilíbrio, intoxica-se ainda mais. (DEMARBRE, 1939, p. 10-11)

Identifica-se, mais uma vez, a idealização de lazer concebida como algo prejudicial ao operário, presente no discurso sobre a incapacidade atribuída ao trabalhador de gerenciar seu tempo livre de trabalho e a preocupação em intervir na a escolha de práticas consideradas condizentes às necessidades de restabelecimento da condição física, exigida pelo dia-a-dia na indústria, fato que mobilizava o empresariado do período, fazendo com que a empresa passasse a se responsabilizar diretamente pela criação de espaços apropriados e pela gestão de atividades para tais práticas saudáveis.

[...] Na ambição de ter campos esportivos próprios e de incrementar por todos os meios a prática dos desportos entre seus auxiliares, reside o salutar estímulo para a obtenção do título de empresa modelo, concedido anualmente por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho.
[...] Restabelecer convenientemente a compensação do desgaste de forcas, mediante a prática dos exercícios adequados, constituem a missão da Educação Física nos estabelecimentos fabris. (ROLIM, 1941, p. 182)

Essas iniciativas não ocorreram somente entre o empresariado, o Estado Novo também cuidou da institucionalização da Educação Física. O assunto passa a integrar a Carta Constitucional Brasileira de 1937, com a implantação de uma política de Educação Nacional e com a criação, no mesmo ano, da Divisão de Educação Física no Ministério da Educação e Saúde e da Escola de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil.

Outras instituições são criadas, visando à saúde e ao bem estar da população, em 1939, como o SAPS, Serviço de Alimentação da Previdência Social. Surgem os refeitórios populares e, sob a orientação do Ministério da Educação e Saúde e, no mesmo Ministério, o Serviço Nacional de Recreação, em 1940, órgão incumbido de difundir e orientar a recreação da população brasileira, nas esferas do trabalho e da educação.

Observa-se que a responsabilidade de promoção da Educação Física, atribuída inicialmente ao meio empresarial, se estendia ao poder executivo no que se referia à implantação, proteção e auxílio a outras instituições responsáveis pelo ensino da Educação Física a crianças e jovens.

Dessa forma, as grandes indústrias, como ainda ocorre nos dias atuais, passam a investir seus recursos na criação de clubes, colônias de férias e grêmios esportivos com a finalidade de dirigir as atividades recreativas dos operários e de seus familiares restringindo a participação deles em outros espaços, em geral, ligados aos antigos sindicatos livres.

Em 1930, como estratégia de contenção do operariado, o governo Vargas funda o Ministério do Trabalho e em 1931 cria a Lei de Sindicalização que, além de servir de base para o sindicalismo de Estado, teve como consequência, anos depois, o aniquilamento dos sindicatos livres que lutaram por direitos sociais nas décadas anteriores.

A pesquisa de Tota (1987) enfatiza que para a garantia de extinção dos sindicatos livres e fim das mobilizações operárias, no ano de 1935, o Congresso Nacional, influenciado

por Vargas, aprova a Lei de Segurança Nacional, objetivando punir, com rigor, todo tipo de manifestação contrária aos interesses do Estado. Essa Lei permitiu a perseguição e a prisão de lideranças sindicais autônomas e a estruturação das bases do sindicalismo atrelado ao Estado, “simpático aos empresários pela sua função inibidora e coercitiva da vida associativa operária”. (TOTA, 1987, p.19)

O autor afirma ainda que, com o início do Estado Novo, o governo Vargas apenas consolida as propostas iniciadas em 1930, passando a intervir na economia e fortalecendo a ideologia do trabalhismo com promulgação da CLT em 1943. Na tentativa de tornarem-se atraentes ao operariado e angariar novos filiados, opera-se uma drástica mudança nas finalidades dos sindicatos. Avaliando a realidade sindical desse período ele alega que tal modelo:

[...] explica a transformação dos sindicatos em “entidades recreativas” e assistencialistas. Essa transformação foi importante como fator desmobilizador, principalmente se pensarmos na instituição do imposto sindical obrigatório, que em última instância seria a aplicação do dinheiro dos próprios trabalhadores em entidades cujo objetivo era, paradoxalmente, a desmobilização da própria classe. Entende-se porque a estrutura sindical corporativa, antes vista com reserva pelos agentes do capital, recebeu crescente adesão dos mesmos. (TOTA, 1987, p. 31)

Para Fausto (2000), foi nesse contexto, com o fim dos sindicatos autônomos e com a classe operária debilitada devido à prisão de importantes lideranças e a chegada dos migrantes vindos do interior do país, que desconheciam a tradição das lutas sindicais, que os sindicatos tutelados começaram a ganhar espaço e notoriedade junto ao operariado.

Sobre essa questão Simão (1981) assevera que, após as novas medidas, o Estado combate o sindicalismo autônomo com a mesma intensidade com que investe nas estruturas dos sindicatos tutelados pelo Estado, tentando garantir o controle das questões relacionadas à produção e ao fim dos conflitos de trabalho.

Assim, o Estado Novo é consolidado, podendo disponibilizar do recurso procedente do Imposto Sindical, IS – criado pelo Decreto Lei de n. 1.402 em 1939, viabilizado pelo Decreto Lei n. 4.298, de 14 de maio de 1942⁷, que prevê em seu artigo 7º, a

⁷ A contribuição sindical compulsória corresponde, ainda nos dias de hoje, ao desconto em folha de pagamento de um dia de trabalho de todos os trabalhadores com registro em carteira do país.

aplicação do imposto sindical em finalidades culturais e esportivas – e começa a se dedicar de maneira concreta, nomeando uma equipe técnica, dentro do Ministério do Trabalho no ano de 1943, para, em conjunto com a Comissão Técnica de Orientação Sindical, a CTOS, criada pelo Decreto-Lei número 5.199, de 16 de janeiro de 1943, e diretamente ligada à CIS, Comissão do Imposto Sindical, entidade prevista na Consolidação das Leis do Trabalho e aprovada pelo Decreto-lei número 5.452 em 1º de Maio de 1943. Uma das finalidades da CTOS era a gestão de um serviço que promovesse entre o operariado a prática de atividades recreativas, culturais e esportivas com o objetivo de difundir a ideologia do Estado custeada pelo imposto sindical.

Antes do final do Estado Novo, ainda em setembro de 1943, outro decreto instituiu, no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, o Serviço de Recreação Operária, instituição mantida com os recursos do Imposto Sindical, diretamente vinculada a CIS e a CTOS, a qual ficou conhecida, na época como SRO, e durante 21 anos cuidou da difusão da recreação operária no país. Vale lembrar que as bases ideológicas para a implantação desse serviço fundamentaram-se nas orientações da Organização Internacional do Trabalho e nos saberes da Medicina e da Educação Física, que desde o início dos anos de 1930 estiveram atreladas ao projeto nacionalista e à política trabalhista criada por Vargas.

Embora o imposto sindical correspondente ao desconto de um dia de trabalho de todos os operários do Brasil, calculado em aproximadamente 900.000 no ano de 1943⁸, merece destaque o fato de que o Serviço de Recreação Operária, SRO tenha ficado restrito aos operários que se filiaram aos novos sindicatos corporativistas e não constituindo-se como um direito de todos os trabalhadores.

2.1 O Serviço de Recreação Operária: marcos legais e normalizações

Com a instituição do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, em 1930, o Estado dá início à implantação de leis voltadas ao trabalho e também a discussões sobre o melhor aproveitamento do tempo de não-trabalho do operário. Mas é somente em 1943, no mesmo ano do estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que ocorre a

⁸ Fonte: IBGE – Censo Industrial de 1950. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculox/anexos/censoind.pdf>. Acesso em: 8 de dezembro de 2008.

instituição de um serviço especializado na difusão de atividades recreativas e culturais para o operariado.

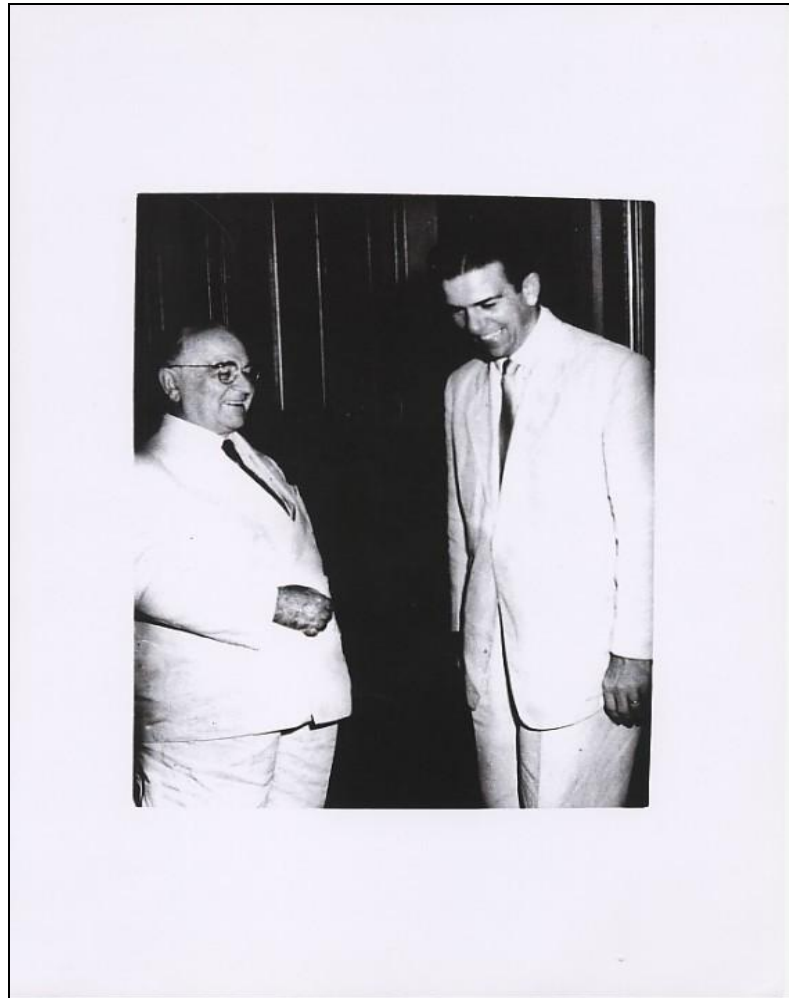


FIGURA 1- Presidente Getúlio Vargas e Dr. Arnaldo Sussekind. Posse da diretoria do SRO em dezembro de 1943. (Arquivo pessoal de Dr. Arnaldo Sussekind)

Por meio da Portaria de n. 68 de 06 de setembro de 1943, instituiu-se, no Brasil, no Ministério do Trabalho, junto à Comissão do Imposto Sindical, o Serviço de Recreação Operária, SRO, que foi presidido por Dr. Arnaldo Lopes Sussekind de 23 de maio de 1944 a 1949, e de fevereiro de 1951 a dezembro de 1953.

Hoje renomado jurista brasileiro, o Dr. Sussekind era, na época, era um jovem advogado, que iniciava sua carreira no Ministério do Trabalho e foi participante da comissão responsável pelos trabalhos que resultaram na Consolidação das Leis Trabalhistas. Também

responsável pelo desenvolvimento dos primeiros estudos sobre a recreação operária no Ministério do Trabalho, que originaram o projeto de criação do SRO, em 1943.

Durante o período em que o Dr. Arnaldo Sussenkind esteve à frente desse serviço, ele elaborou quatro documentos oficiais que discutem a importância da recreação operária no Brasil e que registram, em seu conjunto, a trajetória dos dez primeiros anos do Serviço de Recreação Operária. Esses documentos se constituem em relatórios administrativos, que foram desenvolvidos no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e impressos pela gráfica da Imprensa Nacional, estando, atualmente, disponíveis para consulta uma cópia na Biblioteca do Ministério do Trabalho, em Brasília, e outra na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Coube ao jurista a elaboração de todos esses documentos, que serão apresentados e analisados a seguir, os quais registram as pesquisas, as finalidades e as iniciativas desse serviço em sua primeira fase, o período compreendido entre os anos de 1943 e 1952.

2.2 Descrição do *Corpus Documental*

Quatro são os documentos, elaborados por Dr. Arnaldo Sussekind, descritos e analisados a seguir, que retratam as finalidades e ações presentes nos primeiros dez anos do Serviço de Recreação Operária. O primeiro, **Trabalho e Recreação**, publicado no ano de 1946; o *documento 2*, o **Boletim da I Olimpíada Operária de 1947**; o terceiro **Recreação Operária** em 1948; e o último, **Manual de Recreação - Orientação dos Lazer do Trabalhador 1952**, elaborado e publicado em parceria com Inezil Penna Marinho e Oswaldo C. de Araújo Goes.

2.2.1 Descrição física do documento 1: Trabalho e Recreação – 1946

Documento impresso, medindo 20 X 16cm, encadernado com capa dura marrom com título e data impressos em letras douradas. Composto de 46 páginas de texto, em letras

tamanho 9, ilustrado por um total de 21 fotos em definição preto e branco de atividades do SRO no tamanho 8X10.

2.2.1.1 Descrição do conteúdo

O primeiro documento, **Trabalho e Recreação**, foi baseado em um relatório de atividades, entregue ao Ministro do Trabalho, Sr. Otacilio Negro de Lima, prestando contas do período entre 23 de maio de 1944 e 31 de dezembro de 1945.

Nele, o Dr. Sussekind afirma que a finalidade de sua publicação, em 1946, foi examinar os fundamentos sociais e psico-fisiológicos propostos pelo novo serviço, no período que compreendeu maio de 1944 a dezembro de 1945, avaliando as suas principais realizações e sua estrutura organizacional.

Na primeira parte do trabalho, “História do trabalho humano: mecanização do trabalho, fadiga e suas conseqüências sociais”, o autor apresenta um histórico sobre o trabalho humano no mundo, passando pela história da Roma antiga e explicando a condição do trabalho dos escravos considerados “subserventes excluídos da orbita dos direitos sociais”. O trabalho é organizado em partes: pela idade média, discutindo a relação de servidão existente entre trabalhadores e donos de terras; pelas corporações de ofícios, constituídas por trabalhadores livres que sabiam algum ofício e passaram a se agrupar em comunas que, segundo o autor, “desempenharam importante papel no período que antecedeu à Revolução Francesa, lutando pela liberdade de trabalho”. (SUSSEKIND, 1946, p. 2)

Segue-se uma análise do autor sobre a Revolução Francesa à qual, Segundo ele, deve-se a emancipação do trabalhador tirado “da indigna condição de meio de produção” e transformado em “sujeito de direito”. Ressalta, porém, que com o aparecimento da máquina industrial, novos conflitos trabalhistas surgiram e que:

[...] A máquina substituiu o braço humano e reduziram-se os salários. O desemprego generalizou-se e as condições de trabalho passaram a ser as piores. O trabalhador passara de uma escravidão à outra: escravo de um novo sistema econômico. (SUSSEKIND, 1946, p. 2)

Continua afirmando que o rápido progresso das técnicas industriais e o “advento e generalização das grandes máquinas”, causaram a diminuição do número de postos de trabalho na produção, provocando uma redução dos salários e gerando nos operários uma fragilidade e grandes dificuldades para a negociação de melhores condições de trabalho.

Para o autor, essa situação fez com que o operariado, por um longo tempo, se submetesse a condições desumanas de trabalho, chegando ao total esgotamento físico, “embrutecendo-lhe o espírito e enfraquecendo-lhe o corpo”. Aponta o período posterior à primeira guerra mundial como o momento em que os protestos dos operários, já empreendidos por operários e setores da intelectualidade em épocas anteriores, (Saint-Simon, Kourier, Owen, Louis Blanc, Marx e até mesmo a Rerun Novarun do Papa Leão XIII), passam a ser compreendidos por sociólogos, economistas e juristas preocupados em mudar esse quadro social. (SUSSEKIND, 1946, p. 2)

Dr. Sussekind chama a atenção para o Estado como importante interventor nas relações de trabalho, organizando medidas para “compensar a desigualdade entre operários e patrões”. Dá destaque ao início da luta pela jornada de oito horas, organizada pelas “Trade Unions”⁹, em decorrência das péssimas condições de trabalho em toda a Europa, que fez com que o operariado se organizasse e começasse a difundir “as idéias socialistas que advogavam, entre outras coisas, a intervenção do Estado nas relações entre patrões e operários para que estes não se tornassem escravos do poder econômico daqueles”. (SUSSEKIND, 1946, p. 3)

Nota-se, neste discurso, a tendência à valorização da presença do Estado como instituição capaz de intervir e solucionar os conflitos trabalhistas. Essa é, entretanto, uma presença que nasce não por imposição do próprio Estado, mas por uma reivindicação do operariado. O então diretor do SRO mostra a preocupação do Estado em relação à participação do trabalhador na sociedade, não somente como força de trabalho mas como partícipe da grande obra, tendo direito ao descanso e ao desenvolvimento de atividades recreativas adequadas a essa necessidade. Escuda essa constante preocupação, na existência da legislação trabalhista em vigor, ao asseverar que:

A ação do Estado, contudo não deve se restringir a satisfação interesses materiais do operário. Certo que a satisfação desses interesses constituem a condição básica para que o trabalhador possa viver com dignidade e

⁹ Associações de empregados de fábricas das quais se originaram, a partir da metade do século XIX, sindicatos de trabalhadores. Para maiores referências sobre o assunto ler: Sindicato e Estado de Azis Simão.

procurar, na coletividade de que é parte, os prazeres que estimulam a natureza humana. Todavia, não deve a ação do Estado sofrer limites na dignificação do homem que trabalha, estimulando-lhe a facilitando-lhe o melhor aproveitamento de suas horas de alheamento, afim de que possa refazer o organismo debilitado através de atividades recreativas, e, só assim, sentir a beleza e compreender a razão”. (SUSSEKIND, 1946, p. 3)

O autor salienta que o Estado reconhece a fadiga causada pelo “emprego desproporcional da máquina” que faz com que o operário procure “prazeres que lhe são monetariamente baratos”, ao invés de desenvolver atividades “culturais ou esportivas”, afim de evitar o “embrutecimento de sua personalidade, o que viria exterminar seu interesse pela vida” (SUSSEKIND, 1946, p.3).

Afirma, ainda, que é dever do Estado, intervir e alterar esse quadro, tentando evitar que *o tédio das horas de repouso* conduza o operário aos “vícios perniciosos ou a prazeres prejudiciais que estão ao alcance de seu bolso”, e justifica que somente através da oferta da “recreação sadia e gratuita” o Estado garantirá que o operário “atinja a sua alta finalidade social e biológica” e melhore a sua atuação profissional. (SUSSEKIND, 1946, p. 3)

Apontam-se os vícios e a prostituição como forma de degradação do homem, mas não há, entretanto, nenhuma crítica às técnicas de divisão do trabalho e nem à baixa remuneração ou outros fatores que corroboravam para as péssimas condições de vida e de trabalho do operariado, e sim aos aspectos relacionados à estética e o racional, justificando, diversas vezes, a fadiga e o embrutecimento do operário como consequência de práticas não apropriadas em seu tempo de descanso:

[...] o acúmulo de atenção compromete a índole, esteriliza o sentimento, desperta inclinações para o vício, arrasta a vontade de apropriar-se das fontes de recreio aviltadas pela prostituição. Quanto mais intensamente trabalha, maior necessidade de evasão necessita o homem para corrigir os males biológicos inerentes ao trabalho. (RAÇA, EDUCAÇÃO E DESPORTOS, CONFERÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939 apud SUSSEKIND, 1946, p. 3)

Para o autor, não basta o Estado “assegurar a cada um o que lhe pertence, mas dar a cada um o que necessita, dentro dos limites impostos pelo bem comum”. Ele destaca o princípio básico do direito do trabalho, assinalando que o “homem que trabalha tem direito de

conduzir uma vida que corresponda à dignidade da pessoa humana”. (SUSSEKIND, 1946, p. 4). Essa orientação está presente no documento *Derecho Mexicano do Trabajo*, que serviu de base para a elaboração da CLT. Nota-se, porém, que os conflitos trabalhistas no Brasil daquele período não são abordados.

O documento apresenta questões importantes discutidas em uma conferência na Filadélfia, no ano de 1944, que dentre outros temas reconheceu como direito do trabalhador, a garantia à alimentação adequada, à habitação, ao recreio e à cultura.

No item seguinte, “O repouso e o aproveitamento das horas de lazer do operário”, o autor retoma as análises sobre a necessidade do descanso, reafirmando que nos séculos XIX e XX, a importância da luta dos operários pelo repouso obrigatório se igualou às lutas por melhores salários, descrevendo as condições críticas de trabalho que viviam os trabalhadores na Inglaterra e a mobilização destes para a conquista da redução da jornada de trabalho.

Cita também a primeira lei que limitou a jornada de doze horas na França em 1848 e, mais adiante, explica que outros países da Europa e da América do Norte somente sancionaram a lei de oito horas de trabalho em meados da década de 1910. Entre os aspectos fundamentais que centralizaram os estudos sobre o trabalho no século XX, três merecem o destaque do autor: a limitação da jornada de trabalho, a obrigatoriedade de descanso semanal e a instituição das férias anuais.

Segundo o autor, até o período anterior ao Tratado de Versalhes em 1919, poucas foram as leis organizadas pelo Estado para proteção ao trabalho em todo o mundo. O Tratado de Versalhes acabou com a idéia do trabalho como mercadoria ou objeto de aluguel, constituindo o trabalhador como “colaborador de uma atividade econômica, integrado na unidade jurídica da empresa”. Esse Tratado sugeria que cada país deveria resolver as suas questões trabalhistas, a “fim de limitar a vontade do economicamente mais forte com medidas de proteção ao trabalhador”. (TRATADO ELEMENTAL DE DERECHO SOCIAL, 1940 apud SUSSEKIND, 1946, p. 5)

Em seguida, Dr. Arnaldo Sussekind justifica a importância do descanso, citando um trecho do *Tratado Elemental de Derecho Social*, elaborado pelo jurista Carlos Garcia Oviedo, no ano de 1947, no qual afirma-se que:

[...] se satisfazem legítimas exigências sociais. Ao Estado interessa que sua população não degenere, e para isso, há de evitar o desgaste que no organismo físico produz um regime de trabalho sem repouso. Ao Estado cumpre velar pela raça, subtraindo dos seus membros tudo quando possa debilitá-los. Interessa-lhe também que o nível de cultura não decresça, procurando que um sistema de descanso proporcione ao espírito ocasião de ilustrar-se. (TRATADO ELEMENTAL DE DERECHO SOCIAL, 1940 apud SUSSEKIND, 1946, p. 5)

Nesse ponto do documento, esclarece que, naquele momento, as normas relativas ao descanso já faziam parte das legislações trabalhistas dos países mais adiantados que seguem as recomendações do “Bureau Internacional do Trabalho”, respeitando o limite da jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal de um dia por semana e as férias de, no mínimo, uma semana por ano. Cita o artigo do jurista Hirosê Pimpão, intitulado: *As férias e o bem estar físico dos trabalhadores*, em que o autor defende, com base em estudos de “ordem psico-fisiológico” de Alfredo Palácios, a tese de que o corpo cansado torna-se improdutivo, sendo prejudicial ao próprio indivíduo e, em especial, à coletividade, mostrando como a fisiologia explica os danos causados pela fadiga que degenera o trabalhador. (SUSSEKIND, 1946, p. 7)

Afirma, ainda, Hirosê que trabalho, recreação e repouso, formam a “fórmula ideal” para a existência feliz do homem que produz e que os “desportos e a recreação cultural são excelentes atividades para o equilíbrio biológico entre espírito e corpo”. O Dr. Sussekind inclui no relatório uma canção que ficou popular nas marchas operárias, na Inglaterra, e que, em seu refrão, fazia a seguinte reivindicação: “oito horas para trabalho, oito para se divertir, oito para repousar e oito shillings por dia”. (SUSSEKIND, 1946, p. 7)

Ao final do texto, Sussekind argumenta o compromisso que o Estado moderno tem em “estimular e facilitar o aproveitamento das horas de repouso dos operários, concedendo-lhes meios para que [...] possam beneficiar-se com atividades recreativas que são indispensáveis, afim de que se sintam, assim, realmente integrados na coletividade, cujo progresso desenvolvem na suas horas de labor”. (SUSSEKIND, 1946, p. 7)

2.2.1.2 A organização do Serviço de Recreação Operária

Na etapa seguinte do documento: A instituição no Brasil do Serviço de Recreação Operária: sua organização, os centros de recreação e os Sindicatos, é apresentada a origem do SRO e suas principais realizações.

Trata de uma visita ao Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho feita pela tropa de escoteiros, mantida pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro. Essa tropa era formada pelos filhos dos operários e tinha por objetivo elevar a cultura física e mental deles.

A visita, acompanhada pelo Major Inácio Rolim, representante do Conselho de Segurança Nacional, entusiasma o Ministro pela iniciativa de educação extra-escolar – considerada naquele período atividade útil, sadia e produtiva, desenvolvida pelas crianças como complemento da atividade escolar. Resolve, então, estudar a possibilidade de criar um órgão para promover o escotismo entre todos os sindicatos brasileiros.

O Dr. Sussekind, em nome do Ministro do Trabalho, procura o Major Rolim para definição dos encaminhamentos para a criação do referido órgão, mas o Dr. Sussekind e o Major Rolim chegam à conclusão de que o novo órgão poderia desenvolver também outras atividades, além do escotismo, como, por exemplo, promover a prática de atividades físicas e culturais entre trabalhadores adultos, visando ao melhor aproveitamento de suas horas de lazer. O Ministro Alexandre Marcondes Filho, concorda com a proposta apresentada por Major Rolim e Dr. Sussekind e “imediatamente cria a Portaria n. 52, de 21 de setembro de 1943” do seguinte teor:

O Ministro do Estado do Trabalho considerando que se faz mister difundir cada vez mais atividades físicas e morais entre a classe operária, facilitando-se-lhe os meios de recreação em geral e prestando aos respectivos sindicatos a colaboração que fôr necessária, resolve designar os assistentes técnicos do seu gabinete, Arnaldo Lopes Sussekind, Evaristo de Moraes Filho, Antonio Almeida Manhães, e Jelmirez Belo da Conceição, como representantes dos Empregados Sindicalizados, para, em comissão, sob a presidência do primeiro, elaborarem um projeto de portaria criando um serviço especial, junto a Comissão Técnica do Imposto Sindical, para o atendimento daqueles objetivos. (SUSSEKIND, 1946, p. 7)

Em outubro do mesmo ano, a comissão entrega ao Ministro um projeto, expondo os benefícios da “recreação em geral sobre o organismo e o espírito do homem, [...] e a necessidade de dar a quem ‘trabalha e produz’ algo que o entretenha e o faça esquecer, por instantes, o ambiente de sua oficina”. O projeto é integralmente aprovado e, em dezembro de 1943, o Serviço de Recreação Operária é instituído através da Portaria n. 68, que teve como preâmbulo o art. 7 do Decreto Lei n.4.298, de 14 de maio de 1942, o qual previa a aplicação do imposto sindical em “finalidades culturais e esportivas”. (SUSSEKIND, 1946, p. 8)

Esse serviço passou a funcionar “junto à Comissão Técnica do Imposto Sindical, CTOS, superintendido por um Conselho Central, composto por três membros, sendo um representante do Ministério do Trabalho, um da CTOS e um representante das entidades sindicais de empregados. Coube ao SRO realizar atividades nos setores cultural, esportivo e de escotismo em “todo o território nacional, diretamente, no Distrito Federal, e por intermédio das autoridades regionais designadas pelo Ministro, nos Estados e Territórios Federais”. (SUSSEKIND, 1946, p.9)

A seguir, foi criado um Conselho Central do Serviço, composto pelo procurador do Ministério do Trabalho, Evaristo de Moraes Filho; o Presidente da Federação Nacional de Transportes Marítimos e Fluviais, Jelmirez Belo da Conceição e os técnicos, Francisco Gomes Maciel Pinheiro, para o setor cultural; Nilo Alves de Moraes, para o setor desportivo e Antonio Piedade Pinto, para o escotismo; o Capitão Médico, Hermílio Ferreira, para a seção de seleção biológica e Yvonete Gomes Hermeto de Almeida, como chefe de secretaria.

Segundo o Dr. Sussekind (1946), o primeiro Centro de Recreação a entrar em funcionamento foi o do Bairro da Gávea, que funcionou de maneira experimental a partir de 23 de maio de 1944, servindo de base para a modificação e ampliação desse serviço nos anos posteriores. Ele declara que foi elaborado, em 20 de março de 1945, um regimento interno para o SRO o qual passa a desenvolver suas atividades em quatro divisões: A D.C., Divisão Cultural, constituída de biblioteca, de Educação de Adultos, de Música e Discoteca, e de Cinema e Teatro; A DEFE composta das seções de Ginástica e Desporto, de Biologia e Escotismo e a Secretaria do próprio Serviço. O próximo relatório, elaborado em 1948, traz detalhes sobre esse dados.

Após a criação do Centro da Gávea, inaugura-se o Centro de Recreação do Meyer, ambos funcionando duas ou três vezes por semana, no período da noite, das 19h30 às 23h00 e aos domingos das 12h00 às 19h00, oferecendo aos operários “gratuitamente” exposições

“cinematográficas, biblioteca, discoteca, aulas de canto, jogos de salão, ginástica, campos de futebol, quadras de voleibol e basquete, etc”. (SUSSEKIND, 1946, p. 9)

Cabe lembrar que o operário pagava não só a contribuição sindical obrigatória, a qual financiava o SRO, como também a contribuição mensal nas novas entidades sindicais, portanto, pagavam duas vezes pelas atividades recreativas desenvolvidas pelo SRO.

O autor descreve, nesse mesmo documento, o item: *A elevação do Nível intelectual do trabalhador. Realizações da Divisão Cultural do SRO: Alfabetização e Educação de Adultos; Bibliotecas; Cinemas; Teatro; Música; Côros e Discotecas*, colocando essas práticas como imprescindíveis para a elevação do nível cultural desejado ao operário. Ele retorna as discussões já realizadas na parte introdutória do documento, sobre os aspectos necessários para o combate da fadiga e introdução de novos hábitos entre o meio operário.

[...] de nada valerá o direito ao trabalho e ao descanso, para o operário analfabeto, ou simplesmente alfabetizado, porque não terá possibilidade de progredir no emprego, obtendo melhores salários, nem poderá utilizar suas horas de repouso com proveito para o seu espírito, visto que as formas mais sadias de recreação estarão sempre situadas nm plano que nação pode ser alcançado pela sua inteligência restrita e inoperante. De conseguinte, a recreação pressupõe a educação, pelo menos primária, daquele que pretende com ela se beneficiar” (SUSSEKIND, 1946, p. 11)

Nesse sentido, o autor declara no documento que, além das atividades culturais e desportivas, eram oferecidos cursos de alfabetização de adultos e de conhecimentos gerais ou de cultura popular, “afim de que se salvem da inferioridade e da pobreza em que se mergulham, inutilizando os esforços dos que labutam com inteligência e adestrado nível técnico”, e prossegue o texto declarando que de tais mudanças dependiam a evolução econômica e social e a produção da riqueza nacional.

[...] E quando falo de riqueza nacional, aludo, igualmente à riqueza biológica do ser humano, porque, inquestionavelmente, a maior riqueza de uma nação é o homem – o seu sangue o seu cérebro e os seus músculos. Todavia, o organismo não terá saúde, a inteligência não terá a luz, nem o físico terá higiene, senão quando os mais rudimentares principios de medicina, de cultura e de Educação Física forem copleendidos pelo homem liberto da mais cruel das doenças: o analfabetismo. (SUSSEKIND, 1946, p. 12)

O autor continua apresentando dados referentes ao analfabetismo no país, sem em nenhum momento fazer críticas ao Estado, discutindo estratégias para a divulgação de um serviço de alfabetização nos sindicatos, os quais deveriam iniciar os cursos pela alfabetização, desenvolvida com cartilha própria, escolhida em um concurso realizado no Ministério do Trabalho, “que explorasse temas apropriados ao operário, seus hábitos, seu meio, suas atividades, sua história”, que seriam distribuídas em todos os sindicatos profissionais do país. Ele relata que em 1945 funcionaram sete cursos de alfabetização, no prédio do Ministério do Trabalho, com um número total de 646 alunos e que em dezembro do mesmo ano o SRO deu início ao primeiro curso de conhecimentos gerais e doou vinte e nove bibliotecas, com obras de todos “os gêneros e sabores” para vinte e nove sindicatos brasileiros. (SUSSEKIND, 1946, p. 13)

No documento, o autor contabiliza o número de sessões de cinema desenvolvidas nos centros de recreação e nos sindicatos: 226 em 1945; ressaltando que a maioria dos filmes era emprestada da Coordenação dos assuntos Inter-Americanos e da Prefeitura do Distrito Federal, “sendo diminuta a filmoteca de propriedade do SRO, devido às dotações orçamentárias consignadas para este fim”. (SUSSEKIND, 1946, p. 14)

Destacam-se, no documento, as atividades da Divisão Cultural como a música, o teatro e o canto orfeônico, enquanto possibilidades de ampliação da cultura geral do operário. No item seguinte do documento, *Educação Física e os Desportos na Sociedade Contemporânea*, são descritas as realizações da Divisão de Educação Física e Escotismo, os campeonatos intersindicais de futebol, os torneios desportivos, as atividades ligadas à ginástica para os operários, considerados importantes por seus efeitos profiláticos, e os eventos ocorridos na Barraca de Ramos, os desportos de praia, as Exercursões de operários e as principais funções da Divisão de Controle e Assistência Médica, itens que serão aprofundados no relatório elaborado pelo mesmo autor em 1948.

Sobre o Escotismo como Educação Extra-Escolar, Sussekind afirma tratar-se do “melhor sistema de educação extra-escolar, eis que se utiliza dos processos mais recomendados pela moderna pedagogia, afim de formar, no jovem, os hábitos indispensáveis à completa educação do homem”, mas adverte que essa iniciativa nada tem em comum com “o escotismo e os movimentos de educação adivindos do Fascismo e o Nazismo, antes eles se repelem mutuamente quer nos métodos empregados, quer nos fins almejados”. (SUSSEKIND, 1946, p. 35)

A respeito do gerenciamento do escoltismo, o autor declara que as associações seriam criadas nos sindicatos, porém mantidas pelo SRO, que executaria o acompanhamento biométrico realizado pela seção de biologia que ficaria encarregada de lhes prestar permanente assistência médica.

O documento, em sua etapa final, faz apontamentos sobre outras realizações do SRO, como piqueniques, festas de Natal do trabalhador sindicalizado, exposição de atividades do SRO. Finaliza argumentando sobre a necessidade da ampliação do Serviço para outros Estados brasileiros e aumento de recursos financeiros para a realização das propostas do Serviço.

Com base nos gastos do ano de 1945, é sugerida, ao Ministro, uma revisão orçamentária para a utilização, nos próprios sindicatos, de 60% do imposto arrecadado como Imposto Sindical (IS), conforme preconiza o art. 592, ns. II e IV, da CLT, em “finalidades recreativas e esportivas”, auxiliando assim o SRO na ampliação desses objetivos. (SUSSEKIND, 1946, p. 37)

2.2.2 Descrição física do documento 3 - Recreação Operária - Relatório do Serviço de Recreação Operária - exercício de 1947

Documento impresso, medindo 20 X 16cm, encadernado com capa dura marrom com título e data impressos em letras douradas. Composto de 47 páginas de texto em letras tamanho 10, ilustrado por um total de 26 fotos das atividades do SRO, em definição preto e branco, no tamanho 8X10.

2.2.2.1 Descrição do Conteúdo do documento

No relatório: Recreação Operária - Relatório do Serviço de Recreação Operária - exercício de 1947, publicado em 1948, o Dr. Sussekind apresenta um balanço das ações da instituição correspondentes ao ano de 1947, mostrando os Fundamentos e Organização do

SRO. Descreve as principais atividades, o balanço e as propostas orçamentárias para aquele ano, além de apresentar os planos para o futuro.

O relatório, em seu início, destaca a importância do uso adequado das horas de lazer para o operário e seus dependentes, justificando a relevância dos momentos de lazer, além de ampliar a discussão sobre a necessidade do repouso para o restabelecimento físico e melhor disposição do operário, já apresentada no documento “Trabalho e Recreação”.

Sobre o descanso remunerado, reconhecido pela Lei Trabalhista brasileira, o autor atribui a natureza do descanso diário às exigências da religião e do refazimento físico; e a natureza do descanso anual às “causas de higiene social”, sendo esse período considerado a melhor oportunidade para a restauração do equilíbrio orgânico por possibilitar ao trabalhador um longo afastamento de seu ambiente de trabalho.

Ainda que, em seu texto, Sussekind (1948) cite G. Bachelier, autor que atribui à sobrecarga de trabalho as causas da fadiga e do desgaste físico, defendendo a necessidade do repouso para minimizar os prejuízos da “vida moderna e do *trabalho malsão* das fábricas”, nota-se que, embora seja especialista no direito do trabalho, não desenvolve qualquer tipo de discussão sobre as condições de exploração no trabalho, o excesso de horas trabalhadas, a insalubridade e outros fatores que poderiam ser muito mais prejudiciais à saúde e a verdadeira causa de fadiga e do desgaste do trabalhador, muito mais que o uso inadequado do seu tempo livre. (SUSSEKIND, 1948, p. 8)

Em seguida, o autor retoma o discurso sobre a importância do descanso nas horas de folga, enfatizando o papel da recreação para eliminar a fadiga gerada pelo trabalho e apresenta o Serviço de Recreação Operária e suas finalidades distintas para cada grupo profissional, para, em seguida, orientar a realização de atividades culturais aos trabalhadores que utilizam excessivamente sua musculatura na atividade profissional, e exercícios físicos e desportivos para aqueles trabalhadores que desenvolvem atividades de natureza monótona e mental.

Percebe-se, nesse ponto do relatório, que Sussekind (1948) compreende as atividades profissionais como geradoras de grande esforço físico, servindo de exercício para o trabalhador, podendo esse ser encaminhado para atividades intelectuais que possibilitem o desenvolvimento de qualidades por ele desconhecidas, as quais poderão ser adquiridas por meio da sindicalização:

[...] a recreação dos trabalhadores, além de concorrer decisivamente para restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo, tornando-se, assim fonte de saúde do povo e da produção do país, desempenha relevante papel na educação social do operariado e na dignificação do trabalhador, que deve usufruir dos benefícios e prazeres incorporados à civilização a que pertence.

[...] Difundindo sua ação educativa e recreativa, através do livro, da música do teatro, do cinema, dos jogos sociais, da educação-física, dos desportos e do escotismo, o Serviço de Recreação Operária procura devolver ao trabalhador, transformada em utilidade, a pequeníssima parcela do imposto sindical que lhe é destinada para o financiamento dos seus encargos. Por isto mesmo, os benefícios proporcionados por este Serviço não constituem um favor ou uma esmola do Estado, mas um direito de todo aquele que paga o imposto sindical. (SUSSEKIND, 1948, p. 8)

O autor prossegue afirmando que o SRO é um recurso eficiente para os trabalhadores mal remunerados, que não conseguem nem escolher e nem pagar por atividades de lazer apropriadas. Ressalta que as atividades promovidas por essa instituição têm a intenção de elevar indiretamente o salário real dos trabalhadores, oferecendo-lhes algo essencial para o atendimento de suas necessidades relacionadas ao descanso e, conseqüentemente, a melhoria de suas condições de saúde e de trabalho.

Sobre os benefícios proporcionados aos trabalhadores pelo Serviço de Recreação Operária, o relatório afirma que os mesmos devem:

[...] utilizar convenientemente suas horas de folga, é inegável que sua ação enseja a criação de hábitos culturais, artísticos e desportivos necessários à boa formação moral, espiritual e física do homem, concorrendo decisivamente, pela força educativa desses bons hábitos e costumes, para que nas comunidades de trabalho e nos lares operários saiba e possa o trabalhador melhor sentir a beleza da vida. (SUSSEKIND, 1948, p. 8)

Percebe-se que a visão em toda a década de 1930, sobre a incapacidade física e cultural do operário e a necessidade de regenerar, moldar e recuperar a força de trabalho, a partir da recreação, perdurou para além do Estado Novo, visão esta que não desaparece com a publicação da Consolidação das Leis Trabalhistas, em maio de 1943.

2.2.2.2 Organização e estrutura de funcionamento do S R O

Na segunda parte do relatório, apresenta-se toda a estrutura organizacional do SRO, administrado por um presidente, tendo quatro divisões: Divisão Administração (DA), Divisão Cultural (DC), Divisão de Educação Física e Escotismo (DEFE), e a Secretaria do próprio Serviço, conforme descreve-se abaixo:

- Divisão Administração (DA)

A DA é constituída pelas seguintes seções e turmas:

- a) Seção de Centros de Recreação (SCR);
- b) Seção de Instalações e Material (SIM);
- c) Turma de Pessoal (TPE);
- d) Turma de Portaria (TPO);

Subordinadas à Seção de Centros e Recreação, funcionavam os Centros de Recreação da Gávea, de Olaria e de Realengo, bem como a barraca de Ramos.

- Divisão Cultural (DC)

A DC é composta das seguintes seções:

- a) Seção de Biblioteca (SB);
- b) Turma de Cinema (TC);
- c) Seção de Música e Atividades Sociais (SMAS);
- d) Seção de Teatro (ST);

- Divisão de Educação Física e Escotismo

A DEFE tem a seguinte composição:

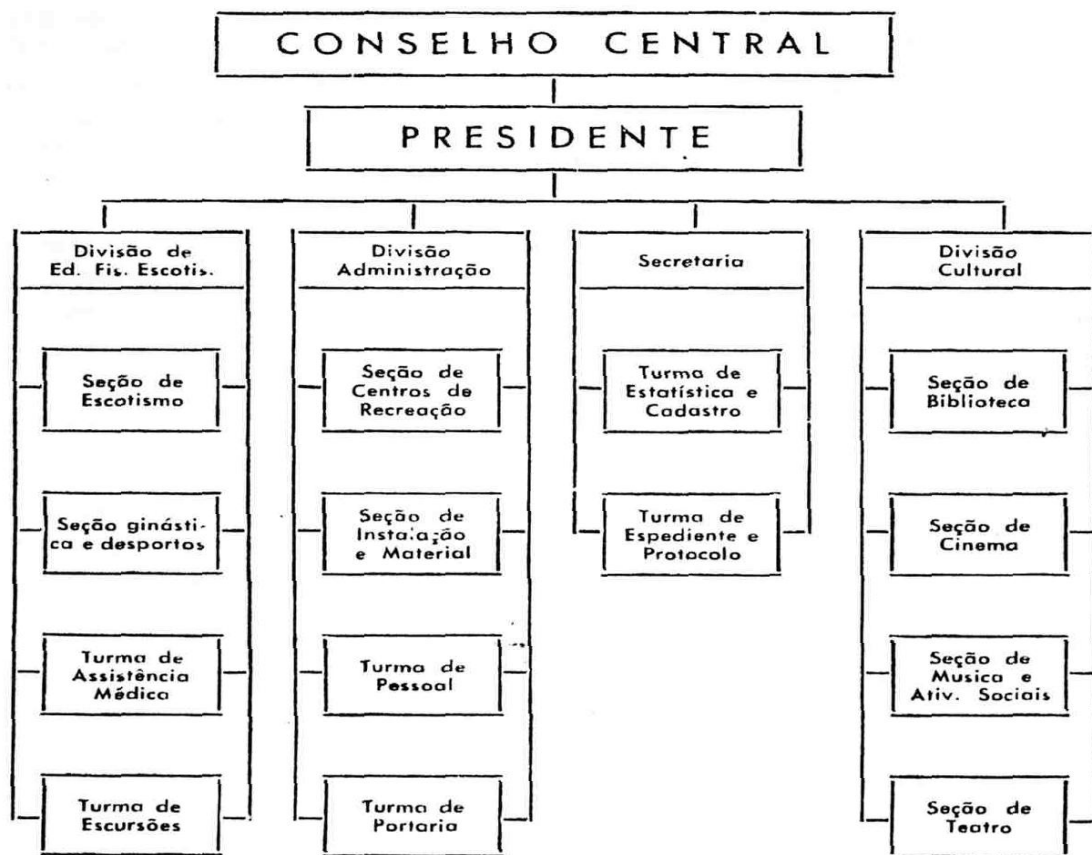
- a) Seção de Escotismo (SE);
- b) Seção de Ginástica e Desportos (SGD);
- c) Turma de Assistência Médica (TAM);
- d) Turma de Excursões (TE);

- Secretaria

Finalmente, a Secretaria constituía-se pelas seguintes turmas:

- a) Turma de Expediente e Protocolo (TEP);
 - b) Turma de Estatística e Cadastro (TEC);
- (SUSSEKIND, 1948, p. 9)

Organograma do SRO



QUADRO 1: Organograma do Serviço de Recreação Operária. (SUSSEKIND, 1948, p. 9)

Toda elaboração das programações e atividades e as diretrizes administrativas eram de responsabilidade de um Conselho, instituído pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, constituído por dois diretores de Divisão e dois trabalhadores, esses indicados

pelas entidades sindicais de grau superior, os dirigentes, funcionando sob a direção do Presidente do Serviço, Dr. Analdo Sussenkid.

O financiamento da instituição contava com uma pequena parcela do Fundo Social Sindical e cabia à Comissão do Imposto Sindical aprovar o orçamento do SRO, criar e organizar o quadro de pessoal, elaborar os relatórios de atividades e de despesas financeiras de cada ano da instituição. A forma de financiamento do SRO consta do Artigo 1º da Portaria n.º 194, de 30 de outubro de 1946, que dispõe sobre a origem e divisão orçamentária:

[...] Os órgãos centrais e regionais do Serviço de Recreação Operária (SRO) e respectivas atividades serão financiados por parte dos vinte e cinco por cento (25 %) do «Fundo Social Sindical» a que se refere o art. 3.º do Decreto-lei n.º 5.199, de 16 de janeiro de 1943, competindo à Comissão do Imposto Sindical (CIS.) como organismo gestor e fiscalizador desse Fundo: aprovar o orçamento do SRO e o respectivo quadro de pessoal, cujas propostas lhe serão enviadas até 20 de novembro de cada ano.

[...] Cumprindo o estatuto no dispositivo transcrito, o Conselho Central deste Serviço encaminhou à CIS. a proposta orçamentária para o exercício de 1948, totalizando importância, pouco inferior à 20% da arrecadação anual do “Fundo Social Sindical”, o que corresponderia a menos de 4% do imposto sindical recolhido em 1947. (SUSSEKIND, 1948, p. 14)

Vale lembrar que o financiamento do SRO, procedente do Imposto Sindical obrigatório equivalia ao desconto de um dia de trabalho de todos os trabalhadores brasileiros, estimado em 900.000 no ano de 1946. Porém somente os trabalhadores sindicalizados poderiam usufruir dos serviços prestados pelo SRO

Neste relatório, no item Recreação Cultural, encontra-se o depoimento do diretor da Divisão Cultural, Prof. Osvaldo C. de Araújo Góis, sobre a necessidade de difusão da recreação como um “poderoso instrumento de educação social”, afirmando que a Recreação Cultural tem ainda outras funções como, “o enriquecimento da personalidade intelectual do indivíduo”. Afirma ainda a importância da arte para o povo, ressaltando, no entanto, que “o teatro e a música não convêm ao trabalhador, se ele não foi submetido antes a uma preparação cultural suficiente”. (SUSSEKIND, 1948, p. 9)

O professor Osvaldo C. de Araújo Góis assegura, outrossim, que o baixo nível cultural do trabalhador brasileiro o impede de uma possível aproximação com essas artes.

[...] Mostrar ao trabalhador uma sinfonia de Beethoven, uma tragédia de Racine ou uma ópera de Wagner, sem que ele tenha ao menos uma explicação rudimentar sobre o assunto, é criar o tédio e a incompreensão. É o mesmo que atirar ao alto mar um indivíduo que não sabe nadar... Como não se pode, nas nossas condições atuais, escolher técnicos para esse trabalho prévio, feito em diversos países. (Estados Unidos, França e Inglaterra), tem que se partir de baixo para cima. Tem que se acostumar o trabalhador aos espetáculos de música, teatro e cinema, partindo do mais fácil, do mais compreensível e ir aos poucos subindo de nível, numa preparação psicológica que permite o trabalhador ir se habituando e educando o gosto artístico. Mas é necessário, no entanto, o cuidado de não realizar espetáculos medíocres, sob o pretexto de que esses são os únicos que os trabalhadores podem gostar. O cuidado está em separar o joio do trigo. (SUSSEKIND, 1948, p. 9)

[...] Em um pequenino quadro pode haver muito mais arte que num grande painel. Numa simples fuga de Bach há muito mais arte que em toda uma ópera. Num pequeno auto de Gil Vicente há muito mais arte que num dramalhão século XIX. E note-se: a grande arte é simples, compreensiva, sintética”. (SUSSEKIND, 1948, p. 10)

Conclui a sua análise reafirmando o valor dessas atividades para a elevação cultural do trabalhador e que a divisão cultural vem tentando solucionar esse problema, “apresentando espetáculos sadios, sóbrios, de fundo educativo, que possam preencher as horas de lazer do trabalhador, mas deixando também no seu espírito um pouco de luz, de curiosidade mental, de cultura, enfim”. (SUSSEKIND, 1948, p. 11)

As afirmações do diretor da Divisão Cultural, sobre o baixo nível cultural dos operários e a necessidade de uma preparação cultural, é patente no relatório, porém, em nenhuma parte, encontramos pesquisas ou qualquer outro indício que escude seu julgamento. Patenteia-se, na voz do autor, a reprodução de argumentos encontrados nos discursos publicizados por toda a década de 1930, sobre a condição física e cultural do trabalhador brasileiro.

Entre as principais atividades da Divisão Cultural estavam a da Seção de Biblioteca funcionando, inicialmente, no prédio do Ministério do Trabalho e objetivando, nas palavras de Sussekind, “difundir o gosto pela leitura entre os trabalhadores, criando esse hábito tão importante para a elevação do nível cultural de um povo”. (SUSSEKIND, 1948, p. 12)

Pouco tempo depois de sua implantação, a biblioteca passou a ser itinerante, reconhecida pelo Dr. Sussekind, como iniciativa pioneira no Brasil. Os primeiros meses do

seu funcionamento foram dedicados mais ao contato com as lideranças sindicais para a criação de estratégias visando à distribuição e forma de empréstimo do acervo.

A biblioteca itinerante contava com um acervo destinado a crianças, jovens e adultos e títulos que iam desde os de literatura aos de conteúdos de formação técnica. O autor do relatório destaca em seu relatório que durante o ano de 1947 uma pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar a preferência de leitura dos trabalhadores, mas não apresenta os resultados dessa pesquisa.

Outra atividade, nessa divisão, era a desenvolvida pela Turma de Cinema, responsável pela organização de exibições, uma vez por semana, em sedes de sindicatos do distrito federal, eram exibidos filmes educativos e técnicos com temáticas variadas.

A Seção de Música e Atividades Sociais (SMAS) tinha a responsabilidade de organizar espetáculos artísticos, com profissionais das melhores rádio-emissoras da Capital e cantores amadores selecionados pelo serviço dentre os trabalhadores sindicalizados. Além dessa atividade, eram também desenvolvidas audições de música explicada, ocasiões em que um profissional do setor escolhia um determinado gênero musical, especialmente a música erudita, possibilitando operário o acesso a obra musical e a explicação dela.

O Dr. Sussekind relata que o acervo da discoteca também era destinado a atividades “sociais de grupo, de finalidade altamente educativa, utilizando sobretudo os menores operários, filhos de trabalhadores” e para festividades organizadas pelos sindicatos. Para ele, o “Teatro do Trabalhador Brasileiro” desenvolvia uma das mais importantes atividades da Divisão Cultural, contando com a participação dos próprios trabalhadores sindicalizados, selecionados e formados pelo Serviço. Dele, Sussekind afirma o seguinte:

[...] Possui a Seção quatro elencos. O primeiro, com o nome de «Elenco Ernesto Francisoni», em homenagem ao seu fundador, já falecido, vem encenando peças no Teatro Ginástico, às segundas-feiras, há quatro anos, com amadores já muito bem treinados, alguns dos quais premiados pelo Serviço Nacional de Teatro. O Grupo tem sido por diversas vezes elogiado pela crônica especializada desta Capital e já possui um público certo entre os trabalhadores. Seus ensaios se verificam no Departamento de Arte Cênica da Sociedade Propagadora das Belas Artes.

[...] Os outros três elencos pertencem aos Centros de Recreação, onde são ensaiados e onde desenvolvem suas atividades. O principal elenco do Teatro do Trabalhador Brasileiro, realizou, no ano próximo findo, 26 espetáculos para sindicatos desta Capital, tendo a eles comparecido 21.617 trabalhadores e respectivas famílias. (SUSSEKIND, 1948, p. 20)

Em geral, nas apresentações teatrais, eram comuns os enredos que “exaltavam os valores do trabalho, da vida responsável e honesta, da disciplina, da família e do sentimento de patriotismo”. Percebe-se também a recuperação dos discursos de orientação nacionalista das décadas passadas e a exigência da sindicalização para participação nas atividades. (SUSSEKIND, 1948, p. 21)

O item *Atividades Físicas* esclarece que a divisão de maior destaque foi aquela que mais se dedicou às atividades relacionadas à Educação Física e aos Esportes. Essa divisão coordenava a Seção de Escotismo, a Seção de Ginástica e Desportos, a Turma de Assistência Médica e a Turma de Excursões.

Nesse ponto do relatório reforçam-se alguns itens já apresentados no início do relatório, sobre os fundamentos da recreação, dissertando novamente sobre a necessidade de recuperação física do trabalhador.

[...] A saúde, a alegria e a felicidade do homem dependem, em grande parte, do equilíbrio entre as funções cerebrais e musculares. Se na labuta diária a atividade profissional desempenhada pelo operário subordina a hipertrofia de uma daquelas funções, torna-se então imprescindível que ele se dedique, nas suas horas de lazer, a atividades que compensem a referida hipertrofia, restaurando o equilíbrio biológico. Assim, aqueles que abraçam profissões que exigem excessivo trabalho mental, como os profissionais liberais, escritores, professores, bancários, etc., bem como os que trabalham em serviços que requerem monótona e continuada atenção ou simples controle de maquinismo e sofrem a atrofia dos órgãos e músculos como consequência da vida sedentária a que estão obrigados, enquanto o emprego quase exclusivo das funções cerebrais avassalam a vida dos seus nervos.

[...] Faz-se mister, por tais motivos, que esses trabalhadores se dediquem, em seus momentos de folga, a atividades que solicitem o funcionamento dos órgãos e dos músculos, que os obriguem aos exercícios respiratórios, que beneficiem a circulação, estimulem a eliminação das toxinas, etc. Conforme assinalou recente publicação do SMES, através dos exercícios físicos, «o funcionamento de todos os órgãos se processa com mais facilidade. A pessoa tem uma sensação de euforia, de bem estar, de conforto. Sente-se leve, bem disposta, bem humorada. Terá melhor aptidão para o trabalho e, com isso, ganhará mais saúde, fonte de força, de alegria e de felicidade. (SUSSEKIND, 1948, p.21)

O autor enfatiza mais uma vez a importância da atividade física para o trabalhador e lamentavelmente, uma vez ainda, embora especialista em direito do trabalho, deixa de lado as discussões sobre as longas jornadas e condições inadequadas de trabalho presentes naquele momento no quadro brasileiro. Prossegue afirmando que “tanto a ginástica, como os simples

passaios, as excursões, os piqueniques, os desportos atléticos ou os grandes jogos desportivos podem ser utilizados na recreação dos trabalhadores que necessitam compensar a inércia física a que diariamente estão obrigados” e rechassa que essas atividades, se ministradas de forma adequada, podem oferecer o “descanso do cérebro e dos nervos” necessários para o desempenho profissional. (SUSSEKIND,1948, p.21)

O relatório presta conta da I Olimpíada Operária, de abrangência nacional, “inérita na América”, na qual predominaram as competições desportivas, com o objetivo de mostrar “a difusão que os desportos vêm alcançando na classe trabalhadora”. Segundo informações do *documento 2*, o *Boletim da I Olimpíada Operária*, publicado em maio de 1947, o evento foi realizado durante o mês de maio, desse mesmo ano, envolvendo equipes e representações dos Estados do Amazonas, do Ceará, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Pará e do Rio Grande do Sul, tendo a cobertura jornalística do Jornal dos Sports, especializado em esportes e sediado, até hoje, na região central da cidade do Rio de Janeiro. (SUSSEKIND, 1947, p. 3)

O Dr. Sussekind assinala o caráter apolítico do evento que possibilitou o apoio irrestrito dos sindicatos e empresas, das autoridades governamentais e desportivas: Conselho Nacional dos Desportos e às Confederações e Federações Desportivas, envolvidas na sua organização, e enfatiza o elogio do então Presidente da República, o General Eurico Gaspar Dutra, sobre a iniciativa do SRO em realizar a I Olimpíada.

[...] É urgente fazer com que o trabalhador e sua família participem plenamente dos benefícios da vida esportiva, contribuindo, assim, para, ao lado do aprimoramento técnico e intelectual, tornar realidade a melhoria física do homem brasileiro. No momento em que se inicia a Primeira Olimpíada Operária proporcionando uma nova era para os filhos dos trabalhadores brasileiros, devemo-nos rejubilar por esse passo inicial, saudando, com viva efusão os que constroem a grandeza da Pátria. (SUSSEKIND, 1947, p. 3)

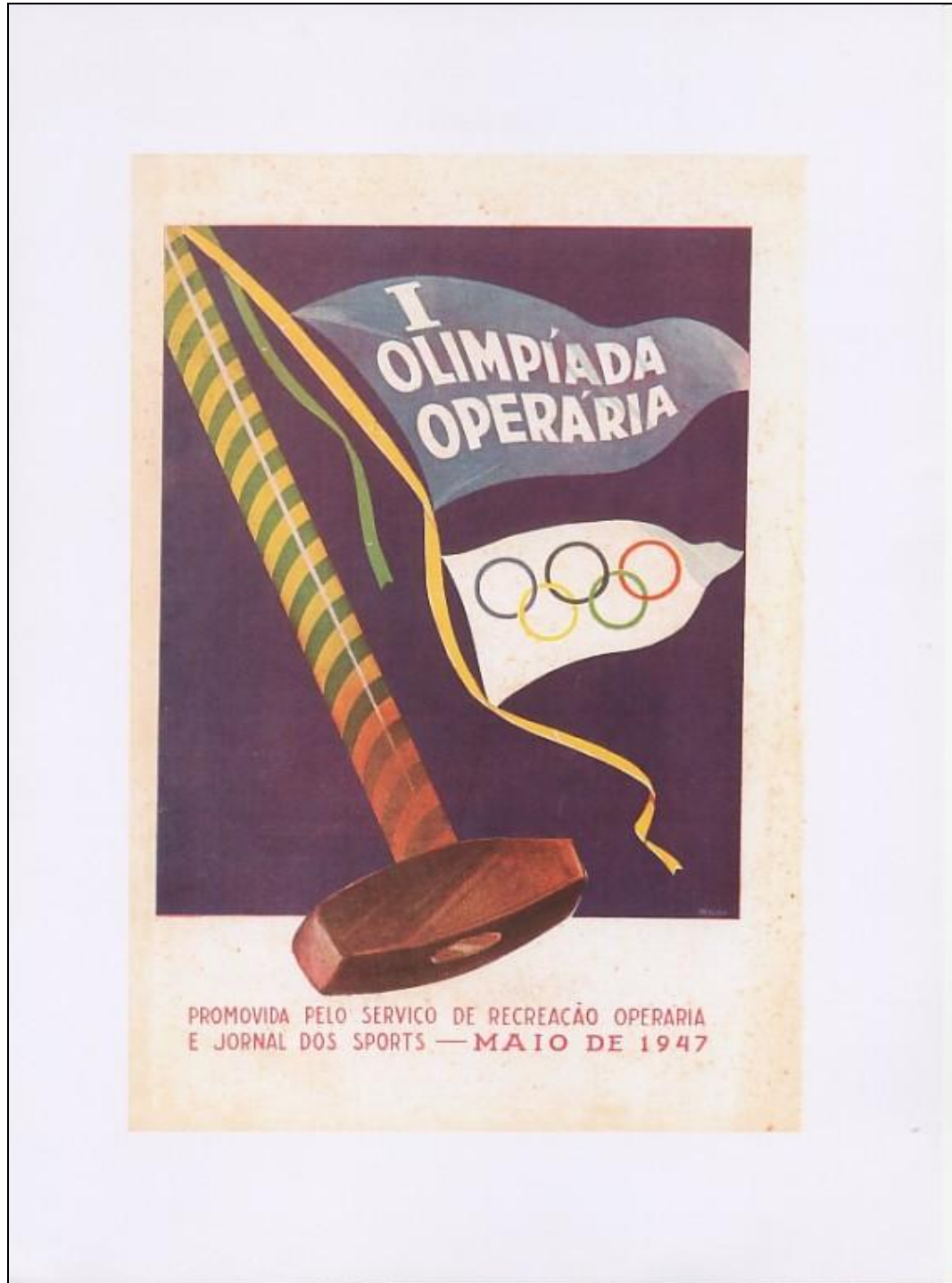


FIGURA 2- Capa do Boletim da I Olímiada Operária – Maio 1947.

Apesar do autor alegar o caráter apolítico deste evento, percebe-se no *Boletim da I Olimpíada Operária*, elaborado pelo SRO e endereçado aos participantes do evento, impresso e distribuído pela gráfica da Imprensa Nacional, uma exaltação aos representantes do Estado

daquele período. Nesse pequeno boletim, tanto o Presidente da República quanto o Ministro do Trabalho aparecem com grande destaque, logo nas primeiras páginas.

A foto do General Eurico Gaspar ocupa uma página inteira, seguida de elogio. Igualmente está, na página seguinte, a foto do Ministro do Trabalho Morvan Dias Figueredo, seguida de um breve texto dele sobre o evento. A seguir, encontram-se a foto do Presidente do Conselho Nacional de Desportos, João Lira Filho, também de página inteira.

A seguir, aparecem, juntas, as fotos do Presidente do Serviço de Recreação Operária, Dr. Arnaldo Lopes Sussekind e de Mário Rodrigues Filho; finalizando com três fotos, em uma mesma página, da Comissão Central Organizadora do evento: João de Souza Mello Júnior, redator do jornal dos Sports; Nelson Pereira da Mota, Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio e Nilo Alves de Moraes, diretor de divisão do Serviço de Recreação Operária.

A programação, bem como o endereço dos locais de competição de cada modalidade e o regulamento da Olimpíada vem somente nas páginas finais.

Além das Olimpíadas Operárias, outros importantes eventos esportivos foram organizados pelo SRO e apontados no mesmo relatório. Um deles foi o campeonato Inter-Sindical de Futebol batizado com o nome, “Ministro Morvan Dias Figueiredo”. Outro, um torneio de futebol direcionado aos trabalhadores, conhecido como: A “*Taça Disciplina*”, que, como reza o próprio nome, dispensa reflexões acerca dos objetivos e finalidades da Educação Física, naquele período.

Segundo o relatório, na Divisão de Educação Física e Esportes, havia ainda a Turma de Excursões, responsável pela organização das atividades turísticas que envolviam excursões com a participação dos trabalhadores e a organização de viagens de desportistas ligados ao SRO; e a Turma de Assistência Médica, responsável pela realização dos exames médicos de desportistas e escoteiros pertencentes às tropas que o SRO manteve em seis sindicatos localizados no Rio de Janeiro.

As expectativas do SRO, em relação à ampliação de seus serviços por todo o país, também é objeto do relatório, as quais, segundo se afirma, eram decorrentes das solicitações feitas por diversas entidades sindicais.

[...] E para esse fim propôs o SRO que o território nacional fosse dividido em seis regiões, funcionando em cada região uma Comissão Regional de

Recreação Operária (CRRO) e três setores executivos: administrativo, cultural e desportivo. A CRRO seria constituído do Delegado Regional, de um representante dos trabalhadores, indicado pelas respectivas Federações, e de um representante do Governo Estadual. Embora localizado na sede da Região, a ação da CRRO se estenderá à toda região, na qual seriam instalados, a pouco e pouco, Centros de Recreação similares aos que funcionam na Capital Federal.

[...] Na conformidade do sugerido pelo Conselho Central seriam as seguintes as regiões: Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe e Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pará, Maranhão e Amazonas. As sedes dessas regiões serão o Distrito Federal, São Paulo, Belo Horizonte (ou Juiz de Fora), Porto Alegre, Salvador e Recife. Nada impediria, outrossim, que em futuros exercícios fossem criadas novas regiões, mediante subdivisão das atuais. (SUSSEKIND,1947, p. 09)

O autor faz referência ao SESC (Serviço Social do Comércio) , destacando o sucesso desta instituição entre os trabalhadores do Rio Grande do Sul, sugerindo a instalação do SRO neste estado e propõe quatro novos objetivos para o SRO, no ano de 1948. O primeiro deles seria, “extender o âmbito de ação do Serviço aos Estados”; o segundo, a criação da Seção de Aproveitamento de Férias; o terceiro, a realização da II Olimpíada Operária com a participação de todos os Estados, em parceria com o SESI (Serviço Social da Indústria) e com o Jornal dos Sports e, por fim, o quarto, a melhoria dos níveis de remuneração dos seus servidores. (SUSSEKIND,1947, p. 10)

Reitera-se a necessidade da recreação nas grandes capitais, “onde o turbilhão quotidiano atormenta a vida dos nervos, não menos indispensável se torna ela nas outras cidades, onde inexitem praticamente meios de diversões de natureza cultural”. Finalmente, o relatório é finalizado com a solicitação da revisão e elevação dos salários dos funcionários, os quais, afirma-se não estarem “em consonância com as tarefas que os mesmos executam em beneficio da família brasileira”. (SUSSEKIND,1947, p. 12)

A partir de 1948 e até o início de 1951, devido às mudanças políticas geradas pelo fim do Estado Novo, em 1945, uma série de medidas são tomadas pelos gestores do Governo Dutra.

O Dr. Sussekind relata que mesmo em meio às mudanças que ocorreram depois da queda do governo Vargas, ele foi mantido direção do S.R.O pelo Presidente Dutra. Nesse período, foi criada uma Comissão de Inquérito na Câmara dos Deputados para averiguar supostas irregularidades ocorridas com os recursos do Imposto Sindical durante o governo

Vargas. Com exceção do Dr. Sussekind, conforme ele próprio afirma, todos os outros membros foram objeto de longa investigação. Ele foi o único dirigente do órgão financiado pelo Imposto Sindical, que não foi sequer chamado para dar explicação.

O Decreto de n. 28.410, de 1950, altera o regulamento e estrutura orgânica da Comissão do Imposto Sindical o que acabou comprometendo os projetos de ampliação do S.R. O., fazendo com que o Dr. Sussekind deixasse suas funções pelo período entre 1950 e fevereiro de 1951.

Em um relatório oficial de prestação de contas, seguido de uma carta de pedido de demissão, datada de 8 de dezembro de 1953,¹⁰ enviada para o Ministro do Trabalho João Goulart, Sussekind relata os motivos de seu retorno à direção do Serviço, em fevereiro de 1951, após o convite do Ministro Danton Coelho, a quem demonstrou o desejo de voltar a colaborar com a obra social do Presidente Getúlio Vargas, mas condicionou a sua volta à exigência de que:

[...] fossem profundamente alteradas sua estrutura orgânica e o regulamento da Comissão do Imposto Sindical. É que, com a organização capenga, oriunda do Decreto n. 28.410, de 1950, o serviço não poderia cumprir suas finalidades, teria que continuar a gastar suas verbas apenas no pagamento dos seus servidores, sem nada realizar em benefícios dos trabalhadores e suas famílias (SUSSEKIND, 1953, p. 1)

As reivindicações do Dr. Sussekind são prontamente aceitas e ele reassume suas antigas funções e apresenta um plano para o retorno do SRO, no qual propõe, para o ano de 1951, um orçamento para o reaparelhamento do serviço, a seleção de corpo técnico e o incremento das atividades no Distrito Federal. Solicita, para 1952, além da instalação do SRO, que nesse período, tinha mudado de nome para SERAC (Serviço de Recreação e Assistência Cultural) em três estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), a mesma verba pedida para o ano de 1951; e para 1953, a instalação do SERAC nos demais Estados, mediante elevação do seu orçamento, de 15% para 25% do Fundo Social Sindical. (SUSSEKIND, 1953, p. 2)

¹⁰ Documento disponível no arquivo do Centro de Pesquisa Documental da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Segundo o autor, as solicitações referentes aos anos de 1951 e 1952 foram atendidas, mas as necessidades do ano de 1953 não foram cumpridas, fato que o leva a deixar, neste mesmo ano, novamente a direção do Serviço. Antes de sua saída, porém, elabora um último documento, em 1952, já no SERAC, o **Manual de Recreação** (Orientação dos Lazerers do Trabalhador) que será analisado a seguir.

2.2.3 Descrição física do documento 4: Manual de Recreação - Orientação dos Lazerers do Trabalhador -1952

Documento impresso, medindo 20x16cm, encadernado com capa dura branca com título, data, nomes dos autores, identificação do Ministério do trabalho e brasão da república em letras pretas. É composto de 53 páginas com texto em letras tamanho 10 impresso em papel branco, sem ilustrações.

2.2.3.1 Descrição do conteúdo do documento

Atendendo a que ao Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) cumpre, não apenas realizar, mas também estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e prestar assistência técnica às entidades que realizam atividades de natureza recreativa destinadas aos trabalhadores - resolveu o Conselho Técnico deste Órgão determinar a publicação deste Manual, que foi elaborado pelos professores Arnaldo Lopes Sussekind (Diretor do SERAC e membro da Comissão de Lazerers Operários da Organização Internacional do Trabalho), Inezil Penna Marinho (Chefe do Setor de Educação Física e Turismo e Catedrático de Metodologia da Educação Física e dos Desportos da Universidade do Brasil) e Oswaldo Góes (Assistente Técnico do SERAC e membro da Comissão de Lazerers Operários da OIT (SUSSEKIND, 1952, p. 2)

Na primeira parte do documento, elaborado por Dr. Arnaldo L. Sussekind, Inezil Penna Marinho e Oswaldo Góes, no Rio de Janeiro, em 1952, encontram-se alguns temas já discutidos nos documentos anteriores como os fundamentos da recreação do trabalhador, sua

evolução histórica e seus objetivos, os aspectos que envolvem a legislação trabalhista em relação ao tempo de descanso do trabalhador e a correta utilização das suas horas de lazer.

Os autores apresentam uma série de estudos internacionais que discutem a legislação trabalhista. Em especial são apresentados aqueles que tratavam da limitação da jornada de trabalho e definiam o direito ao descanso remunerado. Cita os primeiros países a adotar a jornada de oito horas, a partir de 1915 - o Uruguai, a Suécia, o Equador, a Finlândia e o México - e a 1ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em Washington, em 1919, considerada o marco para a imposição da jornada de oito horas de trabalho, na maioria dos países capitalistas.

[...] A reação da Igreja e de diversos Congressos e Uniões Sindicais foi enorme; contudo, somente em 1891 foi sancionada na Alemanha, a primeira lei tornando obrigatório o repouso nos domingos e feriados para os industriários. Esse exemplo foi logo seguido pela Áustria (1895), Bulgária (1896), Espanha (1909), Dinamarca (1904), Bélgica (1905 - 1.º país que estendeu o repouso semanal obrigatório aos comerciários), Argentina (1905), Suíça (1905), França (1906) e, aos poucos, por quase todos os países. Depois do Tratado de Versalhes e da Conferência Internacional de 1921 generalizou-se ainda mais a adoção de repouso semanal, já agora, como acentuou Mário de La Cueva, "encarado como instrumento indispensável ao combate à fadiga física e intelectual e como condição imprescindível à vida da família do operário e da coletividade de que é parte". (SUSSEKIND, 1952, p. 9)

Ainda analisando as questões trabalhistas, destacam-se a regulamentação do pagamento ao dia de descanso semanal em diversos países do mundo e a universalização do direito às férias anuais remuneradas de no mínimo de duas semanas, como uma necessidade fisiológica para o restabelecimento do trabalhador e para a garantia da produtividade, nota-se, nesse documento, a visão funcionalista e utilitarista, assimiladas da experiência de outros países.

Em relação aos anteriores, esse documento acrescenta a contribuição da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, para a difusão da recreação do trabalhador e apresenta em detalhes informações sobre a Conferência Internacional do Trabalho, de 1919, que adotou uma convenção visando limitar em 8 horas o trabalho diário e em 48 horas semanais o trabalho nos estabelecimentos industriais, prevendo para o trabalhador horas de

descanso e “um espaço de tempo suficiente para que pudessem fazer o que melhor lhes distraísse”. E completa que:

[...] Assim o indicou claramente Mr. Barnes, delegado governamental da Grã-Bretanha à Conferência e um dos fundadores da Organização Internacional do Trabalho, na seguinte declaração feita quando da abertura do conclave:

[...] Admite-se geralmente que o trabalhador tem direito aos lazeres, que ele tem o direito de se recrear, de completar sua educação e de se ocupar de seus deveres em relação à sua família e à sociedade [...] Não se trata apenas de estabelecer uma lei ou uma regra instituindo uma jornada teórica de 8 horas ou um salário suplementar para as horas extraordinárias de trabalho. Discutimos neste momento os meios de garantir certos lazeres aos trabalhadores e não aumentar seus salários. (SUSSEKIND, 1952, p. 10)

Baseado nas discussões internacionais, os autores salientam que o Estado deve ter outras preocupações além daquelas relacionadas à “higiene e segurança de trabalho”, pois a fadiga, causada pelo emprego da máquina que impõe a repetição de movimentos, faz com que o operário, cansado física e mentalmente, procure os “prazeres que lhe são notoriamente baratos”, ao invés de desenvolver “atividades culturais e desportivas” próprias para evitar o “embrutecimento de sua personalidade, o que viria a exterminar o seu interesse pela vida”, fato já mencionado neste estudo. (SUSSEKIND, 1947, p. 3)

Segundo informações do manual, a França foi o primeiro país a se beneficiar das orientações propostas pela conferência da OIT:

[...] estudos efetuados em 1920, 1921 e 1922 revelaram que esta redução repercutiu de modo feliz em relação ao bem estar social dos operários. As condições de vida melhoraram com a tendência da população laboriosa de se estabelecer nos subúrbios da grande cidade. Aumentou o número de parques e jardins, desenvolveram-se as distrações ao ar livre, enquanto os cursos de bibliotecas populares passaram a ter maior frequência. Em outros países, como na Alemanha, a Grã Bretanha, a Dinamarca e a Suécia, o sistema estabelecido para a educação dos trabalhadores conseguiu um impressionante - progresso círculos dramáticos, bibliotecas, programas de cultura física, obtiveram resultados de uma amplitude até então desconhecida. (SUSSEKIND, 1952, p. 11)

A conferência seguinte, realizada em 1924 dá algumas recomendações como a:

[...] concernente à utilização dos lazeres do trabalhador, da qual eram pontos capitais: preservação dos lazeres, utilização dos lazeres como meio de higiene social, criação de instituições para utilização dos lazeres em que fossem desenvolvidos os jogos familiares, círculos de palestras sobre assuntos domésticos, prática de esportes para o desenvolvimento físico, instrução primária através de cursos de continuidade e educação extra-escolar através do teatro, do cinema e da música [...]. (SUSSEKIND, 1952, p. 11)

Essas recomendações acabaram por gerar um outro evento “o Congresso Internacional de Lazer Operários, em Liège em 1930”, responsável pela criação de uma comissão:

[...] uma Comissão Permanente junto à Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, a fim de encorajar e coordenar os empreendimentos dos diferentes países com o fim de assegurar aos trabalhadores todas as formas de educação popular e uma judiciosa e saudável utilização das horas de lazeres. (SUSSEKIND, 1952, p. 12).

Descreve-se todo o investimento da OIT em reuniões com organizações de recreação operária para a constituição da "Comissão Internacional de Lazer dos Trabalhadores" e para a criação de um “Comitê destinado a estudar o problema e os meios de se facilitar aos trabalhadores o emprego de suas férias remuneradas, bem como a conveniência da instituição de campos de férias para jovens trabalhadores” na Europa. Os autores do relatório do SERAC consideram que, mesmo antes do fim da segunda guerra mundial, as discussões sobre a utilização das horas de lazer do trabalhador ganham destaque, fazendo com que em 1944, a Conferência Internacional do Trabalho, aprovasse e difundisse ao mundo a Carta de Filadélfia, que reconhece em seu item III, alínea I, essa necessidade e proclama que:

[...] Todo ser humano, independente de raça, credo ou sexo, tem direito ao bem-estar material e espiritual" (Item II, alínea a), devendo a "Organização Internacional do Trabalho" incentivar em todas as nações do mundo o

estabelecimento de medidas com o fim de garantir a todos alimentação adequada, habitação, recreio e cultura. (SUSSEKIND, 1952, p. 12)

Citam outros eventos similares, ocorridos em 1949 em Montevideu, em abril, e em Genebra, em junho, os quais aprovam resoluções com o mesmo teor, sendo que o de Genebra além das orientações para os trabalhadores, apresenta métodos para o “Estado, as instituições de assistência social, as organizações de trabalhadores e os empregadores”, que auxiliariam na melhor organização dos lazeres do operário. O manual de recreação, elaborado por Sussekind e colaboradores, apresenta na íntegra as resoluções adotadas pela Comissão de Lazer Operários, realizada em Genebra em 1949, que em linhas gerais, adota, em 3 de novembro de 1949, a seguinte resolução:

1. Declara que os informes fornecidos pela OIT constituem base apropriada para elaboração de estudos sobre o melhor meio a serem ocupadas as horas de lazer do trabalhador.
2. Solicita ao Conselho de Administração de encarregar a OIT da completação de tais informes, devendo os membros do Comitê de Correspondência fornecer à OIT todas as informações úteis.
3. Solicita igualmente ao Conselho de Administração de dar a esses informes a mais larga publicidade.

II

A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, interessada em desenvolver em todos os países a utilização racional dos lazeres e consciente da importância dessa utilização e da necessidade de difundir a recreação em todo o mundo, resolve:

1. A Conferência solicita ao Conselho de Administração dar em suas publicações larga difusão às informações concernentes à utilização dos lazeres do trabalhador.
2. Confia em que a OIT continuará o estudo do problema dos lazeres em todos os seus aspectos.

III

A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, depois de ter discutido o informe nº I concernente à situação atual e aos problemas os mais importantes em matéria de utilização dos lazeres e desejando fornecer ao Conselho de Administração da OIT a mais eficaz ajuda nesse domínio, resolve:

1. A Conferência solicita do Conselho de Administração encarregar a OIT de proceder a estudos detalhados sobre as seguintes questões que poderão entrar na ordem do dia das próximas sessões da reunião de técnicos: Educação dos trabalhadores, seja do ponto de vista de sua cultura geral, de

seu aperfeiçoamento técnico ou de suas relações profissionais; Formação de organizadores e de animadores em recreação: Turismo popular especialmente no plano internacional; Organização de manifestações artísticas, nacionais e internacionais; Recreação dos trabalhadores rurais; Organização da recreação nas empresas; Desenvolvimento dos jogos e dos esportes nos planos nacional e internacional; Meios de utilização dos lazeres no sentido de contribuir para a prevenção das doenças, em particular das doenças profissionais.

IV

A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, depois de ter procedido a uma troca de pontos de vista aprofundada sobre diversos aspectos da organização e utilização dos lazeres dos trabalhadores, considerando entre outras coisas que essa utilização pela recreação: a) corresponde a um desejo geral e a uma necessidade universal; b) contribui para o desenvolvimento da personalidade do homem do ponto de vista físico, intelectual, espiritual, social, e moral; c) que são necessários ao desenvolvimento do bem estar do povo assim como à saúde e à educação;

Considerando também o valor preventivo de uma boa ocupação dos lazeres, a Conferência sugere que os programas de organização dos lazeres devem se inspirar nos seguintes princípios:

1. Todas as medidas de organização dos lazeres, quaisquer que sejam seus promotores devem salvaguardar a liberdade integral de cada um.
2. A organização dos lazeres deve partir essencialmente da iniciativa dos interessados ou dos grupos, consistindo o trabalho do Estado em coordenar, estimular e apoiar estas iniciativas, reservando-se o controle delas pelo direito que lhe dá a sua manutenção.
3. A organização dos lazeres, ou seja, a recreação deve ser adaptada às condições do meio geográfico, psicológico, social e cultural, assim como à situação individual do trabalhador.
4. A recreação deve procurar desenvolver a vida familiar.
5. A organização dos lazeres deve levar em conta o fato de que os lazeres organizados sob uma base coletiva oferecem vantajosas possibilidades para a criação de um espírito social e o desenvolvimento do bem-estar.
6. A organização dos lazeres deve ser estreitamente coordenada com as medidas tomadas em favor da saúde, da educação e do bem-estar dos trabalhadores.

V

A Conferência de Técnicos em Recreação do Comitê de Correspondência da Organização Internacional do Trabalho, depois de ter discutido o 2.º informe e considerando que os princípios gerais adotados no que concerne à utilização dos lazeres dos trabalhadores são aplicáveis aos jovens trabalhadores do mesmo modo que aos trabalhadores adultos, sugere:

1. A utilização dos lazeres para os adolescentes depende dos seguintes fatores: a) condições favoráveis de trabalho e de vida; b) liberdade do indivíduo; c) direção adequada por pessoas qualificadas.
2. A organização de facilidades relativas à utilização dos lazeres dos adolescentes deve ter por fim o desenvolvimento da personalidade e o sentido de sua responsabilidade como membros da coletividade.

3. Os poderes públicos devem prever locais e meios apropriados principalmente nos planos de reconstrução e de urbanismo, assim como encorajar as organizações que se ocupam da utilização dos lazeres dos adolescentes.
4. É conveniente a utilização na maior escala possível de informações entre os diversos países, notadamente no que concerne aos programas e atividades dos quais podem participar os jovens de um e outro sexo, seja individualmente, seja em grupos.
5. É conveniente uma atenção particular às necessidades de certas categorias de adolescentes tais como os "chômeurs", os trabalhadores rurais, etc.
6. Deve ser reconhecido o direito dos adolescentes de colaborar com os adultos na elaboração e realização de programas de utilização dos lazeres"[...]. (SUSSEKIND, 1952, p. 12-15)

Em entrevista dada a Rodrigues (2006), o Dr. Arnaldo Sussekind afirma ter participado de todas as reuniões da OIT e da Comissão de Lazer Operários a partir do ano de 1943 e até o final dos anos de 1970, incluindo essas resoluções no manual de recreação operária para que elas fossem de conhecimento de todos os profissionais envolvidos com a recreação operária no Brasil e para fortalecer junto ao Ministério a importância e da manutenção desse serviço.

No mesmo documento nos capítulos II e III, os autores abordam diversos aspectos que envolvem as atividades recreativas de natureza física, incluindo a metodologia e a sugestão de atividades como: contes, jogos, brinquedos cantados, acrobacias, dança, desportos e sua influência na Educação Física, ginástica, recreação além de atividades recreativas de natureza cultural, que envolvem a leitura, as artes populares, a música, o teatro, o cinema, o rádio e a televisão como instrumentos para o refinamento da cultura do operário.

O manual é finalizado no capítulo IV, com considerações acerca da importância do turismo operário, apresentando superficialmente metodologias para a implantação e desenvolvimento de atividades relacionadas a excursões, acampamentos e colônia de férias para o operário e sua família.

Nos anos seguintes a 1953, outros documentos oficiais pertencentes ao acervo pessoal do Professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, sem justificar a mudança, voltam a designar esse serviço, nascido em 1943 como SRO; que se transforma em 1952 em SERAC - Serviço de Recreação e Assistência Cultural; e novamente, em 1954, como Serviço de Recreação Operária, SRO, permanecendo até a sua extinção em abril de 1964.

2.3 Estudos acadêmicos sobre o Serviço de Recreação Operária: limites e impasses

Faz-se, nesta parte do estudo, breve análise das diversas publicações acadêmicas que tiveram como objetivo o estudo do Serviço de Recreação Operária, o SRO. Para tanto, tornou-se necessário um levantamento do maior número possível de publicações que tiveram essa instituição como objeto de pesquisa, porém adverte-se que foram descartados aqueles que apenas referenciaram a instituição, sem maiores reflexões.

O estudo feito pelo sociólogo Acácio Ferreira, autor do livro **Lazer Operário: um estudo de organização social das cidades**, publicado em 1959, discute a importância e o significado do lazer nas sociedades industrializadas e em desenvolvimento. Ferreira cita em sua obra o relatório elaborado por Arnaldo Lopes Sussekind, “Trabalho e Recreação” chamando a atenção para a aplicação de 60 mil questionários entre os trabalhadores, através dos sindicatos brasileiros, com o intuito de descobrir as preferências desses trabalhadores e de sua família “concernentes a atividades culturais e desportivas” (FERREIRA, 1959, p.87-88).

O autor prossegue apresentando questões importantes sobre a recreação operária, na cidade de Salvador, já não mais se reportando ao documento de Sussekind. Defende a necessidade de escolha de atividades de recreação adequadas ao tempo de lazer.

Outro importante livro, que examinou o Estado Novo, é **Sacralização da Política**, de Alcir Lenharo, publicado pela primeira vez em 1986. A obra apresenta, em seu terceiro capítulo, um estudo sobre, “A militarização do corpo” e as estratégias utilizadas pelo Estado nas décadas de 30 e 40 para a “regeneração e disciplinarização do trabalhador brasileiro, por meio da prática de atividades físicas, visando à melhoria da saúde física e mental do operário”. Dentre as principais iniciativas públicas destinadas para esse fim, ele destaca o Clube de Menores Operários e o Serviço de Recreação Operária, sem fazer qualquer análise sobre as práticas ou objetivos das mesmas. (LENHARO, 1986, p.104)

Lino Castellani Filho, professor da Universidade Estadual de Campinas, autor de um dos principais livros sobre a história da Educação Física no Brasil, publicado em 1988, **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**, cita Lenharo (1986) em seu estudo, mas aborda o SRO de maneira diferente, apresentando a instituição à luz de uma entrevista realizada com o Professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, docente e diretor do SRO entre os anos de 1958 e 1964, na qual o Dr. Ruas relata toda a sua experiência durante o período em que esteve no comando desse serviço. (CASTELLANI FILHO, 1988, p. 160-161).

Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania, publicado em 2002, de Carlos Augusto da Costa Niemeyer, um dos mais recentes estudos a respeito do assunto, introduz debates sobre várias iniciativas no campo do lazer, nas décadas de 30 e 40 e sobre o discurso de valorização do corpo e da recreação. Além disso, faz breve citação do SRO afirmando, com base nos estudos de Holanda Loyola (1944), a “preocupação em controlar as contraditórias influências sempre latentes nas fábricas através de uma pedagogia disciplinar e modeladora de consciências, que [...] propõe afastar o perigo através da recreação planejada, diluidora de tensões e de grande utilidade ao sistema produtivo em expansão”. O estudo, porém, é mera reprodução das afirmações encontradas no conjunto dos estudos anteriores, publicados nos anos 30 e 40, e se alinha à visão de seus autores.

Entre os artigos, dissertações de mestrado e teses coletados encontram-se vários estudos de Elza Margarida de Mendonça Peixoto, professora de Educação Física da Universidade Estadual de Londrina, os quais trazem importantes contribuições para o campo dos estudos do lazer no Brasil.

Peixoto, juntamente com os estudos de Maria de Fátima Rodrigues Pereira, em um artigo de 2007, intitulado, “**Primeiro ciclo dos estudos do lazer no Brasil: contexto histórico, temáticas e problemáticas**”, faz um amplo levantamento do estado da arte na produção de estudo sobre o lazer no Brasil, nos anos de 1891 e 2006. Nesse artigo, as autoras afirmam que estudos elaborados nos anos de 1940, por Arnaldo Sussekind, que, segundo elas, pode ser considerado como um “intelectual orgânico dos interesses burgueses hegemônicos na ocasião, o qual defende o direito ao repouso remunerado tutelado [...], revelam que o projeto de Vargas visava, [...] às condições de modernização e industrialização do país na década de 40”, análise que corrobora também com os outros estudos. (PEIXOTO, 2007, p. 9)

Já no artigo, “**O Serviço de Recreação Operária e o projeto de conformação da classe operário no Brasil**”, Peixoto (2008) faz uma análise da implementação do SRO na década de 1940, com base em entrevista concedida por Sussekind em 2003¹¹, em fragmentos do relatório Trabalho e Recreação de 1946 e em dois livros publicados pelo entrevistado. Essas obras são referências para os estudos jurídicos, um do ano de 1950, intitulado, “Duração do trabalho e repouso remunerados”, e outro, “Convenções da OIT”, publicado em 1994.

Outra pesquisadora que vem se dedicando a pesquisas sobre a vida o SRO nos primeiros anos da década de 1940 é a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

¹¹ Entrevista concedida à Revista Prática Jurídica, Editora Consulex, Ano III, n.30, p.6-9, de 30 de setembro de 2004, com o título: A chave do sucesso: Arnaldo Sussekind.

Angela Brêtas Gomes dos Santos, que publicou diversos artigos tendo o SRO como tema, além da tese de doutorado, **“Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)”**, em 2007. De maneira geral, pode-se notar nos estudos de Brêtas (2007) aspectos da cultura popular do período estudado e a relação desses aspectos com a proposta do SRO, proposta esta encontrada apenas nos primeiro relatórios elaborados por Sussekind. Seus estudos privilegiam, entretanto, esse período, não avançando para as décadas posteriores. O mesmo é notado em outro artigo da autora intitulado, **Trabalho e recreação: uma visão panorâmica dos fundamentos, da organização e das realizações do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)**.

Outros importantes estudos sobre a Educação Física no Estado Novo são as dissertações de mestrado de Magali Alonso Lima, **“O corpo no espaço e no tempo”** de 1980 e **“Ser forte para fazer a nação forte”**, de Sonia de Deus Rodrigues Bercito de 1991.

Ambas as pesquisas desenvolvem discussões acerca do papel da Educação Física e do corpo, durante o Estado Novo, e fazem referência ao Serviço de Recreação Operária, como instituição responsável para a concretização do projeto nacionalista de Vargas, que previa uma “nova nação” e um “novo homem” configurado na imagem de um trabalhador saudável e produtivo. Nos dois estudos só encontramos registros sobre as atividades iniciais do SRO, durante o período do Estado Novo, período delimitado por elas. Baseiam-se, em geral, nas informações retiradas do Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e em periódicos da época especializados nas áreas de saúde, Educação Física, higiene e trabalho.

Meily Assbú Linhares, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, em sua Dissertação de Mestrado, **“A trajetória política do esporte no Brasil: Interesses envolvidos, setores excluídos”**, defendida em 1996, apresenta o SRO como uma outra vertente esportiva criada pelo Estado Novo em 1943, com o objetivo de desenvolver junto aos operariado atividades culturais, esportivas e de escotismo como forma de garantir a disciplina e ordem social tanto no período de trabalho como fora dele.

Diferente dos outros estudos, a autora afirma que o Serviço de Recreação Operária em seus vinte e um anos de existência no Ministério do Trabalho, sobreviveu para além do período estadonovista, mas não garantiu as intenções ideológicas desse período e nem constituiu espaço legítimo de implementação de políticas voltadas para o lazer da classe trabalhadora (LINHARES, 1996, p.116-117).

A autora tece suas afirmações, sobre os anos finais do SRO, apenas com base no depoimento de Professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, gestor do SRO no final dos anos 50 e início dos 60, disponível no livro de Castellani (1988), porém não apresenta estudos baseados em outras fontes documentais, capazes de referendar sua análise.

Dentre todos os pesquisadores, pode-se considerar a professora Christianne Luce Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais, como a que reúne o maior número de estudos sobre o SRO. Nas últimas décadas, Gomes escreveu diversos artigos sobre a atuação do SRO na década de 1940, alguns em parceria com outros autores¹², além de defender sua Tese: **“Significados de Recreação e Lazer no Brasil: Reflexões a partir da Análise de Experiências Institucionais (1926-1964)”**, em 2003.

Nesse estudo a autora analisa três experiências pioneiras institucionais no âmbito das políticas públicas, ocorridas entre os anos de 1926 e 1964. Inicia o estudo apresentando o Serviço de Recreação Pública criado em 1926, em Porto Alegre; segue para os Jardins de Recreio em São Paulo, em 1935, e finalmente, para o Serviço de Recreação Operária. Gomes (2003) inicia a sua análise sobre o SRO, pontuando que, na década de 1930, o trabalho produtivo foi a matriz de pensamento que possibilitou a construção dos valores que conduziram as ações do Estado.

Destaca, ainda, as obras do jurista Dr. Arnaldo Sussekind, considerados como o estudos que “podem ser considerados como evidência da emergência do lazer, no Brasil, enquanto campo de estudos”, considerando que a categoria fundamental que determinou o lazer, nesse período, foi o tempo, utilizado como mecanismo de controle social”. (GOMES, 2003).

Em sua Tese, ela propõe reconstituir a trajetória histórica do SRO entre os anos de 1943-1964, para isso utiliza, como base, especialmente, excertos dos documentos elaborados por Dr. Arnaldo Sussekind, durante o período que ele esteve no comando da instituição, bem como uma entrevista dada por ele.

Esse estudo não apresenta documentos que permitiriam avaliar os anos posteriores a 1952, época em que Sussekind deixa definitivamente o SRO. Também sua análise sobre os últimos seis anos do SRO tem como fonte exclusiva a entrevista concedida pelo professor

¹² A autora elaborou com o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Victor de Andrade Melo, para a revista Movimento de Porto Alegre, v.9, n.1, o artigo, **Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa**, em 2003.

Vinicius Ruas Ferreira da Silva, ao professor Lino Castellani Filho, publicada no livro **Educação física no Brasil: a história que não se conta.**

Um estudo recente, ainda em andamento, é a Dissertação de Mestrado de Aline Amoêdo Corrêa: **A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparativa do Serviço de Recreação operária (SRO) e o Serviço Social do Comércio (SESC)**, na UFRJ desde o início de 2008. Nela a autora se propõe a analisar as duas instituições, observando seus objetivos e suas semelhanças, mas não foi possível saber ainda qual será a temporalidade analisada nesse estudo e nem os documentos que nortearão essa análise.

Nota-se que, apesar do Serviço de Recreação Operária ter sido objeto de investigação de pesquisadores de diversas áreas como história, educação e em especial, Educação Física, todos os estudos interessados em conhecer a trajetória da recreação operária no Brasil, apresentam apenas aprofundamentos das ocorrências dos dez primeiros anos. Assim, compreenderam que os objetivos dessa instituição estivessem sempre relacionados às diretrizes do Estado que se voltava, entre os anos de 1943 e início de 1952, para a ocupação sadia do tempo livre de trabalho, visando, segundo constatações de Peixoto (2007) e Gomes (2003), cooperar com o projeto de conformação do operariado brasileiro.

De maneira geral, o SRO é caracterizado, pela maioria dos pesquisadores, por meio dos documentos referentes a sua trajetória inicial. Dessa forma, ousamos observar que apenas os de Linhares (1996) e Gomes (2003) além de Rodrigues (2006) desenvolveram sucintas análises sobre os anos finais dessa instituição, todas, escudadas no depoimento do Professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, dado a Castellani (1988).

Rodrigues (2006) desenvolveu em sua Dissertação de Mestrado, um estudo superficial do período inicial e do período final de existência do SRO, trazendo, para a época, como novidade, uma nova entrevista com o professor Vinicius Ruas que descrevia detalhes de sua gestão. Mas também, como os demais estudos, apresenta suas constatações sobre os primeiros dez anos da instituição calcadas nos estudos dos anos de 1940 e início de 1950, elaborados pelo Dr. Sussekind e não explora, de forma aprofundada, os últimos seis anos do SRO

Nos capítulos seguintes do presente estudo, serão apresentadas fontes de diversas origens, levantadas em pesquisa de campo, com o intuito de reconstituir com detalhes os anos

finais do Serviço de Recreação Operária, levantamento que se justifica pela inexistência de estudo desse período, até o momento não levado a termo por nenhum pesquisador.

Para tanto, utilizaremos documentos oficiais, pertencentes ao acervo pessoal do professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, compostos de cartas, ofícios, regulamentos, projetos, matérias de jornais, programações de cursos, textos de palestras, fotografias e outros documentos pessoais. Além desses, a presente análise baseia-se em entrevistas realizadas com outras personagens que estiveram envolvidas com o SRO, em seu período final.

3 RECREAÇÃO OPERÁRIA: DE DUTRA A GOULART

Não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento, como um dado do sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento, de formação já que todo o indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado. (GRAMSCI, 1995)

Neste capítulo, inicia-se a apresentação de documentos, ainda inéditos no meio acadêmico, que contam a história do Serviço de Recreação Operária, em seus últimos dez anos. Neles são abordadas questões sobre os momentos finais da gestão do Dr. Arnaldo Sussekind e sobre as mudanças ocorridas neste serviço após a saída dele, com base em uma carta de demissão e um relatório de atividades do SERAC¹³, elaborados por Sussekind em 1953; em trechos inéditos de uma entrevista concedida pelo Dr. Arnaldo, em 2005, a autora desta tese; e em uma reportagem publicada na Tribuna Esportiva do Jornal Carioca, em fevereiro de 1963, que questiona as instituições financiadoras do SRO.

Esses documentos fazem parte do acervo do arquivo do Centro de Pesquisa Documental da Fundação Getúlio Vargas, localizado no Rio de Janeiro, e do arquivo pessoal do professor Vinicius Ruas.

Para a análise desses documentos destacaram-se não só importantes episódios do cenário político, econômico e social do final da década de quarenta, ocasião da primeira saída de Dr. Sussekind do SRO, no final do Governo Dutra, como também dos primeiros anos da década de cinquenta, período de seu retorno e de seu posterior pedido de demissão já quase ao final do segundo Governo do Presidente Vargas.

Apresentam-se também, neste capítulo, passagens relevantes sobre o investimento do setor privado no fomento de instituições promotoras de lazer para os trabalhadores e uma síntese da trajetória dos principais movimentos sociais ligados à cultura e educação popular, que tiveram importante expressão nos anos finais do governo de Juscelino Kubitschek e

¹³ A partir de 1951 o Serviço de Recreação Operária (SRO) muda de nome para Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC).

durante o governo de João Goulart os quais se relacionaram, direta e indiretamente, nos anos sessenta, com o Serviço de Recreação Operária.

Essa etapa da pesquisa foi enriquecida com o testemunho de Dr. Almino Álvares Monteiro Affonso, político nacionalista e intelectual, que teve presença constante na vida política do país, atuando no Congresso Federal a partir de meados dos anos cinquenta, representando e defendendo os interesses sociais em assuntos que envolviam questões trabalhistas do campo e das cidades, inicialmente como Deputado Federal e, no ano de 1963, ocupando o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social do Governo Jango.

3.1 Tempos de mudanças no SRO

O Dr. Sussekind esteve a frente do SRO de 1943, até o final do Estado Novo e praticamente por todo governo Dutra, iniciado em 1946, após a deposição do presidente Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945.

Constatou-se, com base em dados da pesquisa, que o Dr. Sussekind, apesar da deposição do Presidente Vargas, prosseguiu com suas atividades a frente do SRO no governo Dutra. Em 1950, entretanto, em decorrência da aproximação do período eleitoral e em virtude de medidas tomadas pelo governo as quais visavam à continuidade daquela gestão, ele se afasta de suas funções.

Dentre as medidas, a principal delas e que culminou na sua saída da direção do SRO foi a determinação imposta pelo Decreto de nº 28.410, de 20 de julho de 1950, que alterava o regulamento e a estrutura orgânica da Comissão do Imposto Sindical, reduzindo drasticamente os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades daquele serviço.

Posicionando-se contrário ao decreto nº 28.410 e manifestando o seu apoio a candidatura do Presidente Vargas, o Dr. Sussekind é afastado da presidência do Serviço de Recreação Operária antes mesmo do final do governo Dutra.

Fausto (2000) afirma que nesse período o presidente Dutra, que tornou-se Presidente da República exclusivamente devido ao apoio público do ex-presidente Getúlio Vargas, tentando dar continuidade a sua linha de governo, opta por apoiar, para as eleições de 3 de outubro de 1950, Cristiano Machado, pelo PSD e alinhado com a União Democrática

Nacional, a UDN, ala considerada conservadora no meio político e partidos que tiveram presença marcante após o segundo ano de sua gestão.

O presidente Dutra inicia um período de cassação de mandatos de deputados de partidos da oposição e de intervenção em mais de duzentos sindicatos, como forma de desestruturar as possíveis bases de apoio à candidatura de Vargas.

Apesar da articulação do Presidente Dutra para a vitória de seu candidato do PSD e da forte oposição da UDN, que voltou a apresentar, como na eleição de 1945, o Brigadeiro Eduardo Gomes como o candidato a presidência da república, Getúlio Vargas, fundamentando a sua campanha na criação do parque industrial brasileiro e na ampliação da legislação social, iniciada por ele durante o Estado Novo, vence as eleições com aproximadamente 49% dos votos.

Os opositores a Vargas, partidários da UDN, apoiados pelo setor conservador das forças armadas alegando, usando a alegação de necessidade de vitória eleitoral com maioria absoluta de votos tentam, sem sucesso, impedir a posse do Presidente Vargas.

Debalde esses movimentos, Vargas inicia o seu segundo mandato em 1951, contando com grande apoio popular e com parte dos antigos aliados de sua gestão anterior, dentre eles estava o Dr. Arnaldo Sussekind.

Alguns anos depois, em um relatório oficial de prestação de contas, seguido de uma carta com um pedido de demissão, datada de 8 de dezembro de 1953 enviada ao então Ministro do Trabalho do governo Vargas, o Sr. João Goulart, o Dr. Sussekind relata as circunstâncias que envolveram a sua saída do SERAC ao final do governo Dutra e o seu retorno à direção desse Serviço, no segundo mandato de Vargas, no início do mês de março de 1951, ocasião em que recebe o convite do Ministro do Trabalho, Danton Coelho, considerado por Vargas como o organizador do PTB e arquiteto da campanha eleitoral que o levou novamente ao poder.

Nesta carta o Dr. Sussekind relata os motivos de sua volta às antigas funções.

Para ele, o retorno ao SRO foi uma justa “reparação” a quem havia sido sempre fiel ao presidente Vargas e demonstrado o desejo de voltar a colaborar com a obra social do país. Na ocasião, ele faz algumas observações e condiciona a sua volta ao SRO afirmando que voltava, desde que:

[...] não fosse profundamente alterada a estrutura orgânica e o regulamento da Comissão do Imposto Sindical (CIS). É que, com a organização capenga,

oriunda do Decreto n. 28.410, de 1950, o serviço não poderia cumprir suas finalidades, teria que continuar a gastar suas verbas apenas no pagamento dos seus servidores, sem nada realizar em benefícios dos trabalhadores e suas famílias (SUSSEKIND, 1953, p. 1)

O pedido de Sussekind é imediatamente aceito pelo Ministro do Trabalho Danton Coelho, que o reencaminha para o seu antigo posto. Sussekind, de pronto, apresenta-lhe um plano orçamentário para a gestão do serviço no triênio 51/53.

Sete meses depois de seu retorno ao SRO, o novo Ministro do Trabalho José Segadas Vianna, sucessor de Danton Coelho no cargo de Ministro do Trabalho, envia uma carta ao Presidente da República Getúlio Vargas, na qual ressalta a importância do Serviço de Recreação Operária e de Dr. Arnaldo.

[...] Com o retorno de Vossa Excelência a suprema Magistratura do País, pelo voto do povo brasileiro, voltou esse Ministério a dispensar a necessária atenção ao Serviço, que constitui, sem dúvida, um dos elos mais importantes na cadeia de órgãos responsáveis pelo bem-estar social dos trabalhadores. Para tanto, tornou-se indispensável ressuscitar o Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) visto que, em março do corrente ano, quando sua direção foi novamente entregue ao Procurador Arnaldo Lopes Sussekind, todos os antigos Centros de Recreação haviam sido extintos, com exceção de um único que, todavia, não mais funcionava; a nenhum estado havia sido estendido o Serviço e as atividades culturais, artísticas e desportivas não mais se realizavam.

[...] Recebendo, há dias, do Diretor do SERAC - Procurador Arnaldo Lopes Sussekind – relatório pertinente – as atividades empreendidas no semestre compreendido entre 1 de abril e 30 de setembro, com satisfação, que já ocorreu, de fato, o ressurgimento do aludido Serviço, que é um dos órgãos custeados pelo “Fundo Social Sindical”. (SUSSEKIND, 1953, p. 2)

Vale lembrar, que foi nesse período, no ano de 1951, que o então o SRO passou a se chamar, Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC), tendo como finalidade principal: “promover e estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e suas famílias [...] por meio de atividades de natureza recreativa e também através de atividades de assistência cultural-educativa”. (SUSSEKIND, 1953, p. 2)

Dr. Sussekind afirma que a mudança se deu devido ao baixo nível de escolaridade e cultura do operariado, que, em sua maioria, era analfabeto. Por isso as atividades relacionadas com a alfabetização de adultos, com as artes em geral, como o teatro e as

audições passam a ganhar destaque em relação às atividades recreativas de natureza física, em geral relacionada aos esportes.

Ele declara que, além da recuperação do serviço no Distrito Federal, foram criados e instalados outros centros nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná; e que foram criados, porém não instalados, os do Estado de Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará e Espírito Santo.

Sobre essas iniciativas ele conta que o Presidente da República, Getúlio Vargas, em seus discursos em comemoração ao dia sete de setembro de 1952, em Porto Alegre e no 1º. de maio de 1953, em Volta Redonda, agradeceu ao “Fundo Social Sindical” pela instalação do SERAC em diversos Estados brasileiros, “assegurando aos trabalhadores o acesso a bibliotecas populares, o exercício dos desportos e a concessão de bolsas de estudo para seus filhos”. (SUSSEKIND, 1953, p.3)

No mesmo relatório, são apresentadas as finalidades do SERAC, em texto desenvolvido com os mesmos referenciais teóricos dos documentos elaborados pelo Dr. Sussekind nos anos de 1940, reafirmando que a recreação não corresponde apenas a divertimento do trabalhador, mas que objetiva: “elevar o seu nível educacional, restaurar e preservar o seu equilíbrio biológico e proporcionar a sua integração social”, para isso ele pondera que:

[...] bibliotecas, os clubes de música, as visitas a museus, o teatro, o cinema, os espetáculos artístico-musicais [...] se constituem em processos educacionais por meio dos quais o recreando se instrui sem apego aos rígidos currículos da educação formal, mas com real aproveitamento das lições que emanam do instrumento que, por motivação intrínseca ou provocada, escolheu para as suas horas de lazer. (SUSSEKIND, 1953, p. 3)

O autor enfatiza a importância de tais práticas para o desenvolvimento do trabalhador, utilizando um trecho de uma conferência sobre a importância da Educação Física de Lourenço Filho, realizada também nos anos quarenta:

[...] a educação é posta em termos funcionais, com o aproveitamento das forças íntimas da personalidade, suas tendências profundas, os seus

impulsos naturais. Todos hão de ser dirigidos e aproveitados. A organização do pensamento aparece como instrumento ao serviço da vida, não como o seu opressor. A boa motivação cria nos educandos um estado que leva a atividade desejada, como se ela fosse de caráter espontâneo, produzida como sentido criador. O estado dessa atividade é o mesmo que a criança apresenta quando está brincando. Todas as capacidades do educando estão então despertadas. Nada o distrai, nada o perturba, nem mesmo a fadiga se torna sensível. Toda a personalidade está ali dirigida, e integrada por um sentido, que o domina. E só então podemos dizer que a atividade seja plenamente educativa, pois que a experiência nela se reorganiza. (SUSSEKIND, 1953, p. 4)

Prossegue o documento, fazendo uma análise, ainda com base na conferência de Lourenço Filho, sobre as finalidades da atividade física e dos desportos para a educação plena e integral do homem, e considera que, através dessas atividades, assegura-se a formação do físico, da mente, da moral e a formação social do trabalhador. O autor recorre aos seus estudos desenvolvidos para o II Congresso Americano de Medicina do Trabalho, realizado no Rio de Janeiro em 1952, para rediscutir ainda questões sobre a fadiga e a necessidade do repouso adequado do trabalhador.

Antes de apresentar os dados sobre a ampliação das atividades do SERAC, Sussekind faz breve reflexão sobre os fins sociais da recreação, afirmando o seu valor como instrumento de “integração do recreando na comunidade de que é parte” e auxiliando na criação de bons hábitos culturais, artísticos e desportivos os quais julga necessários para:

[...] a boa formação moral, espiritual e física do homem e concorrendo decisivamente, pela força educativa desses bons hábitos e costumes, para que, nas comunidades de trabalho e nos lares operários, saiba e possa o trabalhador viver com dignidade. (SUSSEKIND, 1953, p. 5)

Como uma forma de demonstrar o desempenho de sua gestão, Sussekind ilustra o relatório com quadros quantificando as atividades desenvolvidas pelo órgão, apresentando o número de atendimentos no ano anterior ao seu retorno, 1950, e os referentes aos anos em que esteve a frente da direção do serviço, de março de 1951 a dezembro 1953, conforme transcreve-se abaixo:

Campo de ação do SERAC	1950	1951	1952	1953
Setores Centrais	2	3	3	3
Orgãos Regionais	0	1	3	5
Centros de Recreação	1	2	5	6
Sindicatos Beneficiados	23	118	187	389
Outras entidades beneficiadas	10	18	23	39

QUADRO 2- Número de atendimentos do SERAC entre os anos de 1950 e 1953. (SUSSEKIND, 1953, p. 5)

Bibliotecas e Discotecas	1950	1951	1952	1953
Bibliotecas mantidas	1	2	5	9
Bibliotecas doadas	1	118	64	22
Discotecas doadas	22	71	26	65

QUADRO 3- Número de atendimentos do SERAC entre os anos de 1950 e 1953. (SUSSEKIND, 1953, p. 5)

Assistência Educacional	1950	1951	1952	1953
Cursos mantidos	0	3	9	32
Bolsas de estudo	0	29	30	90
Palestras, conferências e mesas redondas	0	0	36	37

QUADRO 4- Número de atendimentos do SERAC entre os anos de 1950 e 1953. (SUSSEKIND, 1953, p. 5)

Artes Populares	1950	1951	1952	1953
Sessões cinematográficas	104	196	677	1015
- Assistentes	sem. estat.	59.984	199.342	237872
Espetáculo teatrais e circenses	2	21	17	9
- Assistentes	s. estat.	31.204	17.935	11.00
Espetáculos artísticos musicais	14	22	73	53
- Assistentes	s. estat.	37.289	86.004	64.343
Festas dançantes	0	0	21	42
- Participantes	0	0	6.300	19.534

QUADRO 5- Número de atendimentos do SERAC entre os anos de 1950 e 1953. (SUSSEKIND, 1953, p. 5)

Educação Física e Excursões	1950	1951	1952	1953
Competições desportivas	s. estat.	910	3.157	5.681
- Participantes	s. estat.	6090	32.499	87.301
- Assistentes	s. estat.	s. estat.	22.750	98.232
Jogos Sociais	s. estat.	8.259	7.025	3.981
- Participantes	s. estat.	17.906	14.115	10.82
Aulas de Ginástica	s. estat.	81	205	113
- Participantes	s. estat.	4.399	7.528	5.378
Excursões e Passeios	s. estat.	14	399	26
- Participantes	s. estat.	11,879	25.723	5.429

QUADRO 6- Número de atendimentos do SERAC entre os anos de 1950 e 1953. (SUSSEKIND, 1953, p. 6)

Atividades Diversas	1950	1951	1952	1953
Associação de Escoteiros	2	4	5	6
- Reuniões	s. estat.	307	579	487
- Bivaques e acampamentos	s. estat.	79	205	126
Amplificação de Som	41	70	137	86
Exames Médicos em recreandos	s. estat.	282	132	658
Festividades comemorativas de efemérides	1	1	8	8
- Assistentes	s. estat.	63.325	198.301	62.200
Festas Juninas	0	0	2	3
- Participantes	0	0	12.842	10.800
Utilidades distribuídas em Natal	0	9.216	14.116	0

QUADRO 7- Número de atendimentos do SERAC entre os anos de 1950 e 1953. (SUSSEKIND, 1953, p. 6)

Nota-se, nos dados apresentados, um aumento substancial em relação aos números de atendimentos registrados nos relatórios elaborados por ele nos anos quarenta. O autor, entretanto, afirma que não pôde detalhar as atividades referentes ao ano de 1950, período em que ele esteve afastado desse serviço.

As fontes e os procedimentos utilizados para a coleta e organização desses números, porém, esclarecem apenas que das solicitações encaminhadas no projeto, por ocasião de seu retorno, somente foram atendidas aquelas referentes aos anos de 1951 e 1952, período que registra, conforme os dados acima apresentados, um grande crescimento de atividades e atendimentos.

Dr. Sussekind alega que a sua saída definitiva do comando do SERAC justifica-se pelo não cumprimento por parte do governo das solicitações referentes às necessidades do ano de 1953, que por força da Portaria Ministerial nº 80, de 14 de julho de 1953, suspendeu as atividades da Comissão do Imposto Sindical, para elaboração de estudos que pretendiam reorganizar o setor, o que isso envolvia mais uma vez a utilização dos recursos financeiros

destinados ao desenvolvimento das atividades do SERAC, para atender a outras necessidades do período.

Sussekind, em entrevista concedida para Rodrigues (2006), reitera seus motivos e faz a seguinte afirmação sobre o Ministro João Goulart, que segundo ele:

[...] resolve alterar o orçamento, inclusive sem me ouvir. Eu tinha, anteriormente, 30% do orçamento para pessoal, o mínimo necessário e 70% para atividades, então realizava-se muita atividade. Ele inverteu, repassaria 70% para o pessoal e 30% para as atividades. Eu fui a ele e disse que estranhava por dois motivos: primeiro, porque não tinha sido ouvido e, segundo, porque essa inversão, eu não poderia concordar. Ele virou-se para mim e disse: o senhor está se esquecendo que para o ano nós temos eleições, de maneira que precisamos preparar essa votação. Aí, eu disse: 'está bem, é um direito seu como ministro, mas não conte mais comigo'. E ele respondeu: Mas o Dr. Getúlio gosta muito do senhor. Bom, eu sei que gosta, porque eu conheci o Getúlio pessoalmente nas reuniões da Consolidação das Leis de Trabalho. [...] Aí, eu escrevi uma carta para o Getúlio e o Jango ficou com mais raiva de mim, porque eu não mandei a carta por intermédio dele, eu mandei pela Alzirinha, a filha e secretária pessoal do Getúlio, que era minha amiga e contemporânea da faculdade de Direito e nesse período de CLT, era ela que tinha que explicar tudo para ele, eu tinha muito contato com ela. Eu não sei o que ele falou ao Jango a respeito. Eu sei que ele agradeceu a minha participação em carta e o Jango ficou com mais ódio de mim porque, possivelmente, o Getúlio deve ter criticado a ação dele, não sei...[...]. Então, eu saí do SERAC. Agora, vê o que é o destino, quem extinguiu oficialmente o SRO fui eu, como Ministro do Trabalho do Castelo Branco, em abril de 1964. (RODRIGUES, 2006, p. 55)

Ao deixar o cargo, em 15 de dezembro de 1953, na carta de demissão enviada para João Goulart, que havia sido nomeado o Ministro do Trabalho em junho desse mesmo ano, o Dr. Sussekind justifica os motivos de sua decisão.

[...] Desconheço qual o sistema que será o sistema consubstanciado pelo novo regulamento e, por isto mesmo, afigura-se-me oportuno manifestar agora a Vsa. Exa. O meu desejo de não mais continuar no exercício da função que agora ocupo ou da que lhe venha a corresponder na precipitada reestruturação[...]desejo ressaltar, finalmente, a fim de evitar falsas interpretações, que essa minha resolução não constitui uma atitude contra a atual administração do Governo do eminente Getúlio Vargas, a quem sempre emprestei e continuarei a emprestar modesta mas sincera e leal colaboração. (SUSSEKIND, 1953, p. 1-2)

A partir desta data, Sussekind retorna às suas funções de Procurador no Ministério do Trabalho e nos anos seguintes empenha-se em atividades que objetivavam a extinção do Fundo Social Sindical.

Após dezembro de 1953 e até 1955, nenhuns outros registros, quer sejam boletins elaborados por esse Ministério, Portarias, Decretos ou mesmo na imprensa, sobre as atividades do SERAC foram encontrados nos arquivos do Ministério do Trabalho.

Supõe-se que no ano de 1954 as atenções dos diversos agentes do Estado concentravam-se nos conflitos sociais e políticos presentes durante os primeiros oito meses daquele ano, que carrega a marca do fim inesperado do governo do Presidente Vargas.

Vargas havia iniciado o seu segundo mandato tentando equilibrar os interesses desses dois antagonísticos setores militares, buscando soluções para conter a inflação iniciada no período pós-guerra, estimulando o desenvolvimento industrial através da oferta de excelentes condições de crédito ao setor privado, via Banco do Brasil, e buscando atender às reivindicações do operariado que o apoiou no período eleitoral e que estava fragilizado pela alta dos preços dos bens de consumo e pelos baixos salários.

Segundo Carvalho (2005), o populismo e o nacionalismo, presentes no segundo governo de Vargas, contaram com o aval dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais, apoiados e mantidos desde o seu primeiro governo, dos setores nacionalistas das forças armadas, dos intelectuais e do empresariado. Esses apoios, entretanto, não foram suficientes para impedir que os opositores ao governo Vargas, membros da União Democrática Nacional, militares conservadores da Escola Superior de Guerra, os “entreguistas” e os setores do empresariado ligados à defesa do capital internacional, conduzissem Vargas ao desfecho trágico que culminou na sua morte em 24 de agosto de 1954.

Fausto (2000) afirma que, nesse período, o exército dividia-se em duas alas, a Nacionalista, que apoiava Vargas e defendia que o país deveria desenvolver-se de forma soberana, regulando e investindo em setores considerados vitais ligados à produção de petróleo, geração energia, a siderurgia, aos transportes e à comunicação, ficando livre da influência e comando do capital internacional; e o setor conservador, denominado pelos “Nacionalistas” como os “Entreguistas” que defendiam a necessidade da entrada do capital internacional como garantia de desenvolvimento econômico e fortalecimento da segurança do país em função da crescente ameaça comunista que se espalhava pelo mundo. (FAUSTO, 2000, p. 407)

Esse foi um período de dificuldades econômicas e políticas, agravado pela morte do presidente e de “turbulência” que antecedeu às novas eleições e início do mandato de seu sucessor, o presidente Juscelino Kubitschek. Nele, acredita-se que todos os setores que se relacionavam com o sindicalismo, em especial, a CIS, CTOS e as atividades relacionadas à recreação operária, promovidas por eles deixaram de ser realizadas ou ficaram sem registros ou até mesmo que esses se perderam no tempo. Nas pesquisas sobre o SERAC/SRO, CIS e CTOS, abre-se uma lacuna entre os anos de 1954 e 1956, devido à ausência de documentos e relatos.

Dez anos depois de sua saída do SERAC, já em 1963, o Dr. Sussekind, em uma matéria do Jornal Carioca Tribuna Esportiva, jornal conhecido no período por sua oposição constante aos Governos de Vargas e de Jango, intitulada “*Fundo Social Sindical e peleguismo podem ser sepultados*”, declara que a renúncia do Presidente Jânio Quadros não permitiu que fossem concretizadas as medidas que acabariam com o peleguismo no Fundo Social que mantinha a CIS e a CTOS.

Nesta entrevista, ele relata as irregularidades no uso dos recursos do Fundo Social Sindical, os quais foram transformados por João Goulart, a partir do ano de 1953, “em uma máquina política eleitoral” (SUSSEKIND, 1963, p.19). Nessa matéria encontram-se também, pela primeira vez quantificados, os recursos arrecadados pelo Imposto Sindical obrigatório, que em 1963 tinha uma boa estimativa.

Conforme Sussekind:

[...] estimado em quatro bilhões de cruzeiros, distribuídos da seguinte forma: dois bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros entre os sindicatos, seiscentos milhões entre as Federações, duzentos milhões entre as Confederações e oitocentos milhões para o Fundo Social Sindical. Do total destinado ao Fundo Social Sindical, 20% correspondia a dotação da Comissão Técnica de Orientação Sindical, a CTOS, igual a cento e sessenta milhões de cruzeiros. (SUSSEKIND, 1963, p. 19)

A matéria afirma, ainda, que, durante o governo de Jânio Quadros, em 1961, a pedido do então Ministro do Trabalho e Previdência Social, Francisco Carlos de Castro Neves, ele, Dr. Sussekind, realizou uma intervenção na Comissão do Imposto Sindical, que resultou em um trabalho “efetivamente técnico” sugerindo a extinção da Comissão do Imposto Sindical e Comissão Técnica de Orientação Sindical e a criação de dois outros: “o

Serviço Nacional de Mão de Obra e o Departamento de Empregos, para o aprimoramento e especialização do operário brasileiro e o Serviço Nacional de Assistência Médica e Odontológica”. (SUSSEKIND, 1963, p.19)

Nota-se que, a partir de sua saída da direção do SRO, o discurso acerca dos recursos mantenedores do Serviço ganha nova versão e inverte-se o juízo de valor, já que os recursos, anteriormente considerados insuficientes por Dr. Sussekind, passam a ser não só suficientes como capazes de gerir outros importantes serviços.

No entanto, não foram encontrados, nessa matéria e nem em outros documentos do Ministério do Trabalho, detalhes sobre a implantação dos serviços explicitados acima ou sobre o destino que se deu ao SERAC no período posterior à saída do Dr. Sussekind em 1953; ou mesmo sobre a importância da manutenção da recreação operária, tão defendida por ele em períodos anteriores, durante a sua gestão; ou ainda sobre a existência de outra instituição pública a qual pudesse realizar atividades semelhantes.

Em entrevista concedida a Rodrigues (2006) ele alega que em 1964 o sistema “S”¹⁴ já realizava atividades no campo da recreação operária e que esse fato permitiu o fechamento do SRO sem que isso representasse uma perda ao operariado, porque, para ele, o sistema “S” poderia suprir, com suas programações esses atendimentos. Ele declara que:

[...] eu podia ter mantido o departamento de recreação, mas não mantive porque já na ocasião existiam o SESI e o SESC com uma receita enorme, incomparavelmente maior do que seria possível tirar dos recursos do Imposto Sindical e eles já estavam fazendo atividades recreativas para os trabalhadores.

[...] acabamos com a Comissão de Imposto Sindical, que era mantido pelo Imposto Sindical e tinha sido objeto de muita corrupção. Eu, como Ministro do Trabalho, fiz todos os inquéritos fechando a Comissão Técnica de Orientação Sindical e a CIS, que faziam uma intervenção forte nos sindicatos. Então, eu acabei com as duas; retirando o Imposto Sindical, eu acabei com o Serviço que elas mantinham e criei, com a verba do IS, até que o orçamento viesse estabelecer e acabasse com o IS, o que não aconteceu, o Departamento Nacional de Mão-de-Obra e o Departamento Nacional de Emprego. Porque, veja bem, Ministério do Trabalho, você pensa logo em emprego e salário, então, não tinha nem um departamento de emprego nem de salário. Não havia planejamento de emprego, aquela coisa toda. Bom,

¹⁴ Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC), instituições popularmente conhecidas como sistema “S”, foram criadas nos anos quarenta do século passado, por força da iniciativa de comerciantes e empresários de diversos ramos, preocupados com o “bem estar social” dos trabalhadores e suas famílias.

mas isso não tem nada a ver com recreação; isso foi depois como Ministro do Trabalho que eu fiz [...]. (RODRIGUES, 2006)

Mas, apesar dessa justificativa, não se encontram, nos estudos existentes sobre a criação dessas instituições, informações suficientes que corroborem com ela.

Dentre os estudos que abordam o sistema “S” destaca-se o de Renato Requiça (1977) **O lazer no Brasil**, que afirma que a criação de tais instituições, em especial o SESI e o SESC, e a prestação de serviços ligados ao lazer, destinados aos trabalhadores comerciários e industriários e suas famílias, foi compreendida, em meados dos anos quarenta, como uma iniciativa bastante original entre os representantes do setor privado, que em função do lançamento de um documento, na Conferência Nacional das Classes produtoras, em 1945, conhecido como Carta da Paz Social, propuseram a organização de estratégias para melhorar as relações entre empregados e patrões.

Nesse estudo, ele reitera que as duas instituições iniciam as suas atividades desenvolvendo atividades em diversos setores e que com o passar do tempo elegem a educação como ação principal e não vêm, inicialmente, o lazer como uma prioridade. No entanto, progressivamente, foram sendo incorporadas as atividades educacionais informais.

O autor alega que essa iniciativa se fez necessária devido ao crescimento acelerado dos principais centros urbanos que, nesse período, trouxe novos problemas para as cidades, por isso foi preciso repensar as questões diretamente ligadas à infra-estrutura urbana, como a melhoria e a promoção dos “transportes públicos, da habitação, assistência e recreação” dentre outros serviços necessários para o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais nas grandes cidades. (REQUIÇA, 1977, p. 32)

Abordando também a mesma temática, Betânia Gonçalves Figueiredo (1991) em sua dissertação de mestrado, **A criação do SESI e SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio**, afirma por ocasião da criação e definição das finalidades do SRO em 1943, como já apresentado no capítulo anterior, a percepção existente entre os empresários do comércio e da indústria sobre o uso correto do tempo livre, o qual, segundo eles, quando bem utilizado, poderia contribuir para o aumento da produção no trabalho.

Nesse sentido, a autora destaca em seu estudo um trecho de um artigo da Revista da Associação Comercial de Minas Gerais, publicado em janeiro de 1946, que justificava a

diminuição da produção dos trabalhadores em decorrência do aumento dos acidentes de trabalho ocorridos na segunda feira.

O trecho citado apresenta o seguinte teor: “Pode-se explicar esse fato pelo excesso físico despendido por grande número de operários no dia de folga (domingo), em prática de futebol, convescotes, bailes até altas horas da noite, etc”. (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS GERAIS, 1946 apud FIGUEIREDO, 1991, p. 10)

Figueiredo afirma ainda que o SESI E o SESC iniciaram seus trabalhos tentando desenvolver as mesmas atividades que os trabalhadores desenvolviam livremente aos finais de semana, mas de uma forma “correta e mais produtiva” visando contribuir “sistematicamente na qualidade de vida” e para a diminuição dos conflitos sociais, os quais, segundo os idealizadores da Carta da Paz Social, eram fruto da falta de educação e do alto custo de vida e não o resultado dos embates entre capital/trabalho presentes naquele período. (FIGUEIREDO, 1991, p. 29-30)

Completa a autora que, devido à resistência de parte do empresariado e comerciantes em colaborar “espontaneamente” com os propósitos da Carta da Paz Social, as lideranças desses setores solicitaram auxílio para o Governo Federal, que, entendendo a necessidade de criação dessas instituições, baixa dois Decretos-leis, um de nº 9.853 de 13 de setembro de 1946 e outro de nº 9.403 de 25 de junho de 1946, autorizando a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio, respectivamente, a criarem o SESC e o SESI, viabilizando para a manutenção dessas duas instituições a cobrança obrigatória de um imposto compulsório de 2%, a ser descontado do montante das folhas de pagamento dos trabalhadores do comércio e da indústria.

Segundo ainda Figueiredo (1991), nos primeiros anos de atividades do SESC e SESI o número de usuários era pequeno em relação ao potencial que poderia ser oferecido mediante os recursos financeiros que eram coletados e que isso levou as duas instituições a investirem em campanhas de divulgação dos seus serviços, bem como na reorganização das programações.

Sant`Anna (1994) também ressalta que o SESC, desde a sua fundação, ocupava-se dos assuntos relacionados ao lazer do comerciário, desenvolvendo ações sociais de cunho assistencialista, voltadas aos campos da saúde e da educação e somente após o ano de 1969 essa instituição elege o lazer como uma prioridade dos comerciários.

Gil (2006) em pesquisa elaborada para o **Atlas do Esporte no Brasil**, organizado pelo professor Lamartine Pereira da Costa, aponta que as primeiras unidades do SESC foram inauguradas em 1946, em três principais capitais do país: de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e que até o ano de 1964 outras quinze capitais brasileiras receberam uma unidade. A autora afirma que a finalidade inicial do SESC foi a de:

[...] aumentar a capacidade aquisitiva do comerciário, devendo para tanto promover solução dos problemas domésticos, saúde, alimentação, higiene, educação, prestação de serviços, barateamento dos artigos de consumo e outras atividades secundárias como cursos, clubes, grêmios, esportes, colônias de férias, etc. (GIL, 2006, p. 331)

Declara, entretanto, a autora, que dez anos depois de a instituição ter sido criada, em 1956, realiza-se a segunda Convenção Nacional de Técnicos e, como resultado desse encontro, surgem alterações nas finalidades originais do SESC, ratifica-se o documento original e o lazer passa a ser entendido como um “subproduto da ação educativa”.

O Dr. Sussekind participa desse evento e apresenta estudos sobre as atividades pertinentes às colônias de férias e sobre a necessidade dos repousos diários, semanais e anuais do trabalhador, repetindo nesses estudos os mesmos discursos presentes nos relatórios do SRO, a saber, sobre o uso adequado das horas livres de trabalho com atividades que promovam o “equilíbrio biológico, o conforto espiritual e a preparação para o trabalho”. (GIL, 2006, p. 332)

Anos mais tarde, outro encontro semelhante aconteceu em 1961 na cidade de Macaé no Rio de Janeiro, neste evento reitera-se a prioridade da ação educativa, através da educação social e das técnicas de ação comunitária. A autora observa que o lazer, até o ano de 1964, continuou a ser compreendido como “natureza básica do campo da ação educativa, com a função recreativa, com papel subalterno, apenas um meio de educação social” dando-se atenção s outras finalidades da instituição. (GIL, 2006, p. 332)

Já segundo Campos (2006) o SESI foi criado foi criado com objetivos semelhantes, inicialmente no Estado de São Paulo e expandindo-se para outros estados a partir de 1953, com o intuito de promover serviços sociais na área da saúde, lazer, cultura, alimentação e promoção da cidadania. O autor observa que, até meados dos anos sessenta, a atuação maior dessa instituição esteve relacionada ao Programa de Escolas Primárias.

Somente no Estado de São Paulo a entidade mantinha 114 unidades pré-primárias, escolas destinadas aos filhos dos operários.

Sobre as atividades desenvolvidas pelo SESI, Weinstein (2000), em seu livro **(RE) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**, complementa a fala de Figueiredo (1991) utilizando um termo comum no SESI naquele período a: “recreação racional”, que era desenvolvida pela Divisão de Educação e Cultura do SESI com o objetivo de “organizar atividades recreativas adequadas para os períodos de lazer do trabalhador que não sabiam preencher o seu tempo livre com atividades sadias”. Ela apresenta uma publicação da instituição, “*Recreação do SESI*”, publicada em 1950, que lamentava a falta de capacidade do operariado para se recrear dizendo que, o SESI deveria ensiná-los a se divertir divertindo-os. Afirma ainda que

[...] a falta de divertimentos apropriados acessíveis faz com que os operários procurem pontos de reunião nem sempre recomendáveis, favorecendo a criação de hábitos prejudiciais. [...] em geral a população operária procura distrair-se na “venda da esquina” e não é preciso insistir sobre as conseqüências desse estágio. (RECREAÇÃO do SESI, 1950, p. 25-26 apud WEINSTEIN, 2000, p. 258)

Observa-se, de maneira geral, nos quatro primeiros anos da década de sessenta, que o campo de ação das duas instituições, SESI e SESC, limitava-se aos aspectos relacionados à educação formal, não tendo o lazer como objeto principal de suas ações e que suas instalações, em relação aos dias atuais, estavam restritas a apenas uma unidade implantada nas principais capitais do país. Percebe-se, que nesse período, essas instituições e o SRO, geridas por iniciativas distintas – o privado representado pelo empresariado e o poder público, representado pelo Ministério do Trabalho e por lideranças do meio sindical – caminhavam em sentidos diferentes porque atendiam a finalidades distintas.

Considera-se que a primeira etapa do ciclo vital do SRO, 1943-1953, encerra-se com o afastamento definitivo de Sussekind. Porém, sabe-se que as atividades sindicais, em especial, da CIS e da CTOS, prosseguem junto à intensa movimentação dos sindicatos e do operariado nos anos que sucederam à morte do Presidente Getúlio Vargas, e, em especial, nos anos que envolveram a eleição e posse de Juscelino Kubitschek, o início e fim dos Governos de Jânio Quadros e de seu vice João Goulart, que serão abordados a seguir.

3.2 Dr. Almino Affonso e “os anos de confiança”: do Nacional-Desenvolvimentismo ao Governo Jango.

Dr. Almino Álvares Monteiro Affonso, narra que o seu mandato no Ministério do trabalho, foi muito curto, porém bastante intenso e que ele chegou a esse posto pela vontade do Presidente João Goulart, mesmo não sendo o candidato do presidente para essa vaga.

Nascido em Humaitá, no estado do Amazonas, atualmente com 80 anos, ainda trabalha em seu escritório de advocacia e escreve um livro sobre as memórias dos anos de 1964. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e desde muito jovem envolveu-se com os movimentos nacionalistas em prol do monopólio estatal do petróleo e com o movimento estudantil.

Elegeu-se pela primeira vez Deputado Federal em 1958, ainda muito jovem, pela legenda do Partido Social Trabalhista, contando com o apoio do movimento estudantil brasileiro, em especial, no Rio de Janeiro, com o apoio do conterrâneo e amigo Vinicius Ruas Ferreira da Silva, futuro diretor do SRO, que na época era um líder estudantil no Rio de Janeiro. Vale lembrar que, devido a sua influência no meio político e operário, ele também foi um dos responsáveis pelo ingresso do Professor Vinicius Ruas no Ministério do Trabalho e Previdência Social e, conseqüentemente, um grande incentivador das ações de Serviço de Recreação Operária.

Sobre a sua trajetória política, o Dr. Almino recorda que no ano seguinte a sua primeira eleição ocorre sua transferência para a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e, logo em seguida, filia-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) permanecendo neste partido até o final dos anos setenta.

Político envolvido com a defesa dos interesses de trabalhadores urbanos e rurais, Dr. Almino elege-se pela segunda vez Deputado Federal em outubro de 1962 e no ano seguinte assume o posto de Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Com o golpe de Estado de 1964 e por força do Ato Institucional nº 1, perde por dez anos seus direitos políticos, parte para o exílio retornando ao Brasil apenas no início do processo de abertura política brasileiro.

Sobre o seu envolvimento com a causa operária e sobre os anos cinquenta e sessenta ele recorda que era o líder do PTB neste período em decorrência de sua grande

afinidade com as lutas e reivindicações trabalhistas em um momento de inflação galopante e disputas políticas acirradas.

Dr. Almino, Deputado Federal, conta que possuía grande prestígio popular e na bancada do Congresso Nacional, com reconhecida legitimidade e por isso pôde propor ao presidente da república um nome para ocupar a vaga de Ministro do Trabalho, o do Deputado Federal Bocaiúva Cunha que acabou, por motivos particulares, não assumindo o cargo.

Então, ele lembra que o presidente João Goulart chama-o em seu gabinete e convida-o para assumir esse Ministério. Em um primeiro momento Dr. Almino alega que poderia ser mais útil no Congresso Nacional, junto às lideranças dos movimentos sociais, do que como Ministro, pois conhecia o cenário político e sabia que não conseguiria cumprir várias solicitações do operariado e de outros setores da sociedade a qual ele representava e defendia naquele momento.

Diante dessa justificativa, o presidente Goulart disse-lhe que convidaria o Deputado Federal Oswaldo Lima Filho, líder da bancada conservadora do Congresso Nacional e opositor político de Dr. Almino. Então, pressionado e contando com o apoio total da sua bancada, resolve aceitar aos trinta e quatro anos de idade, o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social, em 24 de janeiro de 1963.

Relata que, no período entre a morte de Getúlio em 1954 e o período eleitoral que levou Juscelino a presidência da república, houve uma fase conturbada na vida política do país marcada ainda por uma grande disputa entre duas forças antagônicas que pretendiam, uma delas eleger, e a outra, que se denominava “anti-getulista”, impedir a candidatura e a posse de Juscelino Kubitschek.

Essa oposição foi liderada pelo Deputado e posteriormente governador da Guanabara, Carlos Lacerda apoiado pelos setores conservadores do empresariado, do meio militar e por políticos da UDN.

A eleição e posse de Juscelino Kubitschek envolveram uma disputa entre as duas forças militares, tal qual a que ocorreu no processo eleitoral e início do segundo governo do presidente Vargas. Nesse período, o Presidente Juscelino Kubitschek começou a sofrer as mesmas pressões dos militares pertencentes à ala conservadora que viam nele a possibilidade de continuidade do projeto Varguista.

Almino Afonso recorda que, nesse período, inicia-se uma forte campanha, similar à difundida durante toda a campanha de Vargas em 1950, liderada por Carlos Lacerda, em

todos os meios de comunicação da época, com o intuito de impedir a candidatura de Juscelino Kubitschek¹⁵.

Benevides (1979) afirma que mesmo sob grande pressão e iminente ameaça de um golpe, o Presidente Juscelino Kubitschek se elege em 03 de outubro de 1955 pelo PSD, tendo João Goulart como vice pelo PTB, e toma posse do cargo de Presidente da República em meio às resistências de seus opositores, no dia 31 do mesmo mês.

Observa-se, neste momento, o sucesso da coligação dos dois partidos criados ao final do estado Novo sob a influência de Vargas, o PSD fundado em julho de 1945 pelas oligarquias que gerenciaram o Estado Novo e o PTB fundado em agosto do mesmo ano com a finalidade de aglutinar as forças sociais, atingindo diretamente o operariado e os sindicatos, contra a UDN, partido ultraconservador, debilitado em virtude dos acontecimentos que levaram o presidente Vargas à morte.

Segundo o Dr. Almino, toda a crise estabelecida ao final do último governo de Vargas e durante todo governo de Juscelino Kubitschek estava diretamente ligada aos interesses relativos ao monopólio Estatal de Petróleo. Os setores conservadores defendiam o direito das empresas privadas explorarem esses recursos, mas no Brasil daquele período, não existia ainda nenhuma empresa privada que pudesse fazer isso. Por isso a idéia não declarada desse setor era a de entregar a exploração do petróleo para as multinacionais norte-americanas, Texaco ou Shell.

Afirma que a crise que envolveu todo esse período eleitoral e o período de posse e gestão de Kubitschek foi bem mais branda em comparação ao último mandato de Vargas, pois a propaganda oficial de Juscelino Kubitschek, fundamentada na campanha dos “cinquenta anos em cinco”, trouxe muito otimismo e euforia ao país já animado com o Plano de Metas e com a promessa da construção da nova capital, Brasília.

Benevides (1979) afirma ainda que o governo Juscelino Kubitschek foi responsável por colocar o país em uma “relativa estabilidade” política e econômica a qual só entrou em declínio após o fim de seu mandato, em especial, após a renúncia de Janio Quadros e com as tensões que emergiram no Governo João Goulart. Sobre essa “relativa estabilidade” ela justifica que esse quadro

¹⁵ A frase divulgada por Carlos Lacerda, nos principais meios de comunicação da época, tinha o seguinte teor: "Juscelino não será candidato; se for candidato, não será eleito; se for eleito, não tomará posse; se tomar posse, não governará". (RAMPINELLI, 2003, p. 1)

[...] foi produto de uma conjuntura especial, na qual o Exército e o Congresso atuaram de maneira convergente. Esse equilíbrio funcional entre os Partidos e o Exército significava que o governo não estava bloqueado no Congresso, graças à maioria conseguida com a aliança PSD e PTB que contava com o apoio majoritário do Exército. (BENEVIDES, 1979, p. 49)

Para a autora, o clima de “relativa estabilidade” deve-se, em parte, à habilidade do presidente Juscelino Kubitschek de mediar as disputas entre a ala Nacionalista, a Conservadora e os partidos políticos, garantindo o apoio aos principais projetos do governo junto à Bancada Congressista e aos interesses populares, através da difusão do progresso que seria gerado através da implantação do Plano de Metas¹⁶

[...] Juscelino começou a governar enfatizando a necessidade de se promover “desenvolvimento e ordem”, objetivos gerais compatíveis com os das Forças Armadas. O presidente tratou de atender reivindicações específicas da corporação militar, no plano dos vencimentos e de equipamentos. Tratou também de manter, tanto quanto possível, o movimento sindical sob controle. Além disso, acentuou-se a tendência de indicar militares para os postos governamentais estratégicos. Por exemplo, na Petrobrás, assim como no Conselho Nacional do Petróleo, os principais cargos ficaram em mãos das Forças Armadas. (FAUSTO, 2000, p. 424)

Assim como Vieira (1995), Dr. Almino afirma que o presidente Juscelino Kubitschek desenvolveu um governo extremamente dinâmico e de equilíbrio, pois, como o presidente Getúlio Vargas, ele também era a favor do monopólio estatal do petróleo, mas ao mesmo tempo, contraditoriamente, foi favorável à entrada do capital estrangeiro em alguns setores, como, por exemplo, a indústria automobilística, a indústria de navios, que fortaleceram aos poucos a economia, gerando empregos e também a abertura de uma política econômica ligada ao capital estrangeiro norte americano e europeu, posição que agradou aos dois setores.

[...] o ideário político de Juscelino baseava-se na manutenção da ordem legal, na consolidação do regime democrático, no alinhamento com o denominado mundo livre, na inevitabilidade do auxílio do capital estrangeiro

¹⁶ O Programa do Plano de Metas foi elaborado com base em “31 objetivos distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, conhecida como meta-síntese” e combinava a utilização de recursos públicos e privados para a realização de tais projetos em um prazo de cinco a dez anos (FAUSTO, 2000, p. 425).

ao Brasil e no desenvolvimentismo. Tudo isto em geral vinha embalado com o invólucro da fé na futura grandeza nacional. (VIEIRA, 1995, p. 73)

O autor afirma ainda que a partir dessas iniciativas perceberam-se, em pouco tempo, mudanças econômicas significativas e, por isso, grande euforia entre o empresariado e a população, apesar do endividamento do país e da inflação crescente.

Benevides (1979) defende que o avanço econômico entre o final dos anos cinquenta e início dos sessenta pode ser notado através do PIB brasileiro per capita que triplicou em relação aos outros países do continente.

[...] entre 1957 e 1961 o Produto Nacional Bruto cresceu 7% (entre 1945/1956 o crescimento foi de apenas 5,2%) e a renda *per capita* cresceu 3,8%, sendo 2,5% o crescimento no período precedente. Entre 1955 e 1961 a produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). Para a década de 50 o crescimento per capita efetivo do Brasil foi, aproximadamente, três vezes maior que o do resto da América Latina (BENEVIDES, 1979, p. 204)

Segundo Dr. Almino, outro fato que deu ainda mais credibilidade às intenções do governo JK, naquele período, foi a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, que cumpriu um papel extremamente nacionalista e também desenvolvimentista, porque, segundo ele, esse órgão, que reunia a “nata” da intelectualidade brasileira, a qual defendia os interesses nacionais e ao mesmo tempo não desejava a paralisação do país, pois via no desenvolvimentismo uma possível alternativa para crescimento da nação. O Dr. Almino afirma que este órgão foi muito importante porque representava a expressão intelectual da área nacionalista dentro do governo Juscelino Kubitschek.

Assim como Fausto (2000), o Dr. Almino também afirma que os anos do governo de Juscelino Kubitschek, conhecidos como “os anos de confiança”, foram profundamente marcados pelo clima de entusiasmo e otimismo motivado pelas grandes realizações e mudanças econômicas, pela construção e inauguração da nova capital federal, em 1960, e por uma série de iniciativas pioneiras de movimentos sociais que tinham a intenção de contribuir

com as transformações que chegavam. Dentre estes setores, destacam-se os grupos ligados à igreja católica, à intelectualidade presente no ISEB, à cultura e educação popular, ao movimento estudantil e ao movimento sindical.

Mas, apesar de todas as expectativas geradas pelo projeto desenvolvimentista, a constante alta das taxas inflacionárias ao final do governo de Juscelino, superava os índices registrados no período posterior à Segunda Guerra Mundial e causava grande flagelo para as massas trabalhadoras que estavam extremamente ressentidas de políticas sociais. Sobre esse período de instabilidade assegura Vieira (1995) que:

O exame da gestão de Kubitschek revelou de imediato a extrema valorização da política econômica, em prejuízo da política social. Os rumos da política econômica do Presidente Juscelino foram traçados metas programadas, dirigidas, sobretudo para a construção de grandes obras e para a intensa capitalização do Brasil, em particular por meio do investimento estrangeiro. [...]

Na verdade, a política econômica preponderou sempre, no tempo de Kubitschek, sobre a política social, como se observa até em seus pronunciamentos pelo país. As metas econômicas do governo federal não só conviveram com as precárias condições de vida da maioria da população brasileira, como ainda permitiram ocultá-las, através da febre desenvolvimentista. Formou-se um círculo pungente: o desenvolvimento vinha para acabar com as precárias condições de vida. Mas, em certo sentido, às vezes terminava por agravá-las e daí, dizia o Presidente da República, tornava-se imperioso maior desenvolvimento. (VIEIRA, 1995, p. 127)

Já Fausto (2000) afirma que, nesse período, ao final do governo de Juscelino, as lideranças sindicais, de maneira geral aliadas do vice-presidente João Goulart, tentavam deter muitos protestos, difundindo entre o operariado a necessidade do apoio a corrente nacionalista.

Essas lideranças sindicais, ao mesmo tempo em que mediavam os conflitos, repensavam a ação sindical em decorrência dessa crise e das novas relações de trabalho que estavam sendo implantadas pelas empresas multinacionais que davam aos operários grandes perspectivas de estabilidade no trabalho, de elevação do poder aquisitivo e de melhoria da qualidade de vida, tornando desnecessárias as antigas formas de relação entre o operariado, empresa e sindicato. Esse quadro começa a ser alterado, saindo de controle das entidades

sindicais, somente a partir dos primeiros anos do governo de Jânio Quadros e ao final do governo de João Goulart.

Dr. Almino conta que no processo de sucessão de Juscelino Kubitschek, em 1960, vários nomes apareceram e que, de maneira geral, utilizaram como base de suas campanhas os pontos fracos da gestão de Juscelino. De um lado estava a aliança PSD/PTB com o Marechal Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra e João Goulart; na oposição estavam, Ademar de Barros pelo PSP e um novo candidato que havia sido eleito prefeito e eleito Governador de São Paulo, com grande expressão de votos nas duas eleições, o Sr. Jânio Quadros.

Relata ainda que Jânio Quadros, no principio de carreira política, era um nacionalista e que isso os aproximou muito e que ele teve o seu primeiro contato político com Jânio quando este ainda era prefeito da cidade de São Paulo. Nesta ocasião Jânio o convida para ser membro da comissão organizadora dos festejos do Quarto Centenário da cidade, em 1954, mas o prefeito deixa o cargo logo no início do ano seguinte para se candidatar e ocupar a vaga de Governador do Estado de São Paulo em 1955.

A popularidade “meteórica” de Jânio Quadros e o seu excelente desempenho nas eleições para prefeito e governador de São Paulo, conta o Dr. Almino, chamaram a atenção dos setores conservadores do país que passaram a ver nesse candidato alguém que pudesse representar o grupo anti-getulista e vencer as eleições presidenciais previstas para o dia 3 de outubro de 1960.

Skidmore (1982) afirma que, apesar de Jânio ter recebido total apoio do governo de Juscelino Kubitschek para a implantação e ampliação do parque industrial em São Paulo, possibilitou a reorganização e o crescimento da receita tributária e da economia de diversas cidades do Estado, ele opta por alinhar-se com os setores conservadores e se tornar candidato a presidente da república apoiado pela UDN.

Ao final da disputa eleitoral, Jânio Quadros pela coligação PTN, PDC, PL e UDN e João Goulart, candidato pelo PTB, foram os candidatos mais votados do país e vencem as eleições presidenciais¹⁷.

Logo nos primeiros dias de governo, o Presidente Jânio Quadros faz críticas severas ao governo anterior, abrindo sindicâncias contra a moralidade do governo Juscelino

¹⁷ A Constituição de 1946 permitia eleger para os cargos de Prefeito, Governador ou Presidente da República e para os seus respectivos vices, candidatos pertencentes a partidos diferentes, respeitava-se, no pleito eleitoral, a soma individual de votos de cada candidato independente de filiação e coligações político-partidárias.

Kubitschek, inclusive ao movimento sindical, e rompe relações com João Goulart. Ainda assim, em meio às críticas, ele Jânio Quadros tentou combinar medidas que visaram agradar aos setores conservadores e, ao mesmo tempo, parte da esquerda.

Dr. Almino afirma que, nos sete meses entre a posse e a renúncia do presidente Jânio Quadros, houve por parte do presidente uma tentativa de fortalecimento de seu governo e uma frustrada tentativa de golpe de Estado. Ele afirma que Jânio tentou criar uma situação profícua para estabelecer um governo mais “dinâmico” e, para isso, acreditou ser necessário acabar com as estruturas políticas existentes para, em seguida, criar novas condições institucionais ao país, através de uma nova Constituição e do fechamento do Congresso.

De acordo com Vieira (1995), o presidente Jânio fundamentava o seu discurso na luta pela moralização do país e pela austeridade e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento de uma política internacional. Jânio justificava a necessidade de mudanças estruturais no país com base na difícil situação econômica gerada por seu antecessor, responsabilizando-o pela grande dívida externa, pela alta da inflação e por irregularidades administrativas durante o desenvolvimento do Plano de Metas, mas acaba, depois de um curto e conturbado governo, marcado por medidas polêmicas e contraditórias, renunciando, sem grandes justificativas, ao seu posto de Presidente da República.

Toledo (2004) afirma que, contrariamente ao que Jânio Quadros imaginava, o seu ato de renúncia, ocorrido em 25 de agosto de 1961, foi acatado pela sociedade em geral, pelo Congresso Nacional, pelos setores militares e pela população, visto que não tomaram nenhuma iniciativa contrária à decisão dele e nem solicitaram a volta do presidente ao seu posto.

Já o momento seguinte, a renúncia, que envolve a sucessão do presidente Jânio, mexe profundamente com os ânimos dos setores conservadores do país. Fausto (2000) afirma que a ala conservadora dos militares temia que, com a posse do vice-presidente, o movimento sindical, base de sustentação política de João Goulart, articulado naquele período com o Partido Comunista Brasileiro, chegasse ao poder.

O vice Presidente da República, nessa ocasião, estava em visita diplomática à China e, por isso, quem assumiu provisoriamente a presidência da República, depois da renúncia de Jânio foi o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Enquanto isso o grupo militar que apoiava Jânio Quadros articulava-se para impedir a volta de João Goulart ao país, alegando razões de segurança nacional. Porém outro grupo bem maior de militares,

favoráveis ao retorno do vice-presidente, defendia a democracia e o cumprimento da Carta Constitucional que assegurava ao vice-presidente o direito de tomar posse do posto de Presidente da República naquela ocasião.

Em meio a mobilizações populares, lideradas pelo governador do Rio Grande do Sul, o Sr. Leonel Brizola, o Congresso Nacional e as Forças Armadas optaram por uma solução considerada “conciliadora e de segurança” e, visando dar maior flexibilidade ao sistema político, mudaram o sistema de governo presidencialista para parlamentarista. (FAUSTO, 2000, p. 443)

João Goulart toma posse aos 07 de setembro de 1961, tendo como primeiro Ministro Tancredo Neves. Uma de suas primeiras medidas foi propor uma campanha para a instalação de um plebiscito popular para referendar ou não o sistema parlamentarista de governo, plebiscito que ocorre em janeiro de 1963 trazendo, por força do desejo popular, o presidencialismo de volta.

Vieira (1995) afirma que mesmo em meio ao processo de transição do parlamentarismo ao presidencialismo, Jango desenvolveu as funções na presidência cercado por suas antigas bases e tentado viabilizar muitos de seus projetos estabelecidos no governo anterior, sobre isso o autor declara que:

Desde a sua posse em 1961, a ideologia janguista não mudou de acordo com as situações. Aludiu sempre a Getúlio Vargas, aos trabalhadores, à legalidade, às liberdades públicas, à democracia, à constituição e, sobretudo às reformas de base. Ao assumir o governo federal, já apresentava boa parte do seu ideário, cujos aspectos econômicos giravam em torno do desenvolvimentismo, da emancipação econômica, da planificação, do aumento de exportações e especialmente da valorização da agricultura. A respeito da política externa, defendia a autodeterminação dos povos, criticando a utilização de fabulosas somas na produção de armamentos, em vez de dirigirem à Saúde, à Educação e ao Bem-estar. (VIEIRA, 1995, p. 146)

A proximidade de João Goulart com a defesa dos movimentos sociais e com a massa trabalhadora, na narrativa de Dr. Almino Affonso, inicia-se em meados dos anos cinquenta, no segundo governo do presidente Vargas, e vai se fortalecendo progressivamente nos anos posteriores. Ele lembra que esteve envolvido com essas entidades a partir dos

sessenta, como Deputado Federal e, em especial, como Ministro do Trabalho na mediação, organização e defesa da legalidade de muitos desses movimentos.

Sobre as entidades sindicais, a CTOS e a CIS, o Dr. Almino afirma que o debate sobre o imposto sindical sempre foi muito polêmico nas diversas décadas, pois os setores conservadores acreditavam que, durante o governo Jango, os recursos que mantinham essas entidades poderiam fomentar a ação sindical e a política favorável ao Presidente Jango, ao PTB e aos movimentos de esquerda. Por isso a existência da disputa pelo uso e controle desse recurso.

Sobre a reorganização das entidades sindicais no Governo Jango, Toledo (2004) aponta que nos meios sindicais percebeu-se a necessidade de criação de um órgão que unificasse a ação dos sindicatos de diferentes categorias como forma de fortalecimento da classe trabalhadora, segundo o autor:

[...] foi assim que surgiram, em fins dos anos 50 e início dos 60, o CPOS, o PUA, o PAC, o Fórum Sindical de Debates de Santos (SP), etc. Da mesma forma que as demais uniões sindicais, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) nasceu de movimentos grevistas: 5 de julho de 1962, lideranças comunistas e trabalhistas que apoiavam o Governo de Goulart criam o Comando Geral de greve a fim de coordenar uma greve nacional em defesa de um “gabinete nacionalista”.

[...] houve inclusive em abril de 1963, uma tentativa – no final frustrada pela Justiça – do então ministro do Trabalho, Almino Afonso, no sentido de legalizar esta central sindical nacional, apesar dos veementes protestos das classes dominantes. (TOLEDO, 2004, p. 73-74)

O Dr. Almino declara que, apesar de todas as crises e conflitos expressos no grande número de greves no início dos anos sessenta, o governo de João Goulart cumpriu o papel de promover as iniciativas populares e de dar voz aos diferentes movimentos sociais que acreditavam estar vivendo uma fase áurea e de grandes transformações no país. Afirma ainda que, de maneira geral, essas entidades não se opunham ao governo de Jango e sim ao empresariado que não cedia às reivindicações do movimento operário e que seu papel enquanto Deputado Federal e Ministro foi o de aproximar ainda mais os trabalhadores do governo.

Em fevereiro de 1963, em matéria intitulada, “Fundo Sindical e Peleguismo podem ser sepultados”, no Jornal Carioca, Tribuna Esportiva, são apresentadas várias

referências sobre o fim do Fundo Social Sindical e sobre a extinção da Comissão do Imposto Sindical, responsável pelo controle e fiscalização desse imposto, pelo Serviço de Recreação Operária, pelo serviço de encaminhamento e colocação de trabalhadores. Os autores do artigo consideram esses serviços desnecessários, pois serviam como “uma máquina eleitoral” para Jango. O autor do artigo, não identificado, cobra do Ministro do trabalho, Dr. Almino Affonso, o imediato fechamento dessas duas comissões, com base em uma sindicância realizada pelo Dr. Arnaldo Sussekind durante o governo de Jânio Quadros e sugerem a utilização do recurso na criação do Serviço de Mão de Obras e o Serviço Nacional de Assistência Médica e Odontológica.

Sugerem ainda ao Ministro que reaproveite os funcionários dessas comissões em departamentos da Pasta do trabalho e Previdência Social, no Serviço de Documentação ou no Serviço de Fiscalização ou que o 20% que mantém o Fundo Social Sindical sejam distribuídos diretamente aos sindicatos, federações e confederações sindicais ou ainda a redução do pagamento do próprio imposto.

O artigo é finalizado com um apelo ao Ministro Almino Affonso, para que “não perca o seu *elan* de moralizador e a chance que o destino lhe reserva, de tomar, neste caso, a solução que mais convém ao proletariado brasileiro e não ao seu futuro político” (TRIBUNA ESPORTIVA, 1963, p. 17)

O Dr. Almino não atende às reivindicações apresentadas publicamente no jornal, prossegue as suas atividades no Ministério do trabalho, mantendo as duas Comissões que continuam existindo e financiando o SRO e os outros serviços até o mês de abril de 1964. Ao deixar o cargo de Ministro em 18 de junho de 1963, ele retorna ao seu posto de Deputado Federal pelo PTB e as sua militância política junto aos diversos movimentos sociais que tiveram uma ação importante durante todo o período de conflitos e tensões do governo de João Goulart.

Os conflitos e greves desse período foram quantificados por Rodrigues (1981) em **Sindicalismo e Classe Operária**, e dão conta de que nos dois últimos anos do governo de Juscelino ocorreram 177 greves, enquanto nos primeiros três anos da década de sessenta ocorreram 435 paralisações que buscavam melhores condições de trabalho e aumento real dos salários.

Pose-se dizer que nos primeiros anos da década de 1960, a mobilização operária aumentou em grandes proporções em relação às décadas anteriores e que esse fenômeno

passou a preocupar os setores conservadores que temiam a proliferação das idéias comunistas na América Latina e a criação de um governo de esquerda no Brasil, conforme ocorrera em CUBA no ano de 1959.

A divulgação do projeto que resultaria nas reformas de base fazia com que o Presidente Jango fosse vinculado ao surgimento dos movimentos e reivindicações sociais e às manifestações do operariado. A oposição política, liderada mais uma vez por Carlos Lacerda, acusava Jango de apoiar os partidos e movimentos considerados de esquerda, aliar-se com o sindicalismo, conspirar contra o modelo democrático e planejar um golpe de Estado.

Em meio a esse clima de instabilidade, o projeto de Celso Furtado, conhecido como Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, não consegue ser implantado conforme o planejado por Jango, o mesmo acontece com as Reformas de Base, que tinham propostas direcionadas à educação, à reforma agrária, administrativa, tributária e à reforma universitária, e como objetivo principal reequilibrar a economia nacional e promover a igualdade social no país.

Essas medidas no governo Jango caminhavam no sentido contrário do desejo das alas conservadoras da sociedade, que tiveram por todo o governo JK, os seus interesses assegurados conforme o modelo político constituído pelas antigas oligarquias que sempre concentraram o controle da terra, defenderam os interesses privados e resistiam à ampliação dos direitos sociais no país.

Segundo Vieira (1995) esses setores começaram rapidamente a se mobilizarem, com o apoio dos meios de comunicação, no sentido de fragilizar, para posteriormente destituir, o governo Janguista que a cada dia ganhava mais prestígio e apoio das camadas populares em função do discurso da Reformas. Descreve o autor que:

Inúmeras entidades, criadas rápida e arditamente, lançaram-se na derrubada do poder constituído, contra quem ainda se organizaram as chamadas “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”. [...] a resistência política acabou se definindo especialmente em torno do então Governador da Guanabara, de Minas Gerais e de São Paulo (Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros), que uniram todos os seus recursos contra a continuação da política janguista. A resistência militar se deixou entrever, a princípio, nos primeiros passos do General Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do exército, desde o final de 1963, visando organizar os opositoristas ao governo federal. (VIEIRA, 1995, p. 150-151)

As tensões aumentam e em 31 de março de 1964 ocorre o golpe de Estado, tendo à frente o General Mourão Filho. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, assume a Presidência da República após o golpe, passando o cargo em 11 de abril do mesmo ano ao General Castelo Branco, eleito pelo Congresso Nacional.

O Golpe militar encerra o mandato do Presidente João Belchior Marques Goulart, que parte para o exílio, em 01 de abril de 1964, primeiro no Uruguai e depois para a Argentina, levando consigo suas memórias e o seu projeto de Reformas de Base que tinha como objetivo colocar em prática o desenvolvimento e a justiça social prometida e esperada pelos brasileiros desde os tempos do nacional-desenvolvimentismo e esmagando os movimentos populares que marcaram os primeiros anos da década de sessenta.

Sobre os anos de exílio do presidente Jango, o artigo, **João Goulart – 30 anos de silêncio**, que integra a Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe, organizada por Emir Sader, o autor, Torres (2006) afirma que, diferente de Juscelino Kubitschek, ex-presidente constantemente reverenciado no meio político pelo público e pela mídia em geral, o Presidente João Goulart, cujo seu legado político esteve fortemente ligado às lutas trabalhistas, ao movimento sindical e ao surgimento e apoio aos diversos movimentos populares, morre no exílio doze anos após o Golpe de Estado permanecendo até os dias de hoje sem o devido reconhecimento no seu meio político, na sociedade e na academia.

3.3 Anos sessenta e os novos olhares para a realidade brasileira: o ISEB, o MEB, o MCP e o CPC da UNE

Se por um lado a década de sessenta, no Brasil, guarda a marca do golpe de Estado de 1964, por outro registra, logo nos primeiros anos, o surgimento e o crescimento de manifestações culturais populares não vistas em períodos anteriores. Nesta ocasião o movimento operário e estudantil, a intelectualidade e as entidades sindicais buscaram, em muitos momentos, alguma forma de colocar em prática diferentes propostas e estratégias que envolvessem e valorizassem vários elementos da cultura popular.

Nos principais centros urbanos do país, esses grupos, de diversos segmentos e filiações políticas, culturais e religiosas, mostravam-se preocupados em entender e questionar

os problemas sociais do Brasil. A miséria e a desigualdade sociais tornam-se alvo de estudos e debates. Pode-se perceber que a mobilização desses grupos, em geral fundamentados no projeto desenvolvimentista iniciado nos anos cinquenta, teve o propósito de disseminar suas ideologias e interagir com a população, através da utilização do discurso político, manifestado na música, no teatro e na educação, como uma forma a fazê-los olhar e refletir sobre a realidade vivida naquele período e, ao mesmo tempo, perceber que poderiam se tornar protagonistas de mudanças coletivas e transformadores de seus próprios destinos e do destino do país.

Todos os que estavam envolvidos com esses movimentos tinham como característica o sentimento de euforia e de nacionalismo dominantes na época, e desejavam descartar os modelos culturais importados dos países considerados desenvolvidos, em prol da construção e da consolidação de expressões artístico-culturais que desse ao povo brasileiro identidade ao mesmo tempo em que a refletisse.

3.4 O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

Dentre esses grupos, destaca-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), um centro de estudos e pesquisas, que envolvia jovens universitários, professores, empresários, militares, sindicalistas e operários – orientados por reflexões de pesquisadores das áreas como a filosofia e a sociologia – em debates que partiram dos problemas sociais do país como forma a ampliar a visão de seus participantes sobre as contradições da história e da vida política do país e buscar possíveis soluções.

O ISEB foi oficialmente criado em 14 de julho de 1955. A entidade era mantida pelo Estado brasileiro, subordinada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e teve como principal finalidade constituir as bases do pensamento brasileiro através de um projeto teórico-ideológico que passou a desenvolver, especialmente a partir do seu segundo ano de existência, um olhar crítico para a realidade do país com a intenção de promover o projeto nacional-desenvolvimentista que se funda com o governo do Presidente Juscelino Kubistchek. O primeiro artigo do Regulamento Geral do ISEB assim o caracteriza:

[...] centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e a compreensão crítica da realidade brasileira visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (REGULAMENTO GERAL DO ISEB – DECRETO N.º 37.068 – 14/07/1955 apud TOLEDO, 1977, p. 184)

Para Toledo (1977), a intenção do governo era ter o ISEB como órgão de assessoria e sustentação dos propósitos definidos no Plano de Metas, mas “com liberdade de pensamento”. O autor destaca, no entanto, uma contradição existente no período de sua implantação, relacionada ao cuidado com uso da palavra ideologia nas formulações oficiais que poderia ser compreendida de maneira não conveniente por setores conservadores da sociedade.

Embora o regulamento do ISEB definisse como regra de seu funcionamento a participação do público, estudantes já graduados e interessados em pesquisas de pós-graduação, desde os primeiros anos de funcionamento, participantes de diversos setores passaram a se interessar e a participar das atividades do instituto. Isso se deveu, em grande parte, aos participantes, professores doutores da Universidade Nacional do Brasil, os quais transmitiam para seus alunos, na universidade, as temáticas que eram desenvolvidas nos cursos e debates do ISEB, despertando a curiosidade e interesse, em especial, dos alunos ligados ao movimento estudantil, os quais se relacionavam com centrais sindicais e outros movimentos sociais.

A estrutura do ISEB contemplava um Conselho Consultivo composto por cinquenta membros indicados pelo Ministério da Educação, um Conselho Curador responsável pela gestão e cinco departamentos incumbidos da elaboração de toda a programação do Instituto. Durante a sua trajetória o ISEB desenvolveu cursos, pesquisas, atividades culturais, seminários, publicou artigos e livros, sendo o primeiro intitulado, **Introdução aos Problemas Brasileiros**, que reunia textos do ciclo de conferências realizadas no segundo semestre do ano de 1955.

Entre os principais intelectuais, considerados membros do grupo dos “históricos do ISEB”, que pesquisavam, orientavam e ministravam cursos estavam, no Departamento de Sociologia, Alberto Guerreiro Ramos; no Departamento de História, o advogado e filósofo Cândido Antonio Mendes de Almeida; no Departamento de Ciência Política, Hélio Jaguaribe

Gomes de Matos; no Departamento de Economia, Evaldo Correia Lima; no Departamento de Filosofia, Álvaro Vieira Pinto e, como Diretor executivo, Roland Cavalcante de Albuquerque Corbisier, o médico e filósofo.

Esse grupo de intelectuais não era homogêneo e nem esteve livre de tensões e disputas internas. De maneira geral, grande parte dos participantes defendia a importância de formular no ISEB uma ideologia que promovesse e incentivasse o desenvolvimento nacional, mesmo que associado ao capital internacional. Outra parte, entretanto, representada pelo Tenente-Coronel Nelson Werneck Sodré, membro do Conselho Curador e por seus seguidores mantinham uma posição diferente dos demais, se mostrando contrários à entrada do capital internacional no país e, segundo palavras do Tenente-Coronel, a “política de submissão ao imperialismo” presente no Governo de Juscelino Kubitschek. (SODRÉ, 1978, p. 35)

Vale lembrar, outrossim, que para além desses intelectuais que fizeram parte do grupo dos “históricos do ISEB”, em seus quase dez anos de existência, outros importantes intelectuais, membros do Conselho Consultivo, deram importantes contribuições ao Instituto, dentre eles destacam-se Miguel Reale, Sérgio Buarque de Hollanda, Horácio Lafer, Santhiago Dantas, Pedro Calmon, Fernando de Azevedo, Celso Furtado, Gilberto Freyre e Heitor Villa Lobos, Ignácio Rangel e, em especial, Carlos Estevam Martins, que foi o responsável por aproximar o ISEB dos militantes da União Nacional dos Estudantes que, atraídos pelas discussões e publicações, começam a participar ativamente das atividades do instituto. (REGULAMENTO GERAL DO ISEB – DECRETO N.º 37.068 – 14/07/1955 apud TOLEDO, 1977)

Posteriormente, no início dos anos sessenta, esses estudantes afastam-se do Instituto devido à postura considerada “entreguista” de alguns dos membros do ISEB, em especial de Hélio Jaguaribe, também criticado nesse período por seus pares.

Sobre essa divisão no ISEB, Toledo (2005) considera que, apesar das diferenças e disputas ideológicas entre seus membros, o ISEB foi a “instituição cultural que melhor simbolizou ou concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política do país”, e que cada um dos membros, à sua maneira, buscou o desenvolvimento nacional. O autor afirma ainda que:

[...] apesar de expressarem uma multiplicidade de orientações teóricas e políticas, esses intelectuais convergiram na convicção de que, por meio do debate e do confronto de idéias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O nacional-desenvolvimentismo foi então

concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país – através da ação estatal (planejamento e intervenção econômica) e de uma ampla frente classista - à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural. (TOLEDO, 2005, p. 11)

Os propósitos do ISEB alinhavam-se aos dos participantes que buscavam nesse Instituto a fundamentação teórica necessária para a realização de seus projetos coletivos, no caso os professores universitários, os alunos universitários membros da UNE, os sindicalistas e os representantes de diversos setores do governo como o Serviço de Recreação Operária, representado por Vinicius Ruas Ferreira da Silva, que se matricula no Instituto em 1957, ainda como aluno da Universidade do Brasil e que se torna, nos anos seguintes, pesquisador do ISEB e amigo pessoal de Roland Corbisier que, anos mais tarde, desenvolveria em conjunto com os profissionais do S.R.O., um projeto de dimensão nacional com objetivo de beneficiar o operariado através do esporte, da educação profissional e do lazer, o projeto que posteriormente se transformou em um Decreto Lei que, em decorrência do golpe de 1964, não foi implantado, mas ficou conhecido como “*A Campanha Nacional dos Estádios Operários*”.

O ISEB foi extinto em abril de 1964, por um Decreto-Lei, teve as suas dependências invadidas e suas produções destruídas por representantes do movimento golpista. Seus principais membros foram perseguidos e posteriormente exilados do país.

3.5 O Movimento de Educação de Base (MEB)

Ainda ao final dos anos de 1950 começa a ser idealizado, no país, por um grupo de bispos católicos preocupados com a diminuição dos conflitos no campo e com questão da educação popular, o Movimento de Educação de Base (MEB).

Segundo Angela Rabelo Maciel de Barros Tamberlini (2001) esse Movimento nasceu da iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, com a finalidade inicial de minimizar “o potencial revolucionário das ligas camponesas” e os conflitos existentes entre camponeses e proprietários de terra, promovendo a ordem e a segurança

públicas, através de um programa de educação voltado para trabalhadores que viviam em regiões consideradas atrasadas, em especial nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

A autora afirma que esse movimento conservador contou desde o seu início com a simpatia e incentivo do Governo Federal que concedeu recursos financeiros e auxílio profissional para a sua concretização, mas que logo nos seus primeiros anos de existência setores mais progressista da igreja começam a dar ao movimento novas orientações redefinindo sua metodologia de ação.

Osmar Fávero (1983) relata que nesse período os gestores desse e de outros movimentos populares análogos a ele acreditavam que muito poderia ser feito para transformar a condição de vida daqueles que viviam à margem da sociedade e sem acesso à terra e à educação básica. Segundo o ele:

[...] pretendia-se transformar a cultura brasileira e, através dela, pelas mãos do povo, transformar a ordem das relações de poder e a própria vida do país, [...] utilizando como instrumentos os 'círculos de cultura, centros de cultura, praças de cultura, teatro popular, rádio, cinema, música, literatura, televisão, sindicatos, ligas, com/para/sobre o povo'. (FÁVERO, 1983, p. 09)

Entendia-se que o desnível cultural proporcionava a marginalização das pessoas menos favorecidas e impedia a comunicação entre os diversos grupos sociais e a melhoria das condições de vida dessas pessoas muito fragilizadas pela pobreza, além de impedir o próprio desenvolvimento do país.

Assim o MEB, fugindo de seus objetivos iniciais, mas não por isso desagradando o governo federal, teve com estratégia envolver via programação de rádio e encontros presenciais, os trabalhadores do campo e da cidade, especialmente aqueles que viviam nas regiões do país consideradas mais pobres, com o objetivo de promover formações que levassem os participantes a tomar consciência de si e de sua realidade e, principalmente, da possibilidade de superação dessa realidade.

O rádio já havia sido um veículo de difusão de um eficaz programa de alfabetização desenvolvido pela CNBB na região nordeste em anos anteriores. Fávero (1984) declara que a rede de emissoras Católicas existente no país fora disponibilizada ao MEB para facilitar a comunicação e a mobilização de lideranças comunitárias e, também, que coube às

lideranças do movimento a gestão dos recursos oriundos do Governo Federal para a execução do programa que era destinado a um público amplo composto por crianças, jovens e adultos.

Nesse sentido, Celso de Rui Beisiegel (1974), aponta o que pode ter sido os primeiros indícios para a elaboração do projeto que deu origem a esse movimento, com base nos documentos elaborados pela UNESCO, a qual promoveu por todo o mundo, após o final da segunda grande guerra mundial, ações de combate ao analfabetismo entre adultos.

Pode-se perceber que o programa do Movimento de Educação de Base, dos anos sessenta, distinguia-se dos programas de alfabetização de adultos desenvolvidos pelo Estado nas décadas anteriores, pois tinha maior amplitude e o propósito de atender todas as faixas etárias de ambos os sexos, indo além da simples transmissão de conhecimentos relativos à aquisição da leitura e da escrita.

Registra ainda Beisiegel que foi a partir de 1961 que o Governo Federal, em conjunto com a CNBB, decide oficialmente apoiar e financiar o Movimento de Educação de Base¹⁸. Em **Estado e Educação Popular**, Beisiegel (1974) destaca os conteúdos educacionais propostos nos documentos da UNESCO, que acabaram por nortear, posteriormente, as ações do MEB:

- 1) desenvolvimento do pensamento e dos meios de relacionamento (ler e escrever, falar e ouvir, calcular);
- 2) desenvolvimento profissional (agricultura, trabalhos caseiros, edificação, formação técnica e comercial necessária ao progresso econômico);
- 3) desenvolvimento de habilidades domésticas (preparação de comida, cuidado das crianças e enfermos);
- 4) desenvolvimento de meios de expressão da própria personalidade em artes e ofícios;
- 5) desenvolvimento sanitário por meio da higiene pessoal e coletiva;
- 6) conhecimento e compreensão do ambiente físico e dos processos naturais (elementos científico-práticos);
- 7) conhecimento e compreensão do ambiente humano (organização econômica e social, leis e governos);
- 8) conhecimento das outras partes do mundo e dos povos que nelas habitam;
- 9) conhecimento de qualidades que capacitam o homem a viver no mundo moderno, como o são o ponto de vista pessoal e a iniciativa, o triunfo sobre o

¹⁸ O Decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961, dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

medo e a superstição, a simpatia e a compreensão para com as opiniões diferentes;

10) desenvolvimento moral e espiritual; fé nos ideais éticos e aquisição do hábito de proceder de acordo com eles, com a obrigação de submeter a exame as formas de condutas tradicionais e de modificá-las segundo o requeiram as novas circunstâncias. (UNESCO, 1949, p. 11-12 apud BEISIEGEL, 1974, p. 81-82)

A amplitude do programa da UNESCO afirmava a importância dada à necessidade de mudanças na atitude e no modo de ver o mundo, daqueles que nunca tiveram acesso à educação e que essa não poderia resumir-se ao ensino da escrita e da leitura. O autor também chama a atenção para os fatores que, naquele período, dificultaram o acesso e a concretização do programa como a limitação de recursos financeiros, a dependência de parcerias para atingir os objetivos e a necessidade de políticas públicas que garantissem a “implantação no país do ensino primário gratuito para todas as crianças em idade escolar”, para adultos, além de campanhas paralelas de educação sanitária.

O autor relata que a UNESCO realizou muitos diagnósticos nesta ocasião com a finalidade de mapear a deficiência educacional em países considerados “atrasados”, desenvolvendo estudos que resultavam na associação de “o atraso educacional a outros fenômenos sociais” que comprometiam o desenvolvimento social e cultural dos países pobres. (BEISIEGEL, 1974, p. 82).

O autor identifica ainda experiências educacionais desenvolvidas no país, a partir da década de 1940, com o objetivo de transformar a realidade nacional através do combate do analfabetismo e mostra que a proposta de progresso e emancipação pela educação não nasceu com o MEB, mas foi, em um curto período de quase quatro anos, desenvolvida por ele.

Esse movimento ganhou notoriedade entre a intelectualidade e os meios universitários e sindicais, passando a dialogar e a trocar experiências com outros movimentos católicos semelhantes como o da Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) e com Movimento de Cultura Popular (MCP), do Recife que também atuava na mesma perspectiva de transformação social.

Na mesma linha de atuação e no mesmo período, nascem, em Natal, a campanha “De pé no chão também se aprende a ler e a CEPLAR, “Campanha de Educação popular da Paraíba, experiências que como o MEB, também foram extintas com a emergência do golpe de 1964.

3.6 O Movimento de Cultura Popular (MCP)

Alinhado aos ideais do MEB, surge em Recife, ao final dos anos cinquenta, o MCP – Movimento de Cultura Popular, contando com o apoio do prefeito Miguel Arraes, com a participação de artistas e intelectuais pernambucanos, como Ariano Suassuna, Francisco Brennand, Hermilo Borba Filho, dentre outros importantes nomes da cidade, os primeiros debates para a criação do Movimento de Cultura Popular. Esse movimento teve também o educador Paulo Freire, entre seus principais fundadores e, posteriormente, como Diretor da Divisão de Pesquisa e Coordenador do Projeto de Educação de Adultos, sendo o principal responsável pelo Programa Nacional de alfabetização de jovens adultos, iniciado pelo MCP somente em 1962.

A proposta do MCP era estimular a produção e a disseminação da cultura popular local e ainda alfabetizar adultos através de uma metodologia de aprendizagem diferenciada. A implantação do projeto de alfabetização se deu inicialmente em Recife, em seguida no Rio grande do Norte, não se expandindo para outros estados devido à carência de recursos financeiros e, nos anos seguintes, ao golpe de estado ocorrido em 1964.

Sobre as características do MCP Fávero (1983) apresenta em **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**, o Plano de Ação proposto para o ano de 1963, que tinha como característica marcante o envolvimento da população menos favorecida e o reconhecimento da “necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltada para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular”. (FÁVERO, 1983, p. 91)

Esse Plano de Ação do MCP, em sua Linha Diretora, apresentava os pressupostos para o desenvolvimento das atividades e objetivos do movimento, priorizando a transformação das condições culturais e definindo a sua ação diretora, segundo Fávero como:

[...] o elemento dinâmico integrante da totalidade formada pelo movimento popular e investido da função específica de criar as condições culturais necessárias à intensificação do processo de desenvolvimento do movimento popular em seu conjunto. (MCP/ PLANO DE AÇÃO, 1963 apud FÁVERO, 1983, p. 91-92)

Nesse documento as Diretrizes Gerais do Plano partem de um diagnóstico que identificou as deficiências de investimentos culturais e de experiências que acabam por limitar o crescimento do movimento cultural. Já os meios propostos para a concretização do Plano de Ação passavam pela formação profissional dos agentes envolvidos no movimento, pela criação de um estatuto e hierarquia e pelo processo de participação e gestão popular com o desenvolvimento da autonomia. Os meios diretos para a concretização das ações, segundo o documento, buscavam:

[...] desenvolver atividades formativas incidentes sobre os seguintes níveis de experiência humana: intelectual, profissional, político, artístico, social, recreativo, esportivo e organizativo e, ainda, desenvolver atividades informativas que interessem e motivem a comunidade nas atividades desenvolvidas pelo movimento. (MCP/ PLANO DE AÇÃO, 1963 apud FÁVERO, 1983, p. 93-94)

Como meios indiretos principais propunha-se:

[...] criar, nas organizações integrantes do movimento popular, núcleos de cultura popular constituídos e ativados pelos próprios membros dessas organizações; desenvolver atividades capazes de articular aspirações culturais não organizadas que estão na origem de futuros grupos de ação cultural popular; assessorar técnica, cultural e materialmente os núcleos culturais populares autogeridos; elevar cada atividade à condição de campanha, criando para tanto os incentivos necessários a que as forças populares assumam como suas as iniciativas particulares geradas originalmente no interior do movimento; aprofundar o caráter popular das campanhas de iniciativa governamental e generalizar, para todos, as iniciativas partidas de um ou poucos grupos populares. . (MCP/ PLANO DE AÇÃO, 1963 apud FÁVERO, 1983, p. 93-94)

No mesmo documento, as orientações sobre os procedimentos internos e externos, referem-se aos possíveis obstáculos que poderiam inviabilizar a implantação da proposta e sobre as melhores alternativas para concretizar os meios estabelecidos no Plano de ação.

Mas já no ano de 1960 o MCP contava com grande prestígio no Brasil, realizando grandes encontros e eventos e chamando a atenção até mesmo de pesquisadores envolvidos com estudos sobre cultura popular no exterior.

Nesse mesmo ano, Joffre Dumazedier, professor, pesquisador e sociólogo Francês do Centre National de La Recherche Scientifique, aceitando um convite do Ministério do Trabalho e Previdência, da Universidade Nacional de Brasília e do prefeito de Recife Miguel Arraes, chega pela primeira vez ao Brasil, a fim de ministrar um curso no MCP.

Segundo relato do professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, diretor do Serviço de Recreação Operária nesse período, Dumazedier esteve inicialmente no Rio de Janeiro, hospedou-se no Hotel O.K. localizado na Cinelândia, conheceu a sede do SRO, seus núcleos e centros de recreação e depois seguiu para a cidade do Recife com o objetivo de conhecer detalhes da cultura popular brasileira, desenvolver e participar das atividades do MCP¹⁹.

Seu anfitrião e aluno, em Recife, foi o educador Paulo Freire que no mesmo ano também recebeu na sede do MCP, vindos de Cuba, o filósofo e escritor Jean-Paul Sartre e a também filósofa, escritora e feminista Simone de Beauvoir, ambos interessados em conhecer elementos da cultura popular brasileira pouco divulgados na França e detalhes que envolveram a criação e o funcionamento do MCP.

Bastante ativo, desde os primeiros anos, o MCP passa a chamar atenção de outros movimentos que, como ele, buscavam aproximação com outras expressões da cultura popular, como o teatro, a literatura e as artes plásticas. Assim, seus gestores saem do nordeste a caminho do sudeste para conhecer outras experiências, assistir as peças do Teatro de Arena, do Teatro do Oprimido e ainda para participar do Congresso Anual da UNE no Rio de Janeiro, ocasião em que puderam divulgar suas atividades através de uma grande exposição com fotos de atividades e eventos, documentos escritos e diversos materiais didáticos produzidos pelos participantes do movimento em Recife.

Segundo relato de Coelho Germano (2002), nesse congresso em 1961, a UNE que já existia desde o ano de 1958, e o recém criado Centro Popular de Cultura, resolvem, bastante influenciados pelas experiências do MCP, difundir a experiência do CPC para todo o Brasil.

Mas como todos os outros movimentos o MCP também encerra suas atividades após o golpe de Estado de 1964.

¹⁹Além do depoimento de Vinicius Ruas sobre a presença do sociólogo Joffre Dumazedier no Brasil em 1960, existem ainda três publicações que narram esse fato. A primeira é uma entrevista com Coelho Germano, Presidente do Movimento de Cultura Popular entre os anos de 1961 e 1964, relatando esta visita ao pesquisador Paulo Rosa publicada pela Universidade Federal de Pernambuco em 2002; a segunda um artigo intitulado: Joffre Dumazedier: le père de la civilization du loisir, publicado na Revista E do SESC também em 2002; e a terceira publicação tem a autoria de Cristina Marques Gomes e o título: Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica, publicada nos anais do IX Seminário Lazer em Debate realizado em 2008 na EACH USP.

3.7 O Centro de Cultura Popular (CPC) e o Centro de Popular Cultura da UNE (CPC da UNE)

O CPC foi criado oficialmente no ano de 1961, no Rio de Janeiro, por intelectuais, atores e músicos considerados de esquerda e alinhados ao movimento nacionalista, os quais entendiam que arte engajada poderia transformar a sociedade e revolucionar o país.

Miliandre Garcia (2007) em **Do teatro militante a música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)**, conta que artistas de diversas áreas e intelectuais, desde meados dos anos cinquenta, tentavam criar um movimento cultural que não estivesse fundamentado nos padrões estéticos e culturais de países considerados desenvolvidos, que desde o período colonial foram concebidos como “padrões superiores de cultura” e modelos ideais a serem seguidos e reproduzidos por toda a população brasileira culta.

Segundo a autora os participantes desse grupo tiveram propósito de desenvolver uma arte nacional-popular com a fisionomia própria e com as reais características do Brasil. Nesse sentido, podem-se observar as primeiras iniciativas nas artes cênicas através das companhias de teatro existentes em São Paulo, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), A Escola de Arte Dramática (EAD), o Teatro do Estudante e o Teatro de Arena que já há muito tempo buscavam alternativas para se aproximar cada vez mais do público em geral e para diferenciar-se do formato e da estética tradicional do teatro.

Garcia (2007), apontando a importância e abrangência desse movimento, apresenta um artigo da Revista Brasiliense, especializada em crítica de arte, com o título de “O teatro experimental do Serviço Social da Indústria”, que já fazia referência às mudanças que começavam a surgir no meio teatral. A citação tinha o seguinte teor:

[...] até mesmo as companhias permanentes, altamente comprometidas com o gosto e predileção das platéias burguesas, estão atentando profundamente para o fenômeno da linguagem teatral, procurando correlacionar o seu repertório teatral com a conjuntura social brasileira e atrair o operário para as salas de espetáculo. (SANTOS, 1961, p. 176 apud GARCIA, 2007, p. 26)

A idéia dessas companhias teatrais era oferecer um teatro de qualidade não somente para a elite que já tinha mais acesso aos bens culturais e podiam pagar pelos

ingressos. Pretendia-se produzir peças com temáticas a um custo condizente com a realidade do brasileiro trabalhador pertencente às camadas mais pobres da população.

Os principais articuladores dessas mudanças foram os atores e dramaturgos Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e Augusto Boal, apoiados por Eugênio Kusnet, Vera Gerdel, Chico de Assis, Nelson Xavier, Lélia Abramo, Hugo Carvana, dentre muitos jovens atores que estavam iniciando suas carreiras nesse período e se alternavam em apresentações, pelo Teatro de Arena, por São Paulo e Rio de Janeiro.

O Teatro de Arena, em especial, viajava desenvolvendo um repertório composto de peças, consideradas polêmicas na época, de autoria de Gianfrancesco Guarnieri, como “Eles não usam Black-tie” e “A Semente”, “Chapetuba futebol clube”, de Oduvaldo Vianna Filho e “Revolução na América do Sul” de Augusto Boal.

Garcia (2007) relata que as atividades do Arena repercutem de forma positiva por todo país, porém do ponto de vista financeiro, o modelo de gestão proposta para a sustentabilidade do grupo torna-se inviável. Oduvaldo Viana Filho, não concordando com a implementação de um modelo empresarial no Teatro de Arena opta por deixar o grupo.

Nesse período ele entendia que a difusão do “teatro engajado” dependia mais da aproximação direta com o público alvo: estudantes, sindicatos, partidos políticos, entidades educacionais, como forma de garantir a sua subsistência sem se “submeter ao modelo empresarial adotado pelas companhias teatrais da época”. (GARCIA, 2007, p. 29)

Assim, “Vianinha”, como Oduvaldo Vianna era mais conhecido no meio artístico, vincula-se aos estudantes da UNE, instalando o CPC no prédio da UNE, na Praia do Botafogo, essa mudança o aproxima mais dos intelectuais do ISEB, em especial, de Carlos Estevam Martins que era o assistente do filósofo Álvaro Pinto, o qual o orienta nos estudos filosóficos sobre a sociedade capitalista. A partir daí, Vianinha reúne um novo grupo de atores amadores e profissionais e começa a elaborar peças teatrais populares que apresentavam ao público os conceitos marxistas.

Uma importante peça produzida pelo novo grupo foi “A mais valia vai acabar, *seu Edgar*”, que teve a trilha sonora composta por Carlos Lyra. Para Garcia (2007), foi a partir dessas aproximações que o CPC foi criado no Rio de Janeiro no início do ano de 1961 e instalado no prédio da UNE localizado na Praia do Flamengo.

Em sua curta existência, de 1961 até 1964, o CPC, funcionou nas dependências do prédio da UNE, teve dois diretores, o cientista social Carlos Estevam Martins e o dramaturgo

Ferreira Gullar, ambos ligados ao movimento estudantil e apoiadores do Governo Jango. Em um primeiro momento as atividades do Centro tiveram um caráter mais interno ficando mais direcionada aos artistas e intelectuais, posteriormente, devido à influência dos estudantes da UNE, tornou-se mais popular e na direção da proposta inicial de Vianinha a de levar a cultura às massas como uma alternativa para a promoção da revolução social.

Para Garcia (2007) a UNE, já vinculada às propostas do CPC, acreditando que poderia utilizar as diversas expressões da cultura popular para conseguir realizar uma revolução social no país, a partir do final do ano de 1961, dá início a implantação dos Centros de Cultura Popular da UNE em doze capitais, inaugura outras sete unidades no Rio de Janeiro, em sindicatos e universidades e, ainda, a primeira unidade volante para as apresentações teatrais e musicais em locais públicos e com grande concentração de trabalhadores.

Inicialmente o teatro e a música foram ferramentas que aproximaram os estudantes filiados à União Nacional dos Estudantes e a UNE da população operária que vivia nas periferias, distantes do discurso da intelectualidade, da universidade e do contato com os diversos bens culturais.

Como as outras experiências o CPC e a própria UNE encerram as suas atividades em decorrência do regime militar que se instala no país, tendo também as instalações incendiadas no dia 1º de abril de 1964 e seus líderes perseguidos e presos.

Foi através do Centro Popular de Cultura da UNE que estudantes e artistas, mediados pelo diretor do Serviço de Recreação Operária, o professor Vinicius Ruas ex-integrante da UNE, trocaram suas primeiras experiências com a população operária e com a realidade dos centros e núcleos de recreação geridos pelo Serviço de Recreação Operária no centro e na periferia do Rio de Janeiro.

No capítulo seguinte, através das narrativas do Professor Vinicius Ruas, serão identificadas as influências desses movimentos e do panorama político e social que envolveu esse período com as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Recreação Operária.

4 UMA NOVA VERSÃO DA HISTÓRIA DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA: MEMÓRIAS REVELADAS SOBRE OS ANOS DE 1958 A 1964.

Dir-se-á o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até um certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível. (GRAMSCI, 1995)

Este capítulo apresenta e analisa a segunda parte da documentação coletada na pesquisa de campo referente às atividades dos últimos seis anos de atuação do SRO, de 1958 a 1964.

Essa etapa do estudo compõe-se de três entrevistas, a saber: a primeira foi realizada com o Vinicius Ruas Ferreira da Silva, professor e diretor do SRO e quem disponibilizou o seu acervo pessoal, composto de arquivo iconográfico, relatórios de prestação de contas, ofícios, um projeto para a implantação de Estádios Operários, programações de atividades esportivas e artísticas e de cursos de formação profissional.

Nesta entrevista o professor Ruas recorda episódios que envolveram a história da Educação Física, o lazer operário e sobre como o movimento estudantil e sindical envolveu o SRO no período em que ele esteve à frente da Instituição.

A segunda entrevista foi realizada com o professor Lamartine Pereira da Costa, professor de Educação Física formado pela Escola de Educação Física do Exército que, posteriormente, após participar de curso de recreação operária do SRO, passa a se interessar pela temática da recreação e lazer.

A terceira entrevista conta a experiência do compositor e radialista, José Messias da Cunha, que esteve no comando da programação da Rádio do SRO, localizada no edifício do Ministério do Trabalho e detalhes das atividades que ele desenvolveu na rádio, em conjunto com Ruas, entre os anos de 1958 e 1964.

Pretende-se, nesta etapa do estudo, unindo os depoimentos, documentos oficiais e os aspectos políticos e culturais que envolveram o Brasil, nos anos cinquenta e sessenta, apresentados no capítulo anterior, reconstituir, à medida do possível, a história do SRO, no período delimitado entre 1958-1964.

4.1 Origem e perfil do Prof. Vinicius Ruas Ferreira da Silva: primeiras impressões

De maneira geral, as publicações que abordaram questões sobre o tempo livre de trabalho, a recreação e o lazer no Brasil estão relacionadas à área de conhecimento da Educação Física. Conforme Rangel-Betti (1997), a partir de meados da década de 1980, a produção teórica sobre a Educação Física no Brasil deixa para trás as suas conotações “higienista, militarizada e esportivizada”, marcantes nas décadas anteriores, para assumir uma postura crítica dos usos e dos significados das práticas corporais na sociedade capitalista.

Dentre as principais obras publicadas nesse período, destaca-se um livro de referência da área, de 1988, **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**, do professor Lino Castellani Filho.

Nele, o autor interpreta criticamente os caminhos percorridos pela Educação Física no país, objetivando a uma prática transformadora para a área. Pela primeira vez, o Serviço de Recreação Operária é estudado a partir de uma visão diferente daquelas encontradas nas demais publicações, cujos pesquisadores utilizaram as produções de Sussekind (1946, 1948 e 1952) como referência única.

Dentre os diversos relatos de profissionais considerados pioneiros e respeitáveis que participaram do processo de construção da Educação Física no Brasil, a partir dos anos de 1940, Castellani apresenta, em curto relato, a experiência do Professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva, professor e diretor do SRO no período de 1958 a 1964, resultando, assim, uma nova compreensão do Serviço de Recreação Operária.

Partindo dos indícios apresentados por Castellani (1988), pretende-se corroborar com a história da Educação Física e, principalmente, com a história da recreação operária no Brasil, aprofundando a pesquisa sobre a experiência do Professor Vinicius Ruas na direção do Serviço de Recreação Operária.

A minha função nessa vida é desafinar o coro dos contentes. (TORQUATO NETO, 1969)

O professor Dr. Vinicius Ruas Ferreira da Silva, realizou a sua livre docência e seu doutorado em Educação Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se aposentou em 1996. Porém, hoje, aos 86 anos, continua atuando profissionalmente na área, auxiliando instituições privadas de ensino superior na elaboração de projetos de implantação de novos cursos de Educação Física, fazendo palestras, desenvolvendo diversas atividades na Federação Carioca de Judô e, ainda, realizando pesquisas etnográficas sobre os jogos indígenas no Brasil.

Nascido no Estado do Amazonas, filho de artista plástico, diretor do Teatro Nacional do Amazonas, desde muito jovem esteve envolvido com as artes e com vários esportes amadores, dentre eles o ciclismo e o pugilismo. Ao final de seu curso de humanidades, equivalente ao segundo grau, inicia o curso superior de Direito que não conclui por não se identificar com a carreira. Logo em seguida, decide se inscrever em um concurso de bolsas para estudar na Escola Nacional de Educação Física e Desportos. É aprovado e no mesmo ano, em 1954, muda-se para o Distrito Federal para iniciar esse curso.

Na Universidade Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939 pelo Decreto-lei n. 1.212, instituição vinculada à Universidade do Brasil, Vinicius Ruas inicia seus estudos no qual se identifica imediatamente com dois professores: o professor Dr. Inezil Penna Marinho, estudioso das questões que envolviam o lazer, a Educação Física e que havia trabalhado com Arnaldo Sussekind no Serviço de Recreação Operária²⁰; e O Prof. Dr. Alberto La Torre de Faria, titular da cadeira de Esportes de Ataque e Defesa e um dos principais responsáveis pela criação da Escola Nacional de Educação Física.

Incentivado por eles, Vinicius Ruas, começa a se dedicar profundamente aos estudos em áreas específicas da Educação Física, recreação e lutas e também às questões coletivas de interesse geral dos alunos na Universidade, como por exemplo: a melhoria das estruturas físicas e materiais na Instituição, a construção da piscina da Escola Nacional de Educação Física, a renovação dos materiais e aquisição de novos. Em pouco tempo é eleito

²⁰ Melo (1998), em um artigo intitulado: **Inezil Penna Marinho – Notas Biográficas**, afirma que no ano de 1958 o referido professor já tinha elaborado uma centena de monografias, escrito dezenas de livros e publicado mais de 1000 artigos em revistas como: Revista Brasileira de Educação Física, Educação Physica, Revista de Educação Física, Cultura Política, Boletim da DEF e Arquivos da ENEFD”.

presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Educação Física e, a partir daí, começa a se destacar no movimento estudantil, liderando vários movimentos grevistas em prol da melhoria do curso.



FIGURA 3- Vinicius Ruas é o último da esquerda para a direita. Comissão da Escola de Educação Física da Universidade do Brasil examinando as solicitações do movimento grevista para o Ministro da Educação Sr. Clóvis Salgado em 1956. (Acervo Pessoal de Vinicius Ruas)

Em uma entrevista concedida ao professor Lino Castellani Filho, o professor Dr. La Torre de Faria credita o sucesso da maior greve ocorrida nesta universidade, que teve a duração de seis meses, em 1956, a Vinicius Ruas, que conseguiu mobilizar todos os alunos do curso de Educação Física. O movimento contribuiu para depor o diretor da instituição.

[...] pois é... depusemos o Diretor da Escola. Isso se deve ao Vinicius Ruas que era, na época, o Presidente do Diretório Acadêmico. O Diretor da Escola, por uma dessas manipulações políticas, era uma pessoa ilustre, mas não tinha nada haver com a Educação Física. Chamava-se Peregrino Junior. Era membro da Academia Brasileira de Letras, médico, e por possuir bastante prestígio no meio universitário, conseguiu se fazer Diretor da Escola. O primeiro Diretor a não ter curso de Educação Física. [...] era um homem estranho ao meio da Educação Física e que não tinha muito apreço por ela. Isso trouxe um certo descontentamento entre os estudantes. Os estudantes postulavam certas coisas e não tinham um atendimento adequado. Isso os levou a assumirem posições que estabeleceram o confronto. Os estudantes, então, declararam-se em greve. Eu, examinando as suas reivindicações, achei-as justas e tomei a posição dos a favor deles.

[...] minhas convicções políticas, então, me antagonizaram com a direção do Professor Pelegrino e eram simpáticas aos estudantes, que já começavam a se interessar por política, inclusive pela política estudantil, passando a atuarem na própria UNE. Criaram, inclusive, naquela época, a União Nacional dos estudantes de Educação Física. (CASTELLANI, 1988, p. 139-140)

Vinicius Ruas conta que seu tempo de estudante era dividido entre as atividades do curso de Educação Física pela manhã, os estudos no ISEB²¹, à tarde e a militância estudantil na Universidade e na UNE, no período da noite. Orientado pelo professor La Torre de Faria, que também era um membro do ISEB, começa a participar de palestras e de cursos nessa instituição, tendo aulas com renomados intelectuais do período, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, dentre outros. Ele recorda que:

[...] Tinha uma intelectualidade extraordinária lá no ISEB, professor Roland Corbisier, Candido Antonio Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, [...] Guerreiro Ramos, todos eram pessoas maravilhosas. O professor Guerreiro Ramos com a ditadura militar foi dar aula em Harvard nos Estados Unidos.

²¹ Instituição criada pelo Decreto-lei n. 37. 608 em 14 julho de 1955, ligada ao Ministério de Educação e Cultura, [...] “previa o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia, da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências às análises e a compreensão crítica da realidade brasileira, visando á elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”[...].

E essas pessoas fizeram com que nós tivéssemos uma ampla abertura de conhecimento intelectual e real noção dos problemas do trabalhador e do Brasil. E nós saíamos dali, professores de Educação Física, também formados em Filosofia e formados em outras áreas também. A importância que se dava para o conhecimento dos problemas do Brasil naquela época do Nacionalismo era qualquer coisa extraordinária.



FIGURA 4- Da esquerda para a direita: La Torre Faria, ao lado de Vinicius Ruas e alunos da Turma do ISEB de 1958. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Para Vale (2006), durante todo o governo de JK, a ideologia nacional-desenvolvimentista foi hegemônica no ISEB, que promoveu, na segunda metade dos anos de 1950, muitos cursos, conferências, seminário e estudos para um público composto por representantes das Forças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional, do Congresso Nacional, dos Ministérios, bem como líderes sindicais, professores e estudantes universitários que pretendiam de alguma forma colaborar com o desenvolvimento do país.

Segundo Vinicius Ruas, todos que participavam dos cursos do ISEB ficavam envolvidos por um sentimento de nacionalismo e por um desejo de transformar o país, devido

à euforia presente naquele momento histórico e nos discursos de JK os quais prometiam um avanço econômico e social sem precedentes, resumidos nos *slogans*: “nacional-desenvolvimentismo”, os “cinquenta anos em cinco”.

Embora não estivesse, naquele momento, ligado diretamente a nenhum partido político, acreditava-se que ele e todos os outros alunos e professores que participavam dos cursos do ISEB e das atividades da UNE pertencessem ao Partido Comunista, que estava na ilegalidade naquele momento. No entanto, segundo relato de Vinicius Ruas, a maioria dos estudantes estava mais próxima do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, que era um partido “muito popular”, mas esclarece que, mesmo na clandestinidade, o Partido Comunista envolvia-se entre os Diretórios Centrais, como a UNE, pois não havia ainda a repressão que se conheceria após o golpe de 1964. São palavras suas:

[...] dentro da Escola de Educação Física existia sim professores que nos denunciavam como comunistas, quando na realidade não éramos, éramos pessoas nacionalistas na acepção do termo. Futuramente é que viemos a participar do Partido Comunista, muito depois, já quase no fim da Recreação Operária em 1964.

Fausto (2000) afirma que, em comparação com o governo Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek conseguiu manter certa estabilidade política e promover um crescimento econômico superior aos governos anteriores, gerando um grande otimismo entre a população. Entretanto, completa, as forças armadas, em sua maioria, e o exército, em especial, garantiam o regime democrático, mas dentro de certos limites. Tal afirmação pode-se constatar em relatório elaborado pela Casa Militar da Presidência da República, enviado para o Presidente JK no ano de 1957, denunciando o cunho marxista da maioria das atividades do ISEB e a ampliação de suas ações entre o meio militar²². Esse documento denunciava ao presidente da república que a instituição estava fugindo de sua proposta original, ou seja, o estudo dos problemas brasileiros, desenvolvendo interpretações não condizentes com o projeto nacional-desenvolvimentista e com os objetivos que determinaram a criação do órgão.

Mesmo em um período de perseguição de alguns professores mais conservadores, durante sua atuação como Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Vinicius

²² Relatório coletado em pesquisa de campo, no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, pertencente ao arquivo do General Nelson Melo, chefe do Estado Maior da Força Aérea, em 1957.

Ruas ganhava notoriedade entre os alunos, ajudando a eleger outros representantes da Escola de Educação Física para o DCE e para representar outros cursos da Universidade. Ele afirma, em entrevista, que já era um peso muito grande ser representante junto a UNE também, órgão estudantil de maior categoria naquela época, entidade que muito o ajudaria nos anos seguintes no desenvolvimento de atividades no SRO.

Relata, ainda, que durante o curso de Educação Física, juntamente com alguns professores e alunos do DCE, foi criado, em 1957, a União Nacional dos Estudantes de Educação Física, a qual funcionou nos três anos posteriores e teve Ruas como o seu primeiro Presidente. Muitos anos depois essa instituição se transformou nos ENEFs (Encontro Nacional de Educação Física) de hoje, que organizam grandes Encontros Nacionais de Estudantes de Educação Física.



FIGURA 5- Comissão da União Nacional dos Estudantes de Educação Física. Da esquerda para a direita em pé, o Professor Víncius Ruas é o segundo, logo atrás do Professor La Torre Faria, o primeiro da fileira dos que estão sentados. 1957. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)



FIGURA 6- Conferência de abertura do primeiro Encontro Nacional de Educação Física em 1957. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Ao final do ano de 1957, terminado o curso de Educação Física, Vinicius Ruas apresenta o seu trabalho de conclusão de curso, intitulado, “A Educação Física e Desportos para o Trabalhador”, orientado pelo Prof Dr. Inezil Penna Marinho.

Nesse trabalho ele, discute a importância da Educação Física, dos esportes e da recreação na vida dos trabalhadores e a necessidade da formação de profissionais especializados para atuar com esse segmento.

Orador da turma, em seu discurso de formatura, ressalta as lutas e enfrentamentos daquela turma e, conforme suas próprias palavras, com todo o entusiasmo da juventude, aquele espírito do ISEB e todas aquelas coisas todas nacionalistas, e acrescenta enfatizando o

valor da Educação Física, o compromisso dos profissionais dessa área e, principalmente, a importância da recreação operária no Brasil.

Sua turma, batizada de “Turma Juscelino Kubitschek”, teve como patrono e paraninfo, os professores La Torre de Faria, da Universidade Nacional e Roland Corbisier, membro do ISEB, intelectuais que o acompanhariam por toda sua vida acadêmica, auxiliando-o em sua trajetória profissional.



FIGURA 7: Formatura na Universidade do Brasil. Da esquerda para a direita: Professor Alberto Latorre de Faria, ao centro o paraninfo: o Deputado Roland Corbisier e o formando: Vinicius Ruas em 1957. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

No discurso de formatura, inspirado nos estudos do professor Inezil Penna Marinho, Ruas afirma a importância da recreação operária, que acabou repercutindo dentro e fora da Universidade, sendo o instrumento desencadeador para o ingresso de Vinicius no SRO, como professor de práticas educativas no Ministério do Trabalho, no final de 1958, por indicação de Pascifal Barroso, assessor do Presidente JK.

[...] no discurso que eu fiz é que estava a raiz e parte dos motivos que me levaram a trabalhar no SRO Como eu falei bastante sobre a importância da Educação Física e do lazer na vida das pessoas e principalmente na vida do operário, o Ministro do Ministério do Trabalho, ficou sabendo e ficou muito impressionado com minha fala e me fez, logo depois da formatura, conversou com algumas pessoas e depois me fez o convite para trabalhar como professor lá no setor de Práticas Educativas de Recreação, para o Serviço de Recreação Operária no Ministério do Trabalho. É lógico que eu aceitei, estava terminado o meu curso, então aceitei o convite e comecei a trabalhar como professor lá nos Centros de Recreação Operária.

4.2 O Serviço de Recreação Operária em 1958

Fausto (2000) afirma que o governo de JK, avança pelo ano de 1958 buscando o equilíbrio entre as forças criadas pelo “getulismo”. De um lado estava o PSD (Partido Social Democrata), representado por conservadores das elites dominantes do campo, da burocracia estatal, criada no Estado Novo e por parte da burguesia industrial beneficiada pelo desenvolvimento, da chegada do capital internacional e pelos negócios propiciados pelo aumento da inflação no país e, de outro lado, o PTB (Partido trabalhista Brasileiro), detentora do controle da estrutura vertical do sindicalismo, de áreas da previdência social e da burguesia industrial inclinada ao nacionalismo e à maioria dos trabalhadores urbanos organizados.

No entanto, Moreira (2003) assevera que apesar dos conflitos existentes neste período, o “otimismo” continuava presente ao final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 em toda a sociedade brasileira e compara esse período com outros semelhantes, vividos por ocasião da independência e abolição da escravidão no país, que causaram na população, em geral, euforia e grandes expectativas de progresso e de tempos melhores para todos.

Foi nesse contexto de euforia que, no início de 1958, Vinicius Ruas inicia as suas atividades profissionais no SRO, que era dirigido naquele período por Waldemar Pacheco de Oliveira e tendo como chefe da Seção de Excursões e Educação Física o Professor Lincoln Julio Mesquita²³.

²³ Informações retiradas de documento do Acervo do Prof. Vinicius Ruas, Relatório da II Olimpíada Preparatória Inter-Centros, realizada no mês de junho de 1959, entre os Centros de Olaria, Bonsucesso e Gávea. Esse evento atendeu crianças, adolescentes e adultos (homens e mulheres) e entre as principais atividades estavam o futebol de campo e de salão, atletismo (corridas, saltos e arremessos), basquete, malha individual e por equipe, atividades recreativas e apresentações artísticas elaboradas pelos próprios participantes.

Movido pelo desejo de colocar em prática os conhecimentos sobre o lazer operário, ele chega ao Centro de Recreação da *Invernada de Olaria*, localizado na zona norte do município do Rio de Janeiro, onde encontra um cenário bem diferente daquele que imaginava. Depara-se com um centro de recreação em condições decadentes e sem as estruturas mínimas para o desenvolvimento daquilo que ele idealizara enquanto estudante. É declaração sua:

[...] Eu comecei trabalhando nos Centros de Recreação Operária, da zona Norte, o primeiro foi na Invernada de Olaria. Neste centro nos deram um espaço que tinha sido um banheiro ou uma coisa assim, e aquilo ali era o local onde guardava o material da Recreação Operária, bolas de futebol e outros materiais velhos, tinha um campo de terra bem mal cuidado e às vezes alguns operários iam pra lá e os professores ficavam sentados e muitas vezes não se fazia nada, demorou bastante até tudo se organizar...

[...] Depois nós tivemos em Bonsucesso um Centro de Recreação que, pelo menos funcionava numa quadra de basquete. Depois na zona sul, um centro na Praia do Pinto, onde é hoje o campo de futebol do Flamengo, também estava com poucas condições de uso e nós fomos aos poucos fazendo com que eles retomassem as suas atividades aos poucos.

Assim que Vinicius Ruas chegou ao Centro de Olaria, iniciou a organização de reuniões entre os professores com o objetivo de alterar aquele quadro para melhor. Ele afirma que a estrutura física e material do Centro de Olaria não era adequada para atender os trabalhadores, mas que os salários dos professores era muito bom, comparado aos dos professores da rede pública da época, que “ganhavam muito bem”, fator que o motivou ainda mais.

Nessas reuniões ele logo constatou que o Centro de Olaria ficava esvaziado em grande parte do dia, porque as programações existentes eram, em sua maioria, realizadas nos períodos da manhã e da tarde, horário em que os operários estavam trabalhando. Segundo Vinicius Ruas, os antigos funcionários relatavam que o núcleo, nos últimos anos, nunca funcionara bem diziam para ele que a Recreação Operária era uma coisa que não se sabia como continuava a existir.

As informações sobre o funcionamento dos centros de recreação da zona norte podem ser confirmadas em relatórios anteriores a esse período. Em Sussekind (1948)

encontramos dados sobre os Centros da zona Sul que funcionavam de maneira intercalada, duas vezes durante a semana, no horário da noite, e nos finais de semana, mas ele não aponta nada sobre os centros da Zona norte que confirme a informação dos funcionários.

Vinicius Ruas afirma, com base em relato de antigos funcionários, que não se tinha uma rotina diária e que os locais funcionavam apenas uma vez por semana ou um dia nos finais de semana, e que devido ao pouco uso dos centros os mesmos acabavam sem a manutenção necessária e, em geral, o campo de futebol estava constantemente tomado pelo mato, o que impedia o seu uso.

A primeira medida que Vinicius tomou para a reestruturação do Centro da Invernada de Olaria, que ocupava uma área concedida pelo batalhão da Polícia Militar, foi solicitar ajuda do Comandante do Regimento, o Capitão José Regis, que se colocou à disposição do SRO

[...] Nesse espaço tinha um campo de futebol, e a nosso pedido o comandante colocou os soldados da polícia para limparem tudo aquilo e ficou um campinho mais ou menos de futebol. E nós é que levávamos a bola e outros materiais para a realização das atividades, aos poucos tudo foi começando a funcionar... [...] o mesmo foi feito em outros centros de recreação. Por exemplo; eu fui designado para trabalhar também em Bonsucesso. Bonsucesso era uma quadra de futebol e vinham meninos, crianças que só faziam peladas, pois não existia outra opção de lazer.

[...] aos poucos nos fomos mudando esses centros, montamos uma quadra de basquete e depois uma pista de 100m de corrida pra fazer atletismo pros alunos. Eu e outras professoras, a Selma e a Stela eram três, eram três professores que trabalhavam lá.

Vinicius Ruas conta que, nesse mesmo período, foi nomeado para O Serviço de Recreação Operária o Sr. Ademar Ferreira da Silva que decidiu trabalhar em um centro de recreação da zona norte, fato que motivou a todos.

[...] era o grande campeão olímpico do salto triplo, apesar de ser um grande atleta e muito famoso, pegava no pesado e preparava a pista de terra com as próprias mãos, depois recebia e treinava muitas crianças e os adultos nos finais de semana. Era um grande profissional [...].

Ainda segundo Ruas, aos poucos os centros começaram a ser transformados e a cumprir suas finalidades, promovendo a recreação operária. Afirma que como os centros deveriam funcionar a semana toda, uma vez que os professores ganhavam para trabalhar a semana toda, achou que o correto seria atender os filhos dos trabalhadores nesses dias, pois os pais só tinham tempo livre no período da noite, mas nestes horários estavam voltando para casa ou descansando do dia de trabalho. Os centros passaram então a funcionar durante todo o dia, atendendo crianças e adolescentes, que gozavam de tempo ocioso, fora do período escolar.

A divulgação das atividades oferecidas pelos centros era feita por eles e pelas próprias crianças que chamavam seus vizinhos e colegas da escola e, graças a essa estratégia, em pouco tempo os centros ficaram repletos.

A pobreza nos subúrbios próximos dos Centros de Recreação era evidente, denunciada nas muitas pessoas sem empregos e na permanência das crianças nas ruas. Gradativamente essa população foi convidada a tirar suas carteirinhas e a participar das recreações, integrando-se às atividades dos Centros.

[...] todos tiravam um retratinho, pois conseguimos um fotógrafo pra ir tirar fotografia das crianças, só que as crianças eram muito pobres, quase miseráveis, doentes, houve logo que eu comecei um surto de tracoma uma doença que dá nos olhos, parecida com a conjuntivite de hoje. Era uma epidemia de tracoma naquele momento eu e as professoras de Educação Física, tivemos que primeiro tratar daquelas crianças, como era possível, é claro. Pois no Serviço de Recreação operária tinha uma sessão de saúde que cuidava disso, levávamos os médicos da Recreação Operária até lá e depois fazíamos o possível para ajudar.

[...] em seguida começamos a cadastrar as crianças, a fazer carteirinhas pra eles, tínhamos aumentado os banheiros, fizemos depósitos, quadras, aumentamos aquela sede toda e fizemos uma área maior naquilo, e os novos participantes não paravam de aparecer. Comecei ir para os outros centros mais próximos ajudar meus companheiros na reorganização dos seus núcleos, eram bem difícil, mas aos poucos tudo ia se transformando.

Grças à reestruturação de parte dos centros de recreação da zona norte, o trabalho foi sendo bastante comentado no Ministério do Trabalho. Em 1961 o professor Vinicius Ruas recebeu uma carta de agradecimento do Diretor do SRO, na época, o Professor Carlos Alberto de Brito, com elogios à sua eficiência.

No ano seguinte, 1962, após pedidos, ele foi nomeado Diretor de Recreação Operária pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social João Pinheiro Neto, devido ao interesse demonstrado pela recreação operária e por sua dedicação e aceitação entre os profissionais do SRO, entre os representantes sindicais e entre o operariado.

[...] eu era muito elogiado pelos meus colegas e pelos deputados do PTB que viam a minha dedicação e um trabalho muito grande com os trabalhadores, depois que os centros e núcleos começaram a ter grande procura de trabalhadores e ficar muito movimentado os deputados sempre apareciam por lá, você sabe como é...[...].

[...] naquele momento tínhamos um grande entusiasmo, queríamos mudar o Brasil, resolver seus problemas, todos os estudantes novos e professores estavam muito motivados com o João Goulart e com a política que ele fazia, queríamos transformar o Brasil...[...].

Como Diretor do Serviço de Recreação Operária, Ruas percebeu que havia muito mais a fazer do que simplesmente desenvolver atividades físicas esportivas. Iniciou, dessa forma, a elaboração de um projeto para restabelecer todos os Centros de Recreação e criar novos Núcleos de Recreação. Essa reforma passava pela preparação de uma programação adequada, organização do orçamento, preparação de mão de obra. Segundo ele, um projeto grande para Recreação Operária, que compreendia as atividades culturais, as esportivas e tantas outras:

[...] começamos a trabalhar firme com tudo aquilo. Saíamos pelos bairros e chamávamos: o “você é filho de operário?”... então manda seu pai vir aqui fazer sua inscrição e a dele, para praticar esportes e recreação quando ele puder. [...] depois começamos a levar aparelhos pra fazer trabalhos de musculação para todos os centros. Era um momento em que chegaram ao Brasil as técnicas dos grandes “Gerschler e Reindell com o Interval Training”. E então nós conseguimos fazer com que em alguns centros os operários praticassem o “Internal Training”. E enfim, tudo o que havia de mais moderno na Educação Física, nós íamos colocando na Recreação para os trabalhadores.

Constam nos documentos, elencados ao final deste capítulo, dos anos de 1961 e de 1962 que os centros de recreação da zona sul e norte, já reestruturados, contavam com um grande número de freqüentadores e que tinham sido criados muitos núcleos voluntários de

recreação pelos bairros do subúrbio. Dentre os principais Centros de Recreação destacam-se o da Gávea, o do Leblon, o de Olaria, o de Bonsucesso, e o de Guadalupe.



FIGURA 8- Ministro do Trabalho João Pinheiro Neto assinando a nomeação do Professor Vinicius Ruas (em pé no canto esquerdo da mesa) para o cargo de Diretor do SRO em 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Vinicius conta que nos bairros, em que havia grande concentração de trabalhadores e não existia um Centro de Recreação, foram criados os Núcleos de recreação, que contavam com a participação voluntária dos moradores trabalhadores, orientados por técnicos do SRO para a organização de um determinado espaço e das programações culturais que ocorreriam, em geral, nos finais de semana. Ele relata que até o final das atividades dos SRO foram criadas dezenas de núcleos geridos por voluntários por todo o subúrbio do Rio de Janeiro, nas vilas, associações de bairros, instituições sociais e sindicais.

4.3 Um Conselho no Serviço de Recreação Operária: a participação de professores, sindicalistas e trabalhadores na gestão da recreação operária.

Para o ex-diretor de Recreação operária, a definição da programação dos centros de recreação e, especialmente, a destinação dos recursos financeiros do SRO, originário do

imposto sindical, contava com a participação de profissionais do SRO, trabalhadores e sindicalistas, participantes de um conselho, criado para tomar essas decisões. Participavam dele os profissionais do SRO que faziam um pré-projeto, com base em pesquisas realizadas pelos representantes de vários sindicatos e que estavam muito próximos dos trabalhadores e os trabalhadores, representantes dos núcleos voluntários e centros de recreação, que apresentavam as suas solicitações. Todos elaboravam, em consenso, as programações.

[...] olha, esse orçamento que garantia o funcionamento do SRO, era coisa muito séria para mim, nós recebíamos o recurso da CTOS e eu utilizava da maneira mais correta possível. O seu uso era definido por todo o conselho, de professores, funcionários e operários que participavam das atividades. A Recreação Operária sempre foi ligada diretamente à Comissão do Imposto Sindical, naturalmente é verba era paga pelos trabalhadores. É lógico que aquele dinheiro, era usado tanto para pagar os professores como as atividades culturais que eram feitas para os operários com o dinheiro dos próprios operários por isso eu achava que eles deviam participar das decisões.

[...] e sucessivamente foram feitas as programações de todas as formas, da melhor maneira possível tentando atender a todos eles. Olha, nós temos essa verba, é possível conseguir mais um pouco e assim sucessivamente.

[...] e aquilo foi aos pouquinhos mudando algumas coisas dentro do que era possível fazer. E fomos melhorando os centros, criando núcleos e vimos que a verba que existia não era tão mínima assim. Era apenas mal administrada, eu acho que antigamente as coisas não funcionavam porque não tinha programas, não tinham conhecimento sobre o quê fazer.

A partir dessas reuniões, organizavam-se as programações mensais para os centros e núcleos de recreação, incluindo esportes, artes, excursões e até festividades como as festas juninas e natalinas.



FIGURA 9- Festa Junina no Centro de Recreação de Olaria – 1961
(Acervo pessoal de Vinicius Ruas)



FIGURA 10- Festa Junina no Centro de Recreação de Olaria – 1961
(Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Nesse período, o Serviço de Recreação Operária estava dividido, segundo a previsão orçamentária de 1961, em apenas duas seções: a Seção de Excursões e a Educação Física e Artes Populares, não mais funcionando, nessa época, o antigo modelo de organização, descrita no último documento elaborado por Sussekind, no SRO, no Manual de Recreação.

4.4 A Seção de Excursões e Educação Física

Nessa época, os trabalhadores começaram a vir em grande número para os centros e para os núcleos. A seção de Excursões e Educação Física promovia o desenvolvimento de atividades de excursionismo e diversas modalidades desportivas, comandadas pelo chefe da seção de Excursões e Educação Física, Ney Alves de Arruda Sodré, em conjunto com Vinicius Ruas, que ainda era um professor do SRO

As principais atividades deste setor eram realizadas aos finais de semana, duravam em geral um dia e tinham como principais destinos as cidades de Volta Redonda, Barra Mansa, Pedra de Guaratiba, além de uma unidade da Marinha Brasileira, a Ilha das Enxadas, destinos localizados no estado da Guanabara.

[...] nessas excursões compareciam em média 300 trabalhadores que tinham a oportunidade de se recrearem nas instalações daquela unidade da Marinha, que dispõe de: piscina, campos esportivos, pistas atléticas, campos de futebol, basquetebol e finalmente o maravilhoso ‘cinemascope’ que era oferecido ao termino dessas atividades que marcam profundamente e ficam inesquecíveis para aqueles que delas participam.

Para as atividades físicas e desportivas, os professores organizavam times de futebol, de basquete e de outras modalidades nos núcleos, nos centros e em algumas empresas. Em seguida prepararam uma série de eventos esportivos locais e até mesmo em nível internacional. Dentre esses eventos destacaram-se dois Campeonatos Nacionais de Futebol, um campeonato Internacional, que envolveu times de operários do Uruguai e

Argentina, e um grande Campeonato nacional de Boxe Amador entre trabalhadores da indústria e do comércio, em julho de 1961.²⁴



FIGURA 11- Professores e Professoras do SRO e presidentes da Comissão Intersindical (de paletó) em um evento esportivo do SRO em 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Segundo o relato de Vinicius Ruas, havia, nessa época, representações do SRO nos estados do Ceará, Paraná e em Minas Gérias; e Centros de Recreação em São Paulo e no Rio Grande do Sul e todos desenvolviam seus campeonatos locais. Os campeonatos de futebol foram realizados primeiramente nesses estados e depois foram patrocinados campeonatos nacionais, nos anos de 1962 e 1963.

[...] os campeonatos eram feitos no clube do Vasco da Gama, no São Cristóvão, em São Paulo foi feito em no Estádio Municipal de Osasco e no Estádio do Pacaembú, com a participação de lideranças dos Metalúrgicos todos, me lembro do Conrado Del Papa que era um cara fantástico, um

²⁴ Informações retiradas de um documento do Acervo do Prof. Vinicius Ruas, Programação do I Campeonato de Boxe Amador, realizado no ano em julho de 1961, encaminhada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social e para a Comissão do Imposto Sindical.

grande líder sindical paulista e de outros sindicalistas de primeiríssima qualidade.



FIGURA 12- O Sindicalista Paulista Conrado Del Papa, ao centro, em Osasco entregando medalha ao melhor atleta do I Campeonato Estadual de Futebol do SRO sediado em São Paulo e Vinicius Ruas ao lado direito. 1962. Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Várias fotos pertencentes ao arquivo pessoal de Vinicius Ruas registram esses campeonatos locais e os campeonatos interestaduais e inter-empresas e a presença de autoridades sindicais e muitos operários.



FIGURA 13- I Campeonato Estadual de Futebol realizado em São Paulo, no Estádio do Pacaembú em 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

As fotos revelam a participação de jovens, homens e, principalmente, de mulheres em diversas modalidades, algo não encontrado nos registros anteriores de 1940 e início de 1950.



FIGURA 14- Torneio Estadual de Basquete realizado no ano de 1963 nos Centros de Recreação Operária na Guanabara. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)



FIGURA 15- Torneio Estadual de Basquete realizado no ano de 1963 nos Centros de Recreação Operária na Guanabara. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Em documento denominado “Plano de atividades recreativas para os setores regionais - a Educação Física e o desenvolvimento das atividades recreativas entre trabalhadores”²⁵, de 1962, o professor Vinicius Ruas nos dá uma visão geral sobre os objetivos do SRO naquele período.

[...] os desportos representam a forma de atividade física que melhor corresponde as necessidades do adolescente e adulto. Traduzem exercícios físicos que se realizam, individual ou coletivamente, segundo regras pré-

²⁵ Documento do Acervo pessoal do Professor Vinicius Ruas, texto datiloscopiado descrevendo as finalidades das atividades desportivas (ginásticas e esportes) e das atividades culturais (o cinema, teatro, rádio, televisão, música e biblioteca) que deveriam ser desenvolvidas pelos centros e representações regionais do Serviço de Recreação Operaria e faziam orientações sobre a importância da organização de eventos e sobre a necessidade de envio de relatório mensal de atividades para a direção geral do SRO no Rio de Janeiro.

estabelecidas e aceitas internacionalmente. Os desportos poderão ser encarados como agente educacional, elemento de recreação, meio de competição ou recurso profissional, em cada um desses casos apresenta características próprias que o identificam. A realização de campeonatos e torneios entre entidades sindicais visa estreitar mais as relações de simpatia e amizade entre as entidades de classe, sempre acolhida com o melhor interesse e entusiasmo pelos trabalhadores. (Ruas, 1962, p.1-2)

O documento sugere a elaboração, em conjunto com os campeonatos inter sindicais de futebol, dos campeonatos inter empresas de basquete, futebol de salão, vôlei, malha, natação, ciclismo, atletismo e tênis de mesa; ampliando as possibilidades de práticas esportivas para o trabalhador. Vinicius Ruas afirma que a Educação Física, naquele tempo, era vista pelos professores do SRO apenas como uma forma de lazer, atividades que o operário poderia desenvolver livremente, se distraíndo e se desenvolvendo no seu tempo de descanso e não como instrumento de performance física ou competição.

As atividades desenvolvidas poderiam ser tanto a ginástica, como o futebol, o basquete, malha ou alguma coisa que não aquilo que ele fazia no seu cotidiano, por isso a importância dada à opinião do trabalhador para a organização das programações. Vinicius conta que o jogo de Malha tinha muita popularidade entre o operariado e que as disputas movimentavam doze equipes dos Centros e Núcleos de Recreação.



FIGURA 16- Equipe de Malha no Centro de Recreação da Praia do Pinto. 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Percebe-se uma mudança na visão que vigorou durante a gestão de Sussekind (1943-1953), época em que se acreditava que a não previsão de uma programação “sadia” por parte do SRO, levaria o trabalhador a buscar atividades consideradas nocivas e incapazes de restaurar o seu corpo e o seu espírito para um novo dia de trabalho, pois o mesmo não tinha condições intelectuais de fazer essas escolhas.

A nova forma de conceber a prática de esportes e a organização das atividades culturais incluía a participação ativa do trabalhador nessa escolha.

Vinicius Ruas afirma que os estudos anteriores do SRO tinham uma visão “romântica”, de que a finalidade da recreação operária era preparar fisicamente o operário para o trabalho. Para ele isso não existiu no Brasil, ou melhor, nunca se preparou trabalhador para essa prática, pois a capacidade de atendimento da recreação operária sempre foi infinitamente menor que o número de trabalhadores existentes no Brasil das décadas de 1940, 1950 e mesmo nos anos de 1960.

Ele afirma que, os poucos operários que freqüentavam os centros e núcleos de Recreação Operária, nestas décadas, ficavam pouco tempo ali brincando ou jogando conversa fora com os amigos. Segundo ele, a idéia de compensação do desgaste provocado pelo trabalho e a preparação física para a melhoria do desempenho no trabalho nunca foi à intenção da sua gestão no Serviço de Recreação Operária, até porque eles não tinham os recursos necessários para isso e conclui a sua fala afirmando que aquilo que se buscava realmente era o Lazer que mais se aproximasse do gosto e do desejo do operário e afirma sempre ter considerado absurda a visão de fazer do lazer algo que devesse ser produtivo.

Declara, entretanto, que até mesmo os profissionais que trabalhavam ali, no SRO, trabalhavam por prazer, realmente fazendo o que gostavam de fazer e todos que tinham alegria em ver o operário jogar um futebol, descansar e depois fazer um churrasco de confraternização.

Os professores do SRO eram muito bem tratados pelos alunos dos núcleos e dos centros. Segundo ele, os professores não tinham uma postura autoritária, comum aos professores de Educação Física daquele período. Davam voz aos trabalhadores e tentavam desenvolver as atividades em conjunto com eles.

[...] o que você quer fazer? Vamos lá vamos trabalhar! Você quer fazer ginástica, jogar um voleibol, futebol, e eles jogavam juntos independentemente do número de participantes das regras oficiais.

[...] a recreação operária era muito bem pensada sobre todos os aspectos, o professor Inezil e o professor La Torre de Faria desde muito tempo estudaram isso, foram pessoas que pensavam o lazer de uma maneira certa. Sem este funcionalismo todo, ou esse pragmatismo de fazer com que o lazer pudesse deixar uma pessoa mais forte para produzir mais no trabalho. Isso nunca foi essa a nossa intenção na Recreação Operária. Pelo contrário.

[...] nós tínhamos os campeonatos dos garçons. Os garçons começaram a jogar futebol depois da meia noite, quando eles acabavam o trabalho, eles queriam jogar futebol isso depois das onze horas da noite. E nós então fizemos um campo de futebol iluminado, pra os garçons fazerem o campeonato deles. Todos iam pra lá a meia noite, nós tínhamos um professor lá, que trabalhava só com os garçons, até hoje eles jogam lá no aterro, continuaram aquilo, até hoje esta funcionando e depois fizemos o mesmo para os lixeiros e deu certo.

Para Vinicius Ruas existia entre eles uma noção de coletividade, tentava-se oferecer lazer para todos os trabalhadores que quisessem participar. Ele conta que foi criado um espaço no Aterro do Flamengo, com atividades noturnas nas quais os garçons pudessem participar.

4.4.1 Seção de Artes Populares: cinema, teatro, dança, biblioteca e a rádio operária.

Vinicius Ruas conta que as Artes Populares recebiam a mesma atenção que as atividades relacionadas com excursões e Educação Física. No documento de 1962, ele faz referência à importância que essa seção tinha para o trabalhador.

[...] O cinema é dos grandes meios de elevação intelectual das massas e de sua recreação para todos aqueles que, o duro labor cotidiano cumprido pelo braço ou pela mente, sentem necessidade de ocupar seus lazes em alguma coisa que os faça esquecer a realidade da luta diária. O cinema é a mais popular diversão, aquela que é procurada mais assiduamente pelo povo, pelo homem que trabalha. Em qualquer programa de recreação, deve ter o cinema importância acentuada. (RUAS, 1962, p. 2)

Para as projeções de filmes ocorridas nos centros, nos núcleos ou nos sindicatos, montava-se uma infra-estrutura com máquinas de projetar filmes de 16mm.

Eram projetados filmes históricos, educativos relacionados à Saúde e curta metragens, em geral, feitos pelo Ministério da Saúde, mas além deles eram exibidos muitos filmes de lutas japonesas ou comédias nacionais, pois, segundo Vinicius, não se pretendia dar apenas um cunho educativo a essa atividade, pensava-se no divertimento que o cinema podia proporcionar.

Vinicius Ruas conta também que eles escolhiam filmes com temas relativos às revoluções, à libertação dos povos, à liberdade dos trabalhadores, enfim, sobre os Direitos Humanos.

Ele destaca os seguintes filmes: A Revolução do México e O Encouraçado Potemkin de Sergei Eisenstein, projetados dezenas de vezes nos centros e núcleos e no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, devido à grande procura de trabalhadores, estudantes e militares da Marinha. Segundo ele, esse foi um dos motivos que certamente o levou ao exílio em abril de 1964.

O mesmo documento mostra que o teatro mereceu destaque no SRO, pois salienta essa atividade como grande instrumento de educação e recreio, com capacidade de semear, em um só tempo, os “conceitos e lições necessárias para a compreensão dos mais variados problemas sociais” (RUAS, 1962, p. 2).

Nesse mesmo documento, Vinicius Ruas valoriza a iniciativa de promoção do teatro infantil para os filhos dos trabalhadores, com a “formação de elencos nos centros de Recreação, nas sedes de entidades de classe, nas fábricas”, pois ajudavam as crianças a desenvolverem novas aptidões e o trabalho em grupo. (Ruas, 1962, p. 2)

As atividades de teatro, desenvolvidas nos núcleos e centros do SRO, contavam com a parceria da UNE e de alguns atores hoje renomados e que, naquela época, estavam iniciando suas carreiras, como por exemplo, Grande Otelo e outros artistas, nos shows musicais, da Jovem Guarda como os Golden Boys, Wanderléia, Roberto Carlos e outros. Além de atuar nas peças, os autores davam aulas de teatro para os trabalhadores que formavam grupos amadores de teatro nos núcleos e centros de recreação. Para Vinicius Ruas o teatro era um espaço de participação, reflexão e de produção crítica da cultura operária. Segundo ele:

[...] os estudantes da UNE, gostavam muito de participar das atividades do SRO, durante o meu tempo de estudante eu fiz ótimos amigos, e eles nos ajudavam como podiam.

[...] Para a seção de teatro nos fizemos parceria com a UNE, fizemos “Teatro do Trabalhador”, dirigido pelo Grande Otelo, que incluía peças onde os próprios operários participavam e peças com estudantes da UNE e com artistas da época. Tudo aconteciam em cima de um caminhão grande. Nós íamos aos bairros que eles moravam, nos mais populosos, nos conjuntos habitacionais construídos na época do Getúlio. Em Guadalupe, por exemplo, nós fizemos: teatros operários, pros filhos de trabalhadores. Nós criamos o grande Teatro Galileu de Operários e tivemos outras apresentações que vinham de grupos de operários voluntários. Tivemos numa ocasião, o ator famoso, o Gianfrancesco Guarnieri que apresentou as peças: “A Semente e a Revolução na América do Sul” para os trabalhadores, só que isso foi feito no Teatro de arena da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nós levávamos muitos trabalhadores pra participar desse e de outros espetáculos do Teatro de Arena.

Outro importante aspecto, ressaltado nesse documento, é a difusão das bibliotecas e da leitura entre os operários, como forma de complementar a educação obrigatória promovida pelo Estado e para desenvolvimento intelectual do indivíduo.

Sobre as bibliotecas, Vinicius Ruas conta que havia um caminhão do Ministério do Trabalho, com uma excelente biblioteca montada, com livros sobre diversos assuntos, que em dias marcados percorria os conjuntos habitacionais da Baixada Fluminense, Deodoro, Guadalupe e outros bairros, emprestando seu acervo aos trabalhadores. Para isso eles contavam com recursos do Fundo Social Sindical e com a ajuda de empresas públicas e privadas:

[...] no Rio de Janeiro a Volvo do Brasil ajudou muito a questão de Guadalupe, com caminhão e doação de recursos. Naquela época a Petrobras estava nascendo era a época do “O Petróleo é Nosso”, a Petrobrás nos ajudou bastante também. A Biblioteca Nacional nos cedeu muitos livros que eram repetidos que serviam pra nós. Lógico que não podíamos dar para os trabalhadores, emprestavamos e eles nos devolviam no dia marcado, se não entregassem não íamos atrás nem nada, tínhamos que substituir aquele livro que estava faltando ali [...].

Houve tentativas de implantação desses modelos de biblioteca e de apresentações teatrais em outros Estados brasileiros, mas não foram a termo pela falta de recursos e de

apoio. Por isso, nos outros Estados, tanto a apresentação de teatro, como o empréstimo de livros aconteciam nos próprios Centros e Núcleos de Recreação.

Ainda conforme Ruas, a dança era uma atividade muito solicitada pelos participantes dos núcleos e centros. Era comum acontecerem apresentações de danças folclóricas, populares e a organização de bailes pelos próprios trabalhadores, e, sempre que possível, havia a participação de profissionais da dança contratados pelo Centro que davam aulas de um determinado ritmo.

[...] nós tínhamos numa sala no Ministério do Trabalho, espelhada para que as pessoas que quisessem matricular os seus filhos ou participar das aulas. E nós fazíamos a dança com a professora, eu não lembro o nome, mas eram professoras da Escola de Educação Física que davam aulas de dança. (...) E nós fizemos também o balé clássico contávamos com algumas bailarinas voluntárias do Balé do Teatro Municipal que iam lá, era perto do Teatro Municipal, conversávamos com elas e quando não ia uma, ia a outra. Sempre tinha uma bailarina lá, estagiária. Nós pagávamos o almoço para elas e uma diária equivalente às horas de aulas dadas [...].

Havia uma grande procura pelos cursos de dança e de música que aconteciam diariamente, em uma sala preparada especialmente para isso, no décimo segundo andar do prédio do Ministério. Eram cursos de dança clássica e de música destinados às crianças e também para os adultos.



FIGURA 17- Professores de dança clássica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro em sala aula no edifício do SRO em 1963. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)



FIGURA 18- Apresentação de dança folclórica realizada no auditório do SRO em 1963. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

4.4.1.1 Rádio do Serviço de Recreação Operária

Vinicius relata que sempre existiu uma Rádio no edifício do Ministério do Trabalho, no primeiro e segundo andares, a Rádio Mauá, conhecida nos anos 40, 50 e 60, como “A Emissora do Trabalhador”. Nessa rádio fundada no Estado Novo, em 1954 foi criado um núcleo artístico do SRO, com uma programação cultural destinada ao divertimento do operariado brasileiro.

A programação da rádio incluía shows musicais com artista famosos que ganhavam um “cachê” por suas participações e também com novos talentos selecionados no meio do operariado. Alguns shows eram realizados, no próprio auditório “Ministro Salgado Filho”, localizado no prédio do Ministério do Trabalho; outros em sindicatos, núcleos e centros de recreação do Distrito Federal.

Segundo Vinicius Ruas, a rádio dava visibilidade ao SRO e não só os aproximava dos operários, do mundo da política, como também dos deputados federais e estaduais ligados ao PTB os quais tinham interesse que “aquilo funcionasse bem”. Ele afirma que todos os sindicatos se envolviam muito e que promoviam shows com grandes artistas de hoje que naquela época que estavam começando na carreira artística.

Um dos principais artistas e diretores de programação da rádio era o ator Sebastião Bernardes de Souza Prates, o Grande Otelo, que pertenceu ao quadro permanente de funcionários do SRO, com registro em carteira, no período de 17 de fevereiro de 1954 até o ano de 1968. Ele fazia e dirigia apresentações teatrais nos núcleos, nos centros e nas dependências da própria rádio, sendo também professor de interpretação do curso de teatro do SRO o qual visava à criação do Teatro do Trabalhador.

Nesse período, o diretor de programação da rádio era o radialista e compositor José Messias da Cunha, também um funcionário contratado do SRO, nomeado pelo Ministro do Trabalho João Goulart, no ano de 1954. Vinicius Ruas relata que José Messias da Cunha, foi o responsável, durante dez anos, pela organização da programação da rádio, seleção de novos artistas e de operários que participavam dos diversos programas de música e que ele foi um profissional de grande destaque e muito respeitado pelos operários, políticos e pelas lideranças sindicais.

4.4.1.2 Relato dos dez anos de trabalho do Diretor da Radio do Serviço de Recreação Operária: José Messias da Cunha.

Produtor de rádio e televisão, compositor, apresentador e, atualmente, jurado de um programa de entretenimento da emissora Bandeirantes de televisão, o Sr. José Messias da Cunha nasceu em Bom Jardim de Minas, localizado no interior de Minas Gerais no ano de 1928. Ele chegou à cidade do Rio de Janeiro no final dos anos quarenta. Nesse mesmo período conheceu o compositor Herivelto Martins e logo se tornou seu secretário e, tempos depois, por intermédio dele, foi nomeado para trabalhar em um dos departamentos do Serviço de Recreação Operária, na programação rádio divulgando as atividades do SRO. (MESSIAS, 2008, p. 13).

Perguntado sobre os caminhos que o levaram para a direção do setor de programação de rádio no Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, o Sr. José Messias respondeu que,

[...] o Ministro do Trabalho na época em que eu ingressei para a rádio do SRO era o João Goulart, o Jango. E ele tinha ligações com um jornalista muito querido e respeitado no Rio de Janeiro, que era o chefe da sala de imprensa do gabinete do Ministro do Trabalho e eu era do grupo desse jornalista chamado José Gomes Talarico, que me convidou para trabalhar lá.

Entre lembranças da época, ele prossegue sua narrativa afirmando que,

[...] o SRO como tudo que tinha relação com o trabalhador no Brasil, tem haver com o Getúlio Vargas e para mim, falar de Jango é falar de Getúlio Vargas. Na campanha presidencial do JK, o Jango era candidato a vice e um grupo de artista ajudou muito o Jango nessa campanha vitoriosa. Dentre os artistas desse grupo estava o Herivelto Martins, esposo da Dalva de Oliveira, foi ele que arregimentou todos os demais artistas para colocar ao lado do José Gomes Talarico e conseqüentemente ao lado de Jango na campanha.

Nas dependências do edifício do Ministério do Trabalho, localizado no centro do antigo Distrito Federal, no Rio de Janeiro, foi criado sob o controle do Departamento de

Imprensa e Propaganda, ainda no Estado Novo, um importante veículo de diversão para a população brasileira naquele período, a Rádio Mauá.



FIGURA 19- Grande Otelo e José Messias. 1958. (Acervo pessoal de José Messias)

Segundo Gomes (1988) a Rádio Mauá, intitulada pelos ideólogos do regime varguista como “*A Emissora do Trabalhador*”, serviu para o Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, divulgar semanalmente, às quintas feiras, as novas medidas governamentais relacionadas à legislação social.

Sobre a participação do Ministro do Trabalho na programação da Rádio Mauá, Cabrale (2003) afirma que, a intenção era difundir a legislação trabalhista em uma linguagem clara e simples que despertasse a atenção e o interesse do trabalhador para as ações do Estado. Sobre essa intenção a autora afirma que,

O aparecimento da Rádio Mauá marca uma época, dentro da difusão nacional, porque assinala um acontecimento que prestigia sobretudo a missão do rádio entre nós. Servindo ao trabalhador brasileiro, levando-lhe onde quer que se encontre instrução e divertimento; divulgando-lhe acontecimentos, idéias; cooperando para o incremento do espírito sindical; difundindo-lhe os benefícios da legislação social; estimulando-o e incentivando-o a revelar as vocações artísticas; esclarecendo-o sobre os problemas de sua existência profissional. (AMADO, 1944 apud CALABRE, 2003, p. 175)

Após o final do Estado Novo e até meados dos anos cinquenta a Rádio Mauá prossegue com suas atividades voltadas ao trabalhador, mas com uma programação menos direta e sem a participação do Ministro, com informativos destinados a eles e também com programas de variedades, que contemplavam novelas, programação infantil e programas musicais de auditório. O Sr. José Messias conta que em 1964, o músico Herivelto Martins, que também era um funcionário do SRO na rádio, apresentou-lhe para o Grande Otelo, para as irmãs Batista, Dirce e Linda Batista, ao Blecaute, que era um cantor de carnaval e que foi um sujeito muito importante na reeleição de Getúlio Vargas em 1951. Sobre essa passagem Messias conta que,

[...] a música, chamada General da Banda, o maior sucesso da época, que tinha uma frase muito forte que dizia: catuca por baixo que ele cai, a intenção dessa frase era dizer que se catucasse por baixo o Presidente Dutra cairia e o Getúlio Vargas voltaria. Porque na verdade quem elegeu o Dutra foi o presidente Getúlio Vargas com apenas um comentário dado a imprensa, dizendo que o candidato dele era o Dutra e que ele seria um excelente presidente. Então quando o Dutra era presidente o Blecaute gravou essa música e isso foi uma grande força para a campanha do Getúlio em 1951. Na campanha seguinte, uma vez o Jango vitorioso como vice-presidente do JK, o José Gomes Talarico juntou o grupo dele, do qual fazia parte eu, o Herivelto, o Grande Otelo, o Black-out e nos convidou para somar num projeto do Jango, chamado rádio do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho.



FIGURA 20- Foto Black-out, Emilinha Borba, José Messias e Grande Otelo em 1958. (Acervo pessoal de José Messias)

Segundo ele, todos eram funcionários, com carteira assinada e marcavam “o ponto” todos os dias lá no SRO. Messias era um subordinado da “Tia Alícia”, conhecida atriz de cinema da antiga Companhia Cinematográfica Atlântida, Alícia Magno e que diariamente atendia e agendava os pedidos dos sindicatos que solicitavam programações culturais para suas entidades, além de ser o secretário do Herivelto Martins e do Grande Otelo.

[...] o Herivelto me ajudava muito, eu aprendi a fazer musica com ele, aprendi a fazer letras e poesia com o compositor e jornalista brasileiro David Nasser. Eu tive nesse período excelentes professores, então com isso, com a minha entrada no SRO, abriu-se a grande porta para mim, realmente fui um operário que foi para a Rádio Mauá fazer programas, aprender e praticar esse ofício. Na Rádio Mauá, eu fui responsável somente pela programação do departamento do SRO dentro da rádio, que ocupava vários horários da programação durante todo dia.



FIGURA 21- Grande Otelo interpretando a “Oração ao trabalhador negro” no auditório do SRO em 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Devido ao seu prestígio entre importantes músicos do período, como Dalva de Oliveira, a Emilinha Borba, Cesar de Alencar, ele era incumbido de fazer todos os contatos e a programação semanal da rádio e a agenda de apresentações das entidades sindicais, núcleos de recreação e até mesmo da Praça Tiradentes, área central da cidade próxima da estação de trem Central do Brasil e das Barcas que fazem até os dias de hoje a travessia entre Rio de Janeiro e a cidade de Niterói.

[...] e eu levava todos os que eu podia, para fazer shows nos sindicatos, organizava tudo e ia aos com eles, foi nesse período que eu me revelei com apresentador de auditório. [...] Como era um pouco difícil, por falta de agenda, levar as grandes atrações, eu fazia o seguinte, corria atrás dos novos, para que o show durasse em média uma hora e meia, eu convidava os novos que na época estavam aqueles que estavam começando ainda sem oportunidades e participando de programas de calouros. [...] entre os nomes dos “artistas novos” estavam a Wanderléia, o Roberto Carlos, o Altamar

Dutra, Jair Rodrigues, o Erasmo e muitos outros que se tornaram os sucessores daqueles grandes ícones do rádio dos anos quarenta e cinquenta”. [...] Quantas vezes o Roberto Carlos esteve na rádio e nos eventos núcleos do SRO, algumas vezes até me acompanhando, ele tocava e eu cantava nos shows do Serviço de Recreação Operária. Isso ocorreu durante o governo JK e até o final do governo do Jango em 1964. Eu posso dizer que durante todo esse período eu tive sempre muita atenção com os artistas mais simples e novos.

Messias ainda faz revelações sobre a existência de um projeto da rádio do SRO, elaborado por eles no ano de 1963, que nunca se realizou,

[...] o FENATRA, Festival Nacional do Trabalhador, o nosso desejo participando do Serviço de Recreação Operária, era criar novos ‘Ataufos, novos Herivelto,’ entre as pessoas humildes vindas do meio operário e, depois, levar elas para o meio artístico profissional. Na época já existia os festivais universitários que atendia mais as pessoas da elite e as levavam para o grande rádio que era o veículo mais importante de comunicação da época. No Festival Nacional do Trabalhador, somente artistas amadores e do meio operário poderiam participar, compositores e músicos profissionais estariam vetados, a competição ocorreria nos sindicatos em todos os estados do país e a grande final seria em um dia primeiro de maio, no Estádio do Maracanã.

Ainda segundo ele, a Rádio Mauá tinha o seu auditório sempre aberto para o operariado e para novos artistas, havendo, naquela época, uma grande abertura para os mais humildes, diferente da famosa “*Rádio Nacional*, que era, segundo ele, “o chique do chique”, um espaço da elite, não aberto para o povo mais simples”. Ele afirma que entre os artistas nomeados para a Rádio do SRO, ele e o Grande Otelo foram os que efetivamente trabalhavam diariamente e que permaneceram no SRO por mais tempo e conta que,

[...] Em um dado momento o Erivelto transfere-se para um outro setor do Ministério do Trabalho, para a fiscalização, mas sempre que podia nos ajudava, ia lá no SRO fazer shows com o Trio de Ouro, com o Raul Sampaio e Noemi Cavalcante. O grande Otelo foi responsável por toda área que dependia da atenção rádio-teatro ele estava presente, ajudando nos ensaios, dirigindo as peças, orientado na formação de atores operários e até encaminhando alguns deles para trabalhar no teatro profissional.

Cabral (2007) em seu livro: **Grande Otelo**: uma biografia – descreve diversas passagens da vida artística de Grande Otelo, episódios sobre o seu trabalho no Serviço de Recreação Operária e registros sobre a atuação do ator, nesse período, na elaboração do anteprojeto que regulamentou a profissão de ator e na criação do Teatro do Trabalhador no próprio Ministério do Trabalho.

Com a extinção do SRO, Grande Otelo continua no Ministério do Trabalho, removido para um outro setor, até a sua exoneração do serviço público no ano de 1968.

Depois do Golpe militar, Messias passou a trabalhar na Rádio Nacional. Emocionado e muito saudoso de suas atividades naquele período, considera que a rádio do SRO foi um importante veículo para o lazer do operário. Saudoso ele encerra seu depoimento com a seguinte fala:

[...] ainda hoje eu acho que o Ministério do Trabalho deveria ter um programa chamado Serviço de Recreação Operária, em um desses canais do governo, seria um espaço aberto para lançar novos talentos, em todas as áreas da arte, todos vindos do meio dos trabalhadores.

4.5 Recreação Operária e formação profissional: os primeiros cursos de especialização em Recreação Operária no Brasil.

Nos anos de 1960 os centros e, em especial, os núcleos de recreação já tinham se espalhado por todo o Rio de Janeiro e para diversos Estados do Brasil. Segundo Vinicius Ruas, foi preciso ampliar e qualificar o quadro de funcionários do SRO. Para isso, ele propôs a CTOS, que fosse criado um curso de especialização em recreação operária, direcionado a professores de Educação Física, sindicalistas membros da CIS e para os trabalhadores voluntários que já atuavam nos núcleos de recreação. O professor Vinicius e os principais técnicos do SRO começaram a escolher nomes para compor o quadro de professores desse curso. Para ele, o objetivo do curso era fazer com que a recreação operária fosse abordada de “diferentes formas” e que os participantes pudessem ter uma visão ampla das questões que envolviam o lazer do trabalhador.

[...] Entre os anos de 1962 e 1964 diplomamos mais ou menos uns 800 professores de Educação Física e outros participantes do Curso de Recreação Operária. Eu tenho aqui, está comprovado nas listas de presença e eu posso nomear... [...] até o Lamartine Pereira da Costa, o grande mestre da Educação Física hoje, foi um aluno do Curso de Recreação Operária. Fizemos também cursos para que os funcionários que atuassem nessas áreas eles pudessem também ter uma noção de lazer e das necessidades do operário, como receber e tratar bem o operário.

[...] Quem nos trouxe essa concepção ampla de lazer e a visão sobre a necessidade de fazer um curso de formação para os profissionais da recreação operária foi o Joffre Dumazedier, o professor da Sorbonne na França que era na época o homem que falava melhor sobre isso, ele esteve no Brasil entre os anos de 1961 e 1963 convidado pelo Ministério do trabalho, pela UNB e por outras entidades.

Vinicius Ruas conta que os cursos de recreação operária eram realizados no Auditório do Ministério do Trabalho e que era comum líderes sindicais, docentes da Universidade do Brasil e políticos de diversos partidos políticos passarem por lá. O curso acontecia semestralmente, com uma média de duzentos alunos por turma.



FIGURA 22- Palestra inaugural do primeiro Curso de Recreação Operária do SRO realizado no auditório do Ministério do Trabalho em 1962. Ao centro da mesa o Reitor da Universidade do Brasil Professor Dr. Pedro Calmon tendo ao seu lado direito o Ministro do Trabalho e o presidente da CIS e no canto esquerdo da mesa o Diretor do SRO Vinicius Ruas. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)



FIGURA 23- Da esquerda para a direita: atrás o presidente da CIS, Ministro do Trabalho João Pinheiro Neto, Dr. Pedro Calmon e Vinicius Ruas. 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)



FIGURA 24- Alunos do primeiro curso de Recreação Operária no auditório do Ministério do Trabalho em 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Em 1962 e 1963, os cursos foram ministrados duas vezes por semana, durante dois meses, no horário das 19h as 22h30. Vinicius Ruas afirma que, após os conhecimentos adquiridos com o estudo da sociologia do lazer, de Joffre Dumazedier²⁶, foram organizados os eixos do curso de recreação operária tentando abranger os mais variados aspectos do lazer e que, para isso, foi preciso recorrer às diferentes áreas do conhecimento e a profissionais não somente à Educação Física, como era costume. Assim, elaborou para o ano de 1962 uma programação que sofreu mínimas alterações no ano de 1963, baseada nos seguintes temas:

Aula inaugural: “Aspectos históricos na integração social do trabalhador brasileiro”. Convidado: Professor Pedro Calmon – Reitor da Universidade do Brasil.

Aula 2: “Historia da recreação operária no Brasil”. Convidado: Daniel da Silva Rocha. Diretor do Conservatório Nacional do Teatro do Rio de Janeiro.

Aula 3: “Desenvolvimento e recreação”. Convidado: Professor Alberto La Torre de Faria. Catedrático da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.

Aula 4: “Aspectos gerais da recreação do Trabalhador”. Convidado: Dr. Arnaldo Lopes Sussekind. Presidente da C.P.D.S.

Aula 5: “Legislação Social e Lazer”. Convidado: Dr. Julio Cesar – Diretor da Comissão Técnica de Orientação Sindical.

Aula 6: “Alimento, trabalho e Lazer”. Convidado: Josué de Castro. Catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Aula 7: “Fundamentos biológicos da recreação”. Convidado: Dr. Waldemar Arena. Diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil.

Aula 8: “Fisiologia: trabalho e do lazer”. Convidado: Dr. Mauricio Rocha.

Aula 9: “As artes populares e a recreação do trabalhador”. Convidado: Professor Edson Carneiro. Livre Docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Aula 10: “O teatro como instrumento de recreação e auto-conscientização do trabalhador”. Convidado: Professor Abdias do Nascimento.

Aula 11: “Reformas básicas, suas implicações na elevação do padrão de vida do trabalhador e a recreação”. Convidado: Professor Roland Corbisier. Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Aula 12: “Organização de núcleos operários”. Convidado: Professor Vinicius Ruas Ferreira da Silva. Diretor do Serviço de Recreação Operária.

²⁶ Joffre Dumazedier, sociólogo francês, autor de diversos estudos sobre a sociologia do Lazer. Em 1954, fundador do Grupo de Estudo de Lazer e Cultura Popular em Paris. Dentre as suas publicações sobre lazer e cultura popular está a publicação de 1962, *Vers une Civilization Du loisir?*, obra traduzida para o português e publicada no Brasil apenas no ano de 1973, com o título de *Lazer e Cultura Popular*.

Aula 13: “O papel das atividades físicas na recreação do trabalhador”.
Convidado: Professora Maurete Augusto.

Aula 14: “Recreativismo e bailes populares”. Convidados: Professora Gerusa Camões (SRO) e representantes da Comissão da Campanha de defesa do Folclore.

Aula 15: “O papel da engenharia em um programa de recreação”.
Convidado: Professor Mauricio Joppert. Catedrático da Faculdade Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil.

O documento de prestação de contas de 1963 registra que o curso realizado no primeiro semestre contou com 200 inscrições e registra o comparecimento do Ministro do Trabalho e Deputado Federal, Almino Affonso à aula inaugural.



FIGURA 25- Vinicius Ruas entregando certificados de conclusão do Curso de Recreação Operária realizado em 1962. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Vinicius conta que a mistura entre profissionais da Educação Física, sindicalistas e operários é que davam riqueza ao curso, uma vez que era possível perceber o que o

operariado pensava sobre o lazer, o que eles gostariam de ter e o que era possível fazer por meio da parceria de todos.

4.5.1 A visão do Professor Dr. Lamartine Pereira da Costa: um ex-aluno do curso de recreação operária do SRO.

O Professor Dr. Lamartine Pereira da Costa é uma importante referência na área do ensino e pesquisa em Educação Física, esportes e Lazer no Brasil e no mundo. Livre-docente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 1998, fez sua graduação em Educação Física na Escola de Educação Física do Exército (1963) e seu doutorado em Filosofia na Universidade Gama Filho (1989).

Atualmente é docente titular da Universidade Gama Filho, membro do Conselho de Pesquisas do Comitê Olímpico Internacional em Lausanne (Suíça) e professor visitante da Universidade Técnica de Lisboa. Atuou como professor visitante em importantes universidades Européias como na Universidade do Porto, em Portugal; na Academia Olímpica Internacional, na Grécia; e na Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha.

No Brasil, foi professor da Universidade Católica de Petrópolis; da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no mestrado em Geografia; na UNIRIO, no mestrado em Memória Social; na UERJ, na graduação Educação Física e na USP, no mestrado Educação Física. Tem vasta experiência nas áreas de Educação Física, Administração, História e Filosofia com ênfase em meio ambiente, esportes, lazer e Gestão do Conhecimento e a sua produção científica é bastante relevante e contínua, desde 1967, tanto no Brasil como no exterior.

A relação do Professor Lamartine com o SRO começa no ano de 1963, ocasião em que ele se matricula no curso de Especialização em Recreação Operária, ministrado pelo Serviço de Recreação Operária, da Comissão do Imposto Sindical.

A grande experiência profissional e produção do Prof. Lamartine têm a medida exata de sua modéstia e simplicidade. Em entrevista concedida na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2009, ele inicia o seu relato dizendo que pouco poderia contribuir com esta

pesquisa, uma vez que a sua entrada na Educação Física não era tão interessante quanto se imaginava.

Quando indagado sobre a sua origem e sobre os caminhos que o levaram a Educação Física ele respondeu:

[...] a minha história não é uma história muito bonita para a Educação Física. Para o nome que eu tenho no momento, é até desagradável o que eu vou contar, mas a verdade deve ser dita, até mesmo para dar coerência ao conjunto de declarações que darei. Eu nunca imaginei me envolver com a Educação Física, eu nasci aqui no Rio de Janeiro, em uma família problemática de imigrantes, havia problemas na família e eu não tinha recursos financeiros e por isso fiz um concurso para o colégio naval como uma escapatória para essa situação e uma solução imediata para sobreviver. Passei no concurso, sem saber o que era tudo aquilo, só aprendi lá dentro, e gostei muito, ali que eu conheci o esporte, a atividade física, o colégio era em Angra dos Reis e funcionava como uma Universidade, eu nunca mais vi uma coisa semelhante aquele. Tínhamos professores notáveis que viviam com e para os alunos, uma escola brilhante. Eu entrei com 16 anos e a minha formação se inicia ali, naquele momento.

Ele prossegue contando que em seguida foi para o Rio de Janeiro concluir a Escola Naval, mas alega que não tinha nenhum idealismo em relação ao futuro na profissão militar, pois naquele momento ela era apenas uma opção de sobrevivência. Segundo o relato do professor Lamartine, foi nessa época que se deu o primeiro contato dele com a Educação Física e descobriu que era atleta da natação e não sabia disso.

Neste período, como atividade de conclusão de curso, ele foi fazer uma viagem de instrução, que, naquela época, era uma espécie de volta ao mundo, um ano viajando dentro de um navio pelo mundo afora, vivenciando, na prática, todos os conhecimentos desenvolvidos nos anos de formação. Durante a viagem, passou pela Bélgica, lá conheceu uma mulher, e se envolveu afetivamente com ela e com a família dela. Chegou um dia no navio e disse que ficaria por lá e que não continuaria mais a viagem.

O comandante do navio informou-lhe que ele não poderia fazer isso porque era um militar, pois seria uma atitude de indisciplina e considerada um crime, podendo mesmo ser preso por deserção. Convencido pelos colegas, porém muito ferido, decidiu permanecer no navio e terminar a viagem de instrução. Depois disso, muito decepcionado, ele não teve mais o mesmo entusiasmo e interesse pelas atividades no navio, mesmo assim, obrigado, terminou a viagem.

Ao chegar ao Brasil, é comunicado que a sua nota, conhecida como grau do oficialato, devido ao ato de indisciplina ocorrido na Bélgica, era zero. E isso significava que a carreira e futuro na escola naval estava terminada para ele.

Não tendo para onde ir, ele acaba, por orientação de um comandante dos alunos, se alistando na Marinha. Ao chegar ao Rio de Janeiro é encaminhado para o Ministério da Marinha, no setor de pessoal, e lá um oficial entendendo todo o ocorrido na viagem de instrução, lhe oferece algumas alternativas.

O professor Lamartine fica sabendo que para se desligar da Marinha deveria pagar todo o curso de formação. Como ele não podia ser reintegrado à tropa do navio, precisava cumprir ainda um período igual ao de formação, como forma de reembolso do curso que fez, o oficial sugeriu que ele fizesse outro curso, pois já era engenheiro e podia cursar um curso complementar, ligado à tecnologia, uma área bem desenvolvida na Marinha, mesmo naquela época.

Dentre os diversos cursos oferecidos pelo oficial, optou por escolher um que não era nada comum entre os alunos do colégio naval, o curso de Educação Física da Escola do Exército. Justifica ter feito isso como fuga, salientando que foi o primeiro aluno da Marinha Brasileira a fazer um curso de Educação Física na escola do exército.

A sua entrada para a Educação Física não se deu por vocação, o que é mais comum entre os estudantes e, usando de muita sinceridade, narra esse episódio considerando que,

[...] isso foi um negócio meio vergonhoso, de um lado, mas de outro lado muito humano, pois por necessidade acabei valorizando a área e me transformando com tudo aquilo. Neste momento ocorreu uma mudança imensa na minha cabeça, o ambiente do Exército era o oposto da Marinha. Todos sabem que a Marinha não é militarizada, é mais uma instituição elitista, onde o poder é exercido pelas relações, ao passo que exército o poder é exercido pela ordem, pelo compromisso. A Marinha era mais técnica, enquanto o exército era mais compromissado. E eu estranhei aquilo, mas não desgostei, porque nessa escola de Educação Física tinha uma elite de professores e mais uma vez eu encontrei um ambiente parecido com o do colégio naval.

E continua, afirmando que logo se identificou com aqueles sujeitos, que eram muito bons e que, curiosamente, tinham uma característica que os aproximava: por se

dedicarem à Educação Física, o exército não queria saber deles, então ficavam anos à margem das promoções e, dali, partiam direto para a reserva. Era um grupo de sujeitos “considerados marginais”, só por se dedicarem à Educação Física.

Nesse tempo, continua narrando o professor, a Escola de Educação Física do Exército, era o “palácio” dos esportes no Brasil e que foi ali ele encontrou um fundamento para o que estava fazendo e que gostou muito, e, por isso, resolveu continuar, pois percebeu, nesta área, uma possibilidade profissional, já que teria de voltar para a vida civil, se manter e se especializar profissionalmente. Foi nesse contexto que o professor Lamartine entrou definitivamente para Educação Física, segundo ele, acidentalmente.

Ele conta que, nessa época, o curso era basicamente voltado ao esporte e à performance e que existia uma cadeira que falava em recreação, mas de forma muito reduzida, então ele afirmou que saiu de lá sem a noção do que seria a recreação.

Na época, afirma, estava envolvido com esporte de competição, setor em que encontrou um espaço interessante, pois percebia, devido a sua formação científica ser muito melhor do que a dos outros alunos do exército, já que, no Colégio Naval, estudava-se muito as disciplinas de química e física e isso lhe dava uma grande vantagem sobre todos os outros estudantes do exército. Foi assim que se destacou nos estudos científicos relacionados à fisiologia.

Somente ao final do curso de Educação Física, na escola do exército, ele pode voltar para a Marinha, mas ainda não tinha cumprido todo o tempo necessário para ir embora, sem ter que reembolsar o curso realizado na escola naval.

[...] Resolvi então ficar porque não tinha como me sustentar, naquela época era muito difícil, os militares ganhavam muito pouco, eu me lembro que tinha apenas o essencial para viver, o dinheiro que ganhava dava apenas para dividir casa com um colega e para comer, me recordo que foram tempos bem difíceis. Então tive que continuar na Marinha por mais algum tempo e fui encaminhado para um centro de esportes que lá existia, que eu ainda não conhecia e só vim conhecer naquele momento. Era um lugar onde, marinheiros e sargentos faziam atividade física, um local mais ou menos parecido como o centro de esportes da escola do exército, mas num nível bem mais baixo.

O professor Lamartine relata que foi naquele momento que ele viu a oportunidade de fazer alguma coisa científica sobre Educação Física. Ele percebeu que na Marinha não se

fazia nada disso, e que eles treinavam os militares por treinar. Ele afirma, ainda, que de maneira geral, o especialista em Educação Física era um militar que ordenava campeonatos, e nesse contexto ele, tentava, sem sucesso, convencer o comandante de fazer alguma coisa mais avançada, com experimentações e laboratórios.

[...] Foi nesse período que eu conheci o Professor Alfredo Gomes de Faria Junior, procedente da Escola Nacional de Educação Física do Rio de Janeiro, atual UFRJ, considerada a melhor escola de Educação Física do Brasil naquele tempo. A partir desse primeiro contato, fiz uma ponte com o meio civil, participando desse grupo que já fazia pesquisas, ainda muitos simples, na piscina do centro de esportes da Marinha, foi assim que eu me inseri na área de pesquisa. Fiz as primeiras pesquisas sobre Educação Física no meio militar, nem no exército se fazia isso. Como eu tinha formação científica, falava e lia fluentemente o inglês, o Francês, espanhol e outros idiomas, eu era diferente deles, tinha acesso à literatura internacional e assim comecei fazer pesquisas no centro de esportes da Marinha durante quatro anos.

Ele conta que suas primeiras pesquisas foram sobre o meio ambiente, pois se acreditava que o atleta brasileiro tinha pouco rendimento no atletismo devido ao clima do Brasil, ao calor. Ele procurou estudos sobre isso e não achou, então começou a pesquisar esse e outros assuntos, e assim foi se aproximando de outros pesquisadores e aos poucos se inserindo na área. Depois disso ele procurou outros estudiosos e começou fazer muitos cursos complementares na área, e entre esses cursos estava o curso de especialização em recreação operária.

[...] isso aconteceu de forma acidental, pois eu fazia tudo o que aparecia, queria conhecer tudo. Portanto, eu não posso dizer que entrei na área por vocação, pois foi tudo acidental, numa seqüência nada planejada e ela se arrumou a partir de algumas vantagens que eu tinha e de oportunidades que apareceram de outro lado, agora algumas oportunidades eu criei procurando formação complementar. Então eu me envolvi com a recreação operária porque não sabia nada de recreação e eu tinha lido um livro na época da Ethel Bauzer Medeiros, **Importância e necessidade da recreação**, publicado em 1957, que naquela época despontava, fazendo importantes estudos nessa área, eu até pensei que ela estaria envolvida com o curso de recreação operária, do Ministério do Trabalho, coisa que não ocorreu. Mas ela influenciava toda essa área no Brasil, em uma determinada situação, eu me apresentei a ela e o meu contato com ela foi chocante. Chegamos à

conclusão éramos muito parecidos, porque ela não vinha da área da Educação Física, não conhecia ninguém desse meio, e como eu se considerava meio marginal, ela era socióloga. Eu disse que li os livros dela, que gostei muito, e que encontrei neles a cientificidade que eu compartilhava e que eu não via muito na Educação Física.

Foi por intermédio do professor Alfredo Gomes de Faria, que ele conheceu outro destacado professor da Escola de Educação Física da Universidade do Brasil, o professor Mauricio Rocha, que ministrou uma palestra, no curso de recreação operária do Serviço de Recreação Operária. O professor Lamartine afirma que existia um certo estranhamento, naquela época, entre alunos e professores da antiga Escola Nacional e o pessoal da Escola de Educação Física do Exército. Ele conta que existia uma disputa entre as duas escolas, e que ele preferiu não tomar partido nessa disputa, pois percebia que o exército era muito voltado para si mesmo, coisa que não interessava para ele naquele momento, que estava em busca de novas possibilidades nesse meio.

Então foi buscando ampliar seus horizontes que ele se matriculou no curso de recreação operária do Ministério do Trabalho, mesmo sem saber como seria, pois tinha muita curiosidade de saber o que era o lazer e a recreação.

O professor Lamartine conta que, os seus primeiros contatos com esse tema foi através dos livros da Ethel Bauzer Medeiros, que produzia estudos voltados para professores da antiga escola primária do Distrito Federal, e que ela era professora na educação infantil, promovendo esses cursos de formação em recreação para os professores da rede municipal, isso ao final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta.

Em um dos encontros com a professora Ethel, o Professor Lamartine conta que teve acesso as apostilas destinadas a formação de professores e mais dez anos depois, a encontrou, no ano 1973, em um congresso de lazer. Ele afirma que, mesmo nesse período, ela não era ainda uma pesquisadora muito conhecida no Brasil, mas que no exterior as suas publicações já eram muito apreciadas.

Sobre o curso de recreação operária ele narra,

[...] então, entrei como grande curiosidade nesse curso até mesmo porque eu gostava muito de fazer cursos, precisava disso, não podia ficar enclausurado fazendo pesquisa sobre treinamento, precisava conhecer pessoas, então

cursos ou qualquer tipo de contato na área era muito importante. Pensei inclusive, por sugestão do professor Alfredo, em fazer o curso de Educação Física da Escola Nacional, seria uma maneira definitiva de me envolver com os estudiosos de lá, mas na época não foi possível. Mas o curso de recreação Operária foi uma surpresa para mim, eu imaginava que seria um curso como os outros cursos de Educação Física que eu já tinha feito, mas não era nada parecido. Na época eu tinha feito vários cursos pela APEF, no Rio e em São Paulo, com convidados nacionais e estrangeiros, eu estava habituado a esses cursos, muito operacionais, muito rígidos, com receitas prontas e falas pontuais. Eu estava habituado a esse tipo de curso e no exército era assim também.

Ele conta que esse curso não tinha a rigidez habitual dos outros cursos da área, com a presença do professor “sargento” e que logo de início percebeu isso, pois as aulas eram feitas através de palestras, seguidas de debates que permitiam a participação de todos.

[...] eu gostei muito, porque não era um curso de “aulinhas”, era para discutir, até mesmo não podia ser aula, porque as pessoas que participavam eram dos mais diferentes níveis, tanto é que eu aprendi muito com a convivência, tínhamos professores de Educação Física, mas não muitos e trabalhadores semi-analfabetos e até analfabetos participando do curso. Mas é curioso que eu não me insultei com isso, porque as perguntas e o debate que era gerado me mostravam uma realidade que eu não estava acostumado e eu percebia que os outros professores também não, boa parte dos participantes eram operários. Essencialmente, nos debates eu fui percebendo a importância do conhecimento da realidade social para a definição das atividades recreativas e não o contrário.

Lembra que nesse curso conheceu pessoas muito importantes, uma delas foi o Prof. Alberto La Torre de Faria, um grande intelectual, que, como ele, também praticava e estudava a capoeira, em um tempo que ninguém queria saber dessa prática.

[...] Isso me deixou muito entusiasmado porque ele era um estudioso do assunto e eu já tinha escrito um livro sobre esse assunto em 1961, mas nenhuma editora quis publicar, felizmente, contando com a ajuda de amigos da imprensa naval, eu consegui publicar o livro. Eu dei esse livro para o professor La Torre, mas ele já conhecia e daí surgiu uma grande, longa e importante amizade.

Mesmo sem ter interesses idealistas, envolvimento político e sindical, o professor Lamartine percebe que poderia aproveitar muito dos temas desenvolvidos no curso de recreação, além de fazer contatos com interessantes personalidades da Educação Física, como Mauricio Rocha, da Escola Nacional de Educação Física, que já conhecia as suas pesquisas e que o estimulou a publicar um livro sobre pesquisas da fisiologia do esforço em climas quentes. Foi a primeira publicação desse tipo, produzida no Brasil e publicada no exterior. O professor Lamartine recorda que,

[...] fizemos também, uma grande amizade, ele me influenciou muito, passei a freqüentar o laboratório dele na escola nacional, eu e o Mauricio fizemos um acordo de criar o primeiro curso de treinamento esportivo com bases científicas que ocorreu em 1968, do qual saiu um livro sobre treinamento, era um coletivo de autores e eu fui o editor. Todos os meus livros são coletivos e gratuitos, eu não ganho dinheiro com publicações, aprendi muito e até hoje faço isso. A minha parceria com o Mauricio Rocha funcionou muito bem. Em poucos anos o treinamento esportivo se fixou no Brasil, por conta desse feliz encontro no curso de recreação operária.

Ainda sobre o curso, ele se lembra que, na época, via muitos documentos sobre recreação circulando, inclusive um livro produzido em Cuba, e os conteúdos desse livro eram debatidos no curso, que era muito aberto e permitia a participação de todos.

[...] Os estudantes, operários e a intelectualidade do ISEB estava lá. No dia da palestra do Professor Roland Corbisier, que já era um cara muito famoso, cheguei muito cedo, porque sabia que seria uma grande palestra e o contato pessoal era muito motivador para mim, como na palestra do Prof. La Torre, intelectual e profissional da Educação Física e do esporte, também membro do ISEB, instituição considerada na época como o centro de inteligência do país naquele período, um fato importante e jamais explorado pelos pesquisadores da Educação Física. Já naquela época eles falavam do que conhecemos hoje como valores, apoiados na filosofia, e isso ficou para sempre na minha cabeça e acabou por influenciar a minha trajetória acadêmica.

[...] Para mim esse curso teve um impacto muito grande por causa da influência dessas e outras pessoas que participaram do curso. O Prof. La Torre, me mostrou a dimensão intelectual e profissional da capoeira e eu consolidei isso nos meus estudos. Eu era mestre de capoeira e eu conseguia ver a importância dela, de forma mais profunda, através do La Torre. Só recentemente que os profissionais da Educação Física captaram isso. Então eu aprendi, naquela época, que aqui no Brasil não dava para continuar discutindo capoeira e fui para o exterior e publiquei artigos sobre capoeira

em revistas, em inglês, fui pioneiro em livros e em artigos internacionais, isso entre os anos de 1961 e 1965.

Ele relata que via muita coisa sendo falada sobre recreação, muitos documentos circulavam; que existiam muitas coisas que vinham do movimento sindical; que tentou aprofundar seus estudos sobre isso e que foi nesse momento que compreendeu o quanto a socióloga Ethel Bauzer Medeiros tinha razão, pois ela não entendia a recreação da mesma forma que os profissionais da Educação Física daquele período, pois a compreendia como um fenômeno social e uma questão de direito.

[...] na Educação Física não se concebia a recreação dessa forma, nós, em geral, éramos inteiramente operacionais. Foi lá no curso que eu comecei a entender bem melhor o que ela dizia. Porque o curso não era purista com relação à Educação Física e nem podia ser, ele era voltado para propostas sociais, havia muita política envolvida, mas eu não participava disso, pois morava sozinho, sem a minha família, que morava nos Estados Unidos. Eu via uma confusão muito grande naquele período, percebia que nos meios militares, a partir do ano de 1961, a temperatura começou crescer e eu decidi não me envolver com nenhum dos lados, precisava cuidar da minha vida. Eu entendia os aspectos sociais, achava que o Brasil passava por uma grande transformação, eu ouvia isso de diversas fontes, simpatizava com a área sociológica e com a ideologia da esquerda, mas não me envolvia. Da mesma forma, eu via que a área da direita, o meio militar, queria controlar tudo e todos, eu sabia disso porque já tinha passado por esses filtros, mas optei por não me envolver com eles também.

Ainda sobre o curso de recreação operária, ele se lembra do professor Josué de Castro, que ministrou uma palestra que o influenciou muito, falando, já nos anos sessenta, sobre geografia da fome.

[...] No final do curso de recreação eu cheguei até ele e fiz a seguinte pergunta: Dr. Josué eu estudo algo que é diferente do que o senhor estuda, mas tem uma relação, estudo o clima tropical e os efeitos dele sobre as pessoas, o senhor tem alguma idéia sobre isso? Ele me indicou vários estudos que eu não conhecia que logo depois eu fui pegar e introduzir em meus estudos sobre o clima tropical, ele me disse que isso era um preconceito que veio da colônia, coloquei isso no meu livro e citei-o

também, o que ele estudava era o que eu queria estudar, ele era um sujeito de esquerda, foi muito perseguido, anos depois pela ditadura militar.

O professor Lamartine afirma que nos estudos da intelectual Ethel Bauzer encontrou as primeiras e profundas reflexões sobre a recreação, e que no curso de recreação operária encontrou ótimos professores, falando sobre a realidade do Brasil e, em especial, sobre a mudança dessa realidade a partir da participação do operariado. Ele tentou extrair o que foi possível de todos eles.

Segundo o professor Lamartine, essa discussão sobre a recreação, sobre o direito do trabalhador, eram idéias socialistas, já defendidas pela própria Ethel Bauzer Medeiros em seus estudos, ele percebia que ainda tinha que buscar muito mais sobre o assunto, mas não o fez porque estava envolvido, na época, com pesquisas relacionadas ao treinamento esportivo.

O professor Lamartine tornou-se reconhecido por seu livro publicado em 1968 com o professor Mauricio Rocha, sobre treinamento esportivo. Anos depois, no governo militar, foi contratado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um órgão de tecnocratas que analisava o país em diversas áreas, para fazer um diagnóstico dos esportes no Brasil. Ele conta que, ao recomeçar esse trabalho, se deparou com a questão do esporte, da recreação e do lazer e que colocou a recreação no mesmo nível do esporte tradicional, não fazendo um diagnóstico do esporte como eles queriam originalmente.

[...] influenciado pelo olhar da Ethel Bauzer Medeiros e pelo curso, eu organizei o diagnóstico, encontrei uma literatura internacional, passada por um técnico da educação, que falava do valor econômico do lazer e da atividade recreativa, eu ainda não conhecia esses estudos e eles fizeram parte do diagnóstico, que resultou de um encontro de situações, dentre elas eu cito o curso, que envolveram questões sobre o trabalho, Educação Física, esportes e lazer. Isso não saiu no título original, mas está presente na metodologia do diagnóstico, que apresenta a visão econômica do lazer e os conceitos, a partir as políticas governamentais começaram a considerar tudo isso diferente.

Durante o período de elaboração do diagnóstico ele conheceu alguns profissionais da Educação Física que faziam parte de uma importante associação da época, a Associação Brasileira de Recreação. Ele conheceu e entrevistou a presidente dessa associação que lhe deu importantes contribuições. Depois desse contato, o professor Lamartine passa a fazer parte da

associação, que anos mais tarde deixa de existir dando origem ao Enarel, evento que reúne pesquisadores da área do lazer e recreação até os dias hoje. Ele afirma ter organizado e participado das primeiras edições desse encontro e sido o responsável por guardar e encaminhar, ao Ministério da Educação, todo o arquivo da Associação Brasileira de Recreação.

O diagnóstico desenvolvido pelo professor Lamartine envolveu também pesquisas sobre o SESI e o SESC, para isso, ele fez várias visitas às unidades, que tinham a sua sede, na época, no Rio de Janeiro. Foi nesse período que ele conheceu as entidades, ficando impressionado com o tamanho delas. No entanto, percebeu que essas instituições não tinham nenhuma relação com o movimento operário e com o Ministério do Trabalho, que eram concorrentes diferentes, porque, tanto o SESC e o SESI, vinham da iniciativa do patronato, enquanto o SRO da iniciativa pública e dos sindicatos, que tinham estreitos laços com o movimento operário.

[...] Eram mundos completamente diferentes, assim eu enfatizei o que eles me passaram, que eram as instalações, eles funcionavam em centros, e tinham justificativas teóricas para isso, para o uso dos centros ou instalações próprias, completamente diferentes da recreação operária. O SESC e SESI tinham outras propostas que não eram muito claras, mas concentravam em centros. Em 1973, isso ficou mais esclarecido. Houve o primeiro congresso internacional de lazer aqui no Rio de Janeiro e veio o Joffre Dumazedier, na época um membro do partido comunista da França.

[...] Quando eu fui ao SESI e ao SESC, por ocasião do diagnóstico, eles já me apresentaram vários trabalhos escritos em português pelo próprio Dumazedier, que propunha para esses centros, a solução francesa, eu não discuti com eles. Só no encontro de 1973, eu percebi que o pessoal do SESC não tinha aquela visão socialista do Dumazedier, eles me pareciam funcionários públicos, por serem patronais eram muito operacionais, diferentes do pessoal da esquerda, que tinha mais idealização, e a visão do Dumazedier.

[...] o SESC seguiu a proposta do Dumazedier somente do ponto de vista operacional. Tanto é que até hoje eles não sabem bem para onde vão, eles se instrumentalizaram e por isso ficaram escravos do instrumento, essa é a minha interpretação. Isso está no Atlas do Esporte, tem um capítulo do sobre o SESI e o SESC, onde os autores colocaram lá essas diferenças, mas eu posso dizer que a proposta dessas instituições é exatamente o oposto do que foi proposto pelo SRO porque lá existia uma direção, que era atender ao operariado com os centros, núcleos e com os estádios operários e uma programação alinhada ao movimento de esquerda sindical que se confrontou em 1964 com o regime militar e por isso foi extinto.

O professor Lamartine finaliza o seu depoimento dizendo que nunca abandonou os estudos sobre a recreação, que ele é o resultado concreto do curso de recreação operária e dos desdobramentos, novos conhecimentos e experiências que foram incorporadas progressivamente nas décadas seguintes, e considera que o curso de recreação operária foi uma semente que fecundou, em sua vida profissional.

4.6 O Serviço de Recreação Operária e a Campanha dos Estádios Operários, o C.N.E.O.

*A ditadura militar acabou com a Recreação Operária! Uma coisa que estava sendo muito bem feita, prestes a se difundir por todo Brasil, através da implantação de um projeto grandioso, a Campanha Nacional dos Estádios Operários do Brasil!*²⁷

Segundo Vinicius Ruas, no final do ano de 1962, o Serviço de Recreação Operária já tinha se reestruturado e alcançado reconhecimento e prestígio entre as lideranças sindicais do Estado do Rio de Janeiro e das representações existentes nos demais Estados brasileiros²⁸. Isso fez com que ele e outros profissionais da área, preocupados com a recreação operária, pensassem em um projeto de maior amplitude, que de fato fosse estendido para todo o território nacional e que recebesse apoio financeiro de outros setores do Estado e também da iniciativa privada.

Junto aos técnicos do SRO e Roland Corbisier, membro do ISEB e respeitado Deputado Federal naquele período, Vinicius Ruas inicia a elaboração do projeto de implantação dos Estádios Operários.

[...] a proposta do projeto era construir Estádios Operários por todo o país. Em cada Estado ou Município, as prefeituras nos cederiam uma área e nós

²⁷ Trecho da entrevista concedida pelo Prof. Dr. Vinicius Ruas para a autora desta tese, na cidade de Niterói, em fevereiro de 2009.

²⁸ No arquivo pessoal do Prof. Dr. Vinicius Ruas encontra-se um documento de prestação de contas do ano de 1962, com uma lista de 400 sindicatos que realizavam atividades em conjunto com o Serviço de Recreação Operária.

construirmos através de patrocínios com as firmas e com recursos públicos destinados para isso. O projeto foi aprovado na câmara dos deputados no final de 1963 e assinado pelo presidente João Goulart, mas o golpe chegou antes da implantação do projeto e tudo ficou esquecido, estou te dando a cópia do projeto pra que você possa publicar. Ele esta disponível também na Câmara dos Deputados, arquivado.

[...] Nós sempre quisemos o que existia de melhor pra eles. Campo de Futebol, pista de atletismo, piscinas, bibliotecas, tudo o que eles necessitavam para passar as suas horas de descanso. Nos Estádios Operários, teria lugar pra descanso, lugar pra se recrearem e concomitante a isso, Escolas Técnicas Profissionais.

A proposta tramitou na câmara dos deputados em Brasília e conseguiu a adesão de toda a bancada do PTB além do apoio de outros partidos. Então em 6 de novembro de 1963, o Decreto Lei de n. 196, é assinado pelo Presidente da República, João Belchior Marques Goulart e pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, João Pinheiro Neto:

O Presidente da República, através do artigo 87, item I da constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 586, 594 e 595 da Consolidação das Leis do Trabalho expedida pelo Decreto-Lei n. 5.452 de 1 de maio de 1943, decreta:

Artigo 1 - que fica instituída a Campanha Nacional dos Estados Operários, ficaria a cargo do Serviço de Recreação Operária da Comissão do Imposto Sindical do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Artigo 2 – Caberá a C.N.E.O. promover as medidas necessárias para a instalação dos Estados Operários.

Artigo 3 – Para a consecução dos seus objetivos a CNEO deverá:

a) Estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas para a construção de Estádios Operários, propondo-lhes, na fase de organização e instalação a assistência de técnicos;

b) Dar por intermédio de especialistas, assistência técnica e orientação pedagógica aos Estádios Operários e escolas do trabalhador que funcionarão anexas;

c) Realizar cursos intensivos de diversas utilidades para o trabalhador e suas famílias bem como congressos nacionais e internacionais, festivos, ginásticos desportivos e certames de natureza congêneres;

d) Promover intercambio Inter-sindical de natureza recreativa com educadores nacionais e estrangeiros, especializados em recreação operária;

e) Auxiliar os licenciados em Educação Física inscritos no registro de professores da divisão de Educação Física do Departamento

Nacional de Educação do MEC na realização cursos ou estágios de especialização em recreação Operária;

f) Prestar assistência a professores de Educação Física que especializados em Recreação Operária que estejam exercendo sua profissão em zonas pouco desenvolvidas;

g) Realizar estudos e pesquisas que visem determinar a melhor localização para a construção dos Estádios Operários, bem como, dar solução aos assuntos com eles relacionados divulgando o andamento de construção mediante a publicação e periódicos;

Artigo 4 – A CNEO será superintendida pelo Diretor do mencionado Serviço de Recreação Operária, assistido por um conselho de seis membros, sendo três escolhido pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, dois representantes de trabalhadores e um representante da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil;

Artigo 5 – Para o custeio das atividades da CNEO haverá um fundo especial que será constituído de:

a) Dotações e contribuições consignadas nos orçamentos da União, do Estado, dos Municípios e Entidades Paraestatais e Sociedade de Economia Mista;

b) Contribuições de entidades públicas e privadas;

c) Donativos, contribuições e legados particulares;

d) Contribuições da conta do Fundo Social Sindical e outros recursos orçamentários adicionais;

e) Renda eventual de seu patrimônio;

f) Renda eventual de seu serviço;

Parágrafo Único: Os recursos que forem atribuídos a CNEO serão depositados no Banco do Brasil.

Artigo 6 – O Ministério do Trabalho e Previdência Social baixara as instruções necessárias a organização e execução da CNEO.

Artigo 7 – Este decreto entrará a data de sua Publicação.

Em um documento enviado à Câmara de Deputados, em conjunto com o Projeto dos Estádios Operários, que deu origem ao Decreto Lei, Vinicius Ruas faz uma “exposição de motivos”, apresentando as justificativas do SRO para a implantação da Campanha Nacional dos Estádios Operários no país.

Ele justifica que, devido à amplitude que o Serviço de Recreação Operária ganhara nos últimos anos, os recursos do Fundo Social Sindical tornaram-se insuficientes para o atendimento de todos os trabalhadores brasileiros que necessitavam das atividades recreativas, culturais e esportivas para elevarem o seu desenvolvimento intelectual, sendo necessária a implantação de medidas políticas específicas para isso.

Após a publicação do Decreto n.196, o SRO cuidou dos primeiros encaminhamentos para a criação dos Estádios Operários, realizando pesquisas e estudos necessários para a escolha dos locais e fazendo contato com possíveis apoiadores. Vinicius Ruas afirma que a previsão era iniciar as obras em meados de 1964 e as atividades no ano seguinte.

NOVA INICIATIVA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO:

ESTÁDIOS PARA OS OPERÁRIOS

Ao tomar posse do cargo de diretor do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, Vinicius Ruas Ferreira da Silva pronunciou, em 19 de outubro, pequeno discurso, explicando os seus planos e objetivos. Uma das primeiras realizações desse importante serviço será a abertura de um estádio operário, em Caxias, com a construção de uma técnico-profissional, dando início à campanha nacional de estádios para os trabalhadores em todo o Brasil. Em face do interesse despertado pelas medidas de Vinicius Ruas Ferreira da Silva, transcrevemos a seguir o seu discurso de posse:

"Para sentirmos a grande necessidade e responsabilidade da Recreação Operária — e não a julgarmos apressadamente, como já ocorreu algumas vezes — procuraremos, em poucas linhas, dizer o que ela é e em si e situá-la face à realidade brasileira.

A palavra "recreação" provém do latim (recreatio, recreation) e significa vulgarmente o mesmo que recreio (divertimento, entretenimento). Deriva-se do vocábulo "recreare", cujo sentido é o mesmo que reproduzir, restabelecer, recuperar. É evidentemente que o trabalhador precisa restabelecer-se e recuperar-se das suas lides diárias.

A recreação conceitua-se pois como uma forma de atividade física e mental, para qual o indivíduo é impellido naturalmente, a fim de satisfazer necessidades físicas, psíquicas e sociais, de cuja realização lhe advém prazer.

Na recreação poderemos observar duas características distintas: a passiva e a ativa. Na primeira, desempenhamos o papel de simples espectadores, como acontece quando assistimos a um filme, a uma partida de futebol, ou a uma peça teatral. Na segunda, nossa atividade poderá ser preponderantemente mental, como nos jogos de xadrez e nos demais jogos intelectuais ou preponderantemente física, como ocorre nos jogos motores e nos Desportos. As atividades artísticas proporcionam prazer psíquico, satisfazem as exigências de nossa imaginação criadora e justificam sua plena inclusão como atividade recreativa. Na Recreação de natureza física, o recreando não só satisfaz as necessidades puramente físicas, mas também as de

ordem psíquica e social. Os jogos e os desportos estimulam o desenvolvimento do espírito de cooperação e ajustam o indivíduo aos padrões de cultura vigentes.

A Recreação Operária confunde-se, em certa medida, com as questões sociais e, conseqüentemente, se torna problema para o Estado. Depois da instituição obrigatória da jornada limitada de trabalho, do repouso semanal, e das férias anuais. Com a evolução das leis trabalhistas, veio, paulatinamente, reduzindo-se a jornada de trabalho para 12, 10, 9, e, finalmente, 8 horas de labor, aumentando assim as horas de folga, gerando o problema do uso adequado das horas de lazer. Professores e sociólogos dos países adiantados, como a Inglaterra, os Estados Unidos da América do Norte e a União Soviética, em vários congressos têm sustentado a tese de que os povos não se depauperam ou se degeneram no trabalho, e sim nas horas de lazer. Nos, brasileiros, também sentimos isto, pois temos leis trabalhistas avançadas e não temos uma programação para as horas de ocio. Perguntamos, pois, o que fazer com o lazer do operário brasileiro? Por muitas vezes, de família numerosa, sem condições para recrear-se, fatalmente advirã o problema da fuga do meio, por vezes sordido em que vivem, e a única saída é mergulhar no álcool e no vício que acerterà o embrutecimento da inteligência, a desatenção e a fadiga, favorecendo o acidente, conduzindo ao "surmenage", ao desalento, an-

tecipando, cruelmente a invalidez e a velhice precoce. Essa miséria contamina a prole, deteriorando parte substancial da população, afetando a coletividade e enfraquecendo portanto a nação.

Não estaria completa nossa exposição se não nos referíssemos à necessidade imprescindível da recreação, na infância e na adolescência. Outrora, a criança permanecia na escola maior número de horas; seis a oito horas, sobrando-lhe pouco tempo de lazer; hoje, e, principalmente, aqui na Guanabara, a criança passa na escola duas e no máximo três horas e meia, triplicando assim os momentos de ocio. Convém assinalar que grande número de meninos não têm condições sequer de realizar, o curso secundário. Terminando o primário, com 11, 12 ou 13 anos, esbarram no artigo 403 d. Consolidação das Leis do Trabalho, o qual proíbe o trabalho ao menor de 14 anos. Assim, sem poder estudar nem trabalhar, o menor é atirado à rua, onde a ociosidade se encarrega de lançá-lo na senda do crime, aumentando assustadoramente as quadilhas de adolescentes, ladrões de automóveis, transviados praticando toda a sorte de delitos. Ao pesquisarmos as causas do galopante aumento de menores abandonados, por este Brasil a fora, vamos encontrar como uma das causas principais o aumento da natalidade nas famílias menos favorecidas economicamente. Esta densidade populacional concentra nas fa-

vetas do Rio, nos mocambos do Recife, nas malocas de Porto Alegre ou nos tapiris e choças flutuantes de Manaus; logicamente os mais complexos fenômenos sociais surgem, entre outros, o do lar sem pai — conseqüência cada vez maior de mulheres abandonadas conseqüentemente por seus companheiros e de cujas uniões haviam concebido filhos, que, não podendo sustentá-los, os abandonam à sua própria sorte, desde a mais tenra idade. Segundo estatísticas idôneas, existem cadastrados pela Polícia da Guanabara mais de 115.000 menores delinqüentes, e, em São Paulo, 95.000. São ainda as estatísticas que falam: existem no Brasil um milhão e meio de menores abandonados, o que nos faz temer pela sociedade brasileira no futuro.

Urge, portanto, dar ao povo, através das reformas urbana, educacional etc., atenção às suas imperiosas necessidades, à recreação do povo, inclusive como medida preservadora das energias físicas e morais.

Quanto ao operário, terá que executar atividades diversas do seu labor cotidiano, visto que o descanso inativo, e o sono, por si sós, não são suficientes para eliminar a total fadiga do trabalhador.

Consentizados deste conjunto de fenômenos sociais, procuraremos, durante o período em que estivermos à frente do Serviço de Recreação Operária, ampliar o número populacional operário, criar núcleos voluntários de recreação operária, onde se fizer necessário, procuraremos motivar os campeonatos operários através dos seus sindicatos de classe, dar ênfase à Campanha Nacional de Estádios Operários, a fim de propiciar ao trabalhador equilíbrio emocional, cultura artística e musical. Escolas Técnicas-Profissionais para filhos de operários, e finalmente campos, piscinas e pistas atléticas para a prática dos desportos e da cultura física. Somos dos que entendem que só uma recreação bem orientada proporciona hábitos culturais, artísticos e desportivos, tão necessários à boa formação moral, espiritual e física do homem, concorrendo decisivamente pela força educativa que deles emana para os costumes sadios, resultando nas comunidades e lares operários, trabalhadores vivendo com dignidade e alegria.



Com a presença de inúmeras autoridades, Vinicius Ruas Ferreira da Silva, que aparece na foto lendo um discurso, tomou posse do cargo de Diretor do Serviço de Recreação Operária

FIGURA 26- Jornal dos Sports anunciando a assinatura do Decreto de Implantação dos Estádios Operários em 1963. (Acervo pessoal de Vinicius Ruas)

Todos os profissionais da Educação Física e das artes em geral estavam muito animados com a iniciativa, pois isso significava a abertura de novos postos de trabalho por todo o país e o reconhecimento da importância desses profissionais da recreação para a formação do trabalhador. Ruas acredita que com a implantação dos Estádios Operários, o SRO teria conseguido disseminar suas idéias e serviços definitivamente por todo o país e que a recreação, desenvolvida através dos desportos e das manifestações artísticas, seria de fácil acesso a todos os brasileiros.

Ressalta, também, que a proposta de fazer dos Estádios um espaço multiuso com vocação para o desenvolvimento de diversas atividades, como a locação para grandes eventos esportivos e artísticos, cursos rápidos e para convenções, garantiria a manutenção do local, geraria renda e, ao mesmo tempo, torná-los-ia populares.

Vinicius conta que esse modelo de administração já era bem desenvolvido em países da Europa e que os estudos desenvolvidos durante o período de preparação do projeto mostravam a eficiência desse tipo de gestão. Ele acreditava que o SRO, em conjunto com os municípios e outras entidades, conseguiria alcançar rapidamente os objetivos propostos pela campanha.

Ainda hoje, após quarenta e seis anos da assinatura do Decreto, ele se mostra entristecido por não ter conseguido implantar a Campanha Nacional dos Estádios Operários e considera que um projeto ainda importante para a atualidade.

Ainda hoje, segundo Ruas, nem o SESI e nem o SESC, que em meados dos anos de 1960 começavam a atuar no campo do lazer do trabalhador, conseguem atender a um número significativo de trabalhadores da indústria e do comércio, porque, de maneira geral, essas instituições se instalam em locais privilegiados das principais cidades do país e não nos subúrbios.

Para ele, ainda que essas instituições estejam “espalhadas pelas capitais do Brasil, com cursos bem organizados e funcionários muito bem pagos, em geral, os trabalhadores mais humildes nem entram ali”. Ele relata ainda que a idéia da Campanha Nacional dos Estádios Operários pretendia justamente o oposto disso, ou seja, os estádios seriam construídos onde os operários viviam, essencialmente nas periferias das cidades e todos teriam acesso e direito a eles.

4.7 O Serviço de Recreação Operária em seus momentos finais

Vinicius Ruas conta que o início de 1964 foi, para o SRO, um período de muito entusiasmo. Além da expansão dos núcleos operários e da grande adesão dos trabalhadores, as atividades recreativas e as providências necessárias para a implantação dos Estádios Operários tomavam todo o seu tempo de trabalho, não sobrando tempo para a política e para a articulação com lideranças sindicais fundamentais para a manutenção e financiamento do SRO

Foi um momento, durante os primeiros três meses do ano de 1964, em que o governo João Goulart sofria pressões de setores conservadores das Forças Armadas, do empresariado e da população que reivindicava aumento salarial e medidas para o controle da inflação. Vinicius conta que as lideranças sindicais estavam mobilizadas em ações no Congresso Nacional e junto à massa trabalhadora, para que o presidente da república conseguisse realizar as reformas de base prometidas em sua campanha presidencial.

Afirma que ele não se furtou de suas responsabilidades políticas, se envolvendo nas atividades de apoio ao presidente João Goulart e que o SRO, em conjunto com os membros da CIS, mobilizara o operariado para participar do comício em frente à estação de trem da Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro.

Para esse evento, Ruas e outros membros do SRO prepararam cartazes e algumas imagens de grandes gorilas em papelão, alusivas aos militares que queriam depor o governo de João Goulart. Ele afirma que, naquele momento, ele não tinha a noção que o golpe de estado estava tão próximo.

O comício reuniu 150 mil pessoas, entre operários e militares que apoiavam o presidente e membros do PC pedindo a legalização do Partido Comunista, os quais ouviram os discursos do Deputado Leonel Brizola e do Presidente João Goulart em que anunciavam as reformas de base que estavam prestes a acontecer.

Segundo Vinicius, após o grande comício, na medida do possível, o SRO ainda prosseguiu com suas atividades rotineiras, mas as preocupações de todos, na CIS. e no SRO, voltavam-se para as manifestações que começaram a ocorrer a partir do Comício da Central. Finalmente, no dia 31 de março, “aconteceu o pior”. É relato seu:

[...] na manhã do outro dia, logo cedo, encheram o Ministério do Trabalho de militares! Eu estava no SRO que ficava no décimo andar do prédio do Ministério do Trabalho e aí eu vi aquele negócio batendo na porta, e aquelas coisas todas... Aí eu corri, desci a escada de serviço e fui embora. Deixei tudo lá e fui me encontrar com o Roland Corbisier e o La Torre e mais alguém que não me lembro mais, tinha uma outra pessoa... Peguei o meu carro, um Ford Prefect, o que eu sei é que indo na direção de Copacabana nós passamos na praia do Flamengo e ela estava, a UNE queimando, incendiaram UNE!

[...] Eu morava na Urca e não podia ir para casa, porque a nossa casa invadida pelas forças do Exército, e nós não sabíamos o que fazer mais. Então fui pra casa de irmão da minha ex-esposa. E fiquei lá. Guardei o carro numa garagem. Voltei no outro dia de manhã pro Ministério do Trabalho. Depois eu voltei e fui pra casa do meu cunhado e fui pra Academia de Judô. E vesti um quimono de judô. E eu ia pra rua de quimono. De quimono eles não sabiam quem eu era, “era só um judoca” Então foi que eu fui começar a procurar a Embaixada. Aí eu fui convidado pela Embaixada da Bélgica. Porque a minha ex-mulher era filha de belga.

[...] Antes de ir para o exílio eu falei com uma colega do SRO, Gerusa Camões, e pedi para que ela reunisse os documentos do SRO que restaram e estavam ainda na minha sala e entregasse para um primo meu, se não fosse isso não teria nada disso que está aqui hoje.

Vinicius Ruas descreve o seu último dia como Diretor do Serviço de Recreação Operária no SRO, o dia 01 de abril. Esse foi também o último dia de funcionamento dos centros e núcleos de recreação operária, o início das exonerações de seus funcionários, da extinção da Comissão do Imposto Sindical e fechamento de grande parte dos sindicatos no Brasil.

Finalmente, depois de tantas mudanças ocorridas em seus seis últimos anos, o ciclo se fecha. O Serviço de Recreação Operária é extinto em meados do mês de abril do ano de 1964, por um Decreto Lei assinado pelo idealizador e primeiro gestor dessa instituição, Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, nomeado Ministro do Trabalho e Previdência Social pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, nos dias que seguiram ao golpe de Estado.

Com muito pesar, Ruas relata que o Centro de Recreação da Invernada de Olaria, local onde iniciou as suas atividades no SRO, a partir de 1968, passa a ser utilizado como um dos principais locais de tortura do regime militar.

Mas, apesar do final inesperado do SRO, ele acredita que, durante todo o tempo que trabalhou nesta instituição, conseguiu imprimir nela características inexistentes em outros períodos da existência do Serviço:

[...] O operário era a alma do SRO, nós tínhamos que trabalhar juntos. Aquele dinheiro que era do Imposto Sindical, era deles, quer dizer: aquele dinheiro ainda é deles, hoje, o Imposto Sindical ainda existe, eles acabaram com a CTOS e com o SRO mas com o imposto não e eles não acabaram...[...]

[...] Nós transformamos a Recreação Operária Nacional, sob todos os aspectos. Foram muitos cursos e campeonatos, a imprensa divulgou muito, veja que os jornais provam o que eu estou dizendo... que isso na realidade existia.

[...] Tem muitas coisas que eu até posso não estar lembrado nesse momento, mas talvez os documentos, as fotografias e recortes de jornais que estou dando pra você possam mostrar mais coisas, eles são uma prova de que a Recreação Operária passou a ser levada a sério a partir daquele momento.

Ao final da narrativa, reafirma toda a sua luta em fazer do SRO um local onde o trabalhador teve voz. Essa foi, segundo ele próprio, a grande diferença de sua administração, comparada aos períodos anteriores:

[...] A grande diferença da recreação operária do Sussekind, no tempo do Getúlio, para a recreação do tempo do Juscelino e do Jango, era que, anteriormente a organização do SRO era feita de cima para baixo eles usavam os recursos do imposto sindical sem consultar os operários e no meu tempo os trabalhadores passaram a participar das decisões tornaram-se membros de um conselho, nós subvertemos a lógica de funcionamento do SRO, essa é a grande diferença...

No mês seguinte ao fechamento do SRO, Vinicius Ruas segue exilado para a Bolívia, depois para o Chile e finalmente para a França, trabalhando sempre como técnico de Futebol.

Seu retorno ao Brasil, em 1970, contou com a ajuda e a proteção de Teotônio Vilela e Marcelo Cerqueira, ex-lider estudantil nos anos 60, e seu colega da UNE, que atuava nesse ano como advogado defensor dos direitos de pessoas torturadas e cassadas pelo regime militar. Ruas foi defendido pelo o importante advogado Pedro Calmon, ex-reitor da Universidade do Brasil, que o reintegrou ao serviço público, na condição de professor de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, porque o Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho não mais existia.

5 SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA: ANALISANDO AS DIFERENTES TEMPORALIDADES

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele também quer julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (BOSI, 1994)

5.1 Sobre a história oral e a análise de conteúdo

Neste capítulo realizou-se a análise dos documentos que contam a história do S.R.O e que compuseram o corpus documental distribuídos nos capítulos anteriores desta tese. A análise objetiva comparar as intenções presentes nos conteúdos de cada documento, nos diferentes períodos, as características, peculiaridades e o contexto em que cada um foi produzido.

Para a realização desse processo os dois procedimentos de pesquisa definidos na metodologia, a história oral e a análise de conteúdo, se complementaram e permitiram um maior detalhamento dos fatos históricos pesquisados. Lembrando que a história oral tem como principal função fazer o registro da história de vida de pessoas envolvidas com o objeto de pesquisa.

Para lançar um novo olhar a esse período de nossa história, através do levantamento, do estudo desses registros e da análise, no papel de pesquisador, isento das sensibilidades e sentimentos próprios do envolvimento com a história, e que inevitavelmente, contribuem na análise do sujeito que a viveu, procurou-se preencher lacunas, esclarecer dúvidas e contribuir com a reconstituição da etapa final da história do SRO ainda pouco conhecida entre os pesquisadores que estudam a recreação operária no Brasil.

Sobre esse procedimento, Bom Meihy (2000) argumenta que o sucesso do uso da história oral depende da elaboração de um projeto, que oriente a coleta e o tratamento dos relatos que constituirão o documento escrito. Desta forma, para o encaminhamento da

presente pesquisa, fez-se necessário a elaboração de um projeto para a etapa de campo que, a partir dos objetivos, problema e hipóteses, definiu o tipo e o roteiro das entrevistas.

Optou-se, em um primeiro momento, pela entrevista semi-estruturada partindo de certos questionamentos básicos, fundamentados nas inferências, que surgiram após a leitura e seleção dos excertos dos diversos documentos do SRO. Para isso, entretanto, fez-se necessário realizar com os entrevistados, uma conversa preliminar com a intenção de conhecer um pouco mais a vida de cada um e orientá-los sobre a forma e os objetivos da entrevista. Todas as gravações foram registradas em fita cassete e realizadas em três blocos de trinta minutos, em função da necessidade constante de retomada de questões que se perdiam durante a seqüência das falas.

Muitas vezes, durante o processo de registro das falas, os entrevistados emocionavam-se ao recordar uma determinada passagem de sua história, por vezes, perdiam a concentração, esquecendo do que se falava, ou recorriam aos documentos antigos, por um longo tempo, tentando dar precisão a uma determinada informação e, quando retomavam a entrevista, acabavam por iniciar uma nova história a partir da imagem de uma foto ou da mensagem de um documento ou fato considerada significativa.

Portanto, com esses entrevistados, não foi possível manter a formalidade que deve caracterizar as pesquisas científicas. No caso do grupo específico, cujas entrevistas é material de apoio desta tese, grupo composto de idosos, as alegrias e tristezas que envolviam as memórias passadas do SRO, muitas vezes, envolveram também, a entrevistadora que era tomada pela curiosidade e surpresa das descobertas, pela emoção de algumas narrativas e pelo receio de se desviar do caminho previsto no roteiro que havia sido previamente elaborado.

Durante a construção desses documentos orais, muitas vezes, fez-se necessário recorrer aos entrevistados com a finalidade de preencher lacunas e responder questões que não ficaram tão claras no primeiro encontro, ou mesmo, para expor o documento já tratado. Esse processo nunca foi completamente finalizado, visto que a cada novo encontro os entrevistados recuperavam em suas memórias e arquivos novas informações, consideradas por eles, mais importantes que as fornecidas anteriormente e assim, tudo recomeçava...

Entretanto, na tentativa de justificar uma possível falta do rigor científico necessário às pesquisas acadêmicas, recorre-se a Amado e Ferreira (1998) que afirmam que, em história oral, para a geração de documentos, que se originam das entrevistas, não existe

uma regra única ou uma forma padrão formal para a condução das entrevistas, sendo necessário recorrer a diversas estratégias que possibilitem a construção do documento oral.

As autoras defendem que, de maneira geral, nesse tipo de história, os documentos surgem da proximidade e do diálogo entre o entrevistado e o entrevistador, que é levado a “afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa e a buscar caminhos alternativos de interpretação”, entende-se que, diferente de um documento impresso, de papel, que se analisa objetivamente, as narrativas de memórias sejam sujeitos vivos e não podem ser compreendidas com a mesma objetividade de um documento pronto e acabado, elas necessitam de outros recursos para a sua apreensão e compreensão. (AMADO e FERREIRA, 1998, p. 14)

Nesse sentido, concorda-se também com Bosi a qual, em **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (1994), ao discutir a arte da narração e a pouca importância dada à arte de trocar experiências e de ouvir as “histórias dos velhos”, afirma que o narrador “tira o que narra de sua própria experiência e a transforma em experiências dos que escutam”, assim, durante o desenvolvimento das entrevistas, não foi possível ouvir sem se deixar envolver com tudo o que se contava. (BOSI, 1994, p. 85).

Portanto, considera-se que os sentimentos “muito humanos” que emergiram da construção dos documentos orais fizeram parte dessa troca de experiências e não comprometeram o rigor dessa pesquisa que trata fundamentalmente de memórias de vida de pessoas reais, de trabalhadores, estudantes, gestores, de episódios intensos e distantes no tempo, mas não esquecidos, que aguardam o momento de serem eternizados em algum lugar da história do trabalho e da recreação operária no Brasil.

Por isso, no caso específico desse estudo, buscou-se o maior número possível de entrevistados, que, de alguma forma, estiveram, em sua vida profissional ou acadêmica, envolvidos com a trajetória do SRO. O propósito foi o de constituir um corpus documental que de fato complementasse o que já se conhecia sobre a história dessa instituição. Pretendeu-se também, com isso, dar veracidade, sentido e conexão aos fatos levantados nos documentos escritos e credibilidade ao estudo.

Para analisar os documentos orais e os escritos sobre o SRO, as técnicas da análise de conteúdo *adaptadas* à pesquisa qualitativa e a especificidade dessa pesquisa, referenciadas por Franco (2008), além de Bardin (2006), foram de grande utilidade para a organização e interpretação dos documentos coletados.

Sobre essas técnicas, Bardin (2006) sugere que, após as etapas de *pré-análise*, *exploração do material* e de seu conteúdo manifesto, deve-se evidenciar a *análise do conteúdo* latente das mensagens de cada um dos documentos, em conjunto com o referencial teórico. A autora define a análise de conteúdo como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 2006, p. 44)

Neste estudo, portanto, a análise de conteúdo teve como objetivo estudar os documentos, objetivando responder às seguintes questões: “quem diz o que, a quem, como e com que efeito” (Franco, 2008, p. 24).

Na busca de respostas, iniciou-se o processo de síntese das mensagens, que teve como objetivo único tornar os documentos inteligíveis e alinhados aos propósitos da presente tese, que se propõe a investigar se o SRO manteve durante todo o seu ciclo vital, como objetivo principal, atender às orientações do Estado para promover o controle e a conformação do operariado brasileiro.

Para o desenvolvimento das análises dos documentos da primeira e da segunda temporalidade, foram desenvolvidos dois quadros, um com as sínteses e o outro com as categorias, um procedimento comum em análise de conteúdo, que teve a finalidade de sistematizar as mensagens presentes nos documentos, a partir da temática que surgiu após a pré-análise.

Dessa forma, o primeiro quadro, **Organização dos documentos**, destinou-se à visualização dos elementos-chave, ou conteúdo manifesto, desses documentos e apresenta em sua estrutura as seguintes divisões: o título dos documentos e a data em que foram produzidos; a descrição do material, como origem e finalidades e um campo destinado; e a síntese dos principais conteúdos manifestos. Nesse quadro, aparecerão apenas as sínteses, ou seja, as idéias centrais dos documentos já descritos em detalhes, no capítulo dois: **O governo do Presidente Getúlio Vargas: origens das discussões sobre o tempo de trabalho e sobre o descanso do operário industrial no Brasil.**

Já o segundo quadro, Identificação das categorias analíticas nos documentos orais e escritos, teve como propósito identificar nas sínteses dos conteúdos manifestos, ou seja, na fala de cada documento, a ocorrência e o significado dado às categorias, definidas: noção de recreação e lazer; noção de cultura; noção de sociabilidade, considerando ainda as circunstâncias em que cada documento foi elaborado.

Após a composição dos quadros dos diferentes períodos, procedeu-se à análise do conteúdo latente das mensagens, fundamentada no referencial teórico selecionado e, finalmente, nas considerações finais, procedeu-se à comparação dos dois períodos do SRO.

5.2 O SRO na primeira temporalidade: 1943-1953

Título	Descrição do material	Síntese do conteúdo manifesto
<p>Documento 1 Relatório Trabalho e Recreação 1946</p>	<p>Relatório de prestação de contas ao M.T.I.C. referente ao período de 23 de maio de 1944 e 31 de dezembro de 1945. Elaborado por Arnaldo Sussekind.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - examina os fundamentos sociais e psico-fisiológicos da recreação; - aponta a importância da recreação como medida para compensar a desigualdade entre operários e patrões; - defende o estímulo do Estado para o melhor aproveitamento de suas horas de alheamento; - defende a oferta da recreação sadia e gratuita pelo Estado; melhoria da atuação profissional do operário; - discute a fadiga e o embrutecimento do operário como consequência de práticas não apropriadas em seu tempo de descanso; - apresenta a legislação sobre a obrigatoriedade de descanso semanal e a instituição das férias anuais; - analisa o trabalho, a recreação e o repouso, como “fórmula ideal” para a existência feliz do homem que produz; - aponta as atividades recreativas como indispensáveis, afim de que se sintam (o operário) realmente integrados na coletividade, cujo progresso desenvolvem na suas horas de labor; - faz considerações sobre a recreação como algo imprescindível para a elevação do nível cultural desejado ao operário; - aponta os benefícios do Escotismo como Educação Extra-Escolar dos filhos de operários.
<p>Documento 2 Boletim da I Olimpíada Operária 1947</p>	<p>Documento produzido para divulgar o evento esportivo realizado durante o mês de maio de 1947, no Rio de Janeiro, envolvendo participantes de 8 (oito) Estados brasileiros. Elaborado por Arnaldo Sussekind.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - aponta a importância do SRO para a difusão dos desportos na classe trabalhadora; - manifesta a necessidade de incentivo para que o trabalhador e sua família participassem dos benefícios da vida esportiva, contribuindo para o aprimoramento técnico e intelectual e melhoria física do homem brasileiro; - ressalta os benefícios da vida esportiva para o aprimoramento técnico e intelectual e melhoria física do homem brasileiro; - divulga a importância da Taça Disciplina; - defende a necessidade da recreação nas grandes capitais.
<p>Documento 3 Recreação Operária 1948 – exercício 1947</p>	<p>Relatório do Serviço de Recreação Operária, exercício de 1947, publicado em 1948. Elaborado por Arnaldo Sussekind.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - analisa o descanso remunerado associado às exigências da religião e do refazimento físico; - valoriza a recreação aos trabalhadores, para restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo, como fonte de saúde do povo e da produção do país; - declara que recreação desempenha relevante papel na educação social do operariado e na dignificação do trabalhador; - ressalta a importância do uso adequado das horas de lazer para o operário e seus dependentes; - esclarece sobre a necessidade do descanso remunerado já reconhecido pela Lei Trabalhista brasileira; - discute a recreação como um “poderoso instrumento de educação social; - aponta a necessidade da recreação Cultural como, enriquecimento da personalidade intelectual do indivíduo; - defende a recreação como possibilidade de “descanso do cérebro e dos nervos necessários para o melhor desempenho profissional”.
<p>Documento 4 Manual de Recreação 1952</p>	<p>Manual sobre recreação operária, elaborado pelo Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC). Elaborada por Arnaldo Sussekind, Inezil,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - debate sobre o repouso semanal como instrumento indispensável ao combate da fadiga física e intelectual; - apresenta legislação sobre a universalização do direito às férias anuais e como uma necessidade fisiológica para o restabelecimento do trabalhador e para a garantia da produtividade;

	<p>Penna Marinho e Oswaldo Góes, para a orientação de profissionais da área.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - aponta a necessidade de horas de descanso como um espaço de tempo suficiente para o operário fazer o que melhor lhe distrair; - demonstra preocupações com a “higiene e segurança de trabalho, em função da fadiga, causada pelo emprego da máquina que impõe a repetição de movimentos, faz com que o operário, cansado física e mentalmente, procure os prazeres que lhe são notoriamente baratos” ao invés de desenvolver “atividades culturais e desportivas” próprias para evitar o “embrutecimento de sua personalidade, o que viria a exterminar o seu interesse pela vida; - expõe métodos para o “Estado e instituições de assistência social auxiliar a melhor organização dos lazeres do operário; - apresenta o manual de recreação operária para que ele seja de conhecimento de todos os profissionais envolvidos com a recreação operária no Brasil e para fortalecer junto ao Ministério a importância e da manutenção do serviço; - faz considerações acerca da importância do turismo operário.
<p>Documento 5 Relatório e Carta 1953</p>	<p>Relatório oficial de prestação de contas, seguido de uma carta e pedido de demissão, datada de 8 de dezembro de 1953, enviada ao Ministro do Trabalho do Governo Vargas, o Sr. João Goulart. Documento elaborado por Arnaldo Sussekind.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - discute as alterações na estrutura orgânica e o regulamento da Comissão do Imposto Sindical; - ressalta a importância da recreação operária e de Dr. Arnaldo; - apresenta o Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) e sua finalidade promover e estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e suas famílias; - aponta a necessidade de atividades de natureza recreativa e também as de assistência cultural-educativa; - esclarece sobre as mudanças ocorridas na proposta do SERAC, devido ao baixo nível de escolaridade e cultura do operariado; - aponta que artes em geral, como o teatro e as audições passam a ganhar destaque em relação às atividades recreativas de natureza física, em geral relacionada aos esportes; - faz exaltação ao “Fundo Social Sindical” pela instalação do SERAC em diversos Estados brasileiros; - mostra as finalidades do SERAC e a preocupação de elevar o nível educacional, restaurar e preservar o seu equilíbrio biológico e proporcionar a sua integração social; - explica que a educação plena e integral do homem, é assegurada pela formação do físico, da mente, da moral e pela formação social do trabalhador; - estuda questões sobre a fadiga e a necessidade do repouso adequado do trabalhador; - valoriza a recreação educativa para a promoção de bons hábitos e costumes e para o trabalhador viver com dignidade; - faz críticas sobre as alterações na estrutura orgânica e financeira do SERAC; - apresenta os fins sociais da recreação, afirma o seu valor como instrumento de integração do recreando na comunidade, auxiliando na criação de bons hábitos culturais necessários para que os operários.

QUADRO 8: Síntese dos documentos da primeira temporalidade.

5.3 Analisando a primeira temporalidade

A estrutura apresentada nos quadros I e II sistematizou o conteúdo manifesto dos diferentes documentos e viabilizou a identificação das noções definidas pelas categorias analíticas: noção de recreação e lazer, noção de cultura e noção de sociabilidade do operário, além de possibilitar, em um segundo momento, a decodificação e a análise do conteúdo latente dessas mensagens.

Observou-se em alguns documentos da primeira temporalidade que essas noções se expressam no texto de maneira mais objetiva, porém repetem-se muito, impossibilitando uma maior compreensão da mensagem. Em outros casos as noções não se manifestam claramente, ou não aparecem, tornando-se necessária a sua identificação nas “falas” indiretas que, de alguma forma, se aproximam do sentido procurado.

Pode-se observar que a gestão de Dr. Sussekind – primeiro gestor do SRO (1943-1953), de formação conservadora, representante da elite nacional e ideologicamente alinhado aos interesses do Estado – esteve vinculada fortemente a ações que objetivavam a reprodução da vida do trabalhador e de sua família no seu tempo de não trabalho. Percebe-se que a atuação desse gestor, coerente com o seu perfil, fundamentou-se nas chaves da ordem, do controle social e da disciplina, como uma forma de garantir o projeto de desenvolvimento proposto pelo Estado do qual ele era fiel representante.

O Brasil, desde o início da década de 1930, somou esforços no sentido de organizar o mundo do trabalho nos centros urbanos. Nesse sentido, pode-se afirmar que a necessidade de adequação das relações entre empregados e patrões, justificou o combate às antigas estruturas sindicais livres existentes nas décadas anteriores, o desmonte dessas estruturas, a destruição da autonomia e dos modos de mobilização e de ação do operariado. Houve, a partir desse período, uma intervenção estatal que impôs a estrutura sindical atrelada ao Estado, auxiliando-o sobremaneira no processo de controle do movimento operariado.

Foi nesse período que se instituiu o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, visando cuidar dos assuntos relativos ao trabalho e criar leis trabalhistas. Na década seguinte, em 1943, consolida-se essa legislação e cria-se uma instituição para cuidar do controle do tempo de livre de trabalho, o SRO, Vale lembrar que nesse período, o país vivia em regime de exceção, em plena ditadura Vargas e num período de investimentos na expansão industrial.

Como garantia do sucesso do projeto de desenvolvimento da nação, durante o período Estadonovista, além do Ministério do Trabalho, outros setores do governo incumbiram-se da responsabilidade de promoção da cultura através da prática de atividades físicas, dos desportos e da promoção das artes em geral, como forma de desenvolver a cultura do país.

Schwartzman (2000) em **Tempos de Capanema**, afirma que nesse período o Ministério da Educação teve importante participação na instituição de temas voltados às atividades corporais e às práticas esportivas nas escolas públicas, e também na difusão de atividades culturais e artísticas. Pretendia-se “desenvolver a alta cultura” e “formar as mentalidades” no país que entendia a necessidade de fortalecer a cultura para proteger a nação das ameaças de “agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações”. Temia-se a desordem pública, o surgimento de manifestações não condizentes com o ideário estadonovista e, em especial, a influência do comunismo que se alastrava pelo mundo. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 97)

Nesse processo de fortalecimento de corpos e mentes, coube ao Ministério da Educação a tarefa de “formar as mentes” da nação, e ao Ministério do Trabalho o desenvolvimento das estratégias para formar os corpos úteis e sadios. Dessa forma, a recreação, instrumentalizada pelas práticas já citadas, foi percebida como um poderoso instrumento de transformação do povo brasileiro.

Assim, ao se analisar as mensagens dos três primeiros documentos do SRO, suas ações e objetivos, percebe-se a importância dada à recreação que é compreendida nos documentos, por vezes, com o mesmo sentido que o termo lazer. Observa-se, entretanto, maior incidência do termo recreação como atividades relacionadas às práticas corporais, esportivas e à apreciação das artes, imbuídas da finalidade de regenerar o físico, a mente e o moral do operário, compensando-o pelo desgaste causado pelo trabalho; disciplinando-o; fortalecendo-o como garantia do aumento de seu desempenho nas fábricas; tornando-os capazes de contribuir para a paz e o progresso do país.

Sobre essa noção percebida nos documentos do SRO, Marcellino (1996) em **Estudos do lazer: uma introdução** esclarece sobre a constante presença dessa visão funcionalista na gestão do lazer nas esferas pública e privada e declara que as abordagens compensatória, moralista, utilitarista e romântica resultam da visão “altamente conservadora” daqueles que pretenderam ajustar a sociedade a um determinado modelo ou padrão com a intenção de alcançar seus objetivos. (MARCELLINO, 1996, p. 48)

Tanto a visão funcionalista como as abordagens apontadas pelo autor podem ser percebidas nas mensagens do SRO que foram produzidas a partir do discurso do Estado que, de maneira geral, considerou a recreação e lazer, como instrumentos indispensáveis e necessários para a educação integral do brasileiro. Percebe-se ainda nessas mensagens o caráter *prescritivo* das atividades que eram planejadas com a intenção de trazer saúde ao operário, afastando-o de “vícios e de maus hábitos” presentes em seu cotidiano. Outra questão importante que emerge nas mensagens da primeira temporalidade refere-se ao julgamento de *incapacidade* do operário para “utilizar corretamente” o seu tempo livre de trabalho devido à sua falta de cultura.

Já a noção de cultura evidenciada nas mensagens refere-se aos conhecimentos e práticas pertencentes às camadas abastardas da sociedade que, devido ao seu acesso aos diversos níveis da educação formal e a sua familiaridade com as diversas formas de expressão das artes eruditas de influência européia, passam a ser tomadas como modelo de civilidade.

Nesse sentido, o artigo intitulado, **Os intelectuais, a nação e o povo**, publicado por Oliveira (1992), afirma que durante esse período existiu certa contradição por parte do Estado, pois, no discurso de Vargas, no que se referia à percepção da cultura do povo brasileiro, o qual, ao mesmo tempo em que era exaltado como “espontâneo, autêntico e puro”, como valoroso para a efetivação do processo de transformações do país, era também considerado um povo sem nenhuma consciência, “analfabeto, deseducado e carente da presença do Estado para instruí-lo. (OLIVEIRA, 1992, p. 71)

Percebe-se que a noção de povo inculto está presente nas mensagens que não concebem os elementos da cultura popular como marcantes na vida do operariado. Nota-se que o entendimento sobre a ausência de cultura e sobre a falta de preparo do operário para a escolha e fruição das atividades recreativas propostas pelo SRO era relacionado à baixa instrução, à presença de hábitos tradicionais desse meio, considerados inadequados ao mundo do trabalho, e à incapacidade de apropriação das artes consideradas refinadas, aquelas pertencentes à elite.

Nesse momento o autor dos documentos, Dr. Sussekind, preocupava-se com a pouca capacidade de receptividade das programações e atividades do SRO devido ao que ele chamava de “inteligência restrita e inoperância” do operariado e de sua família que acabavam por colocar a perder todos os esforços dos técnicos que planejavam essas atividades. Nesses documentos ressalta-se constantemente a necessidade de submeter o operário a uma “preparação cultural suficiente” visando ao seu desenvolvimento intelectual.

Percebe-se ainda que as mensagens do Estado infantilizam o operário, acreditando que esse, por estar na infância, deve ser formado em seu tempo livre de trabalho para que se desenvolva moralmente e se adéque às necessidades impostas pelo Estado que, insistentemente, deixa claro nos documentos o quanto é pobre culturalmente.

Lê-se também que a falta de cultura do operariado era atribuída à pobreza, ao analfabetismo, à sua incapacidade física e mental e às suas formas de ocupar o seu tempo de descanso e nunca ao modelo de produção industrial que se instalava no país, nem ao excesso de trabalho ou às suas péssimas condições verificadas naquele período e nem mesmo à ausência quase que completa de direitos sociais.

Portanto, a partir das análises do conteúdo latente das mensagens, entende-se que nesse período, a participação e o seu direito de escolha do trabalhador estavam limitadas às decisões e ao interesse do Estado representado, nesse contexto, pelo SRO o qual, ainda que financiado pelos recursos da taxa de contribuição sindical obrigatória, descontada compulsoriamente da folha de pagamento de todo o operariado nacional, limitava o direito de utilização desses “benefícios” somente aos operários que aderiam às novas estruturas sindicais. Acredita-se, assim, que o SRO fora também utilizado para promover a adesão e fortalecimento das estruturas sindicais atreladas ao Estado.

É possível observar-se nesse período que, se por um lado, o Estado estimulou e defendeu os interesses privados em prol do projeto nacional de desenvolvimento econômico, por outro, deixou à margem as questões dos direitos sociais limitados à legislação trabalhista existente e pouco respeitada pelo empresariado, o qual contava com o Estado para a organização e controle do operariado para que o progresso de todos se efetivasse.

Foi em busca do progresso que o Estado investiu no novo, na modernização, mas constata-se nesse processo maior interesse pela proteção dos interesses do capital privado e a quase ausência de empenho do mesmo para solucionar as questões sociais do país.

Sobre essas contradições, Martins (2008) em **A sociabilidade do homem simples**, enfatiza a relação existente entre os temas modernidade e progresso nas sociedades ricas, quando afirma que na América Latina o moderno sempre esteve em oposição ao tradicional e que esse entendimento tem suas raízes nas idéias positivistas que joga ao passado o que considera não compor com a concepção de avanço e progresso. O autor mostra como os aspectos tradicionais, comuns aos “pobres migrados do campo para as cidades, a cultura popular e a própria pobreza”, foram compreendidos como expressões de uma sociabilidade

incompatível com a “modernidade que decorreria do desenvolvimento econômico” esperado no país. (MARTINS, 2008, p. 17)

Segue sustentando que nesse aspecto o Brasil assumiu sua “inconclusividade” mais falando do que realizando a sua modernidade, e que, aqui, a modernidade apresentou especificidades tais quais as do capitalismo. Ele julga que no país a modernidade combinou o novo e o velho; as práticas das antigas oligarquias com as práticas da produção capitalista. Isso envolveu a imposição da renúncia de valores tradicionais do operariado em detrimento da assimilação inconsciente de atitudes e posturas consideradas adequadas a essa “modernidade”. Nesse sentido, o moderno e o tradicional, mesmo que opostos, para atender as necessidades do Estado, se complementaram.

Sobre a consciência e o sentido do moderno Martins (2008) declara que

A modernidade só o é quando pode ser ao mesmo tempo o moderno e a consciência crítica do moderno; o moderno situado, objeto de consciência e ponderação. A modernidade, nesse sentido, não se confunde com os objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital; que introduziu a vida social e na moralidade, até mesmo do homem comum, o cálculo, a ação social calculada na relação dos meios e fins, a reconstituição cotidiana do sentido da ação e sua compreensão como mediação da sociabilidade. [...] modernidade é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade do novo e do atual. (MARTINS, 2008, p. 18)

Sendo assim, pode-se afirmar que o operariado no Estado Novo foi orientado a interagir, sem refletir, com um modo de vida que não é o dele, interiorizando valores de uma cultura imposta. Seduzido pelo discurso oficial do Estado, que lhe deu o status de engrenagem, de elemento chave para garantia do progresso. Ele, esperando reciprocidade, submeteu-se a esse modelo que pouco lhe devolveu dessa modernidade.

Martins (2008) em sua obra reporta-se a Thompson (1950) em **A Voz do Passado**, que mostra a origem dos debates sobre os direitos sociais, ainda no século XVIII na Inglaterra, os quais surgiram a partir dos valores tradicionais, que fundamentavam as “condutas corporativas e a economia moral” em oposição à irracionalidade capitalista

existente no período que colocava o ser humano na condição de mero objeto”, mas não o identifica no processo de modernização do Brasil. (MARTINS, 2008, p. 21)

O autor relata ainda a existência de ritmos desiguais existentes entre o desenvolvimento econômico e o social, afirmando que, no Brasil, conquistou-se uma modernidade econômica, mas que a modernidade social não se concretizou. Para ele, a modernidade econômica esteve sempre na dianteira em relação aos direitos sociais.

Mostra também que, diferentemente da experiência inglesa, não se percebe no Brasil, no processo de modernização, a existência de atitudes semelhantes à apontada por Thompson no que se refere aos direitos sociais. Nota-se o esforço para a criação de estruturas para favorecer a produção industrial, mas, no plano social, evidencia-se somente o esforço para promover o controle e a disciplina em prol da modernidade esperada.

O fato é que a modernização do país demandou a construção de novas formas de vida do operariado, que deveria se despir dos seus valores e tradições e assumir uma nova identidade, mais adequada às formas de vida urbana pertencentes ao novo mundo do trabalho que se estabelecia naquele momento.

Nesse sentido, os valores tradicionais existentes no operariado, ou seja, as suas formas de viver, de se relacionar e de se expressar, passam a ser consideradas incompatíveis ao modelo proposto. Dessa forma, a partir do Estado Novo, mecanismos de controle são impostos, visando à socialização do operariado que deveria assimilar em seu cotidiano profissional e privado modos de vida, de valores e práticas culturais, diferentes das que conhecia, uma vez que, com os seus direitos restritos, as possibilidades de subversão e resistência estavam consideravelmente reduzidas.

Mas, ainda sobre a questão dos direitos sociais nesse período, Carvalho (2005) reconhece que os primeiros avanços no campo dos direitos sociais tiveram como marco, no país, o início do Governo Provisório em 1930, mas salienta que esses avanços não viabilizaram a participação da população trabalhadora no processo de divisão da riqueza, não permitiram a redução das desigualdades produzidas pelo modelo de produção capitalista que se instalava e nem possibilitaram o mínimo de bem-estar necessário à população.

O autor destaca que durante toda a ditadura Vargas, com a participação política restringida e com a “precária vigência dos direitos civis”, poucos avanços no campo dos direitos sociais puderam ser percebidos devido ao regime político que impedia a organização e a participação populares. Ele reitera que nesse governo, com os direitos civis e políticos

limitados, houve uma “certa exaltação” dos direitos sociais, manifestados na legislação trabalhista, que tiveram um caráter assistencial e que acabaram sendo concebidos pela população muito mais como “benesses” do Estado do que como direitos sociais. (CARVALHO, 2005, p. 110).

Com o final do Estado Novo, retorno do regime democrático e das eleições livres, o país retomou aos poucos o seu caminho no sentido de ampliar os direitos sociais existentes e assegurar os outros direitos. A partir de 1946, com a posse de um presidente eleito pelo voto popular, Eurico Gaspar Dutra, o Brasil entra na “primeira experiência democrática de sua história”, [...] “mantendo as conquistas sociais anteriores” e garantindo os direitos civis e políticos, condição que se estendeu para os períodos eleitorais posteriores e que possibilitou o retorno do presidente Vargas para a presidência da república pelo voto direto, em 1951. (CARVALHO, 2005, p. 127)

Mesmo com as mudanças percebidas entre os anos de 1946 e 1953, com as eleições diretas para presidente e maior liberdade de expressão, pode-se constatar que as intenções presentes no mundo do trabalho, nesse período, presentes nos dois últimos documentos da instituição e que nortearam as ações e decisões do SRO sobre o uso do tempo livre de trabalho e ainda sobre as noções de recreação, cultura, autonomia e participação do operariado, mantiveram-se nos mesmos moldes daquelas encontradas nos três primeiros documentos elaborados pelo Dr. Sussekind, durante o Estado Novo.

Finalmente, considera-se que a interpretação das mensagens da primeira temporalidade permite compreender que as ações do Serviço de Recreação Operária destinaram-se ao atendimento das exigências do Estado que visava, naquele momento, à conformação do operariado para a consecução de seu projeto maior, ou seja, modernizar o país a partir do fortalecimento e da expansão da atividade industrial.

E ainda, que a visão autoritária e centralizadora do gestor do SRO, durante todo o período em que esteve à frente da instituição, não permitiu aos seus participantes – o operariado considerado por ele como intelectualmente desqualificado para gerir o seu tempo livre de trabalho – o direito de escolher suas atividades e as formas de uso desse tempo.

5.4 O SRO na segunda temporalidade: 1954-1964

Título	Descrição do material	Síntese do conteúdo manifesto
<p>Documento 1 Depoimento de Vinicius Ruas</p>	<p>Transcrição do relato concedido pelo professor Vinicius Ruas para a autora, em Fevereiro de 2009.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - relata a sua liderança e militância no movimento estudantil, o seu comprometimento com a Educação Física e sua participação como aluno do ISEB e ressalta a importância do ISEB para a sua formação intelectual e real noção dos problemas do trabalhador e do Brasil; - destaca o entusiasmo e a importância que se dava para o conhecimento dos problemas do Brasil naquela época do Nacionalismo; - narra importantes episódios da história da Educação Física brasileira; - enfatiza o sentimento de nacionalismo e o desejo de transformar o país daquele período; - defende a importância da Educação Física e do lazer na vida do operariado; - descreve a estruturas precárias do S.R.O em 1958 e os seus esforços para alteração desse quadro nos anos posteriores; - descreve as suas primeiras ações no SRO para envolver funcionários e o operariado; - declara o grande entusiasmo do povo, o desejo de mudar o Brasil, motivado pelo governo de João Goulart e com a sua política; - descreve o projeto de reestruturação e ampliação dos atendimentos do SRO; - explica o processo de criação dos núcleos voluntários de recreação e do voluntariado; - justifica a necessidade de criação de um conselho gestor no SRO; - nega a idéia de recreação e o uso da atividade física pra compensar o desgaste provocado pelo trabalho e declara a necessidade do desenvolvimento de atividades que mais se aproximassem do gosto e do desejo do trabalhador; - nega a concepção de recreação como algo que devesse ser produtivo; - justifica a importância de dar voz aos trabalhadores e explica a origem e a importância do curso de recreação operária; - descreve o projeto de implantação dos Estádios Operários e sua necessidade para a ampliação das atividades do SRO; - narra o seu engajamento nas atividades políticas pela defesa do governo Jango e relata os episódios que envolveram o golpe e o fechamento do SRO; - declara a diferença entre a gestão de Sussekind e a sua.
<p>Documento 2 Depoimento de Lamartine Pereira da Costa</p>	<p>Transcrição do relato concedido pelo professor Lamartine Pereira da Costa para a autora em julho de 2009.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - narra episódios de sua vida pessoal, formação militar e sobre a sua aproximação com a Educação Física, esportes e com lazer operário; - relata o seu primeiro contato pesquisadores da Escola Nacional de Educação Física do Rio de Janeiro; - relata os seus primeiros passos como pesquisador na Educação Física e seu interesse pela recreação operária; - descreve os seus primeiros contatos com os estudos sobre recreação com Ethel Bauzer Medeiros; - conta como se deu a sua participação no curso do

		<p>SRO;</p> <ul style="list-style-type: none"> - declara a sua surpresa com o curso do SRO que não tinha a rigidez habitual dos outros cursos da área, os quais tinham a rigidez da presença do dito “professor sargento”; - descreve que as aulas eram feitas através de palestras, seguidas de debates que permitiam a participação de todos, estudantes, operários e sindicalistas; - faz declaração sobre o perfil dos participantes do curso de recreação, professores de Educação Física, trabalhadores semi-analfabetos e até analfabetos, políticos; - descreve sua percepção sobre a importância do conhecimento da realidade social para a definição das atividades recreativas; - ressalta a participação do professor de Educação Física Alberto La Torre de Faria no ISEB; - surpreende-se com debates sobre temas como valores nas práticas esportivas e sobre a dimensão intelectual da capoeira; - surpreende-se com a concepção do curso do SRO que compreendia a recreação como um fenômeno social e uma questão de direito; - descreve sua percepção de que o Brasil passava por uma grande transformação; - relata a qualidade de ótimos professores no curso, falando sobre a realidade do Brasil e, em especial, sobre a mudança dessa realidade a partir da participação do operariado; - descreve a sua produção intelectual desenvolvida após e por influência do curso do SRO; - declara a influência do curso do S.R.O em sua vida profissional e para a criação da Associação Brasileira de Recreação que deu origem ao ENAREL; - aponta as diferenças entre SESI, SESC e o SRO.
<p>Documento 3 Depoimento de José Messias da cunha</p>	<p>Transcrição do relato concedido por José Messias da cunha para a autora em setembro de 2009.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - narra episódios de sua vida e a sua relação com a rádio Mauá; - origem e finalidade da Rádio Mauá; - aborda a importância da rádio no Brasil; - discute a importância da rádio para a divulgação das atividades do SRO; - considera que o SRO como tudo que tinha relação com o trabalhador no Brasil, “tem haver com o Getúlio Vargas e para mim, falar de Jango é falar de Getúlio Vargas”; - afirma que a rádio era um espaço de divertimento do trabalhador brasileiro; - resente-se pelo fechamento da rádio do SRO - considera que a rádio do SRO foi um importante veículo de lazer do operário.
<p>Documento 4 Plano de atividades recreativas para os setores regionais - a Educação Física e o desenvolvimento das atividades recreativas entre trabalhadores.</p>	<p>Documento oficial do SRO elaborado por Vinicius Ruas em fevereiro de 1962.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - aponta o cinema e teatro, como meios de educação e recreio, com capacidade de semear, em um só tempo, os “conceitos e lições necessárias para a compreensão dos mais variados problemas sociais”; - valoriza a iniciativa de promoção do teatro infantil para os filhos dos trabalhadores, com a “formação de elencos nos centros de Recreação, nas sedes de entidades de classe, nas fábricas”, pois ajudavam as crianças a desenvolverem novas aptidões, “o bom gosto, a disciplina e o trabalho em grupo”; - ressaltada nesse documento, é a difusão das bibliotecas e da leitura entre os operários, como forma de complementar a educação obrigatória promovida pelo Estado e para desenvolvimento intelectual do indivíduo.

QUADRO 10: Síntese dos documentos da segunda temporalidade.

5.5 Analisando a segunda temporalidade

A análise da segunda temporalidade, 1953-1964, também buscou identificar a importância e o significado das noções de recreação e lazer, de cultura e de sociabilidade nas narrativas dos personagens envolvidos com a história do SRO e nos documentos escritos, produzidos durante esse período.

Ao examinar nas sínteses as noções que envolveram o início da segunda etapa do ciclo vital do SRO percebe-se as diferenças em relação ao período anterior decorrentes das mudanças políticas e sociais que ocorreram no Brasil pós ditadura Vargas. Foi nesse contexto democrático que se reestabeleceram as eleições livres, a organização político-partidária, a liberdade de expressão e o “convívio equilibrado” entre as forças antagonicas do Estado e da sociedade que passaram, de então até os anos de 1964, a disputar o controle político e econômico do país.

Observando a segunda etapa do SRO, em um primeiro momento, pode-se verificar que as atividades após os anos de 1958, período em que o professor Vinicius Ruas integra-se a essa instituição, não apresentam mais as estruturas existentes relatadas no documento de prestação de contas referente ao ano de 1953 elaborado por Dr. Sussekind, que quantificava o número de atendimentos das Seções de Bibliotecas e Discotecas, de Assistência Educacional, de Artes Populares, de Educação Física e Excursões, da Associação de Escoteiros, das Reuniões sociais, dos Serviços de Amplificação de Som e de Exames Médicos em recreandos e de organização de Festividades comemorativas.

As características da instituição, segundo relato de Ruas, a partir dos anos de 1958, dão conta do abandono em que o SRO se encontrava. Compreende-se então que, devido à sua formação intelectual e à sua orientação política carregada dos ideais presentes nesse período – marcado pela promessa do rápido desenvolvimento que gerou muita euforia e entusiasmo no país – a instituição ganha características diversas daquelas que a originaram.

Levou-se em conta também, para a presente análise, além do contexto histórico do período, final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, o perfil de jovem revolucionário, a impetuosidade e a rebeldia de Ruas. Perfil esse comuns aos jovens que envolvidos em movimentos nos grandes centros urbanos do país e entre todos aqueles que desejavam participar ativamente do processo de transformação do país.

Portanto, entende-se que nas mensagens dos documentos encontram-se presentes muito do vigor juvenil e da euforia que caracterizaram o gestor, o período e posteriormente as ações do SRO. Percebe-se, no SRO a partir de 1958, uma nova forma de conceber o Serviço e também uma outra forma de conceber o operário.

Acredita-se que, em sua gestão, Ruas percebeu a necessidade de ampliar os serviços do SRO a todos os operários, sindicalizados ou não e, ao mesmo tempo, a importância de envolvê-los no processo de organização e de decisões da instituição e, que, a valorização da cultura operária deveu-se, dentre outros fatores, às noções de cultura estudadas e assimiladas nos tempos de ISEB.

Dessa forma, Ruas propõe uma co-gestão na instituição por conceber o operário como um sujeito capaz e com as qualidades necessárias para participar do processo de organização de seu próprio lazer. Assim, técnicos, professores de Educação Física e operários passam a atuar juntos para o desenvolvimento do lazer operário.

Pode-se afirmar que, a partir desse momento o SRO deixou de atuar nas chaves da ordem e do controle, como no período anterior, passando a agir nas chaves da participação, do fomento da sociabilidade e da mudança social.

É também nesse período que o SRO, descentralizando as suas ações, se expande do centro da cidade para diversos bairros da periferia da Guanabara, além daqueles em que já atuava. A intenção de Ruas foi a de criar novos centros e núcleos, formar recreacionistas voluntários entre o operariado para que, em conjunto com os profissionais do SRO, em um curto tempo, não fosse mais necessária a intervenção do Estado para organizar as suas próprias atividades de lazer.

A idéia era preparar os operários, nos cursos de recreação operária, para que esses, depois, atuassem como multiplicadores em seus bairros, disseminando conhecimentos sobre a importância do lazer, envolvendo mais pessoas para a organização de espaços e atividades que possibilitassem o encontro festivo, o acesso à música, à dança, ao cinema, ao teatro, ao esporte e à brincadeira, pois, para ele, importava muito menos a socialização vinda de cima para baixo e bem mais a sociabilidade resultante do convívio fraterno, espontâneo e da satisfação.

As mensagens de Ruas revelam a sua intenção em romper com a visão funcionalista de lazer existente nos documentos do SRO produzidos nos anos quarenta, e o desejo de utilizar o lazer como uma oportunidade para promover a interação entre o

operariado. Percebe-se a aproximação dessas mensagens com os estudos de Norbert Elias e Eric Dunning (1992) que discutem a sociabilidade e também o lazer e com Georg Simmel (1983) que aborda de forma mais específica questões que envolvem a sociabilidade.

Elias e Dunning (1992), na obra intitulada: **Memória e sociedade**: a busca da excitação, discutem a interação e a sociabilidade a partir da observação de diversos aspectos que envolvem o lazer, posicionando-se contrários à visão funcionalista de lazer sempre alinhada com o trabalho.

Compreendem o lazer como um tipo de atividade que se insere no tempo livre de trabalho, que pode ser desenvolvida como “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo”, uma vez que é somente nessa esfera da vida social que as decisões individuais envolvem a busca pela satisfação. (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 107).

Mas os autores chamam a atenção para o fato de que, nos últimos séculos, de maneira geral, convencionalmente, nas discussões sociológicas, o lazer ocupou um lugar secundário em relação a temas como o trabalho, sendo visto apenas como “um acessório”, ou um meio para atingir um determinado fim. (ELIAS E DUNNING, 1992, p. 140)

Afirmam, ainda, que essa visão fundamentou-se na idéia de que o lazer pertence ao universo do trabalho e que suas atividades devem atuar como auxiliares dele, devido à sua função de diluidor de tensões e por sua propriedade de ajustar os indivíduos às necessidades do trabalho. Explicam ainda, que o papel secundário do lazer se deve ao processo de constituição dos valores da sociedade ocidental, que deu ao trabalho centralidade em relação a outras atividades, concebendo-o como algo produtivo e de maior importância e valor para a construção da sociedade que o entende como algo irreal, fantasioso e perda de tempo.

Porém, os autores entendem que todos os fenômenos sociais não podem ser entendidos como coisas estáticas e imutáveis e sim observados em termos de sua processualidade e na observação de longa duração. Assim questionam essa visão e apresentam outra forma de entender esse fenômeno considerando que:

[...] ninguém deve aceitar a afirmação tradicional de que as atividades de lazer se destinam a permitir que as pessoas trabalhem melhor, nem sequer a idéia de que a função do lazer é uma função que só existe na perspectiva do trabalho. E [...] que as finalidades do lazer devem ser reconhecidas como fenômeno social por direito próprio,

interdependente de atividades de não lazer, mas, do ponto de vista funcional, de valor não inferior, não subordinadas a elas. (ELIAS E DUNNING, 1992, p. 141)

Asseveram também a existência de uma visão tradicional e reconhecem a necessidade de compreender o lazer de uma maneira mais ampla e a partir de seus próprios valores.

Observa-se esse movimento nas mensagens de Ruas na segunda temporalidade que se propõe a mostrar ao operariado o valor das atividades lúdicas e a interação entre os operários no tempo de não trabalho.

A tradução de Evaristo de Moraes Filho (1983) de GEORG SIMMEL: **Sociologia** discute a sociabilidade e a entende como um fenômeno que surge da interação dos indivíduos, denominados, por SIMMEL, como atores sociais, que se relacionam e criam vínculos de interdependência e de reciprocidade. Para explicitar as formas de relação existentes entre os indivíduos, o autor desenvolveu o conceito de sociação, entendida por ele como a forma pura de interação, viabilizada por diferentes formas de agrupamento de indivíduos os quais buscam satisfazer seus interesses comuns, materiais ou individuais, na sociedade.

Para o autor, a sociedade existe a partir da interação com o outro, pelo outro ou até mesmo contra o outro, mas ele afirma que esse processo não é rígido em relação às formas de interação podendo até ganhar vida própria libertando-se de seus conteúdos de acordo com interesses individuais e possíveis conflitos que também geram a sociabilidade.

Sustenta que essa interação, que parte do conteúdo ou das formas da vida social, nasce das motivações dos indivíduos para alcançarem alguma finalidade, não é permanente e que os “instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, ganho ou jogo, de auxílio ou instrução” é o que possibilita a transformação das diferentes formas de interações para a formação da unidade social, independentemente, dos indivíduos terem ou não os mesmos interesses e objetivos. (SIMMEL, 1983, p.165)

Observa-se nas mensagens, na primeira temporalidade, a presença da visão funcionalista, referente ao lazer e a pretensão do SRO de coibir a interação e de conduzir as atividades no tempo livre de trabalho do operariado. Mas, na segunda temporalidade, nas mensagens de Ruas, percebe-se a influência da visão amplamente difundida nos meios

intelectuais e nos movimentos populares, existentes nos anos cinquenta e sessenta, sobre a necessidade de conscientizar para posteriormente transformar a sociedade.

Nota-se, nas mensagens dos quatro documentos da segunda temporalidade, um olhar voltado para a ocorrência do que Simmel chamou de interação, pois nelas percebe-se o incentivo à participação e à autonomia do operariado para o desenvolvimento das propostas do SRO e, ao mesmo tempo, a existência de interação e formação de vínculos entre os profissionais do SRO, sindicalistas, estudantes e operários, seja para o consumo ou produção das atividades esportivas, nas atividades artísticas da rádio ou no momento de formação no curso de recreação do SRO.

Evidencia-se nas falas de Ruas, de Messias e de Da Costa uma compreensão comum: a intenção de possibilitar ao operariado o acesso aos bens culturais e a transformação, para melhor, do seu cotidiano e de sua realidade. Para eles a recreação era um direito do operário e não um instrumento de controle.

As mensagens desse período e do anterior registram muito do cotidiano do operariado o qual, de maneira geral, residia em regiões distantes dos centros urbanos; tinha péssimas condições de trabalho e, por isso, péssimas condições de vida; pouco ou quase nenhum acesso à educação formal e à saúde; e quase nenhuma estrutura para a organização de suas práticas coletivas de lazer.

A preocupação e o desejo de estimular a cultura operária são perceptíveis nas mensagens da fala de Ruas. Acredita-se que essa compreensão sobre participação, autonomia e valorização da cultura do operariado seja decorrente de sua formação no ISEB, de sua militância no movimento estudantil e do contato com o sociólogo Joffre Dumazedier, bem como com o estudo desenvolvido por esse em 1962: **Vers une Civilization du loisir**, que só seria traduzido para o português e publicado no Brasil em 1973.

Os professores e pesquisadores, Alberto La Tore de Faria e Inezil Penna Marinho, ambos da Universidade do Brasil, foram responsáveis por trazer do exterior e indicar para Ruas a leitura de importantes obras sobre o lazer. A intimidade de Ruas com o idioma Francês permitiu-lhe o acesso às obras e o contato próximo com o Dumazedier durante o período em que ele estivera no Brasil em 1962.

A partir de seu contato com Joffre Dumazedier, o professor Vinicius Ruas assimila a sua compreensão de lazer como:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se entregar de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver suas informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais. (DUMAZEDIER, 1973, p. 34)

A compreensão de ação comunitária de Ruas teve como pressuposto a utilização do lazer como forma de envolver a população na organização coletiva de estratégias para a organização de suas atividades lúdicas, as quais seriam desenvolvidas em seu tempo livre de trabalho. A intenção do professor era a de que essas estratégias fossem assimiladas pelos participantes e utilizadas para a solução dos problemas existentes em suas comunidades. Isso explica a idéia pioneira de Ruas de criar um “Conselho Participativo”.

Cabe lembrar que foi somente no início dos anos de 1970 que a metodologia da ação comunitária proposta por Dumazedier passou a ser estudada e desenvolvida no país pelos técnicos do SESC.

Finalmente, sobre essa temporalidade, a formação intelectual alinhada aos movimentos culturais e sociais, em conjunto com o próprio contexto social, marca toda a trajetória profissional de Ruas no SRO, e explica o desejo dele de interagir com o operariado para torná-lo agente das transformações sociais esperadas para o país, naquele período.

Pode-se afirmar que as mensagens da segunda temporalidade denunciam o desejo de pensar a recreação operária como o outro e não para o outro e que elas registram a nítida intenção, de todos os profissionais envolvidos com o SRO, de valorizar a participação coletiva no processo de desenvolvimento da recreação operária em um período histórico que tinha objetivos bem distintos daqueles existentes por ocasião da criação da instituição no Estado Novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar o ciclo vital do Serviço de Recreação Operária, órgão criado, no Brasil, pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no Estado Novo em 1943, e extinto com o golpe de Estado de 1964. As análises aqui presentes têm a finalidade de identificar se as características e objetivos dessa instituição se alteraram no decorrer de sua história e se seu objetivo principal foi a conformação do operariado nacional, como afirmam os estudos acadêmicos existentes.

Observou-se, durante o processo de pesquisa, a influência marcante dos saberes da Educação Física, da Medicina e do Direito do Trabalho norteando a compreensão de recreação dos idealizadores desse Serviço, nascido com o intuito de contribuir com a missão do Estado Novo de atuar na reprodução da força de trabalho do operário e de sua família, devido à necessidade que surge, em decorrência do projeto de modernização que se instalava no país, demandando, na compreensão do Estado, a adequação do operariado brasileiro às necessidades e interesses do novo modelo de produção industrial que se implantava.

Para atender a esse fim, o Estado utilizou-se, dentre outras estratégias, a da recreação operária difundida por meio dos serviços do SRO, órgão do Ministério do Trabalho que se inspirou nas legislações trabalhistas internacionais, européias e norte americanas, elaboradas a partir da década de 1920. O objetivo do SRO foi o de orientar as discussões e as decisões sobre as “melhores” formas de uso do tempo livre de trabalho do operário brasileiro considerado deseducado e sem condições intelectuais para gerir o seu tempo livre de trabalho.

Verificou-se, também, ao analisar as publicações acadêmicas que estudaram especificamente o Serviço de Recreação Operária, que todas apresentam como entendimento comum os aspectos que envolveram a conjuntura política, econômica e social dos anos quarenta. A literatura em questão teve como base, para analisar o SRO, apenas os documentos produzidos pelo primeiro gestor da instituição, Dr. Sussekind. Mas em nenhum dos estudos encontraram-se documentos oficiais referentes à gestão desse serviço em seus dez últimos anos.

Portanto, nessa pesquisa qualitativa que utilizou a história oral e a análise de conteúdo para a organização de toda documentação, além da apresentação e análise criteriosa dos documentos dos dez primeiros anos da instituição, apresentou-se também documentos contendo informações inéditas sobre os anos finais da instituição, 1958-1964, com o objetivo

de complementar a sua história e de responder ao problema central da pesquisa que teve como intenção verificar se o SRO manteve os seus objetivos iniciais por toda a sua trajetória, como alegam os estudos sobre a instituição que precederam esta pesquisa, ou se, em algum momento, esses objetivos foram alterados de forma a dar outro sentido para a instituição.

A partir da análise dos documentos referentes aos anos finais, percebeu-se que, em sintonia com as expectativas políticas, sociais e econômicas do período, os objetivos e ações da instituição basearam-se nos princípios da ação comunitária, no fomento da sociabilidade que objetivava a autonomia e valorização da cultura do operariado para a gestão do seu tempo livre de trabalho.

Considera-se então que a primeira hipótese de: se os objetivos da criação da instituição de alguma forma se relacionaram com as estratégias de fortalecimento das estruturas sindicais tuteladas pelo Estado e se o SRO serviu para a cooptação do operariado pelos novos sindicatos, pode ser parcialmente confirmada, pois encontram-se no próprio Decreto Lei de criação do Imposto Sindical obrigatório, assinado em 1939, as orientações para a destinação de um percentual desse recurso a essas atividades.

Outro fato considerado para essa confirmação foram os de documentos do SRO os quais apontam o crescimento do número de adesões aos sindicatos a partir de sua instituição, porém, não se encontrou nesses documentos e nem em pesquisa realizada no Ministério do Trabalho fontes que pudessem, de alguma forma, quantificar esse crescimento e comprovar se ele se deu ou não em resposta à implantação do SRO.

Já a segunda hipótese, também confirmada, parte de suposições encontradas em estudos acadêmicos que se fundamentam no depoimento do primeiro gestor do SRO, Dr. Sussekind, sobre os aspectos que ocasionaram a extinção do SRO. Observou-se, durante todo o estudo, que as disputas ideológicas existentes entre diversos grupos que pretenderam, desde meados dos anos quarenta, o controle do país, foram contínuas durante toda a trajetória vital da instituição.

Os relatos de Dr. Sussekind e Vinicius Ruas e dos demais entrevistados, fundamentados pelo referencial bibliográfico, evidenciam essas tensões permanentes que envolveram os governos de Vargas, Dutra, Juscelino e Jango e demonstram claramente o posicionamento político antagônico dos dois principais gestores do SRO.

Entende-se que após o golpe militar, fim das disputas políticas que marcaram o governo Jango e “vitória” do setor conservador, do qual o Dr. Sussekind era representante, o

SRO passa a não ser mais necessário, porque não mais representava os interesses do grupo que o criou, coincidentemente o grupo que assumiu o poder do país a partir de 31 de março de 1964.

Por outro lado, observa-se que as entidades SESI e SESC, também criadas para atuar no tempo livre de trabalho do operariado, pouco influenciou na decisão de extinção do SRO, pois, apesar de terem iniciado suas atividades em meados dos anos quarenta, não apresentavam ainda, vinte anos depois, meados dos anos sessenta, as estruturas necessárias para executar as mesmas atividades e o tipo de atendimento que o SRO realizava. Porque essas instituições sempre optaram, e ainda optam, com raras exceções, pela implantação de suas unidades em locais privilegiados dos principais centros urbanos, locais que, ainda nos dias de hoje, apresentam uma considerável quantidade e variedade de equipamentos de lazer. Esse fato, infelizmente, ainda não é percebido nas áreas periféricas das grandes cidades que concentram uma maior população de trabalhadores de baixa renda que continuam ainda carecendo de equipamentos públicos e privados de lazer próximos de suas residências.

A terceira hipótese apontava para a existência no Brasil de um período de grande mobilização social e política, caracterizado pela euforia entre diversos setores da sociedade que passaram a crer na superação dos problemas históricos do país, relacionados à pobreza e ao subdesenvolvimento e que afirmavam que influências em novas orientações ao SRO Essa hipótese também se confirmou.

Observa-se nas narrativas e no referencial teórico que houve um engajamento de viés revolucionário entre estudantes, intelectuais, políticos, sindicalistas e operários ansiosos pelas mudanças que levaria o país a alcançar o desenvolvimento prometido nas campanhas de JK e acredita-se que o ISEB muito contribuiu para isso.

Faz-se importante considerar o olhar crítico de alguns autores sobre a ideologia entre esses movimentos, que os consideraram mais reformistas do que revolucionários. Mesmo assim, não é difícil deduzir que apenas a efervescência existente nos anos que antecederam ao golpe, no Brasil e no mundo, por si só, não permitiria que o jovem gestor e todos os que estiveram, de alguma forma, envolvidos com a trajetória final do SRO – reformistas ou revolucionários – mantivessem a instituição com os mesmos objetivos e finalidades iniciais em ocasiões tão distintas.

Finalmente, confirma-se a quarta hipótese, que constata a generalização e o equivoco dos estudos acadêmicos existentes sobre o SRO os quais, mesmo não apresentado

documentos orais e escritos sobre o ciclo completo da instituição, afirmam que o Serviço teve em sua história como finalidade a conformação do operariado brasileiro, consoante o proposto nos anos quarenta, durante o Estado Novo.

As evidências de que esse sentido de conformação existiu, sem, no entanto, perdurar durante toda a existência da instituição, podem ser observadas na documentação levantada e analisada referente à segunda temporalidade a qual demonstra que as circunstâncias políticas e sociais que envolvem a instituição, em sua curta existência de 21 anos, não foi estática, nem ausente de tensões e de disputas.

Percebe-se nos anos sessenta que as intenções do SRO com o operariado já não têm mais o mesmo sentido que teve no Estado Novo, momento em que a instituição objetivou corroborar com o projeto varguista, visando ao controle e ao desenvolvimento da nação.

Nos anos sessenta, a ação do SRO, também esteve direcionada na busca do mesmo desenvolvimento, mas com uma diferença: baseava-se no entendimento de que as transformações de uma sociedade dependiam da participação coletiva, do desejo comum e da valorização dos direitos sociais.

Conclui-se, este estudo, reconhecendo nos dois principais gestores do Serviço de Recreação Operária, Dr. Arnaldo Sussekind e o Professor Vinicius Ruas, a intenção de colaborar com o desenvolvimento do país e entendendo que, cada um, ao seu modo e a seu tempo, defendeu com muito afinco aquilo em que acreditaram ser o melhor para o operariado e para o país.

Portanto, não se pretendeu nesse estudo julgar, demonizar ou exaltar esses gestores, pretendeu-se apenas entender e mostrar as circunstâncias históricas em que eles geriram essa instituição e as diferenças nessas gestões; aqueles que eles representaram; o quanto diferentes eles foram; e como a recreação operária foi compreendida por eles e apropriada pelo operariado nos diferentes períodos.

Espera-se que as reflexões aqui deixadas, essencialmente baseadas em memórias, as quais permaneceram no silêncio por muito tempo, possam, de alguma forma, incentivar novas pesquisas sobre essa instituição e contribuir com os estudos sobre a recreação operária no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. A. **Cultura e Sociedade no Brasil: 1940-1968**. São Paulo: Atual, 1996.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- AZEVEDO, F. de. **A Recreação: parte indispensável de uma educação integral**. Educação Physica. Rio de Janeiro, 1938.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 2008.
- BENJAMIN, W. **Reflexão: a criança, o brinquedo, a educação**. 2. Ed., São Paulo: Summus, 1984.
- BEISIEGEL, C. de R. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de Adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BENEVIDES, M. V. de M. **O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BERCITO, S. de D. R. **Ser Forte para Fazer a Nação Forte**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- BOM MEIHY, J.C.S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003**. Quinta edição. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BRÊTAS, A. **Trabalho e Recreação: uma visão panorâmica dos fundamentos, da organização e das realizações do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)**. Esboços – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis: vol. 13, n. 16, 2006.
- BRÊTAS, A. **Nem só de pão vive o homem: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)**. 2007. Tese de doutorado. (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CABRAL, S. **Grande Otelo: uma biografia**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- CALABRE, L. **Políticas Públicas Culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 161-181.

- CAPELATO, M. H. R. **Estado Novo: Novas Histórias.** In: Marcos Cezar Freitas. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* 02 ed. São Paulo: Contexto/USF, 1998.
- CARONE, E. **A terceira República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1986.**
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas: Papirus, 1988.
- CORRÊA, A. A. **A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do Sesc.** In: Anpuh Nacional, 2009, Fortaleza. Anpuh Fortaleza - Trabalhos completos, 2009.
- DACOSTA, L. P. **Diagnostico de Educação e Desportos No Brasil.** RIO DE JANEIRO: FENAME, 1971. .
- DECCA, M. A. G. de. **A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 - 1934).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEMABRE, G.A. **A Obra Social da Educação Física.** Educação Física. Rio de Janeiro, novembro de 1939.
- DULLES, John W. F. **Getúlio Vargas – Biografia política.** Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DUMAZEDIER, J. **Vers une Civilization du loisir.** Paris: Éditions du Seuil, 1962.
- FAUSTO, B. **A Industrialização em São Paulo.** Rio Janeiro: Difel, 1984.
- FAUSTO, B. **A revolução de 1930.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FAUSTO, B. **História do Brasil.** 8. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.
- FÁVERO, O. **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- FERREIRA, A. **O Lazer Operário: um estudo de organização social das cidades.** Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- FIGUEIREDO, B. G. **A Criação do SESI e SESC: do enquadramento da preguiça à produtividade do ócio.** 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise do Conteúdo.** Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

- GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante a música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)**. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo, 2007.
- GEBARA, A. **Considerações para a história do lazer no Brasil**. in BRUHNS, Heloísa Turini. (org). Introdução aos estudos do lazer. Campinas : Unicamp, 1997, p. 61 -81.
- GERMANO, C. Paulo Freire: Educação e Transformação Social” organizada por Paulo Rosas. Recife, UFPE, 2002.
- GIL, R. M. **O Serviço Social do Comércio Sesc II**. In: Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
- GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GOMES, A. M. C. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.
- GOMES, C. L.; MELO, V. A. **Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa**. *Revista Movimento*. Porto Alegre, n.19, 2003.
- GOMES, C. L. **Significados de Lazer e Recreação no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- GOMES, C. M. **Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: Breve trajetória histórica**. In: IX Seminário Lazer em Debate, 2008.
- GOMEZ, Z. P. **Corpo, Pessoa e Ordem Social**. Projeto História. PUC, 2002.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. **Memória e Sociedade a Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- HARDMAN, F. F. **Nem Pátria, nem Patrão!:** memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Industrial de 1950**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/anexos/censoind.pdf>. Acesso em: agosto de 2008.
- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Editora Claridade, 2003.
- LENHARO, A. **Sacralização da Política**. 2ª edição. Campinas: Papyrus, 1986.
- LIMA, M. A. L. **O Corpo no Espaço e no Tempo: A Educação Física no Estado Novo (1937-1945)**. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- LINHARES, M. A. **A Trajetória Política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. 217f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- LOYOLLA, H. **Educação Integral**. Educação Física. Rio de Janeiro, setembro, 1939.
- _____. **Serviço de recreação Operária**. Educação Física. Rio de Janeiro, abril, 1944.
- MARCASSA, L. **A Invenção do Lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARINHO, I. P. **Educação Física, Recreação e Jogos**. Rio de Janeiro: Tipografia Batista e Souza, 1957.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2008.
- MEDEIROS, E. B. **Importância e necessidade da recreação**. Revista Educação e ciências sociais. Rio de Janeiro: v. 2, n. 4, p. 295-298, mar. 1957.
- MELO, V. A. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil - Panorama e Perspectivas** - 2ª edição. 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 2004.
- MELO, V. A. Inezil Penna Marinho – Notas Biográficas. In: FERREIRA NETO, A. (Org.) **Pesquisa Histórica na educação Física** – volume 3. Aracruz: Ed. Faculdade de Ciências Humanas Aracruz, 1998.
- MESSIAS, J. **Sob a luz das estrelas: somos uma soma de pessoas**. São Paulo: Madras, 2008.
- MORAES FILHO, E. de. **GEORG SIMMEL**. São Paulo: Ática, 1983.
- MOREIRA, V. M. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- NIEMEYER, C. A. da C. **Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania**. 1. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2002.
- OLIVEIRA, Lucia L. **A questão nacional na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, L. L. **Os intelectuais, a nação e o povo**. In: Seminário folclore e cultura popular – série encontro e estudos nº01. Rio de Janeiro: IBAC, 1992.
- OLIVEIRA, P. S. **Trabalho, não-trabalho e contradições sociais**. In: BRUHNS, H. T. (Org.) Temas sobre lazer. Campinas: Autores Associados, 2000. p.: 47-63.

PEIXOTO, E. **“Formação e ensino em Educação Física e Esportes - a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil”**. In: III Congresso Internacional de Pedagogia do Esporte, 2007, Maringá. ANAIS III CIPE - Formação e Ensino em Educação Física e Esportes. Maringá: DEF-UEM, 2007.

PEIXOTO, E; PEREIRA, M. F. R.. **“Primeiro Ciclo dos Estudos do Lazer no Brasil: contexto histórico, temáticas e problemáticas”**. In: VIII Jornada do HISTDBR, 2008, São Carlos. Sociedade, Estado e Educação: um balanço do Século XX e perspectivas para o Século XXI.. Campina/São Carlos: HISTEDBR UNICAMP UFSCAR, 2007.

PEIXOTO, E. **O Serviço de Recreação Operária e a Conformação da Classe Operária no Brasil - década de 40.**” In: VII Seminário de Estudos e Pesquisas, História, Trabalho e Educação, 2008.

RAGO, L. M. **Do Cabaré Ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar.** RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1987.

RAMPINELLI, W. J. **O PCB e sua atuação nos anos 50.** Revista Brasileira de História. Associação Nacional de História, vol. 23, n. 045, p. 303-309, 2003.

RANGEL-BETTI, I. C. A. **Reflexões a Respeito do Esporte como Meio Educativo em Educação Física Escolar.** Kinesis, p. 37-43, 1997.

REQUIXA, R. **O lazer no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1977.

RODRIGUES, J. P. **O Serviço de Recreação Operária e a Sociabilização do Operário Sindicalizado no Brasil: 1943-1964.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2006.

RODRIGUES, L. M. **Sindicalismo e classe operária (1930-1945)**; in Boris Fausto (org.), História Geral da Civilização Brasileira – Sociedade e política, vol.10. São Paulo, Difel, 1981.

ROLIM, I. F. **“Educação Física nas classes trabalhistas”.** Conferencias Sobre Educação Física. Rio de Janeiro, 1941.

ROSAS, Paulo. **Educação e Transformação Social.** Universitária /UFPE, 2002.

SANT`ANNA, D. B. de. **O prazer justificado: história e lazer** (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero, 1994.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, H. **Todos os golpes se parecem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo.** São Paulo: Editora Ática, 1981.

SODRÉ, N. W. **A Verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978.

SOLA, Lourdes. **O Golpe de 1937 e o Estado Novo**. In: MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva, 1984.

SOUZA, A. P. T.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e educação física: análise dos grupos de pesquisa em lazer cadastrados na plataforma LATTES do CNPq**. Revista Digital Efdeportes. Buenos Aires. Ano 11, n. 9. 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd99/cnpq.htm>>. Acesso em: 10 setembro de 2006.

SUSSEKIND, A. **Manual da I Olimpíada Operária**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1947.

SUSSEKIND, A. **Recreação Operária**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948.

SUSSEKIND, A. **Trabalho e Recreação**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

SUSSEKIND, A.; MARINHO, Inezil Penna; GÓES, Oswaldo. **Manual de Recreação: (orientação dos lazeres do trabalhador)**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Serviço de Recreação e Assistência Cultural, 1952.

TAMBERLINI, A. R. M. de B. **Os ginásios vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador**. São Paulo: Editora Annablume, 2001.

TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**. Editora da Unicamp, 1977.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TOLEDO, C. N. **50 anos de fundação do ISEB**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Jornal da Unicamp, p. 11, agosto 2005.

TORRES, P. H. **João Goulart: 30 anos de silêncio**. In: História Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL/LPP-UERJ, 2006.

TOTA, A. P. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, São Paulo: 1987.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para Apresentação de Dissertações e Teses da USP**: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro, coordenadora... [et al.] . - - 2. ed. rev. AMPL. - - São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2009. 102 p. - - (Cadernos de Estudos; 9)

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. São Paulo, Paz e Terra, 1992

VALE, A. M. **O ISEB, os Intelectuais e a Diferença: um diálogo teimoso na educação**. São Paulo: UNESP, 2006.

VIEIRA, E. A. **Estado e miséria social no Brasil:** de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

VOLPE, O. **O Valor dos Esportes.** Educação Física. Rio de Janeiro, 1938.

WEINSTEIN, B. **(Re) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil,** 1920-1964. São Paulo: Cortez : CDAPH-IPHAN – Universidade São Francisco, 2000.

WERNECK, C. L. G.; SANTOS, L. C. P. Recreação e lazer: significados, relações e experiências pioneiras no Brasil. [ca. 2003]. Disponível em: http://www.ufmg.br/prpg/dow_anais/cien_humana_s/educacao_3/christianne_1.doc . Acesso em: 08/10/2007.

APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista

Entrevistado: Dr. Almino Monteiro Álvares Affonso

Data: 09/10/2009

Local: São Paulo – S.P.

- 1) Qual é a sua origem e como se deu a sua formação acadêmica?
- 2) Como se deu o seu ingresso no movimento estudantil?
- 3) Como se deu o seu ingresso na vida política?
- 3) Como o senhor chegou até o Ministério do Trabalho?
- 4) Que relações o senhor tinha com o operariado no final dos anos cinquenta e início dos sessenta?
- 5) Qual era o cenário político desse período?
- 6) Como era a sua relação com o professor Vinicius Ruas?
- 7) Quais informações o senhor tem sobre o Serviço de Recreação Operária?

APÊNDICE B- Roteiro de Entrevista

Entrevistado: Prof. Dr. Vinicius Ruas Ferreira da Silva

Data: 12/03/2009

Local: Niterói – R.J.

- 1) Fale de sua origem e de sua formação acadêmica.
- 2) Fale sobre a sua experiência como estudante de Educação Física e de sua atuação no movimento estudantil durante todo o período do Governo JK.
- 3) Relate como se deu o seu ingresso no Serviço de Recreação Operária.
- 4) O senhor tem conhecimento sobre o funcionamento nos anos anteriores?
- 5) Como era o SRO por ocasião de sua entrada?
- 6) Quais foram as suas primeiras iniciativas no SRO?
- 7) Quem eram os profissionais que trabalhavam no SRO?
- 8) Quais eram as características dos operários que participavam das atividades do SRO?
- 9) Como era definido o Orçamento do Serviço de Recreação Operária?
- 10) Como as programações eram elaboradas?
- 11) Em relação as atividades, como o SRO era estruturado?
- 12) Qual era a sua compreensão de recreação e lazer naquele período?
- 13) Após tornar-se diretor, quais foram os seus principais objetivos?
- 14) Quem foram os seus principais parceiros?
- 15) Qual era o objetivo do curso de recreação operária?
- 16) Quais foram os principais eventos e projetos do S.R.O?

APÊNDICE C- Roteiro de Entrevista

Entrevistado: Prof. Dr. Lamartine Pereira da Costa

Data: 16/07/2009

Local: Rio de Janeiro

- 1) Fale sobre sua origem, como se deu a sua formação acadêmica.
- 2) Como o curso de Educação Física era estruturado naquele momento? E a disciplina de recreação, como era? Quem foram seus principais professores?
- 3) Quais perspectivas que existiam para os profissionais da Educação Física e da recreação naquele momento?
- 4) O que o levou a procurar e fazer o curso de especialização em recreação operária no SRO?
- 5) Existia demanda para esse tipo de curso?
- 6) Para o senhor qual era a importância desse curso naquele momento?
- 8) As disciplinas eram interessantes?
- 9) Qual era a importância que se dava para a recreação em geral e, especialmente, para a recreação operária naquele período?
- 10) Qual era o perfil dos alunos que procuravam o curso?
- 11) Os conhecimentos adquiridos nesse curso foram significativos para a sua vida profissional? Por que?
- 12) Qual era a sua relação com a recreação e, especialmente, com a recreação operária?
- 13) O senhor conheceu os Centros de Recreação Operária geridos pelo SRO?
- 14) A partir dessa formação, como a recreação esteve relacionada com as suas atividades profissionais?

APÊNDICE D- Roteiro de Entrevista

Entrevistado: José Messias da Cunha

Data: 22/09/2009

Local: Saquarema – R.J.

- 1) Quais foram os caminhos que levaram o senhor para a direção da rádio do Serviço de recreação Operária do Ministério do Trabalho?
- 2) O senhor comandou a programação da rádio do SRO por quanto tempo?
- 3) Como era a relação do senhor com a direção do SRO, com sindicalistas da Comissão do Imposto Sindical?
- 4) Como a rádio do SRO era a estruturada?
- 5) Como era preparada a programação diária da rádio?
- 6) Como era composta a sua equipe de trabalho na rádio do SRO?
- 7) Quais foram os principais artistas que trabalharam e se apresentaram na rádio do SRO?
- 8) Os operários participavam da programação da rádio?
- 9) Qual foi a importância dessa rádio para o operariado brasileiro?

APÊNDICE E- Listas de documentos encontrados no arquivo pessoal do Professor Vinicius Ruas.

- 1) Programação do Curso de Recreação operária (Nomes das palestras e participantes) de 1962 e 1963.
- 2) Jornal Tribuna Esportiva. **Fundo Social e peleguismo podem acabar**. P. 17, 1963.
- 3) SUSSEKIND, A. **Pedido de demissão e prestação de contas**. CPDOC/FGV. REF: GV REM 1953. 12. 08.
- 4) Projeto dos Estádios Operários elaborado pelo SRO e por Roland Corbisier do ISEB.
- 5) Decreto Lei N. 196 de novembro de 1962. Instituído a Campanha Nacional dos Estádios Operários (descrição integral). Assinado pelo Presidente João Belchior Marques Goulart e Ministro do Trabalho João Pinheiro Neto.
- 6) Programação da II Olimpíada Inter-Centros, com descrição da diretoria do SRO, modalidades e perfil dos participantes – SEEF – 1959
- 7) Programação do I Campeonato de Boxe Amador do SRO, com descrição das modalidades e perfil dos participantes – S.E.E.F. – 1960.
- 8) Carta de agradecimento escrita por Carlos Alberto de Brito, diretor do SRO em 1961, para Vinicius Ruas 1961.
- 9) Ofício do SRO, assinado por Vinicius Ruas, para o Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, solicitando terreno para construção de um centro de recreação – 1962.
- 10) Ofício do SRO, assinado por Vinicius Ruas, para o Presidente do I.C.R.I.A.P.I, solicitando a instalação de um centro de recreação nesta associação – 1962.
- 11) Ofício de divulgação e inscrição em atividades recreativas dos núcleos e centros de recreação operária, redigido por Vinicius Ruas -1962.
- 12) Previsão orçamentária para o ano de 1963 enviado por Vinicius Ruas para o Diretor Geral da Comissão do Imposto Sindical, com detalhes sobre a destinação de verbas para atividades específicas (teatro, desportos, excursões, torneios, cinema, musica e centro popular da UNE).
- 13) Relatório de prestação de contas do primeiro ano da diretoria de Vinicius Ruas, enviado para Comissão do Imposto Sindical, com descrição das finalidades do SRO e propostas para o ano seguinte – 1963
- 14) Plano de atividades recreativas do SRO para os setores Regionais da Comissão do Imposto Sindical do Amazonas – 1962.
- 15) Ofício redigido por Vinicius Ruas, sobre o funcionamento da Comissão do Imposto Sindical e previsão orçamentária, enviado para o Ministro Almino Affonso – 1963.
- 16) Matéria de Jornal: A Gazeta esportiva de São Paulo de 14 de dezembro de 1962. Título: I Intersindical de Futebol leva seis Estado a São Paulo.

- 18) Matéria de Jornal: A Gazeta esportiva de São Paulo de 19 de novembro de 1963. Título: II Campeonato Brasileiro Sindical de Futebol.
- 19) Matéria de Jornal: Correio da Manhã, do Rio de Janeiro de 23 de maio de 1964. Título: Asilados Partiram ontem para a Bolívia: a despedida.
- 20) Escala de Férias de funcionários do SRO, descrevendo nomes e funções de todos os profissionais e suas respectivas seções -1964.
- 21) Previsão orçamentária para a realização de festividades do dia do trabalhador em nove estados brasileiros – janeiro de 1964.
- 22) Fotografias: 400. Imagens de posses, festividades, torneios, cursos e outros eventos realizados nos núcleos e centros de recreação – 1960-1964.